

MARLON BRANDT

**USO COMUM E APROPRIAÇÃO DA TERRA NO MUNICÍPIO DE  
FRAIBURGO-SC: DO CONTESTADO À COLONIZAÇÃO**

Florianópolis  
2007

**Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-graduação em Geografia**

**Marlon Brandt**

**Uso comum e apropriação da terra no município de Fraiburgo-SC: do  
Contestado à colonização**

**Orientador: Nazareno José de Campos**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis/SC, fevereiro de 2007

**Uso comum e apropriação da terra no município de Fraiburgo-SC: do  
Contestado à colonização**

**Marlon Brandt**

Coordenador: Carlos José Espíndola

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

Orientador: \_\_\_\_\_

Prof. Dr: Nazareno José de Campos (UFSC)

Membro: \_\_\_\_\_

Prof. Dr: Alfredo Wagner Berno de Almeida (UFAM)

Membro: \_\_\_\_\_

Prof<sup>a</sup>. Dr: Clécio Azevedo da Silva (UFSC)

Florianópolis-SC, fevereiro de 2007.

Aos meus pais, Leopoldo e Aparecida e  
a Millena, minha esposa

## AGRADECIMENTOS

Ao longo dos dois anos em que esta pesquisa foi realizada, tive a sorte de receber o auxílio de um grande número de pessoas, que me ajudaram das mais diversas formas possíveis para a concretização desta dissertação.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer aos meus pais, Leopoldo e Aparecida, pelo incentivo e auxílio nas diversas etapas da realização deste trabalho, contribuindo no levantamento de fontes e, no caso de meu pai, me acompanhando e contatando diversas pessoas para a realização de entrevistas, cujas participações enriqueceram ainda mais os depoimentos.

A esposa, Millena, pela atenção e pela compreensão e paciência nas minhas ausências durante as viagens de estudo a região. E ao meu irmão, pela ajuda traduzindo o resumo.

Ao meu orientador, o professor Doutor Nazareno José de Campos, pela sua atenção e inestimáveis contribuições, além da liberdade de escolha e direcionamento dos rumos da pesquisa.

Aos professores do Departamento de geociências e em especial aos professores Doutor Clécio Azevedo da Silva e Doutora Leila Christina Dias pelas contribuições e críticas ao projeto que resultou nesta dissertação e aos colegas de mestrado da turma de 2005 pelos agradáveis momentos em que passamos juntos.

Durante a pesquisa realizei diversas viagens em 2005 e 2006 pela região de Fraiburgo, onde contei com a colaboração e a atenção de um grande número de pessoas.

Em Fraiburgo quero agradecer as diversas pessoas que contribuíram com sua memória para a realização desta pesquisa. São elas: Miguel Lara Sobrinho, Sebastião Pires, Carlos Hepp, Sebastião Celso Abrão, Maria José Cordeiro e seu filho, José Lindolfo Cordeiro Leite, Aristiliano Dias, Valdomiro de Souza Monteiro, Celestina Perotto, Nair Ribeiro do Prado, Aristiliano de Oliveira Rocha e sua esposa,

Maria Moreira da Rocha, Sebastião Andrade dos Santos, Altino Bueno da Silva e Pedro Felisbino, que além do depoimento também me guiou durante a visita a Taquaruçu.

Em Curitiba agradeço a colaboração de Aldair Goeten, além dos funcionários do Museu Antônio Granemann de Souza, do Fórum do município, do Cartório Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos Ortigari e do Cartório de Registro de Imóveis, pela disposição e auxílio na localização dos documentos aqui utilizados.

Em Campos Novos agradeço aos funcionários do Arquivo Histórico Municipal Waldemar Rupp.

Quero também agradecer aos funcionários do Museu do Contestado e do Fórum de Caçador, da Biblioteca da Unoesc em Joaçaba e do Registro de Imóveis do município de Videira, pela atenção, mesmo que não tenham sido encontrados documentos de valia na pesquisa.

Em Florianópolis quero agradecer aos diversos funcionários das instituições em que pesquisei, como o Arquivo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, e em especial para a Cristina, Gilberto e Valmir, pela agradável companhia e presteza na localização dos documentos. Também agradeço aos funcionários da Biblioteca Pública de Santa Catarina e do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Por fim quero agradecer a todas as pessoas que me ajudaram indiretamente me apoiando e incentivando este trabalho.

## RESUMO

No planalto de Santa Catarina se estabeleceu desde fins do século XVIII uma significativa parcela de pequenos e médios sítiantes, na maioria posseira, que viviam às margens dos latifúndios pastoris das áreas de campos naturais. Sua fonte de renda básica estava relacionada à agricultura de subsistência e ao uso da terra e de recursos em comum dos campos, pinheirais e ervais nativos. Seu acesso era regulado por um conjunto de práticas, normas e costumes, acatados de maneira consensual nas relações sociais estabelecidas e construídas coletivamente ao longo do tempo. Impossíveis de serem apreciados somente pelo viés econômico, eram transmitidos de geração a geração, onde a oralidade e o direito costumeiro exerciam uma importância fundamental. Estes eram constituídos, de certa forma, pela mistura cultural dos luso-brasileiros, africanos e indígenas que compunham o habitante planaltino, conhecido popularmente como “caboclo”. A inserção de uma nova dinâmica sócio-espacial, com diferentes concepções de uso do espaço acarretou na gradual desestruturação destas antigas práticas, como era o caso da posse e o uso da terra em comum, frente aos novos condicionantes espaciais que se faziam sentir, como a apropriação privada, a colonização, o cercamento e a devastação das florestas. Na região onde se localiza o município de Fraiburgo este processo passa a ser experimentado pela população local de uma maneira mais intensa nos anos posteriores à Guerra do Contestado (1912-1916), quando uma grande faixa de terra, antes ocupada por posseiros, se tornou alvo de uma concessão, dando início a colonização das terras. Colonização que foi acompanhada por serrarias que passaram a atuar neste e em outros espaços, antes usufruídos principalmente na criação de animais, levando a gradual redução e extinção do uso da terra em comum.

## ABSTRACT

On Santa Catarina Highlands, a significant number of small and medium rural workers, mostly occupants by “self-possession” (the ones who occupied without official permission) lived on the outskirts of large pastoral estates in the areas of natural grasslands. Their main source of income was tied to agriculture of subsistence and to the use of the common land and resources found in the grasslands, “*araucárias*” (*Araucaria angustifolia*), and native herb fields. Their access was regulated by a set of practices, norms and habits, obeyed in common agreement with the social relations established and collectively determined throughout the course of time. Impossible to analyze them only from the economic point of view, they were passed on from one generation to another, where the oral practice and common rights were of fundamental importance. These were constituted, in a way, by the cultural mixture of the Portuguese-Brazilians, Africans and indigenous people composed the highlands inhabitant, known popularly as “caboclo”. The insertion of a new social-spatial dynamic, with different conceptions of the use of space, brought about the gradual desestructuration of these old practices, such as in the case of possession and use of the common land, when confronted with the new spatial conditions, such as private appropriation, settling, enclosing of land and forest devastation. In the area where Fraiburgo is located, this process is felt by the local population in a more intense way in the years after the Contestado War (1912-1916), when a big portion of the land, once occupied by the means of self-possession, became target of a concession, initiating the colonization of the land. This colonization is followed by lumbermills that start acting in it and other spaces, once used mainly on cattle and pig raising, leading to the gradual reduction and extinction of the land common use practice.



**LISTA DE IMAGENS**

<b>FIGURA 1: Mapa da localização do município de Fraiburgo</b>	<b>17</b>
<b>FIGURA 2: Mapa da representação esquemática de uma aldeia alemã</b>	<b>39</b>
<b>FIGURA 3: Mapa das principais rotas tropeiras do planalto meridional brasileiro (traçado retilíneo aproximado)</b>	<b>53</b>
<b>FIGURA 4: Mapa das frentes de povoamento do planalto catarinense</b>	<b>67</b>
<b>FIGURA 5: Planta da Fazenda Potreiro dos Linhares, divisão das terras entre os condôminos</b>	<b>82</b>
<b>FIGURA 6: Mapa de algumas localidades e povoados de Curitiba e Campos Novos em 1914</b>	<b>108</b>
<b>FIGURA 7: Mapa dos limites entre o Paraná e Santa Catarina (1865-1916)</b>	<b>137</b>
<b>FIGURA 8: Foto do edital expedido pela Brazil Railway proibindo a ocupação e posse das terras situadas às margens do rio do Peixe</b>	<b>147</b>
<b>FIGURA 9: Mapa da abrangência da atuação sertaneja no planalto e principais redutos do Contestado</b>	<b>156</b>
<b>FIGURA 10: Mapa da localização das florestas de araucária da bacia Pelotas e Iguaçu</b>	<b>166</b>
<b>FIGURA 11: Mapa do Município de Campos Novos (meados da década de 1920)</b>	<b>185</b>
<b>FIGURA 12: Detalhe do canto superior direito do mapa de Campos Novos</b>	<b>186</b>
<b>FIGURA 13: Detalhe da planta da fazenda Bom Futuro em 1938</b>	<b>199</b>
<b>FIGURA 14: Foto de anúncio de compra de suínos vivos</b>	<b>209</b>

<b>FIGURA 15: Foto de anúncio de compra de suínos vivos</b>	<b>210</b>
<b>FIGURA 16: Foto de porcos criados soltos</b>	<b>233</b>
<b>FIGURA 17: Foto de tábuas empilhadas no pátio da serraria (final da década de 1930, início de 1940)</b>	<b>254</b>
<b>FIGURA 18: Foto do pátio da serraria René Frey &amp; Irmão (década de 1940)</b>	<b>255</b>
<b>FIGURA 19: Foto da motosserra da serraria René Frey &amp; Irmão</b>	<b>256</b>
<b>FIGURA 20: Foto do transporte das toras</b>	<b>257</b>
<b>FIGURA 21: Foto da vista parcial de Butiá Verde, década de 1950</b>	<b>262</b>
<b>FIGURA 22: Foto dos primeiros pomares de maçã em Fraiburgo (final da década de 1960, início de 1970)</b>	<b>271</b>
<b>FIGURA 23: Foto da faixa verde</b>	<b>280</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>1 – POVOAMENTO E USO COMUM DA TERRA NO PLANALTO DE SANTA CATARINA (SÉCULOS XVIII E XIX)</b>	<b>35</b>
1.1 – O POVOAMENTO DO PLANALTO CATARINENSE	44
1.1.1 – JESUÍTAS, BANDEIRANTES E TROPEIROS	44
1.1.2 – ASPECTOS SÓCIO-ESPACIAIS DA OCUPAÇÃO	54
1.2 – POSSEIROS E PEQUENOS PROPRIETÁRIOS ÀS MARGENS DAS GRANDES PROPRIEDADES PASTORIS	65
1.2.1 – GENERALIDADES SOBRE O USO COMUM DA TERRA	77
<b>2 – APROPRIAÇÃO/EXPROPRIAÇÃO DE TERRAS: DE 1891 AO “CONTESTADO”</b>	<b>98</b>
2.1 – O CORONELISMO NO PLANALTO CATARINENSE	100
2.2 – COSTUMES, PRÁTICAS ASSOCIATIVISTAS E USO DA TERRA EM COMUM	106
2.3 – A QUESTÃO DE LIMITES	130
2.4 – A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO SÃO PAULO-RIO GRANDE E A ATUAÇÃO DO GRUPO FARQUHAR	138
2.5 – GUERRA DO CONTESTADO: IGUALITARISMO CABOCLO E USO COMUM DA TERRA	154
<b>3 – COLONIZAÇÃO E RUPTURA: O DECLÍNIO DA PRÁTICA DO USO COMUM DA TERRA EM FRAIBURGO</b>	<b>163</b>
3.1 – FAZENDAS, POSSES E CONCESSÕES DE TERRAS DEVOLUTAS	165
3.2 – A COLONIZAÇÃO DO VALE DO RIO DO PEIXE	193
3.2.1 – A COLÔNIA MARECHAL HINDEMBURGO	216
<b>3.3 – A EXPLORAÇÃO MADEIREIRA</b>	<b>237</b>

3.3.1 – A SERRARIA RENÉ FREY & IRMÃO _____	240
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS _____</b>	<b>275</b>
<b>REFERÊNCIAS _____</b>	<b>282</b>
<b>ANEXOS _____</b>	<b>307</b>

## INTRODUÇÃO

Comenta Alfredo Wagner Berno de Almeida que no Brasil um dos aspectos freqüentemente ignorados em sua estrutura agrária, o que reflete, por sua vez em seus estudos, refere-se às formas de uso da terra em comum<sup>1</sup>, que, como aponta Nazareno José de Campos, são essenciais ainda nos dias de hoje “para a subsistência de inúmeras comunidades rurais e, por vezes urbanas, em todo o país”<sup>2</sup>.

Em Santa Catarina, as terras de uso comum são alvo de estudos realizados por Nazareno José de Campos<sup>3</sup>, tratando principalmente a região litorânea do Estado. Porém é possível encontrar indícios desta prática também na região do planalto, do seu início, nas bordas da Serra Geral, ao Extremo Oeste, onde destacam-se, dentre as modalidades de uso comum da terra, tanto pela amplitude espacial, quanto pela importância econômica regional, a criação de gado solto, principalmente o suíno e o bovino, e a coleta de erva-mate. Embora a importância da criação destes animais e a extração do mate mereçam destaque em toda a literatura, seja de cunho historiográfico, geográfico, antropológico ou econômico que versa sobre a região, pouca atenção se desprende relação às formas de criação e a extração do mate, realizados durante décadas principalmente por populações marginalizadas, compostas de pequenos e médios sítiantes, genericamente conhecidas como caboclas<sup>4</sup>. População que em um determinado período histórico

---

<sup>1</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito. In: **Cadernos Naea**. Belém, n. 10, p. 163-195, 1989, p. 163.

<sup>2</sup> CAMPOS, Nazareno José de. **Terras de uso comum no Brasil**: um estudo de suas diferentes formas. 2000. 258f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, p. 2.

<sup>3</sup> CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC/Ufsc, 1991.

<sup>4</sup> Nesta pesquisa, o termo caboclo é utilizado da mesma forma que faz Paulo Pinheiro Machado em sua obra intitulada “Lideranças do Contestado”, onde este é empregado no mesmo sentido dado “pelos habitantes do planalto, ou seja, o habitante pobre do meio rural”. Embora, conforme o autor “não haja uma conotação étnica nesta palavra, freqüentemente o caboclo era mestiço, muitas vezes negro. Mas a principal característica desta palavra é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões”. Posteriormente, com as primeiras levas de imigrantes oriundos da Alemanha e da Polônia, a partir da segunda década do século XIX, passam também estes a se “acaboclar”, adquirindo muitos hábitos

possuía práticas agrárias relacionadas ao usufruto em comum de certos espaços, o que ocorria, não apenas no planalto de Santa Catarina, mas também no Rio Grande do Sul e Paraná, este último ainda nos dias atuais em áreas conhecidas como faxinais ou Sistema Faxinal<sup>5</sup>. Ao longo das pesquisas que realizei sobre a região de Fraiburgo no ano de 2004, que resultaram na elaboração de duas monografias de conclusão de curso em história e geografia, tratando, respectivamente da introdução da pomicultura e do início das atividades madeireiras no município<sup>6</sup>, um tema que despertou a minha inquietação se referia a questão da terra. Foi inquirindo sobre a origem das grandes extensões de terra onde se desenvolveram as atividades de fruticultura comercial, em áreas que haviam sido devastadas pela atuação de empresas madeireiras, que tomei conhecimento de que muitas daquelas terras serviam como um espaço de uso comum entre os moradores e que, da mesma forma que a questão da terra, não haviam sido objeto de nenhuma pesquisa.

Deste modo, esta pesquisa tem como objetivo analisar o uso comum da terra e a sua desagregação, que está intimamente relacionada ao processo de apropriação privada na região onde atualmente se encontra o município de Fraiburgo, no período compreendido entre o final da Guerra do Contestado (1912-1916) e a colonização, que se intensifica a partir da década de 1930. Nesta época tem-se a criação da colônia de Marechal Hindemburgo, que seria seguida pela colonização de terras próximas e a inserção de novas atividades econômicas naquele espaço. A colonização marca o início da incorporação deste espaço a novas atividades econômicas, como a agricultura voltada para o comércio e a exploração madeireira. Atividades cujo cercamento das terras e gradual devastação

---

e costumes daquela população, como os métodos agrícolas e a devoção a João Maria. MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Unicamp, 2004, p. 48.

<sup>5</sup> Resumidamente o Sistema Faxinal, como será tratado nesta pesquisa, ou simplesmente faxinal, como se referem alguns pesquisadores trata-se, segundo Man Yu Chang, de uma forma de organização econômica onde ocorre um aproveitamento econômico da mata e seu uso em comum para a produção animal pelos moradores destas terras. Forma de uso que será discutida com maior atenção no Capítulo 3. CHANG, Man Yu. **Sistema faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná. Londrina, IAPAR, 1988. 123p. (IAPAR, Boletim técnico, 22), p. 13.

<sup>6</sup> BRANDT, Marlon. **“Frey”burgo**: acumulação de capital no setor madeireiro e continuidade política no município de Fraiburgo na década de 1960. 2004. 142f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Centro de Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2004a; **A instalação da serraria René Frey & Irmão na localidade do Campo da Dúvida, atual município de Fraiburgo – SC (1937-1961)**. 2004. 116f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004b.

da floresta nativa levaram, ao longo de pouco mais de quatro décadas, a desagregação e extinção do uso comum da terra nos espaços rurais da região.

Segundo Antônio Carlos Diegues, tais formas de uso e acesso a terras e recursos de uso comum no Brasil, ainda que muitas tenham desaparecido ou venham sofrendo uma gradual desestruturação em sua forma, persistem em diversas regiões do país<sup>7</sup>. Embora exista uma multiplicidade social e espacial, é possível se observar nestas um controle dos recursos básicos, efetivado, nas palavras de Alfredo Wagner Berno de Almeida,

através de normas específicas, combinando uso comum de recursos e apropriação privada de bens, que são acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares que compõem uma unidade social<sup>8</sup>

Estes espaços de usufruto comum subsistem, e na maior parte dos casos subsistiram, em regiões marginais, de difícil acesso ou, ao menos em determinado momento, de pouco interesse econômico. Muitas destas terras, se observadas pelo viés jurídico-formal são terras devolutas, onde os moradores não possuem a posse legal<sup>9</sup>. Espaços que, em diferentes épocas e contextos, passaram a sofrer o impacto de outras formas de propriedade, ao tornarem-se economicamente atraentes, seja pela valorização promovida pela instalação de infra-estrutura, como uma ferrovia ou uma rodovia, passando a receber novos empreendimentos, pelos seus produtos florestais, minerais ou mesmo atributos estéticos. A interferência ou inserção de pessoas externas a uma determinada comunidade ou região, ao se apropriar daquele espaço, promovem, na quase totalidade dos casos, a desarticulação das redes sociais do lugar, seja pelo cercamento, destruição ambiental ou pela própria expropriação dos moradores, culminando não apenas no declínio ou mesmo término

---

<sup>7</sup> DIEGUES, Antônio Carlos. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro (orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Nupaub/Usp, 2001, p. 97.

<sup>8</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 6, n. 1, p. 9-32, maio 2004, p. 10.

<sup>9</sup> DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro. Apresentação. In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro (orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Nupaub/Usp, 2001, p. 9.

do usufruto em comum da terra, mas também de outras práticas sociais de cunho coletivo<sup>10</sup>.

Desta maneira, estudar o uso comum da terra e sua desagregação em um espaço, implica também em se estudar a questão da apropriação/expropriação da terra. A apropriação de terras no Brasil possui uma peculiaridade apontada por Lígia Maria Osório Silva: esta “constituiu-se fundamentalmente a partir do patrimônio público. Em outros termos, o monopólio da terra foi se formando num lento processo de passagem das terras chamadas devolutas para o domínio privado”<sup>11</sup>, consistindo em um processo que direcionava progressivamente estas terras a formas de propriedade privada, o que ocorreu principalmente após a Constituição de 1891, “quando as terras devolutas são transferidas ao domínio dos estados-membros, os quais passam a geri-las diretamente”<sup>12</sup>.

A região onde atualmente se localiza Fraiburgo passou a ser ocupada por fazendeiros, pequenos e médios sítiantes, na grande maioria compostos por posseiros, a partir da década de 1850<sup>13</sup>, possuindo como principal atividade econômica a criação de animais, complementando-a com a lavoura de subsistência e a extração de recursos naturais da floresta. Muitas destas terras passaram a se tornar alvo do processo de apropriação privada, de uma forma mais intensa, somente nos anos posteriores a Guerra do Contestado, uma vez que vastas faixas de terras na região onde desenrolou o conflito permaneciam devolutas. O término do conflito, ocorrido oficialmente em 1916, com a assinatura do acordo de limites entre o Paraná e Santa Catarina, marca também a expansão das atividades madeireiras e

---

<sup>10</sup> McKEAN, Margaret A.; OSTROM, Elinor. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro (orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Nupaub/Usp, 2001, p. 87.

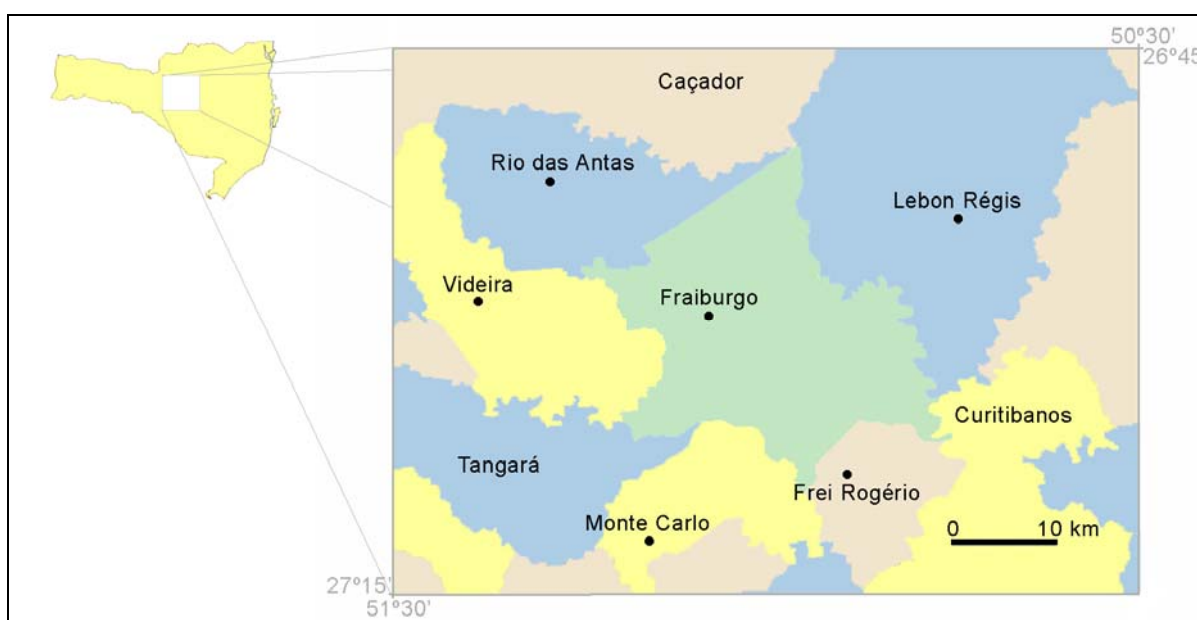
<sup>11</sup> SILVA, Lígia Maria Osório A apropriação territorial na Primeira República. In: SILVA, Sérgio; SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs). **História econômica da Primeira República**. São Paulo: Hucitec/Associação Nacional de Pesquisadores em História Econômica/Edusp/Imprensa Oficial, 2002, p. 157.

<sup>12</sup> CAMPOS, Nazareno José de. Usos e formas de apropriação da terra na Ilha de Santa Catarina. In: **Geosul**, Florianópolis, n.34, p. 113-135, jul/dez. 2002, p. 119.

<sup>13</sup> Segundo Thomas Burke, a ocupação da região onde atualmente se localiza o município de Fraiburgo ocorreu por volta de 1870, com o estabelecimento da fazenda Liberata. No entanto, através de uma Ação de Usucapião movida no ano de 1919 por Benedito Ludgero de Deus, é possível inferir que a ocupação daquelas terras remete ao ano de 1855. Em um trecho da ação, é possível constatar também que aquelas terras já possuíam como confrontantes alguns moradores e não apenas terras devolutas. BURKE, Thomas J. **Fraiburgo: do machado ao computador**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1994, p. 8; Ação de Usucapião movida por Benedito Ludgero de Deus, no ano de 1919. Campos Novos. Processo número 677. Acervo do Arquivo Histórico Municipal Waldemar Rupp, Campos Novos, Santa Catarina.



o avanço da colonização nos “sertões” de Santa Catarina em terras oficialmente desocupadas, que, no entanto, se encontravam habitadas, em alguns casos, por mais de uma geração de moradores. E. P. Thompson comenta que a floresta – e no caso a vegetação da região, com seus campos e faxinais, como um todo –, para um observador incauto (ou um sujeito com determinados interesses políticos e/ou econômicos), pode ser representada simplesmente como uma área inculta, “desabitada”, que se manteve “selvagem”, mas esta “tem a sua complexa economia própria”<sup>14</sup>. No uso da floresta no planalto catarinense, existia uma forte presença do coletivo em relação ao individual, onde circulavam livremente animais de diversos proprietários, criados em aberto, sobretudo na floresta, onde também era possível extrair diversos recursos para a subsistência. Em Fraiburgo os habitantes experimentaram, a partir da década de 1930, a inserção de uma nova economia, com diferentes concepções de uso do espaço, levando antigas práticas, normas e costumes, como a posse e o uso da terra em comum, a entrarem em declínio frente ao cercamento e desmatamento, restando apenas algumas áreas esparsas, inclusive na área urbana, onde ainda é possível se constatar algumas práticas de uso comum da terra.



**FIGURA 1: Mapa da localização do município de Fraiburgo**

<sup>14</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 31,32.

Fonte: base cartográfica: **Santa Catarina – Mapa Interativo**. Disponível em: <<http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/>>. Acesso em: 8 de dezembro de 2006. Autor: Marlon Brandt.

A análise deste processo de transformações sócio-espaciais pela qual passou toda a região de estudo, principalmente nos anos posteriores ao Contestado, da mesma forma que nas demais modalidades de uso comum da terra, como aponta Nazareno José de Campos, “ultrapassa a simples compreensão do contexto espacial. Torna-se necessário a interação deste com o contexto histórico – tanto em relação aos períodos mais recentes, quanto ao passado mais longínquo”<sup>15</sup>. Ou seja, em outros termos, torna-se necessária para a compreensão do tema, conforme aponta o autor, uma abordagem “espaço-temporal, percebendo-se não somente sua constituição físico-geográfica, mas também sua relação histórico-social”<sup>16</sup>.

Desta maneira é possível dizer que esta pesquisa, partindo da idéia da indissociabilidade do espaço e do tempo, trabalha com os preceitos do que pode ser denominado como geografia histórica. A necessidade de uma aproximação da geografia com a história, já era percebida por geógrafos do século XIX como Alexander Von Humboldt e Carl Ritter, da mesma forma que por Vidal de la Blache no século XX, para citar alguns exemplos ilustres, cuja influência deste último atingiu o campo da história, mais precisamente os historiadores da primeira geração da escola francesa dos *Annales* como Lucien Febvre e Marc Bloch, cujas obras refletem a necessidade de se analisar também os fenômenos geográficos<sup>17</sup>.

Autores como Michel Foucault alertam para a pouca atenção que era, e em alguns casos ainda é dada ao espaço, ou a geografia como um todo em muitas obras que tratam o passado. Esta só é evocada quando se recorre a descrição ou explicação de suas características físicas como o clima, solo e a vegetação, sendo ele apenas o palco de uma ocupação ou de uma expansão de dada sociedade<sup>18</sup>. De certa forma o contrário também é válido, como aponta Chris Philo em relação a importância dada ao tempo por muitos geógrafos, considerando-o em segundo

---

<sup>15</sup> CAMPOS, Nazareno José de (2000). *Op. Cit.*, p. 3.

<sup>16</sup> CAMPOS, Nazareno José de (1991) *Op. Cit.*, p. 15.

<sup>17</sup> BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia: a Escola dos *Annales* (1929-1989)**. São Paulo: Unesp, 1991, p. 12. CAMPOS, Nazareno José de (2000). *Op. Cit.*, p. 4,

<sup>18</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 20. ed. São Paulo: Graal, 2004, p. 212.

plano. O que, para o autor, levou a um distanciamento do fator tempo por parte de muitos geógrafos, citando no caso como exemplo Richard Hartshorne, que tratava-o “simplesmente mais no sentido ‘do passado’”, negligenciando a dimensão temporal, como também salienta Milton Santos, não dando ao passado alguma ligação ao campo da história<sup>19</sup>. Desta maneira, continuando com Milton Santos, “um enfoque espacial isolado ou um enfoque temporal isolados são ambos insuficientes”<sup>20</sup>, pois o espaço é construído ao longo do processo histórico, sendo, conforme o autor, composto por “atualidades de hoje e do passado”<sup>21</sup>. Afirmação que vai ao encontro das idéias de Chris Philo, para quem, “a complexa geografia do mundo está estreitamente ligada com o que acontece em sua história”<sup>22</sup>. O mesmo autor defende a idéia de que em pesquisas de caráter historiográfico, seja necessário fazer “com que uma sensibilidade geográfica seja introduzida no estudo de todos esses fenômenos do passado – econômicos, sociais, políticos ou qualquer outro – que são a própria ‘substância’ da história”<sup>23</sup>.

Fenômenos que, como também evidencia Maurício de Almeida Abreu, não devem ser analisados somente na sua dimensão atual.

Há que se investigar também o processo histórico que lhe deu origem, pois aí estão, muitas vezes, os segredos de sua boa interpretação. Nesta busca do passado, entretanto, não devemos nos ater apenas aos vestígios concretos que ele deixou, isto é, as formas materiais que ainda subsistem na paisagem. As formas imateriais também precisam ser investigadas<sup>24</sup>.

O que se busca acrescentar nos estudos, a partir da geografia histórica, é tratar não apenas os fenômenos de materialidade óbvia, mas também os fenômenos de natureza “imaterial” na pesquisa geográfica, levando em consideração, como

---

<sup>19</sup> PHILO, Chris. História, geografia e o “mistério ainda maior” da geografia histórica. In: GREGORY, Derek, MARTIN, Ron, SMITH, Graham (orgs). **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p. 273; SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1980, p. 203.

<sup>20</sup> SANTOS, Milton (1980). *Op. Cit.*, p. 205.

<sup>21</sup> SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: EdUsp, 2004, p. 60.

<sup>22</sup> PHILO, Chris. *Op. Cit.*, p. 270.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 270.

<sup>24</sup> ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Explorações geográficas: percursos no fim do Século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 240.

ressalta Chris Philo, “todo um conjunto de acontecimentos passageiros (guerras, fomes), entidades abstratas [como as representações sociais, os costumes, a religiosidade] e estruturas mais profundas”<sup>25</sup>.

Trabalhar com a geografia histórica requer, todavia, a necessidade de uma abordagem que vá além destas duas áreas do saber. O diálogo deve extrapolar a história e a geografia, abrangendo outros campos do conhecimento, como a antropologia, a sociologia, a economia, o direito, a política, dentre outros, pois como enfatiza Armen Mamigonian, “nós não devemos ter especialização, mas [devemos] realizar uma Geografia que seja, ao mesmo tempo, sociológica, histórica, econômica, política e antropológica”<sup>26</sup>.

Ao se estudar um espaço, como no caso do planalto catarinense, deve-se levar em conta as suas diferentes formações e temporalidades, daí a necessidade de se estudar sua formação sócio-espacial. O interesse dos estudos sobre as formações reside na possibilidade de compreensão das diferentes sociedades e sua dinâmica, analisando assim a “especificidade de cada formação”, distinguindo uma das outras, estando ciente que, dentro do que se pode conceber como um processo espaço-temporal, “nenhuma sociedade tem funções permanentes [...] nenhuma é marcada por formas definitivas de [...] relações sociais”<sup>27</sup>. Deve-se no caso levar em conta que as feições sociais e espaciais não são resultado apenas do econômico, mas também do social, do cultural e do político. No entanto, deve-se ficar atento, ao estudar o tempo e o espaço de forma conjunta, para não escorregar na teleologia, na idéia da existência de um “sentido” da história e sua marcha inexorável rumo ao progresso, naquilo que Cornelius Castoriadis critica, como sendo um “sucessão histórica dos diferentes tipos de sociedade”<sup>28</sup>, todos em um tempo único, linear. Torna-se imprescindível considerar em uma pesquisa a existência de diferentes temporalidades/espacialidades existente entre diferentes formações sócio-espaciais, coexistentes na mesma conjuntura histórica, e como no caso do planalto, ao longo do seu processo de povoamento, em um mesmo espaço. Multiplicidades temporais e espaciais que devem ser vistas com atenção, não apenas na região em estudo, mas

---

<sup>25</sup> PHILO, Chris. *Op. Cit.*, p. 274.

<sup>26</sup> MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre a geografia urbana brasileira. In: SANTOS, Milton (org). **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1988, p. 204.

<sup>27</sup> SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 10-12.

<sup>28</sup> CASTORIADIS, Cornelius; *et al.* **A criação histórica**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1992, p. 86.

no Brasil em geral, que a partir do século XX sofreu um intenso processo de avanço das fronteiras econômicas, algumas ainda em expansão, como é o caso da região Amazônica<sup>29</sup>. Expansão que, conforme explica José de Souza Martins, pode ser vista como “um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado”<sup>30</sup>, fazendo com que em muitos espaços práticas sociais e espaciais consideradas tradicionais como o uso da terra em comum entrem em gradual desagregação.

A desagregação destas formas de uso, não devem servir como motivo para que estas, freqüentemente desqualificadas, sejam consideradas, nas palavras de Alfredo Wagner Berno de Almeida, como “formas atrasadas, inexoravelmente condenadas ao desaparecimento, ou meros vestígios do passado, puramente medievais [...], formas residuais ou ‘sobrevivências’”. Vistos sob esta ótica são considerados “anacronismos mais próprios de crônicas históricas, de documentos embolorados de arquivos, de verbetes de dicionários de folclore e de cerimônias religiosas e festas tradicionais”, constituindo em recriações intelectuais de etnógrafos, onde, apesar do aumento da literatura pertinente ao tema no Brasil, ainda “prevalece a inexistência de qualquer ‘interesse prático’ para examinar e compreender estes sistemas tidos como ‘obsoletos’”<sup>31</sup>.

Desqualificação que pode partir tanto de um próprio preconceito expresso no discurso oficial, este, em muitos casos com interesses políticos e econômicos sobre aqueles espaços (como será visto com maiores detalhes no Capítulo 3), quanto de estudos de caráter agrário, de viés mais ortodoxo, que, segundo o autor acima citado,

delineiam um quadro de desintegração potencial daqueles sistemas, fadados ao aniquilamento pelo progresso social e pelo desenvolvimento das forças produtivas. Em suma, consideram que a expansão capitalista no campo necessariamente libera aquelas terras ao mercado e à apropriação individual provocando uma transformação radical das estruturas que condicionam o seu uso. As análises econômicas assim elaboradas, soam, portanto, indiferentes

---

<sup>29</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 17, p. 223-258, novembro 1998, p. 227.

<sup>30</sup> MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975, p. 45.

<sup>31</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (1989). *Op. Cit.*, p. 164-166

quaisquer das particularidades que caracterizam as formas de posse e uso comum da terra, visto que jamais constituem um obstáculo insuperável ao desenvolvimento capitalista<sup>32</sup>.

No entanto, como aponta não apenas Alfredo Wagner de Almeida, mas também Antônio Carlos Diegues e Nazareno José de Campos, as terras e espaços de uso comum passaram, sobretudo a partir da década de 1970, a possuir uma maior visibilidade, não apenas na esfera dos estudos acadêmicos, obtendo também o reconhecimento jurídico, político, econômico e social. São os casos, por exemplo, do Sistema Faxinal do Paraná, dos chamados fundos de pasto na Bahia<sup>33</sup>, das comunidades remanescentes de quilombos, da exploração dos babaçuais no Nordeste, do uso dos recursos naturais pelos caiçaras no Sudeste e pelos povos da floresta em diferentes espaços da Amazônia<sup>34</sup>.

Danièle Voldman comenta que a proximidade temporal que possuem os pesquisadores do século XX, faz com que estes se deparem com uma abundância e multiplicidade de fontes, o que lhes possibilitam certas “facilidades documentais que não raro causam inveja aos analistas de períodos anteriores”<sup>35</sup>. Porém, se tal documentação a respeito do planalto de Santa Catarina em geral parece ampla no período analisado, esta se reduz proporcionalmente à medida que a escala da pesquisa diminui, ainda mais em um tema cujo cerne trata invariavelmente a questão da terra. Torna-se pertinente desta maneira realizar algumas observações sobre as fontes utilizadas.

Em sua obra “Costumes em comum”, E. P. Thompson, ao estudar a venda de esposas na Inglaterra do século XIX, utilizou o termo “amnésia”, para descrever a memória histórica sobre o caso, afinal “quem iria querer lembrar práticas tão

---

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 166

<sup>33</sup> O fundo de pasto caracteriza-se pela criação de animais, especialmente o bode, soltos no semi-árido, onde as terras, comunais, fazem parte do patrimônio da comunidade. ALCÂNTARA, Denílson Moreira de; GERMANI, Guiomar Inês. Fundos de pasto: espaços comunais em terras baianas. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10. 2005, São Paulo, **Anais...** São Paulo: Usp, 2005 1 CD-ROM.

<sup>34</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (1989, 2004). *Op. Cit.*, *passim*; CAMPOS, Nazareno José de (2000). *Op. Cit.*, *passim*; DIEGUES, Antônio Carlos. *Op. Cit.*, 104-105.

<sup>35</sup> VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org). **Usos e abusos da História Oral**. 6 ed. Rio de Janeiro, FGV, 2005, p. 33.

bárbaras?”<sup>36</sup>. De certa forma é possível encontrar também no planalto uma amnésia, sobretudo nas obras ditas tradicionais e oficiais, muitas delas escritas não apenas por historiadores, mas por advogados, professores locais e entusiastas da história local, no que cabe a questão da apropriação e da expropriação da terra ao longo do século XX. Embora tenham efetuado uma importante contribuição ao levantar fontes de pesquisa sobre a região, nestas, geralmente são enfatizados os “pioneiros”, constituídos, na visão destes autores, pelos primeiros grandes fazendeiros, seguidos pelos colonos de origem européia, quase sempre retratados como empreendedores e principais pilares do desenvolvimento regional. São obras que apresentam um viés factual, sobretudo político e econômico da área em estudo, quase sempre o município, como é o exemplo das obras adiante citadas sobre Fraiburgo. Destas, é possível destacar os livros do empresário Willy Frey, cujos títulos são “Reflorestar é a solução”, “Fraiburgo: berço da maçã brasileira” e “Lá nos Frai”<sup>37</sup>, onde o autor apresenta a trajetória e o desenvolvimento do município relacionados as atividades econômicas de sua família nos ramos madeireiro e de fruticultura. Outros autores, como o agrônomo Thomas Burke em “Fraiburgo: do machado ao computador”<sup>38</sup>, e Gentila Porto Lopes, com seu “Glória de pioneiros”<sup>39</sup> também escreveram sobre a história de Fraiburgo a partir da década de 1930.

O que estas obras possuem em comum, como tantas outras que tratam da região planaltina, e boa parte da historiografia catarinense como um todo, é a ênfase dada a imigração européia e ao seu pioneirismo e empreendedorismo no desenvolvimento da região, fazendo parte de “todo um investimento regional na construção de identidades culturais em torno do sucesso de empreendedores de origem européia, ou seja, a partir apenas do sucesso de alguns empreendimentos e não de todos”<sup>40</sup>. São retratados os principais empreendimentos econômicos, a administração pública, a construção de obras, e as potencialidades do município, em muitos casos visando também a atração de investimentos, dentre outros.

---

<sup>36</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a, p. 305.

<sup>37</sup> FREY, Willy. **Reflorestar é a solução**. Curitiba: Sépia Editora, 2003; **Fraiburgo: berço da maçã brasileira**. 4. ed. Curitiba: Sépia Editora, 2004; **Lá nos Frai**. Curitiba: Sépia Editora, 2005.

<sup>38</sup> BURKE, Thomas Joseph. Op. Cit.

<sup>39</sup> LOPES, Gentila Porto. **Glória de pioneiros – vale do Rio do Peixe- SC**. 2. ed. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1989.

<sup>40</sup> BRANDT, Marlon (2004a). *Op. cit.*, p. 17.

A questão da terra, quando tratada por estas obras, quase sempre é mencionada ao abordar os motivos que levaram a eclosão da Guerra do Contestado. Porém paira um silêncio sobre os anos posteriores, o que também ocorre em relação à população cabocla. Todavia, novos estudos vêm sendo realizados, principalmente a partir da década de 1990, abordando a questão da terra e a relação de alteridade existente entre os antigos moradores, na maioria pequenos e médios sítiantes e os colonos teuto e ítalo-brasileiros que se instalaram no planalto, e em especial no Vale do Rio do Peixe e Oeste, dentro do processo de ocupação do “ex-Contestado”. São obras que lançam novos olhares, problematizando principalmente o processo de colonização e urbanização, buscando também dar voz “aos de baixo”, aos silenciados pelas produções oficiais<sup>41</sup>.

O levantamento das fontes realizado pela literatura sobre a região simplifica, sem sombra de dúvida, o caminho a ser trilhado pelo pesquisador em busca de material de pesquisa, da mesma forma que a elaboração de uma bibliografia básica sobre a região e o tema, conforme salienta Umberto Eco em “Como se faz uma tese”<sup>42</sup>. O levantamento primário destas fontes não significa, no entanto, que novos documentos ou locais de pesquisa deixem de ser considerados. Pelo contrário, as ausências e lacunas que eventualmente estas obras possam apresentar estimula o processo de pesquisa.

Em relação às fontes documentais escritas, estas se encontram dispersas em um grande número de instituições, constituindo-se, no caso da questão de terras e uso comum, principalmente em registros de cartórios, acordos de exploração de pinheiros, concessão de terras, legislações, processos, mensagens e ofícios governamentais, para mencionar as principais fontes oficiais utilizadas na pesquisa. Foram ao longo de dois anos de pesquisa, percorridas bibliotecas, arquivos e museus em busca de fontes, sendo que os principais acervos pesquisados serão apresentados a seguir, indicando também a documentação obtida em cada local.

---

<sup>41</sup> Nos últimos anos é possível observar um número significativo de produções sobre a região. Consistem, em sua grande maioria, em Dissertações e Teses, muitas resultando em livros e artigos, produzidas por programas de pós-graduação em história e geografia, como os da Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade do Oeste Catarinense e Universidade de Chapecó.

<sup>42</sup> ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 19. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. Estudos, 85, p. 35-79.



No caso da região de Fraiburgo, as principais fontes sobre registros de terra e acordos de exploração de pinheiros encontram-se principalmente no município de Curitibanos, onde estão disponíveis os livros do Registros de Imóveis e de Notas e Protestos no Tabelionato, onde estão registradas a compra e venda de imóveis e contratos de aquisição de pinheiros a partir de 1916 até meados da década de 1960, quando o município, apesar de emancipado, pertencia à Comarca de Curitibanos<sup>43</sup>. Também é possível encontrar outros documentos dispersos em Caçador, Campos Novos e Videira, que possuíam, em determinados momentos, jurisdição sobre partes que compõem a região de Fraiburgo. São fontes que permitem, por exemplo, rastrear a origem e a época de aquisição de um imóvel como uma fazenda, quem foram os proprietários, quais suas confrontações e sua área, esta última disponível apenas em alguns casos. Informações que podem ser complementadas com acordos de venda de pinheiros, onde são especificados desde a dimensão das árvores e o número a ser derrubado até o prazo de exploração e o valor total. Embora a população posseira seja excluída destes registros, torna-se possível, conhecendo seus nomes, muitos fornecidos com o recurso da fonte oral (que será discutida a seguir), conhecer, caso tenham permanecido na região, a época em que legalizaram suas posses ou adquiriram novas áreas de terras.

Outra fonte importante, os processos judiciais, encontram-se disponíveis, na maioria, no Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, localizado em Florianópolis, no Arquivo Histórico Municipal Waldemar Rupp em Campos Novos e no acervo do Fórum de Curitibanos, embora neste último, muitos dos processos dos séculos XIX e XX estejam gradualmente sendo transferidos para o Museu do Tribunal de Justiça. Tratam-se, sobretudo de inventários de bens de criadores, de processos-crime por assassinato, de ações de usucapião, de despejo de posseiros, além de demandas demarcatórias de limites entre propriedades, dentre outras. Em

---

<sup>43</sup> Muitas das informações referentes a registro de terras, da mesma forma que os processos existentes no município de Curitibanos, foram destruídos ou inutilizados durante o conflito do Contestado, quando o município foi alvo do ataque dos sertanejos no ano de 1914. No ataque foram incendiadas a Intendência Municipal, além da Cadeia, a residência do Coronel Albuquerque e todas as repartições públicas, além de outras casas. Apenas o local onde se localizava o Cartório, por se tratar da propriedade de Chico Ventura, que atuou ao lado dos revoltosos não foi incendiado, porém teve a documentação jogada à lama. LEMOS, Zélia de Andrade. **Curitibanos na história do Contestado**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1977, p. 122, 176. Alguma documentação se salvou e estão disponíveis nos acervos do Fórum de Curitibanos e do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, muitos sujos de lama e alguns com marcas de corte provocados por facões ou perfurações a bala.

relação a estas fontes, cabe destacar que, ao menos em relação ao Contestado, como sugere Paulo Pinheiro Machado, dentre as outras rebeliões sertanejas no Brasil, esta “é uma daquelas em relação às quais houve uma grande atividade do poder Judiciário, talvez pela maior interiorização e capilaridade do Estado neste período”<sup>44</sup>. Existe, desta forma, documentos essenciais não só para o estudo do conflito em si, mas da questão da terra na região, problema que persistiria nos anos posteriores ao conflito.

No Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, localizado em Florianópolis, foram consultados documentos referentes aos municípios de Campos Novos, Curitibanos e Lages, onde foi possível encontrar algumas informações sobre o uso em comum de terras. Os Registros de Vigários, que consistiam nos primeiros registros de terras após a promulgação da Lei de Terras em 1850 também foram consultados, além de mapas dos municípios de Campos Novos (década de 1920), Curitibanos e Videira (décadas de 1940 e 1950 respectivamente) e os relatórios anuais referentes a atuação da Diretoria de Terras e Colonização (décadas de 1920 a 1950). Também é possível encontrar títulos de concessão de terras efetuadas pelo Estado, dentre outros documentos avulsos, tratando, por exemplo, da legislação da terra, complementando o material de pesquisa levantado na Assembléia Legislativa de Santa Catarina e as mensagens apresentadas pelos diversos governadores no período.

Através destas fontes foi possível obter informações valiosas a respeito da região e do processo de ocupação da região a partir da década de 1920, onde, conforme a Mensagem do Governador em exercício Antônio Pereira da Silva e Oliveira no ano de 1924, “são várias as empresas que se dedicam aos trabalhos de colonização, todas ellas contribuindo efficazmente para a incorporação à cultura daquelle rico pedaço de nosso território”<sup>45</sup>

Também em Florianópolis foram consultados na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina diversos jornais de época, principalmente os de circulação local, de Curitibanos, Lages e Campos Novos. Em suas páginas encontram-se informações muito interessantes sobre a questão da terra e a existência, ainda nas

---

<sup>44</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 46.

<sup>45</sup> SANTA CATARINA. Governador em exercício Antônio Pereira da Silva e Oliveira. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo**, em 22 de julho de 1924. Florianópolis, 1924.

primeiras décadas do século XX, da disputa territorial com populações indígenas, sobretudo nas bordas do planalto em direção ao Vale do Itajaí. Foram nos jornais locais, por exemplo, que a *Brazil Railway* emitiu editais proibindo a invasão ou ocupação das terras concedidas como pagamento pela construção da estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, ou que alguns proprietários demonstravam descontentamento com a invasão de animais de outros proprietários em suas terras. Também na Biblioteca Pública é possível ter acesso a bibliografia militar sobre o Contestado, como no caso de uma série de artigos escritos pelo Capitão Vieira da Rosa em 1918 para o jornal Terra Livre, intitulado “Reminiscencias da Campanha do Contestado – subsídios para a História”<sup>46</sup> e o livro escrito pelo Primeiro-Tenente do Exército, Herculano Teixeira D’Assumpção, “A campanha do Contestado (as operações da Columna do Sul)”<sup>47</sup>. Fontes que, como salienta Katiúscia Maria Lazarin, estando “dentro da tradição militar brasileira, com sua ideologia pautada na doutrina positivista [...] visavam atrair a atenção de políticos e governantes para o problema que era a condição de barbárie da população do interior”. Como bem aponta a autora, estas narrativas, ao descrever a região e os revoltosos “sob a máscara da declarada imparcialidade” dão a impressão de que esta população e os revoltosos em geral são compostos por um bando de fanáticos ludibriados e marginais, problema que seria resolvido, na visão de Herculano Teixeira D’Assumpção, com uma modificação moral e a educação do sertanejo<sup>48</sup>. Nestes relatos, que de acordo com Paulo Pinheiro Machado podem também ser vistos como fontes primárias devido ao envolvimento direto dos seus autores<sup>49</sup>, é possível obter algumas informações a respeito do modo de vida da população sertaneja.

Em Fraiburgo, pelo fato de ter se emancipado apenas no ano de 1961, muito pouca informação pôde ser obtida em relação ao período estudado. Destacam-se, no entanto, o acervo fotográfico do Museu Municipal de Fraiburgo e do acervo particular de Aldani Frey. Estas consistem principalmente em imagens dos vastos

---

<sup>46</sup> VIEIRA DA ROSA, José. Reminiscencias da Campanha do Contestado – subsídios para a História. In: **Jornal Terra Livre**, Florianópolis, n. 2, 2 de agosto de 1918 a n. 91, 20 novembro de 1918.

<sup>47</sup> D’ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. **A campanha do Contestado (as operações da Columna do Sul)**. V. 1. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1917, p. 181. V. 1. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1917, p. 181.

<sup>48</sup> LAZARIN, Katiúscia Maria. Lendo o Contestado: discursos e construção de sujeitos na bibliografia sobre a Guerra do Contestado – 1915 a 1960. **Esboços**: revista do programa de pós-graduação em história da Ufsc, Florianópolis, v. 12, p.151-164, 2004, p. 154-156.

<sup>49</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 45.

pinheirais da região e da serraria René Frey & Irmão, instalada no ano de 1937, onde atualmente se encontra o centro urbano do município. Trabalhar com imagens requer, como alerta Miriam Moreira Leite, um “aprofundamento dos contextos em que estas foram produzidas ou estão sendo conservadas”<sup>50</sup>. Muitas destas imagens, como será visto principalmente no Capítulo 3, ilustram bem o ideal de modernização dos quais eram imbuídos os pequenos industriais do Vale do Rio do Peixe e região, como era o caso da própria família Frey. Imagens que podem ser utilizadas não somente como mera ilustração, mas como uma fonte para avaliar a dinâmica sócio-espacial da região. Como bem atenta Rute Coelho Zendron, um fator importante da imagem fotográfica se refere a sua construção, onde o fotógrafo ou quem possui a intenção de produzir a imagem, “está fazendo uma escolha, portanto, a fotografia não é apenas ‘a emanção do referente’, mas a emanção de um referente previamente escolhido, enquadrado, focalizado”<sup>51</sup>, servindo assim para representar, conforme Susana Cesco, “as transformações ambientais chamadas de ‘progresso’”<sup>52</sup>, de desenvolvimento econômico, aproveitando as riquezas “ignoradas” pela população cabocla, como a madeira, que constituía, nas palavras e uma autora local em uma “excelente matéria prima para ser aproveitada convenientemente. Especialmente o pinho [araucária]”<sup>53</sup>.

Raphael Samuel enfatiza a importância que a documentação possui em relação aos estudos envolvendo a história local. Porém alerta o autor que estas fontes têm limites. O autor cita alguns exemplos destas limitações, por exemplo, no caso da documentação sobre a terra:

documentos de grandes propriedades podem ter muitas informações [...] embora tenham pouco ou nada a dizer sobre atividades agropecuárias; escrituras, apesar de todos os seus detalhes, podem dizer-nos muito pouco sobre o seu aproveitamento – o modo como os prédios e fazendas eram usados<sup>54</sup>.

<sup>50</sup> LEITE, Miriam Lifchiz Moreira. Leitura da fotografia. **Revista estudos feministas**, ano 2, p. 130-141, 2 semestre, 1994, p. 133-136.

<sup>51</sup> ZENDRON, Rute Coelho. O fotógrafo. **Esboços**. Chapecó, v. 10, n. 10, p. 84-95, 2002, p. 87.

<sup>52</sup> CESCO, Susana. **Desmatamento e Migração no Alto Vale do Rio do Peixe**: discussões sobre o “progresso” e transformação ambiental. 2004, 126 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004, p. 92.

<sup>53</sup> LOPES, Gentila Porto. **Glória de Pioneiros**. 2. ed. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1989, p. 39.

<sup>54</sup> SAMUEL, Raphael. Documentação história local e história oral. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9, n. 19, p. 219-243. set. 1989/fev.1990, p. 224.

São estas limitações que tornam imprescindíveis os depoimentos e informações de antigos moradores na reconstituição daquele espaço e o modo como a terra era utilizada, pois a evidência oral é tão importante quanto o documento escrito e as materialidades remanescentes do tempo em que viveram<sup>55</sup>. O recurso ao depoimento oral permite, como aponta Jorge Lozano, “obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas ou novas”<sup>56</sup>, procurando “cobrir” as lacunas e silêncios sobre aspectos do município que não foram respondidos pelas obras que tratam a área de estudo até então. Afirmção corroborada por Robert Frank, para quem estas fontes são “insubstituíveis, não apenas para cobrir lacunas, mas também para apreender todo um sistema de informações”<sup>57</sup>, ainda mais ao se analisar práticas sustentadas no costume, onde a oralidade exercia uma grande importância e que ainda permanecem vivas na memória de muitos daqueles moradores. Oralidade que pode ser vista, como ressalta Maria Luísa Schmidt, como um

testemunho de alguém que presenciou um evento ou um modo de ser do mundo que já não existe, mas que existiu outrora: tudo que existe como história existiu, um dia, como fato. E tudo que existe no presente como evento para experiência direta poderá, no futuro, sobreviver como relato<sup>58</sup>.

Na busca pelos testemunhos depoimentos que pudessem colaborar com a realização da pesquisa, procurei por antigos moradores da região dispostos a compartilhar suas memórias nas entrevistas. Não segui para a escolha dos entrevistados, um critério rigoroso de idade, busquei apenas os depoimentos disponíveis, de moradores ainda vivos que ainda se encontravam residindo na região em localidades diversas, tentando, sempre que possível, obter uma certa diversificação entre os depoentes, pois como aponta George Gaskell, uma pesquisa

---

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 230-231.

<sup>56</sup> LOZANO, Jorge E. A. Prática e estilos de pesquisa na História Oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org). **Usos e abusos da História Oral**. 4 ed. Rio de Janeiro, FGV, 2001, p. 16

<sup>57</sup> FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAVEAU, Agnes; THÉTARD, Philippe (Orgs.) **Questões para a história do presente**. Bauru: Edusc, 1999, p. 110.

<sup>58</sup> SCHMIDT, Maria Luísa S. O passado, o mundo do outro e o outro mundo: tradição oral e memória coletiva. **Imaginário**. São Paulo, n. 2, p. 89-100, jan. 1995, p. 92.

com depoimentos qualitativos não procura contar o número de opiniões, mas sim buscar “as diferentes representações sobre o assunto em questão”<sup>59</sup>. Encontram-se entre os entrevistados, tanto moradores de famílias que viviam na região nos anos anteriores ao conflito do Contestado, sejam de pequenos ou grandes posseiros ou proprietários de terras e colonos, na maioria de origem européia que migraram ou imigraram para o Vale do Rio do Peixe, e posteriormente para Fraiburgo, nos anos posteriores a guerra. Além destes depoimentos, foram obtidos alguns depoimentos produzidos por outros pesquisadores, como o Padre Tomás Pieters, que percorreu a região do município de Fraiburgo entre 1973 e 1974, colhendo depoimentos de antigos moradores, muitos nascidos ainda no século XIX<sup>60</sup>.

Para a execução das entrevistas foi organizado um breve roteiro, com perguntas abertas, uma espécie de guia, que servia basicamente como um lembrete, deixando, desta maneira que o depoente decorresse sobre o tema sem a intimidação ou a obrigação de procurar responder alguma pergunta específica. Isto se demonstrou mais do que válido, pois nestes depoimentos encontravam-se também riquíssimas histórias paralelas, referentes não só a questão da terra e de seus usos, mas de seus hábitos e costumes, sejam relacionados à alimentação, a moradia ou mesmo à religiosidade, que no caso da população cabocla era e em muitos casos ainda é fortemente calcada nos preceitos do monge João Maria, chamado por muitos de “São João Maria”. Em pelo menos dois casos foi possível se realizar mais de uma entrevista, tanto para abordar novas dúvidas que surgiam ao desenrolar da pesquisa quanto para confirmar antigas informações. Estas foram úteis também para estabelecer com os entrevistados uma relação de confiança e segurança, conseguindo romper, em algumas situações, o silêncio do depoente sobre algumas questões.

Porém estes depoimentos orais não devem ser tomados sem se considerar a existência de fontes escritas, tanto na literatura quanto em documentos oficiais.

---

<sup>59</sup> GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 68.

<sup>60</sup> Agradeço ao professor Paulo Pinheiro Machado, do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina por ceder gentilmente a transcrição destes depoimentos.

Neste caso, as fontes orais devem servir também para corrigir outras perspectivas, da mesma forma que as outras perspectivas as corrigem<sup>61</sup>.

George Gaskell salienta o fato de que a obtenção destas fontes orais, mediante a entrevista, consiste em “um processo social, uma ação, ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca”. Neste, entrevistador e entrevistando são envolvidos na produção do conhecimento, ou seja, ocorre uma forma de partilha e uma negociação de realidades<sup>62</sup>, revisitando, em muitos casos, como ressalta Jim Sharpe, as memórias e experiências daqueles homens e mulheres, “cuja existência é tão freqüentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem”, sendo possível buscar os silêncios produzidos pelas produções “oficiais”. Estas pessoas “viveram o tempo subjacente, dominado, que mergulhou e sumiu no tempo da classe dominante e na sua História”<sup>63</sup>. Incorporá-las, juntamente com as tensões sociais existentes no processo de desagregação de tradicionais formas de uso e na apropriação privada das terras, implica reconstituir a organização e as formas de sobrevivência destes grupos invisibilizados<sup>64</sup>. E é neste sentido que se dá a importância da memória destas populações, pois a limitação das fontes, como a de autores locais, cujas narrativas estão, de uma forma ou de outra, engajadas ao sistema de poder local, não abarcando o modo de vida do que Maria Odila Leite da Silva denomina de “meios sociais marginalizados”<sup>65</sup>. Estas narrativas, como sabemos, são intencionais, cabendo ao historiador, como aponta Eric Hobsbawm, e neste caso também estendendo a tarefa ao geógrafo,

tentar remover essas vendas, ou pelo menos levantá-las um pouco de vez em quando – e na medida que o fazem podem dizer à

<sup>61</sup> PRINS, Gwyn. História oral. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992, p. 166.

<sup>62</sup> GASKELL, George. *Op. Cit.*, p. 73-74.

<sup>63</sup> SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992, p. 41.

<sup>64</sup> Para Ilka Boaventura Leite, “o mecanismo da invisibilidade se processa pela produção de um certo olhar que nega sua existência como forma de resolver a impossibilidade de bani-lo totalmente da sociedade”. LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.) **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996, p. 41.

<sup>65</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 4-8.

sociedade contemporânea algumas coisas das quais elas poderiam beneficiar-se, ainda que hesite em aprendê-las<sup>66</sup>.

Esquecidas, mas não totalmente, é aqui que cabe ao estudioso, na medida em que, como afirma Maria Odila Leite da Silva, “a memória social de suas vidas vai-se perdendo, antes por um esquecimento ideológico do que por efetiva ausência dos documentos”, pesquisa e ligar as informações nem sempre disponíveis a primeira vista. Estas geralmente estão escondidas, fragmentadas nas entrelinhas dos documentos, “onde pairam fora do corpus central do conteúdo explícito”. Ou seja, deve-se reunir dados muito dispersos e esmiuçar o implícito “das entrelinhas dos documentos, beirando o impossível, de uma história sem fontes...”<sup>67</sup>.

É também “lendo nas entrelinhas”, buscando dados dispersos, pequenas passagens em documentos, livros, recorrendo às memórias, que se procura apresentar este estudo. Cabe também ao geógrafo ler nas entrelinhas do espaço as evidências de um passado não muito distante, porém ainda vivo na memória daqueles antigos moradores.

Para uma melhor compreensão desta pesquisa, o presente trabalho se divide em três capítulos, sendo que o primeiro, intitulado “Povoamento e uso comum da terra no planalto de Santa Catarina (séculos XVIII e XIX)”, procura apresentar de maneira geral o processo de povoamento da região de planalto de Santa Catarina e Sul do Brasil, destacando a importância da economia tropeira para a formação das primeiras fazendas e levadas populacionais que dariam origem as primeiras comunidades acompanhando o caminho das tropas. São discutidas a importância do povoamento e da miscigenação entre indígenas, portugueses, espanhóis e negros, sugerindo que o desenvolvimento de muitas das atividades ligadas ao usufruto comum sejam fruto de heranças, contatos e ressignificações destes povos transmitidos ao longo de gerações. Muitas destas heranças no que cabe ao uso da terra seriam praticadas por uma população, se não numerosa, ao menos significativa de pequenos e médios sítios que se instalavam, expandindo a fronteira econômica planaltina para além das áreas de caminhos de tropas, sobretudo nas florestas, de pouco interesse econômico para a economia pastoril, onde era possível

---

<sup>66</sup> HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 48.

<sup>67</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Op. cit.*, p. 7-10.



estabelecer-se abrindo uma pequena roça, tendo como principal fonte de renda a criação de animais e/ou a extração da erva-mate, dependendo dos aspectos fitogeográficos da região.

O segundo capítulo, “Apropriação/expropriação de terras: de 1891 ao ‘Contestado’”, procura discutir as implicações sócio-espaciais advindas da inserção de novos elementos àquela região, tendo como base a propriedade privada da terra, dando início a desestruturação de antigos costumes e concepções de uso da terra e de recursos naturais. É principalmente a partir de 1891, quando as terras devolutas passam ao domínio estadual, que se observa a intensificação do processo de privatização das mesmas. No planalto, em muitas destas áreas encontravam-se um sem número de pequenos e médios sítiantes que estavam ligados a criação de animais ou a extração da erva-mate, esta última principalmente no Planalto Norte e Oeste. A apropriação de grandes faixas de terras por coronéis, grupos oligárquicos ou econômicos, passaria, a partir de então, a impedir o usufruto e mesmo a posse de muitas daquelas famílias, sendo este um dentre tantos outros motivos, que levaram a eclosão da Guerra do Contestado.

O terceiro e último capítulo “Colonização e ruptura: o declínio da prática do uso comum da terra em Fraiburgo”, trata da região de Fraiburgo propriamente dita nos anos posteriores ao Contestado. Inicialmente são apresentados alguns dados históricos sobre a sua ocupação, apontando a existência de fazendas de criação e um significativo número de pequenos sítiantes, muitos posseiros, vivendo em suas margens. Informações apresentadas a partir de um levantamento de fontes escritas e orais que buscam, de certa maneira, preencher uma lacuna existente nas produções historiográficas do município nos anos que antecedem a Guerra do Contestado. Findo o conflito, muitas das famílias remanescentes, que residiam naquelas terras, retornariam às mesmas, ainda no sistema de posse, continuando a criação de animais em aberto em uma ampla faixa de terras que permanecia devoluta. A apropriação de grande parte destas terras, destinadas a colonização e a exploração madeireira paulatinamente reduziam, junto com o cercamento, os espaços de usufruto comum. Se a colonização das terras foi um dos fatores da desagregação desta prática, o início do processo colonizatório do Vale do Rio do Peixe impulsionou, através da formação de pequenas indústrias de produção de banha e derivados de carne, a criação de animais pelos moradores da região de

Fraiburgo. Tal crescimento da criação, contudo, conflitava com as iniciativas de madeireiros e colonos. Em um período de não mais de 40 anos, a criação passou a ocorrer da mesma forma praticada pelos colonos, ou seja, fechada, e, no caso dos porcos, em encerras ou chiqueiros. Novos empreendimentos econômicos, da mesma forma que a modernização agrícola iniciada na década de 1960 exerceram uma importante influência no declínio e mesmo fim das atividades de uso comum da terra nos espaços rurais do município.

Por fim, cabe salientar que este é apenas mais estudo, tendo a ciência de que, como expõem Marlene de Fáveri, “nunca se alcança a totalidade do observado num dado lugar e momento”<sup>68</sup>, afinal as diversas abordagens sobre uma mesma área ou sobre um acontecimento nunca se esgotam, ou seja, sempre poderão ser lançados novos olhares, novas questões, novos problemas, sobre este e diversos outros que abordem não apenas Fraiburgo em si, mas toda a região de planalto de Santa Catarina.

---

<sup>68</sup> FÁVERI, Marlene. **Memórias de uma (outra) guerra**: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Itajaí: Univali; Florianópolis: Ufsc, 2004, p. 21.

## 1 – POVOAMENTO E USO COMUM DA TERRA NO PLANALTO DE SANTA CATARINA (SÉCULOS XVIII E XIX)

O usufruto da terra e demais recursos naturais pelo homem, tanto de forma individual quanto coletiva, remonta aos primórdios da humanidade. Ao longo da história, a dinâmica pela qual passaram as diversas organizações sociais que habitavam o globo, fez com que novas situações e contextos se fizessem sentir<sup>69</sup>. No início, como afirma Milton Santos, “cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar do seu pedaço da Natureza os elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência”. Sociedades que organizavam não apenas a produção ou a vida social, mas também o espaço, “na medida de suas próprias forças, necessidades e desejos. A cada constelação de recursos correspondia a um modelo particular<sup>70</sup>”. Pouco a pouco, dependendo de cada sociedade, em seu contexto temporal e espacial, desenvolvia-se uma certa noção de organização da sociedade e do espaço, não somente de forma autóctone, mas também intermediada através do contato entre grupos sociais diversos.

Organização social que atuava, ao longo do processo histórico, por exemplo, no uso e posse da terra, assim como de seus diversos recursos naturais. Surge desta forma, uma oposição entre o público e o privado, que, segundo Nazareno José de Campos ocorria

seja em termos da utilização de bens naturais (aí inserida as terras de uso comum), seja em termos de propriedade (em que se contrapõem a propriedade coletiva e a propriedade privada, tanto em relação à natureza quanto em relação à produção humana)<sup>71</sup>.

Oposição que de modo algum significa o desaparecimento do uso coletivo ou uma tendência ao seu desaparecimento frente à idéia de uma “evolução” da

---

<sup>69</sup> CAMPOS, Nazareno José de (2000). *Op. Cit.*, p.15.

<sup>70</sup> SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da natureza. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v. 6, n. 14, p. 95-106, jan./abr. 1992, p. 97.

<sup>71</sup> CAMPOS, Nazareno José de (2000). *Op. Cit.*, p. 16.

sociedade, o que alíás serve de discurso, ainda nos dias de hoje, para que certas práticas de uso da terra sejam desqualificadas, recebendo rótulos como “atrasadas” ou “anti-econômicas”<sup>72</sup>. De uma forma genérica é possível dizer que, em dados momentos históricos e em diferentes espaços, existiram e existem formas de uso comum da terra, onde fica evidente a sua multiplicidade, que, no entanto, não são estanques. Um conjunto de influências externas e internas as constroem e as reconstroem de acordo com os condicionantes sociais e espaciais de seu tempo<sup>73</sup>. No Brasil é possível encontrar uma significativa influência nas formas de uso comum da terra como a praticada em Portugal, porém influenciadas e ressignificadas a partir de novos elementos sociais, temporais e espaciais, pois como comenta Sérgio Buarque de Hollanda,

para a análise histórica [e no caso também geográfica] das influências que podem transformar os modos de vida de uma sociedade é preciso nunca perder de vista a presença no interior do corpo social de fatores que ajudam a admitir ou a rejeitar a intrusão de hábitos, condutas, técnicas e instituições estranhas à sua herança de cultura. Longe de representarem aglomerados inânimes e aluviais, sem defesa contra sugestões ou defesas externas, as sociedades [...] dispõem normalmente de forças seletivas que agem em benefício de sua unidade orgânica, preservando-as tanto quanto possível de tudo o que possa transformar essa unidade. Ou modificando as novas aquisições até o ponto em que se integrem na estrutura tradicional<sup>74</sup>.

Segundo Nazareno José de Campos, no Brasil “muitas das características básicas de sua sociedade e utilização do espaço físico tem origem em Portugal”, que

---

<sup>72</sup> A desqualificação de antigas formas de uso da terra é uma constante na história agrária nacional. O uso comum da terra, por exemplo, é ainda hoje objeto de discursos que o qualificam como anti-econômico, como no caso do Sistema Faxinal, onde Cicilian Sahr comenta que a forma de uso da terra e criação extensiva dos animais é considerada “atrasada e prejudicial ao progresso econômico e agrícola dos municípios em que estão localizados”. Desqualificação que pode também estar associada a interesses econômicos, uma vez que em muitas das áreas onde ocorre o uso comum da terra e de recursos naturais passaram em determinados momentos históricos, como aponta Antônio Carlos Diegues, “a sofrer o impacto de outras formas de propriedade, como a estatal ou a privada”, estando desta maneira ameaçada de desaparecimento. SAHR, Cicilian Luiza Löwen; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Sistema Faxinal: caboclos entre a Idade Média e a Pós-modernidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10. 2005, São Paulo, **Anais...** São Paulo: Usp, 2005 1 CD-ROM, p. 13.137; DIEGUES, Antônio Carlos. *Op. Cit.*, p. 99.

<sup>73</sup> CAMPOS, Nazareno José de (2000). *Op. Cit.*, p. 16-17.

<sup>74</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 55.

por sua vez, no que tange a apropriação e uso da terra, possui influências que remontam a povos romanos, germânicos e possivelmente também de pré-romanos. Porém a origem dos bens de uso comum no país é incerta, “e não apenas específico à Portugal, mas também em relação aos demais países em que houve ou ainda há qualquer forma de usufruto comunal”<sup>75</sup>.

Na Europa ocorreram diversas formas de uso comum da terra, sendo vasta a literatura que trata desta temática, da mesma forma que o processo de decadência ou resistência em algumas áreas do continente. Dentre as diversas feições e nomes que assumem, conforme menciona Nazareno José de Campos, do “*ager publicus romano, ao allmende germânico, passando pelo common field britânico, communaux e vaïne pature francesas e baldios da península ibérica*”, destaca-se pelo menos uma relação entre estas: “a utilização de pastagens e florestas em comum, servindo tanto ao apascento de gado quanto à retirada de lenha, madeira e outros produtos”<sup>76</sup>. Não é intenção da pesquisa pormenorizar o surgimento destas e de outras formas de uso comum no continente europeu, onde, apesar de cada uma “ter seguido caminho próprio”, de acordo com suas configurações sócio-histórico-espaciais, possuem como semelhanças algumas características, que remetem a formas de uso como as terras de uso comum germânicas, inclusive em áreas onde o direito romano exerceu grande influência, como é o caso de Portugal e da Península Ibérica em geral<sup>77</sup>.

Nestas regiões, pertencentes durante séculos ao território romano, persistiu uma forte influência de seu direito nas formas de apropriação e uso da terra. Tema controverso, que leva a diversas interpretações, a questão da propriedade em Roma faz com que alguns autores defendam-na como privada, como é o caso de Fustel de Coulanges, para quem “as populações da Grécia e da Itália desde a mais remota antigüidade sempre conheceram e praticaram a propriedade privada”. Porém, aponta o mesmo autor, se referindo à Grécia, sobre a existência, em algumas cidades, da disposição da colheita do trigo em comum entre os cidadãos, mas sendo

---

<sup>75</sup> CAMPOS, Nazareno José de (2000). *Op. Cit.*, p. 43-63.

<sup>76</sup> *Ibidem*, p. 21.

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 21; NERONE, Maria Magdalena. **Terras de plantar, terras de criar – Sistema Faxinal: Rebouças – 1950-1997**. 2000. 286 fl. Tese (Doutorado em História e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras, Campos de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2000, p. 32.

a terra, onde este era colhido, de propriedade privada<sup>78</sup>. Max Weber, por outro lado, aponta para formas de uso comum de terras como o *ager publicus* e o *ager compascuus*, que consistia em uma forma de uso comum da terra entre determinados proprietários<sup>79</sup>. O jurista Pontes de Miranda apresenta o caso do compáscuo como sendo uma relação jurídica entre o Estado e particulares no que se refere ao uso da terra, onde ocorria “o uso gratuito das pastagens públicas até dez cabeças de gado grosso e cinqüenta do gado pequeno [e] o uso gratuito das pastagens possuídas em comum por particulares (*compascua*)”<sup>80</sup>.

Nazareno José de Campos, com base em Max Weber<sup>81</sup> e outros autores como Emilio Sereni<sup>82</sup>, argumenta sobre a relação de diferença entre o *ager publicus* e o compáscuo. Existem algumas diferenças entre estas formas de uso da terra principalmente no que concerne ao uso e aos usuários.

Para se considerar como sendo um *ager publicus* o compáscuo tem que estar claramente definido como tal, ou seja, um compáscuo que ocorre exclusivamente em terras públicas, ligado tão somente ao usufruto coletivo da terra e sem qualquer preocupação em relação à questão individual de apropriação<sup>83</sup>.

O *ager compascuu* consistia no uso comum dos pastos pelos confinantes apenas. Por vezes, “determinadas formas de *ager compascuu* acabam por se diferenciar do *ager publicus* apenas pelo fato de ocorrerem em terras privadas e sob costumes definidos por usuários”<sup>84</sup>, uso que em muitos casos se assemelha ao praticado em algumas áreas de uso comum no Brasil, inclusive na região do planalto Sul.

<sup>78</sup> FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. **A cidade antiga**: estudos sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma. 3. ed. Bauru: Edipro, 2001, p. 55.

<sup>79</sup> WEBER, Max. **História agrária romana**. São Paulo: Martins Fontes, 1994, p. 99-104.

<sup>80</sup> Segundo o autor tal lei, de acordo com Cícero, foi atribuída a Thorius, abolindo também as taxas censuais pelo uso da terra pública e distribuiu terras ocupadas na Itália. PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de direito privado**. Tomo XII. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1955, p. 425.

<sup>81</sup> WEBER, Max (1994). *Op. Cit.*

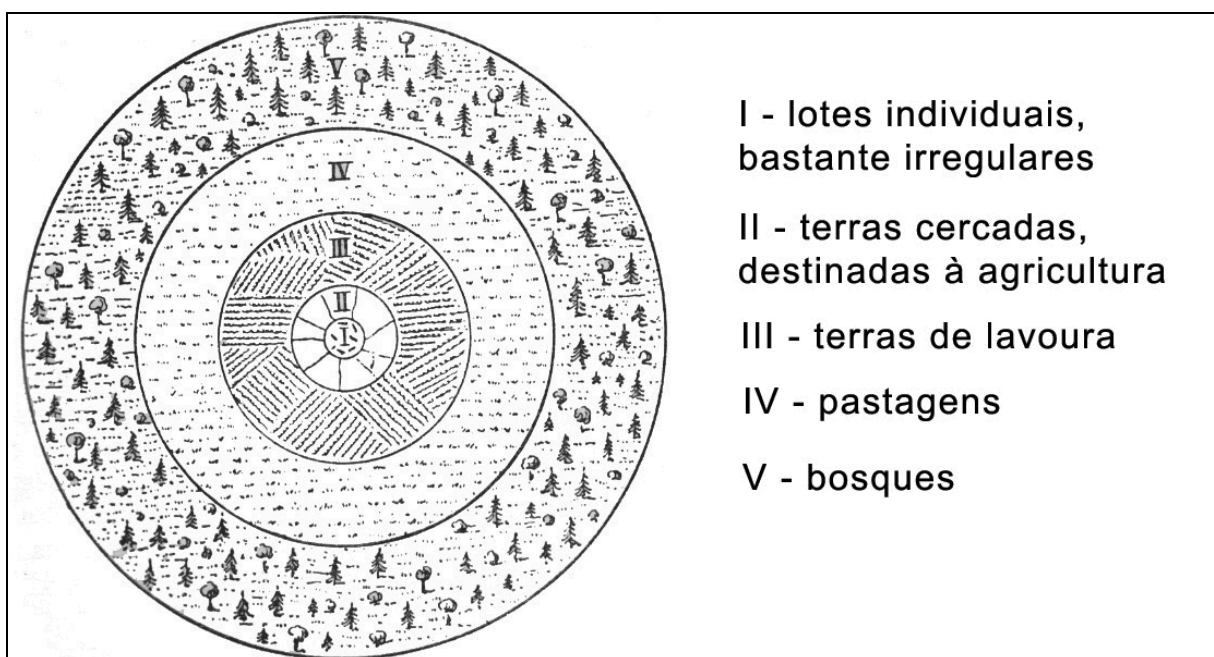
<sup>82</sup> SERENI, Emilio. **Storia del paesaggio italiano**. Roma-Bari: Editora Laterza, 1991. *Apud.* CAMPOS, Nazareno José de (2000). *Op. Cit.*, p. 24.

<sup>83</sup> CAMPOS, Nazareno José de (2000). *Op. Cit.*, p. 24.

<sup>84</sup> *Ibidem*, p. 25.

Dentre os povos que ocuparam a Península Ibérica ao longo da história, os germanos também praticavam formas de usufruto coletivo de algumas áreas.

Expondo de um modo didático, uma aldeia germânica pode ser explicada através de sucessivos círculos, um inserido dentro do outro, onde se situam, em cada faixa, terras com diferentes usos. Forma de explicação adotada por Max Weber ao explicar a organização agrária desta sociedade, apresentada a seguir<sup>85</sup>:



**FIGURA 2: Mapa da representação esquemática de uma aldeia alemã.**

Fonte: WEBER, Max (1997). Op. Cit., p. 20.

Em relação a zona IV, das pastagens, Max Weber, comenta que nestas, denominadas de *allmend*, “*cada casa tiene derecho a apascentar igual numero de reses en la zona de pastos, la cual, sin embargo, no es de carácter comunal, sino que está apropiada en parcelas fijas*”. O mesmo ocorre em relação a zona V, o bosque, que pertencia aos moradores da aldeia, que usufruíam-na no corte da lenha, no feno, e possivelmente na coleta de turfa em algumas regiões, assim como

<sup>85</sup> WEBER, Max. **Historia económica general**. México: Fondo de Cultura Económica, 1997. Clásicos de Economía, p. 19-21.

em produtos destinados a engorda dos animais, principalmente suínos, que “se dividem por igual entre los habitantes del poblado”<sup>86</sup>. Inclusive as terras cultiváveis, da zona III, quando estavam em pousio se prestavam a pastagem em comum<sup>87</sup>. Existiam entre os germanos, tanto direitos individuais, como nas zonas I e II, quanto coletivos no que cabe ao uso e apropriação das terras<sup>88</sup>. Terras que, ao entender de Friedrich Engels, eram todas de propriedade comum e que, ao longo de transformações diversas, passaram a ser divididas, permanecendo apenas as florestas os pastos e as águas no aproveitamento comum<sup>89</sup>.

Conforme aponta Karl Kautsky, os *allmendem* que permaneceram ao longo do período medieval, passaram, a partir do século XVI, a sofrer a desintegração mediante vários fatores, como a apropriação das terras, excluindo paulatinamente o acesso às florestas pela população do campo, a medida que novas relações sociais e econômicas de cunho capitalista se faziam sentir nas sociedades européias, dando novas funções aquele espaço<sup>90</sup>.

Nas regiões continentais e insulares da Europa Ocidental, onde ocorreu a penetração germânica, seu sistema agrícola, “veio a predominar onde quer que se estabelecessem”<sup>91</sup>, abrangendo, segundo Max Weber, uma extensa área que ia da Escandinávia ao Sul da Alemanha, o que não impede que em algumas áreas esta forma de uso não tenha ocorrido, como aponta o autor em relação a porções da Westfalia até a costa holandesa<sup>92</sup>. Terras que possuíam aspectos próprios, com diferentes temporalidades e espacialidades no que cabe ao seu uso e apropriação, entrando, em diferentes tempos, em um processo de declínio. Que passou a ocorrer com maior intensidade a partir do processo de apropriação privada das terras, a partir do surgimento de relações baseadas no capital e na propriedade privada, cuja

---

<sup>86</sup> *Ibidem*, p. 21.

<sup>87</sup> KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980, p. 37.

<sup>88</sup> CAMPOS, Nazareno José de (2000). *Op. Cit.*, p. 24-28.

<sup>89</sup> ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 5. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979, p. 158-159.

<sup>90</sup> KAUTSKY, Karl. *Op. Cit.*, p. 40-41.

<sup>91</sup> *Ibidem*, p. 37.

<sup>92</sup> WEBER, Max (1997). *Op. Cit.*, p. 26-27.



“lógica” não condizia com as práticas até então realizadas, resultando nos conhecidos cercamentos, presentes desde o século XV<sup>93</sup>.

Na Península Ibérica, mesmo com a posterior invasão de povos indo-europeus ainda persistiam antigas formas de uso da terra. Na Espanha, por exemplo, Maria Magdalena Nerone e Nazareno José de Campos, mencionam a existência de traços comunitários em algumas comunidades, muitas delas na atual divisão política entre Espanha e Portugal. Encontram-se além dos baldios, que serão analisados com mais detalhe adiante, as transumâncias de grandes rebanhos de gado lanígero, exigindo áreas de pastagens ao longo do caminho, além das chamadas *derrota de mieses*, áreas em que, após a colheita, realizada em terras particulares, passa a ser aberta para o usufruto comum na alimentação do gado. Forma de uso semelhante a que ocorria na Inglaterra no que se refere às *lammas lands* e as *vaïne pasture* francesas. Terras que seriam, a partir do século XIX, motivo de usurpações, como já ocorria com os baldios, destinados ao apascentamento ou outras formas de usos. Usurpação que não significa, de modo algum, a extinção de formas de uso comum da terra. Na Espanha ela sobrevive ainda nos dias de hoje, como aponta Maria Magdalena Nerone, apresentando dados de estudos realizados sobre 54 municípios na parte ocidental da província de León, realizados no final do século XX, que indicam municípios que variavam entre 8% a mais de 80% do território com terras onde ocorre o uso comum<sup>94</sup>.

Em Portugal, apesar de dominar o direito romano este foi absorvido e ressignificado mediante os *allmendem*, onde a forma germânica de uso comum da terra se faz sentir com mais intensidade, sobretudo nas regiões setentrionais, que segundo Nazareno José de Campos, relacionam-se

ao povoamento que tais regiões sofreram por povos oriundos das penetrações bárbaras vindas de leste (godos, suevos,

---

<sup>93</sup> CAMPOS, Nazareno José de (2000). *Op. Cit.*, p. 32. O processo de apropriação e cercamento de terras comunais na Inglaterra se inicia, segundo Karl Marx, no final do século XV. Estas se constituíam, no entender do autor em “uma velha instituição germânica que continuou a existir sob cobertura feudal”, que paulatinamente, seguindo o século XVI, ia lentamente se transformando em pastagens, até que no século XIX se perdesse “a lembrança da conexão que existia entre agricultura e terra comunal”. MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1, v. 2. 9. ed. São Paulo: Difel, 1984, p. 832-845.

<sup>94</sup> NERONE, Maria Magdalena. *Op. Cit.*, p. 33-36.

alanos, vândalos, etc.), já habituadas, em suas regiões ao regime de uso coletivo da terra e que mantiveram hábitos e costumes da vida comunitária, com possível gênese na *allmend* germânica<sup>95</sup>.

Apesar disso, muitas das formas de uso comum da terra em Portugal, como aponta o autor, poderiam possuir origem mais antiga, remontando a populações pré-romanas. Antiguidade que acabou por gerar diversas formas, como o uso dos baldios, dos terrenos maninhos, bens do *concelho*<sup>96</sup> e ainda os partilhados por um grupo restrito de vizinhos. Genericamente, mesmo existindo diferenças entre estas formas de uso da terra no que cabe ao reconhecimento jurídico e administrativo ou dos usuários, encontram-se nestas o uso em comum de pastos e recursos naturais das florestas. Podem ser desde propriedades comunitárias, como a existente, por exemplo, em Rio de Onor<sup>97</sup>, onde são criados bovinos e suínos, praticando também a agricultura, até mesmo formas de uso semelhante às *lamma lands*, *vaïne pature* e *derrota de mieses*, no caso, utilizando o mato, que cresce após a colheita do feno, em comum para a pastagem do gado. Somam-se a estas formas a transumância de ovinos, que poderia inclusive interligar Portugal e Espanha<sup>98</sup>.

Dentre estas formas, o baldio, cuja raiz histórica possivelmente remonta aos tempos que precederam a ocupação romana, e que, em Portugal persistiria mesmo na conquista árabe, como comenta um estudo português sobre o associativismo cooperativo<sup>99</sup>, é o que melhor identifica o uso comum da terra no país. Em seu Dicionário de Agricultura, Francisco Soares Franco definia desta maneira as terras do baldio:

1º são terrenos incultos, mas susceptíveis de cultura, ou, terrenos áridos, cujo gasto de cultura excederia o producto. 2º São prados

<sup>95</sup> CAMPOS, Nazareno José de (2000). *Op. Cit.*, p. 43.

<sup>96</sup> Terrenos de propriedade administrativa. O *concelho*, ou conselho, é o equivalente ao município no Brasil. *Ibidem*, p. 45.

<sup>97</sup> Rio de Onor é uma aldeia localizada na região fronteiriça transmontana ao Norte de Portugal. Constitui-se por dois focos populacionais, um situado na Espanha (Rihonor Arriba) e o outro em Portugal (Rionor Abajo), distantes cerca de 150 metros, porém integrados pela mesma cultura e dialeto. NERONE, Maria Magdalena. *Op. Cit.*, p. 32.

<sup>98</sup> CAMPOS, Nazareno José de (2000). *Op. Cit.* p. 43-47; NERONE, Maria Magdalena. *Op. Cit.*, p. 32-33.

<sup>99</sup> SILVA, M. Graça; CASTRO, M. Manuela, FIGUEIREDO, Olga M. Algumas notas sobre associativismo comunitário. **Estudos Contemporâneos**. Porto, n. 6, p. 241-252, 1983, p. 242-244.

bons em si mesmos, e que produzem qualquer herva para pastos, ou prados pantanosos, que se podem esgotar. 3º São bosques em bom terreno, de que se podem fazer boas matas, ou arbustos, e espinhais em hum terreno arido<sup>100</sup>.

Seu aproveitamento era variado: forneciam lenhas, que eram inclusive comercializadas nas cidades próximas, madeira, saibro e pedra para a construção, além do pasto e água para a agricultura e abastecimento de fontes públicas, dentre outros usos. Percebe-se aí a grande utilidade do baldio para a população. Baldios que, a partir do século XVIII, passaram a sofrer a apropriação individual, inclusive através do amparo legal, já que as classes governantes naquele momento as consideravam um entrave ao progresso agrícola, o que também seria expresso através da legislação<sup>101</sup>.

Apesar das tentativas de desarticulação, apropriação e venda dos baldios durante o período Salazarista, de 1924 a 1974, e das alterações jurídicas empreendidas com o final do regime, o uso da terra nos moldes do baldio ainda permanece sob território lusitano, ocorrendo em algumas áreas, inclusive urbanas, em espaços abertos, onde pastores levam seu pouco gado para a pastagem<sup>102</sup>.

Formas cuja existência transpôs o Oceano Atlântico e, no Novo Mundo, assumiu feições particulares nos diversos espaços e tempos, influenciados também pelo contato com as populações nativas e africanas que viriam a compor o cenário étnico das Américas a partir da expansão ultramarina europeia iniciada no século XVI.

---

<sup>100</sup> BALDIOS. In: FRANCO, Francisco Soares. **Dicionario de Agricultura**. V. 1. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1804, p. 357-358.

<sup>101</sup> CAMPOS, Nazareno José de (2000). *Op cit.*, p. 48-56. Francisco Soares Franco, em seu "Dicionário de Agricultura", apresentava na discussão sobre os baldios, algumas questões sobre o efeitos destrutivos e pouco produtivo dos baldios. Argumenta sobre a apropriação dos baldios o seguinte: "he bem provado que huma grande quantidade tem sido sucessivamente e felizmente usurpada em vantagem da Agricultura. [...] A pezar disso restão ainda muitos e a Agricultura padece, e pode accrescentar-se, que he sem proveito para o Estado". FRANCO, Francisco Soares. *Op. Cit.*, p. 357.

<sup>102</sup> CAMPOS, Nazareno José de (2000). *Op cit.*, p. 59-62.

## 1.1 – O POVOAMENTO DO PLANALTO CATARINENSE

A colonização portuguesa do Brasil, iniciada no século XVI, não ocorreu apenas a partir da existência da grande propriedade monocultora, mas também através de pequenos lavradores independentes que, ao longo do processo de povoamento, se embrenharam interior adentro, onde é possível que muitos tenham desenvolvido, como aponta Nazareno José de Campos, diferentes formas de uso comum da terra. Algumas delas possuíam “uma conotação sócio-espacial ampla, ocorrendo em diferentes partes do território brasileiro, embora conjugada a termos regionais”, outras possuíam, e em alguns casos possuem ainda hoje, formas tipicamente regionais, ocorrendo em determinados espaços ou situações específicas de um determinado período histórico. Apesar da origem lusa da colonização e povoamento do Brasil, “é difícil levantar com exatidão a gênese como também as causas que levaram muitas das formas de uso da terra no Brasil a se transformarem”. No país, a herança lusa da forma germânica do uso da terra se faz sentir, se constituindo, em certos casos, como um suplemento da renda advinda da propriedade individual. Encontram-se diversas áreas utilizadas em comum, tanto em áreas de domínio público como de domínio privado, o que também caracteriza algumas formas típicas de compáscuo. A herança romana também se faz presente, sobretudo na parte jurídica, onde o uso comum, principalmente em relação às áreas públicas, aparece como uma relação entre o Estado e particulares<sup>103</sup>.

São inúmeros os exemplos de formas de uso comum da terra e vasta é a sua distribuição espacial no Brasil. De norte a sul são vários os exemplos, onde, como aponta Alfredo Wagner Berno de Almeida, “o uso comum dos recursos aparece combinado tanto com a propriedade quanto com a posse, de maneira perene ou temporária, e envolve diferentes atividades produtivas: extrativismo, agricultura, pesca e agropecuária”<sup>104</sup>. Estas, da mesma forma que aponta Raquel Fontes Pereira, em relação às formações econômico-sociais da América Latina,

---

<sup>103</sup> *Ibidem*, p. 77-79.

<sup>104</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (2004). *Op. Cit.*, p. 12.

[...] representam o resultado de múltiplas combinações de elementos naturais e humanos que se diferenciam tanto espacial quanto historicamente e que devem ser apreendidos em seus distintos processos históricos e culturais [...] <sup>105</sup>.

Desta maneira, como aponta a autora, também as condições naturais existentes devem ser levadas em conta ao se analisar as formas de uso comum da terra, constatando assim a existência de “uma complexa rede de elementos naturais e humanos”<sup>106</sup>, cuja imbricação, resultante também do contato entre diferentes sociedades, originam novas formas de uso, releituras e apropriações da terra, cuja origem, em muitos casos portuguesa e espanhola, teriam presença no planalto meridional do Brasil desde o início da ocupação europeia, tanto a partir das primeiras incursões e fundações de reduções por parte de jesuítas espanhóis, quanto das primeiras investidas promovidas pelas bandeiras paulistas, com sua posterior instalação naquelas terras.

### 1.1.1 – JESUÍTAS, BANDEIRANTES E TROPEIROS

A abertura dos caminhos de tropas ligando o Rio Grande do Sul a São Paulo, marca, a partir do século XVIII, o surgimento de um paulatino processo de povoamento da região planaltina de Santa Catarina. Tendo anteriormente como principais ocupantes as populações indígenas<sup>107</sup>, o planalto, nos dois séculos

---

<sup>105</sup> PEREIRA, Raquel M. Fontes do A. Gênese da formação social brasileira. In: ANDRADE, Manuel Correia; FERNANDES, Eliane Moury; CAVALCANTI, Sandra Melo (orgs). **O mundo que o português criou**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998, p. 90.

<sup>106</sup> *Ibidem*, p. 90.

<sup>107</sup> Segundo pesquisas arqueológicas realizadas no Alto Vale do Rio Uruguai, para a construção da Usina Hidrelétrica Campos Novos foram encontrados vestígios arqueológicos de grupos que datam de mais de 4.000 anos na região de Campos Novos, sendo possivelmente esta uma das ocupações mais antigas do Brasil. CADERNO DE ARQUEOLOGIA. Florianópolis: Ufsc, Unisul, março 2006, p. 5. Na região de Fraiburgo também é possível encontrar diversos vestígios de populações indígenas, embora nenhum estudo mais detalhado tenha sido realizado, para determinar origem e o tempo do(s) grupo(s) que por lá viveram ou transitaram, sendo comumente encontrados artefatos líticos e resquícios de casas subterrâneas. Estas, possivelmente escavadas com seixos ou pequenas pás de madeira, com o telhado feito de troncos, palha e terra. Construção que supostamente é uma adaptação as condições climáticas do planalto, é encontrada em regiões de altitudes elevadas do Rio Grande do Sul até Minas Gerais. Grande parte destas casas subterrâneas encontram-se dispersas

anteriores, foi alvo de exploradores espanhóis que teriam utilizado o caminho do Peabiru, que possui uma de suas ramificações no planalto catarinense<sup>108</sup>. Posteriormente a região também sofreria incursões dos jesuítas localizados nas missões dos Tapes e do Guairá, nos atuais Paraná e Rio Grande do Sul, respectivamente. Estas missões se constituíam nos alvos preferidos das bandeiras que incursionavam pelo planalto sul brasileiro a partir do século XVII, visando a captura de indígenas para serem escravizados. Inicialmente os paulistas atacaram as missões no Paraná, investindo posteriormente nas missões do Rio Grande do Sul<sup>109</sup>, capturando também populações não reduzidas<sup>110</sup>.

É lícito supor que estas reduções, conforme aponta Maria Magdalena Nerone, tenham trazido a experiência ibérica do uso da terra em comum. Embora tenha durado relativamente pouco, dentre suas atividades econômicas se encontravam a extração da erva-mate, cujo uso se disseminou por toda a região do Prata, sendo transportada por antigos caminhos que seriam aproveitados mais tarde pelo tropeirismo, além da criação de animais. Nas reduções, como aponta a autora, também ocorriam lavouras coletivas. No entanto, as constantes invasões pelas bandeiras paulistas, da mesma forma que as doenças européias que se alastravam entre a população nativa, trouxeram uma queda drástica da população, e os poucos que se interiorizaram, carregaram “a bagagem cultural da experiência vivenciada na

---

em fazendas da região, sendo que uma destas foi reconstituída, com fins turísticos, na área urbana do município, na Floresta Nativa René Frey. PRÉ-HISTÓRIA do Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas – Unisinos, 1991, p. 83.

<sup>108</sup> Originário do tupi-guarani, o termo Peabiru quer dizer “caminho forrado” ou “caminho batido”. Consistia em uma ampla rede de caminhos ligando o litoral Sul e Sudeste brasileiro ao Peru, construído antes da chegada dos portugueses. Os primeiros exploradores europeus a palmilharem estes caminhos em Santa Catarina seriam Álvar Nuñez Cabeza de Vaca e Aleixo Garcia, ambos a serviço da Espanha, no século XVI. Posteriormente o caminho também seria usufruído por missionários e bandeirantes. LANGER, Johnni. Mistério do Peabiru. **Nossa História**, São Paulo, ano 2, n. 22, p. 20-24, ago. 2005, p. 20-21; LOHN, Reinaldo Lindolfo. O naufrago e o sonho: Aleixo Garcia e o imaginário da conquista. In: BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia Maria Fávero (orgs). **História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX**. Florianópolis: Ufsc, 2004, p. 27-59; CABEZA DE VACA, Álvar Nuñez. **Naufrações e comentários**. Porto Alegre: L&PM, 1999, p. 156-171.

<sup>109</sup> ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial & caminhos antigos e povoamento do Brasil**. 2. ed. Brasília: UnB, 1998, 115-116.

<sup>110</sup> MONTEIRO, John Manuel. Os Guarani e a história do Brasil Meridional – séculos XVI-XVII. In: CUNHA, Manoela Carneiro da. (org). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 492. Rodrigo Lavina menciona o fato de que alguns autores referem-se a possibilidade de índios Kaigáng que habitavam o planalto de Santa Catarina terem sido aldeados em reduções, enquanto outros referem-se a incorporação destes indígenas nas bandeiras de preação Guarani. Porém, como ressalta o autor, “a ambigüidade destes textos não permite até o momento, um aprofundamento maior, no que se refere ao atual território do nosso Estado” LAVINA, Rodrigo. **Índigenas de Santa Catarina: História de Povos Invisíveis**. In: BRANCHER, Ana (org). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. 2. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004, p.78.

Redução”<sup>111</sup>. É um tanto arriscado continuar seguido as afirmações da autora, segundo a qual a sobrevivência de remanescentes na região teria sido a principal condicionante de formas de uso comum de terra no Paraná, no caso de seu estudo o Sistema Faxinal, devido ao uso que se possuía da terra nas missões, citando o caso das lavouras coletivas e da criação de animais, como bois e porcos, nas palavras da autora “em compáscuo”<sup>112</sup>. Antes mesmo do contato, as populações indígenas que habitavam as regiões de planalto já possuíam o hábito de, se não criar, ao menos caçar porcos soltos, conforme relata Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, em sua viagem, no século XVI, rumo à Assunção no Paraguai seguindo o planalto pelo Peabiru<sup>113</sup>. Além disso, deve-se também considerar a rápida difusão de animais domésticos, como porcos e galinhas, trazidos pelos europeus<sup>114</sup>, e que na primeira metade do século XVI já eram criados pelos índios Tupinambás, se espalhando, algumas décadas depois, a centenas de quilômetros para o interior, o que pode ter ocorrido, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda, não apenas pelo contato com os europeus, mas principalmente pelo comércio intertribal<sup>115</sup>. Ou seja, a criação ou pelo menos o conhecimento de animais exóticos, como as citadas galinhas e porcos seriam anteriores a instalação das primeiras reduções. E, antes mesmo do contato, a extração do mate já era realizada pela população Guarani, onde a horticultura também desempenhava um papel importante na sua organização social<sup>116</sup>.

No entanto, é plausível dizer que as missões, ao menos na região entre os rios Iguaçu e Uruguai, mesmo com a reduzida permanência, poderiam ter exercido

<sup>111</sup> NERONE, Maria Magdalena. *Op. Cit.*, p. 52. Manuel Pacheco Neto discute a existência de constantes fugas por parte dos indígenas aldeados ao longo do Guairá para o sertão pelo temor de serem capturados pelos bandeirantes. PACHECO NETO, Manuel. **Palmilhando o Brasil Colonial: a motricidade dos bandeirantes, índios e jesuítas no século XVII**. 2002. 150 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Campus de Dourados, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Dourados, 2002, p. 91.

<sup>112</sup> NERONE, Maria Magdalena. *Op. Cit.*, p. 49-52.

<sup>113</sup> CABEZA DE VACA, Álvaro Nuñez. *Op. Cit.*, p. 162.

<sup>114</sup> O historiador ambiental Alfred Crosby discute, em sua obra “Imperialismo ecológico”, os impactos que teriam provocado os europeus aos povos nativos a ao meio ambiente de várias regiões do mundo. Para o autor, uma das explicações do sucesso dos europeus nestes novos territórios, que chamou de “Neo-Europas”, não se deve somente a cultura ou a sua tecnologia, mas também pela biota portátil levada pelos europeus, que incluíam desde bois, cavalos, porcos, trigo, cevada até microorganismos como o vírus da varíola, comuns na vida dos europeus, mas estranhos nas novas terras. No caso dos animais e algumas plantas, citando como exemplo bois, porcos e o trigo, estes teriam os ajudado, evidentemente variando de acordo com as feições de cada região, a reproduzir nas novas terras o seu modo de vida nas lavouras e na criação de animais. CROSBY, Alfred. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, *passim*.

<sup>115</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. Cit.*, p. 169.

<sup>116</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Op. Cit.*, p. 490.

alguma influência no surgimento de formas de uso comum da terra, afinal o gado vacum introduzido pelos jesuítas seguramente fez com que a população aldeada aprendesse o seu manejo na captura, ordenha, condução ao pasto e no seu uso nas atividades agrícolas<sup>117</sup>. Influência que seria difícil de avaliar, porém não de forma tão significativa ou determinante quanto supõe Maria Magdalena Nerone, principalmente devido à presença portuguesa, que se efetivava no Sul do Brasil a partir do avanço, inicialmente das bandeiras, e, mais tarde, do povoamento iniciado por tropeiros e fazendeiros, somados a semelhança existente entre Portugal e Espanha nas formas de uso comum da terra, tendo por base os conhecidos baldios.

Os jesuítas, responsáveis pela fundação das missões, também promoveram a introdução nos planaltos do atual Rio Grande do Sul de imensa quantidade de gado asinino, bovino, cavalari e mular. Foram destinadas, a partir do século XVII, sucessivas levadas de rebanhos para as missões espanholas. Criados soltos e servindo como rebanho disponível às reduções, os animais se tornaram bravios, “alçados”, formando assim imensas reservas de gado. São elas as Vacarias do Mar e dos Pinhais, esta também conhecida como Campos da Vacaria<sup>118</sup>, cujo número de animais chegou, possivelmente, na casa dos milhões, o que seria possível graças a grande quantidade de pastos e o reduzido número de inimigos naturais<sup>119</sup>.

Ao longo do século XVIII, entre disputas portuguesas e espanholas pela posse do território sulino, parte do atual Rio Grande do Sul passou a ser povoado, do lado português, por paulistas predadores de índios, lagunenses e açorianos, que passaram a aproveitar “aquela imensa riqueza com que acenavam os campos sulinos”<sup>120</sup>. Ocupação que conteria também o caráter de assegurar o domínio português daquelas terras. Formaram-se assim as primeiras estâncias no “Continente do Rio Grande”<sup>121</sup>.

---

<sup>117</sup> MANFRIN, Adilson. **Loreto (1610-1631): Guyrapoty do Pirapó**. 2003. 143 fl. Dissertação (Mestrado em História Indígena) – Programa de Pós-Graduação em História, Campus de Dourados, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Dourados, 2003, p. 82.

<sup>118</sup> PESAVENTO, Sandra Jatáhy. **História do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. Série Revisão, n. 1, p. 9-11.

<sup>119</sup> CROSBY, Alfred. *Op. Cit.*, p. 155-162.

<sup>120</sup> EHLKE, Cyro. **A conquista do Planalto Catarinense (bandeirantes e tropeiros do “Sertão de Curitiba”)**. Rio de Janeiro: Laudes, 1973, p. 123.

<sup>121</sup> PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Ufsc/Lunardelli, 1983, p. 165.



Animais que passaram a ter como destino a região sudeste, atendendo em especial as capitanias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A descoberta de ouro e metais preciosos no sudeste brasileiro criou um mercado de consumo, no qual as Vacarias possuíam condições de fornecer animais visando o abate e transporte de bens, utilizando, neste caso, principalmente muares que carregavam mercadorias em tropas de cargueiros. Surge desta maneira uma extensa rede de transporte, interligando vilas e formando novas povoações ao longo do seu caminho dirigindo-se às regiões mineradoras<sup>122</sup>. E no caso da região Sul, esta pode desempenhar, de acordo com Felipe Falcão, “um papel subsidiário, mas decisivo, para a economia que se desenrolava no Brasil e também para as pretensões da metrópole em melhor usufruir de suas terras”<sup>123</sup>, contribuindo desta maneira na integração econômica do país e na divisão territorial do trabalho. Esta, de acordo com Milton Santos, é movida pela produção e “atribui, a cada movimento, um novo conteúdo e uma nova função aos lugares”<sup>124</sup>. Aquela imensa galaria passaria, através da atividade mineira e da necessidade de abastecimento e transporte daquelas, a assumir vital importância para a manutenção das atividades auríferas no Sudeste e Centro-Oeste brasileiro.

Inicialmente, o gado seguia dos Campos de Viamão, nas Vacarias do Mar, ao longo da costa, até Laguna. De lá seguia a courama dos animais via marítima<sup>125</sup>, enquanto a carga viva, composta por muares, era tropeada até a Ilha de Santa Catarina, sendo então embarcada rumo a São Paulo e Rio de Janeiro<sup>126</sup>. Porém a limitação do transporte marítimo e seu custo seria um dos fatores, além das ameaças e ataques dos espanhóis do Prata ao longo da segunda metade do século XVIII, fizeram com que os portugueses intencionassem a abertura de um caminho

---

<sup>122</sup> SANTOS, Silvio Coelho. **Nova história de Santa Catarina**. 5. ed. Florianópolis: Ufsc, 2004, p. 43.

<sup>123</sup> FALCÃO, Felipe. Dos corretos enganos e de outros desacertos: a presença portuguesa no Sul da América. In: BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia Maria Fávero (orgs). **História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX**. Florianópolis: Ufsc, 2004, p. 182; MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). Op. Cit., p. 60.

<sup>124</sup> SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 131.

<sup>125</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. Cit., p.13-14.

<sup>126</sup> RUCHEL, Ruy Rubem. Tropeirismo nos séculos XVII, XVIII, XIX e XX. In: **Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: Edições EST, 2000, p. 41-42.

que ligasse por terra os Campos do Viamão até os Campos de Curitiba, seguindo de lá rumo a São Paulo<sup>127</sup>.

O povoamento dos Campos de Curitiba teve início no século XVII, a partir do avanço de vicentistas, que fundaram o povoado de Paranaguá em 1648. De Paranaguá, partiram levas de moradores, que, em meados da década de 1660, passam a interiorizar o povoamento na busca do ouro e dos campos naturais, conforme Pedro Taques, na “vila de Curitiba serra acima e sertão de Paranaguá”<sup>128</sup>, chegando aos Campos Gerais. Nestas terras formaram currais, onde comercializavam o gado, já em 1704, na vila de Sorocaba<sup>129</sup>. A ligação destes campos a Viamão ocorre apenas a partir de 1727, com a abertura do Caminho dos Conventos, ligando Araranguá aos Campos de Curitiba. Posteriormente novos caminhos foram abertos, abandonando assim, a partir de 1740, o antigo caminho dos Conventos, passando direto de Lages aos “Campos da Vacaria”, atingindo dali o Viamão, rumo à Colônia do Sacramento, constituindo-se assim a estrada Viamão-Sorocaba<sup>130</sup>. O Caminho das Missões também desempenhou um importante papel na ligação entre o sul e o sudeste, atravessando a atual região Oeste de Santa Catarina, ligando, a partir de 1840, a região dos Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul, aos Campos de Palmas, que passava a ser povoado, e os Campos de Guarapuava, que desde 1810 passaram a receber as primeiras levas populacionais.

Caminhos que embora obedecessem uma certa diretriz, não seguiam um traçado único. Possuíam variantes, transitáveis em algumas épocas do ano, dependendo do nível das águas, por exemplo. Daí a preferência por regiões de maior altitude e serras divisoras de águas. No trajeto, além dos trechos de rios caudalosos ou com muita correnteza, evitavam também florestas fechadas e outros obstáculos proporcionados pelo relevo, além do contato com os “bravios” silvícolas. No caso dos caminhos por cima da serra, existia, no entanto, a vantagem da

---

<sup>127</sup> SANTOS, Silvio Coelho dos (2004). *Op. Cit.*, p. 43-44.

<sup>128</sup> PAIS LEME, Pedro Taques de Almeida. **História da Capitania de São Vicente**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. Edições do Senado Federal, v. 25. In: **Domínio Público**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000043.pdf>>. Acesso em: 3 de julho de 2006, p. 126.

<sup>129</sup> RODERJAN, Roselys Vellozo. **Os cutitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil meridional (séculos XVI a XIX)**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1992. Coleção Estante Paranista, n. 36, p. 9-29.

<sup>130</sup> EHLKE, Cyro. *Op. cit.*, p. 144-145.

existência de grandes extensões de campos naturais, imprescindíveis para o descanso e apascentamento das tropas<sup>131</sup>.

A experiência das bandeiras, cruzando o planalto meridional, seria fundamental para a abertura destes caminhos de tropas e o posterior povoamento. Se no início os bandeirantes colaboraram mais, ao prear indígenas, para despovoar do que para povoar o planalto, a situação se alteraria com o aproveitamento da gaderia sulina. São Paulo, já no século XVII, se constituía, de acordo com Sérgio Buarque de Hollanda, no centro de um "amplo sistema de estradas expandindo-se rumo ao sertão e à costa". Caminhos numerosos que partiam ou se utilizavam de antigos caminhos indígenas como o Peabiru, que conduzindo "ora às minas gerais, ora ao sul, onde se estabeleceram as primeiras reduções de guaranis", fixaram "as direções iniciais da exploração bandeirante"<sup>132</sup>.

O mesmo autor comenta que a partir da segunda metade do século XVIII, quando iniciaram as capturas do muar nos campos sulinos, o fluxo de animais rumo ao norte tomava grande volume, ao ponto de fazer com que o Morgado de Mateus, escrevesse para o Marquês de Lavradio em novembro de 1770, mencionando o fato de que, segundo Sérgio Buarque de Hollanda:

não havia quem, dispondo dos recursos e habilitações indispensáveis, hesitasse em ir buscar animais no Viamão, gastando de ano e meio a dois anos na viagem de ida e volta até Sorocaba, onde se realizavam os principais negócios<sup>133</sup>.

A instauração das feiras anuais em Sorocaba, onde muares e cavalares eram vendidos a outros tropeiros, que conduziam até o seu destino nas regiões mineradoras,<sup>134</sup> assinala também o início de algumas transformações sociais, econômicas e espaciais nas regiões de campos do Sul brasileiro. Nas palavras de Sérgio Buarque de Hollanda, "os grossos cabedais que nelas se apuram, tendem a

---

<sup>131</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 63.

<sup>132</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. Cit.*, p. 19.

<sup>133</sup> *Ibidem*, p. 132.

<sup>134</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Op. Cit.*, p. 14.

suscitar uma nova mentalidade na população. O tropeiro é o sucessor direto do sertanista, e o precursor, em muitos pontos, do fazendeiro”<sup>135</sup>.

Constituíram-se assim os principais caminhos ligando o Sul ao Norte, atravessando o planalto e o Oeste catarinense. Ao longo deste percurso as tropas, ao final de cada dia, paravam para o descanso e pernoite. Com o passar do tempo estas paradas, aponta Rafael Straforini, foram se tornando fixas, sendo que “no início de cada caminhada, já se estabelecia como objetivo, atingir, no final da tarde, o pouso seguinte”<sup>136</sup>. Desta maneira, a partir de uma jornada que durava, dependendo da tropa, se de mulas descarregadas ou com cargueiros, entre 4 e 6 léguas, sendo que uma légua equivale a 6.600 metros, pousos foram sendo estabelecidos em algumas áreas<sup>137</sup>. E é possível supor que inicialmente estas áreas de pousos se constituíam em áreas de uso comum entre os tropeiros. Em Santa Catarina, de forma análoga ao que ocorria no litoral do Estado, onde uma Provisão Régia de 1728, decretava que “o Campo chamado Araçatuba que está juncto desta Ilha [de Santa Catarina] ficasse em parte comuns para os Supplicants trazerem os seus gados”<sup>138</sup>. De acordo com Nazareno José de Campos, embora seja difícil afirmar que a utilização de áreas em comum seja generalizada em todo o litoral, é lícito pensar que os vicentistas que povoaram o litoral sul possuíam este costume<sup>139</sup>. Portanto, muitos daqueles primeiros fazendeiros poderiam ter, embora sem o reconhecimento da Coroa, como no caso dos Campos de Araçatuba, usufruído em comum, vários campos que ao mesmo tempo eram possíveis de invernar o gado na rota tropeira. Terras que seriam, em muitos casos, apropriadas já no século XVIII mediante concessões pela Coroa de Portugal, com o intento de povoar e garantir a posse daquele território perante a Espanha.

---

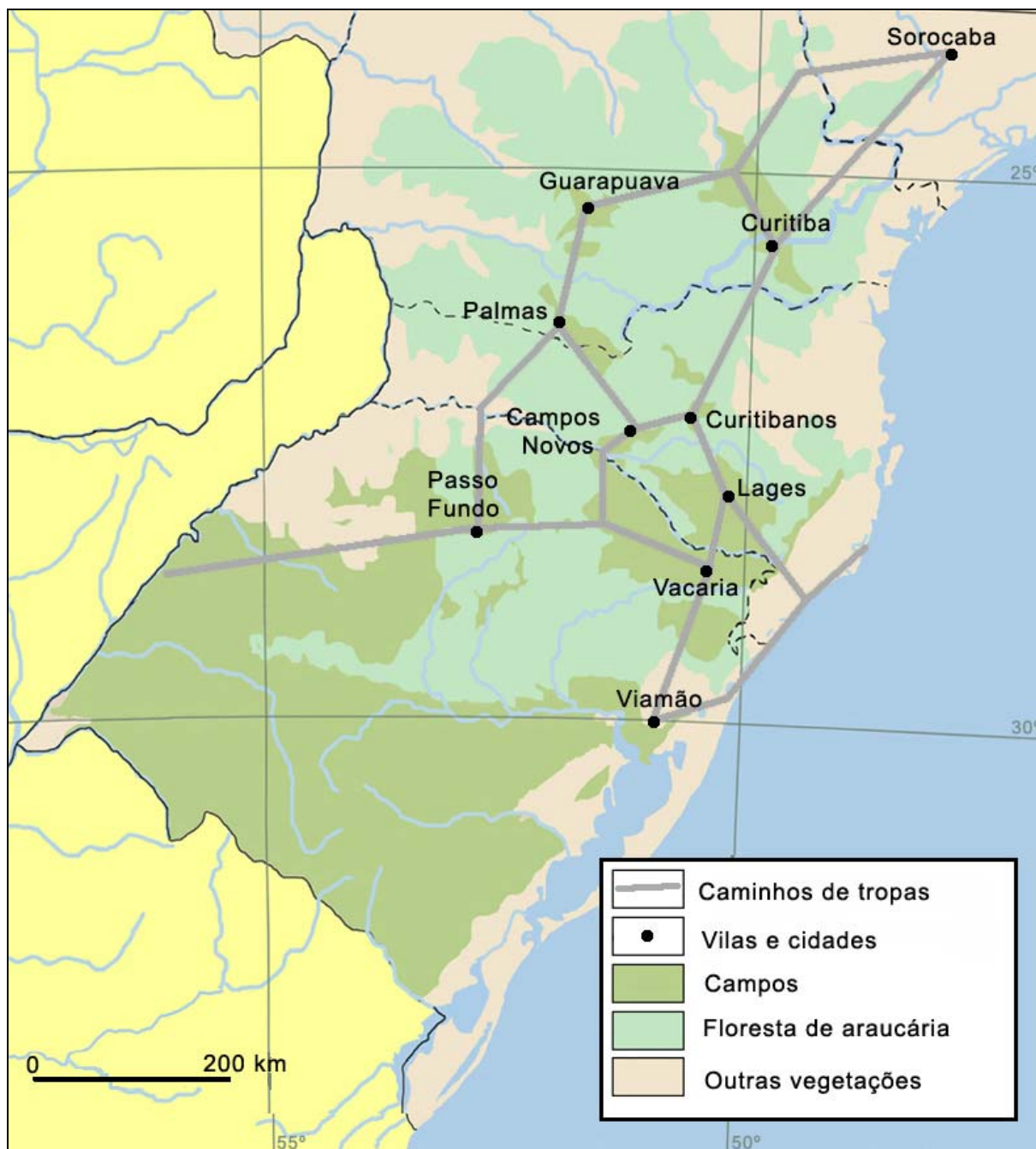
<sup>135</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. Cit.*, p. 132-133.

<sup>136</sup> STRAFORINI, Rafael. **No caminho das tropas**. Sorocaba: TCM, 2001, p. 31.

<sup>137</sup> COSTA, Licurgo. **O Continente das Lagens: sua história e influência no Sertão da Terra Firme**. Vol. 1. Florianópolis: Federação Catarinense de Cultura, 1982, p. 170.

<sup>138</sup> Provisão Régia de 05 de abril de 1728. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, setor de manuscritos. Atualmente a área que compreendia os Campos de Araçatuba localiza-se em Palhoça.

<sup>139</sup> CAMPOS, Nazareno José de (1991). *Op. Cit.*, p. 64.



**FIGURA 3: Mapa das principais rotas tropeiras do planalto meridional brasileiro (traçado retilíneo aproximado)**

Fonte: Bases cartográficas: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa de biomas do Brasil**. Brasília, 2004a. 1 Mapa. Escala: 1:500.000; **Mapa físico do Sul do Brasil**. Brasília, 2005. 1 Mapa. Escala: 1:500.000; RODERJAN, Roselys Vellozo. Op. Cit., p. 267. Autor: Marlon Brandt

### 1.1.2 – ASPECTOS SÓCIO-ESPACIAIS DA OCUPAÇÃO

Das regiões de planalto ocupadas como os Campos Gerais, onde localizava-se Curitiba, partiram, a partir do século XVIII, frentes de ocupação rumo ao atual planalto catarinense. Região denominada “Sertão de Curitiba”, onde, desde as primeiras tropeadas cruzando as planícies planaltinas já existia uma área conhecida como dos Curitibanos, pelo fato de que os primeiros ocupantes eram provenientes de tal região, passa então a ser ocupada de forma oficial pelos portugueses a partir do ano de 1766, com a fundação de Lages. Neste ano, Dom Luís de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, governador da Capitania de São Paulo, dá início a expansão estratégica para “os sertões”. No planalto em direção ao Sul, ordena então a Antônio Correia Pinto que fundasse povoação no “Sertão de Curitiba”, na parada das “Lagens”. Junto com sua família, além de mais oito ou nove que o seguiram em tal empresa, trazendo seus agregados, escravos e mestiços livres, partiram no mesmo ano, fundando, após três tentativas, a “Villa de Nossa Senhora dos Prazeres do Certão das Lagens”, no ano de 1771<sup>140</sup>. Vila cujo surgimento, planejado, fazia parte da estratégia portuguesa de assegurar sua posse territorial perante a Espanha não apenas pelas armas, sendo esta um ponto de resistência a uma possível invasão ou ponto de partida de um ataque, mas também pelo incremento populacional<sup>141</sup>.

Licurgo Costa, em seu volumoso estudo sobre Lages, comenta que existiam, mesmo sendo poucas, menções à fazendas e ocupantes no Sertão, sobretudo a partir da abertura do Caminho dos Conventos. Caminho que segundo o mesmo autor, deu início ao povoamento por indivíduos que já conheciam os Campos do Viamão. Consistiam, em muitos casos, de foragidos da justiça, que usufruíam de privilégios concedidos pela Coroa Portuguesa a quem se fixasse no interior da colônia, como não ser preso nem processado por dívidas anteriores e receber

---

<sup>140</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987, p. 74-75; COSTA, Licurgo (1982). *Op. Cit.*, p. 174.

<sup>141</sup> RODERJAN, Roselys Vellozo. *Op. Cit.*, p. 76; COSTA, Licurgo. *Op. Cit.*, p. 19.

sesmarias, dentre outros favores. Também existiam fazendeiros, já abastados, como o próprio Correia Pinto<sup>142</sup>.

É possível também que nestes campos, antes da ocupação oficial, dentre seus componentes, além de antigos tropeiros e fazendeiros vindos de São Paulo ou dos Campos de Curitiba, pudessem se instalar naquelas paragens criadores oriundos do Rio Grande do Sul. Comenta Sandra Jatahy Pesavento, que o crescimento da demanda pelo gado no século XVIII, “acabou por apressar a devastação do rebanho”. Tropeiros, bem sucedidos na lida com as tropas, viram na criação de animais uma oportunidade de aumentarem seus lucros. Formaram-se desta maneira, através da concessão de sesmarias, as primeiras fazendas de criação no Rio Grande do Sul, a partir da década de 1730, inicialmente nos Campos de Viamão<sup>143</sup>. Avanço que possibilitaria, a partir da abertura do caminho Viamão-Sorocaba em 1740, a ocupação pelo Sul destes campos, que, por se situarem mais ou menos na metade do caminho entre Sorocaba e o Rio Grande do Sul, tornaram-se um ponto de invernção das tropas<sup>144</sup>. Como uma extensão da atividade pecuária praticada no Rio Grande do Sul, conforme Silvio Coelho dos Santos, “surgiram novas fazendas nessas paragens do planalto”<sup>145</sup>. Fazendeiros que se estabeleciam, segundo Nilson Thomé, formando currais nas áreas de campo, tomando posse das terras, no caso campos para pastagem, no que consideravam ser as melhores terras “onde não interferisse o usufruto de algum antecessor”. Menciona ainda o autor, porém sem indicar a fonte, que os primeiros ocupantes destas terras se instalaram a partir de 1740<sup>146</sup>.

Porém as primeiras ocupações de caráter oficial surgiram através da fundação da vila de Lages por Correia Pinto, onde a posse das terras foi concedida através de sesmarias pela Coroa de Portugal. Sesmarias que, desde seu início, contribuíram para a concentração fundiária nos campos naturais do planalto. Nas

---

<sup>142</sup> O próprio Morgado de Mateus em correspondência com o Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal comenta a respeito da mudança de Correia Pinto e de sua família para os “Campos das Lagens, que são os últimos desta Capitania da parte do Sul aonde tem fazendas”. COSTA, Licurgo (1982). *Op. Cit.*, p. 13-14, 41.

<sup>143</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Op. Cit.*, p. 15.

<sup>144</sup> COSTA, Licurgo (1982). *Op. Cit.*, p. 36.

<sup>145</sup> SANTOS, Silvio Coelho. O homem do Sul. In: MONTEIRO, Salvador; KAZ, Leonel (orgs). **Fronteira: o Brasil Meridional**. Rio de Janeiro: Edições Alumbramento/Livroarte, 1995, p. 255.

<sup>146</sup> THOMÉ, Nilson. **Sangue suor e lágrimas no chão do Contestado**. Caçador: Instituto Histórico e Cultural da Região do Contestado/Universidade do Contestado, 1992, p. 28.

origens desta concentração da terra, segundo Nazareno José de Campos, muitas características, tanto sociais quanto espaciais, remetem a formas jurídicas de ocupação lusa da terra. Entretanto, como aponta o mesmo autor, apesar de muitos dos aspectos existentes no além-mar terem sido transplantados ao país,

as condições físico-geográficas peculiares, aliado aos interesses da Coroa e classes econômico-sociais que aqui se desenvolveram, as formas de utilização e mesmo apropriação da terra no Brasil tomaram um direcionamento diferenciado com relação ao que ocorreu em Portugal<sup>147</sup>.

Como é o caso do sistema das sesmarias, a qual, segundo Maurício de Almeida Abreu possui o papel de “grande viabilizador do processo de apropriação do território brasileiro”, cujo “impacto sobre a estrutura fundiária do país se faz sentir até hoje”<sup>148</sup>. Surgida no final do século XIV para solucionar uma crise de produção agrícola em Portugal, a Lei de Sesmarias buscou fixar a população na terra, possuindo como objetivo básico, de acordo com Lígia Osório Silva, “acabar com a ociosidade das terras, obrigando ao cultivo sob pena de perda de domínio”<sup>149</sup>. Concessão de terras que consistia em uma medida de colonização interna, com o intento de promover o aumento da área agricultável, fixando o povoador e aproveitando o solo. Por ser uma terra do reino, concedida pela Coroa, esta “era antes uma apropriação do que uma propriedade”<sup>150</sup>, afinal incorria na perda das terras caso estas não fossem usufruídas em um período pré-estabelecido.

No Brasil, a Lei foi transplantada integralmente, mesmo possuindo uma sociedade que vivia em condições diversas às portuguesas, apresentando, desta forma, distorções em sua execução, servindo assim para a obtenção legal de vastas porções de terras. Maurício de Almeida Abreu aponta para alguns fatores que contribuíram para a concentração fundiária através das sesmarias, que vão do caráter perpétuo e não vitalício como ocorria em Portugal, passando pelo tempo de

---

<sup>147</sup> CAMPOS, Nazareno José de (2000). *Op. Cit.*, p. 63.

<sup>148</sup> ABREU, Maurício de Almeida. *Op. Cit.*, p. 203.

<sup>149</sup> SILVA, Lígia Maria Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da Lei de 1850. Campinas: Unicamp, 1996, p. 37.

<sup>150</sup> SESMARIAS, LEI DAS. In: SERRÃO, Joel. **Dicionário de história de Portugal**. Porto: Iniciativas Editoriais, 1965. 3v, p. 845.



aproveitamento das terras e o sistema colonial de produção, que exigia uma grande quantidade de terras, o que “fez surgir propriedades de dimensões impensáveis no agro português”, possuindo, em alguns casos, vinte léguas em quadra<sup>151</sup>.

O século XVIII marca para a colônia o crescimento territorial, populacional e econômico, que era provocado, sobretudo, pela atividade mineradora que atuava tanto através do fluxo de pessoas para as minas, quanto estimulando o processo de ocupação do planalto ao sul. A dinamização do setor de produção de alimentos e animais de carga desempenhou um importante papel na integração sulina na economia brasileira pela necessidade, como já foi visto, do abastecimento das regiões mineradoras<sup>152</sup>.

E se as sesmarias em Portugal, como aponta Nazareno José de Campos, fomentavam o cultivo da terra e inibiam o latifúndio, no Brasil elas, como foi discutido anteriormente, estimulavam a concentração da terra, atuando em “prejuízo de uma massa considerável de pequenos produtores”<sup>153</sup>. Destas transformações espaciais, não apenas do sul, mas também ao norte, surgiu, pela imensa quantidade de terras virgens disponíveis, uma outra forma de apropriação extra-legal da terra: a posse. De acordo com Emília Viotti da Costa,

todas as pessoas que penetravam nas regiões do interior – áreas sem nenhum valor comercial – podiam controlar um pedaço de terra, desde que fossem capazes de enfrentar os índios e sobreviverem na selva [...]. Assim, durante todo o período colonial, a disponibilidade de grandes extensões de terra tornou-a acessível àqueles que não

---

<sup>151</sup> ABREU, Maurício de Almeida. *Op. Cit.*, p. 207. Historiadores ambientais como Warren Dean e José Augusto Pádua comentam sobre a ampla devastação que este sistema acarretava, no caso da produção de cana-de-açúcar, tanto para a lavoura extensiva quanto para o fornecimento de lenha para o engenho. Soma-se a isso, a intinerância da lavoura canavieira que se mudava freqüentemente, tanto pela escassez de lenha próxima ao engenho, quanto pelo esgotamento do solo, devido a utilização da queimada. DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, *passim*; PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Horge Zahar Editor, 2002, *passim*. Nesta obra, José Augusto Pádua faz uma análise do pensamento ambiental brasileiro no período evidenciando que muitos políticos já realizavam críticas a época em relação a esta forma de produção agrícola altamente destrutiva ambientalmente. Parte desta destruição foi alimentada pela grande extensão de terras facilmente obtidas graças a concessão de sesmarias.

<sup>152</sup> SILVA, Lúcia Maria Osório (1996). *Op. Cit.*, p. 47-48.

<sup>153</sup> CAMPOS, Nazareno José de (2000). *Op. Cit.*, p. 66.

tinham condições de participar da economia comercial, permitindo-lhes sobreviver no âmbito da economia de subsistência<sup>154</sup>

Posse que, como bem aponta Lúcia Osório da Silva, apesar de comumente associada ao pequeno produtor, poderia, em alguns casos, compreender vastas extensões de terra, em alguns casos de tamanhos comparáveis ao das sesmarias, ou seja, a concentração da terra no Brasil em geral também foi fruto da posse, afinal o seu limite era dado pelo posseiro. Cada vez mais estes posseiros eram reconhecidos, e nas terras, ao invés de serem expulsos, eram estimulados pelas autoridades, a legalizar sua situação. Desta forma, como aponta Ruy Cirne Lima, o posseiro

afastou a ficção da propriedade estatal, que se atravessava entre êle e a terra, e pela posse e pelo cultivo, desde logo, se investiu nessa mesma propriedade que, a homens de sua condição, sabia estar, de antemão destinada.

Dessa convicção jurídica, o tempo e o uso fizeram lei, criando o costume<sup>155</sup>.

Afirmção a qual concorda Lúcia Osório Silva, para quem a posse, que “como modo de aquisição de domínio estabeleceu-se aos poucos como costume, para afirmar-se mais tarde, como um direito consuetudinário”<sup>156</sup>, pois como afirmou Cirne Lima, a instituição da posse, como modo de aquisição de um domínio “só se poderia ter estabelecido consuetudinariamente”<sup>157</sup>.

Em 1822, a menos de três meses da Independência, o regime de sesmarias foi extinto, depois de mais de 300 anos de vigência em solo brasileiro, fazendo com que a posse, se tornasse, até a promulgação da Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, o único meio (a exceção da compra e da

---

<sup>154</sup> COSTA, Emília Viotti da. Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos. In: **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 7. ed. São Paulo: Unesp, 1999, p. 175.

<sup>155</sup> LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1954, p. 53.

<sup>156</sup> SILVA, Lúcia Maria Osório (1996). *Op. Cit.*, p. 60-66.

<sup>157</sup> LIMA, Ruy Cirne (1954). *Op. Cit.*, p. 50.

herança) de apropriação sobre as terras<sup>158</sup>. Fato que de acordo com Emília Viotti da Costa, causou uma

situação anárquica no sistema de propriedade rural, uma vez que os direitos dos ocupantes não foram reconhecidos pela lei. As “posses” resultantes da ocupação aumentaram de forma incontrolável e os posseiros acumularam grandes extensões de terra cujos limites eram vagamente definidos por acidentes geográficos naturais: um rio, uma queda d’água, uma encosta<sup>159</sup>.

Não se diferenciavam muito, portanto, das antigas apropriações pela posse ainda sob a vigência das sesmarias. Posses que eram vendidas, compradas e avaliadas à vontade. Poderia inclusive ser possível supor que, conforme aponta Nazareno José Campos, “a impossibilidade da massa de pequenos produtores ter acesso ao sistema de sesmarias foi corolário do regime de posses, bem como da ocorrência, em muitas áreas e contextos específicos do usufruto coletivo<sup>160</sup>”.

Em discussão desde 1822, o novo ordenamento jurídico da propriedade da terra seria finalmente aprovado em 1850. Não é intenção da pesquisa pormenorizar os motivos que levaram a promulgação da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, e sua relação com as imposições britânicas para o fim do tráfico negreiro, que culminaram na Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico, no entanto, torna-se necessária a apresentação de alguns de seus principais desdobramentos no que concerne a questão da apropriação da terra.

Tais medidas, de proibição do tráfico com a conseqüente, porém lenta, transição para o trabalho livre, implicavam, em um futuro próximo, em mudanças no perfil da sociedade brasileira. Dentre estas mudanças, o “branqueamento” da população, através da imigração estrangeira – leia-se européia –, não apenas para substituir a mão-de-obra escrava nas grandes plantações, sobretudo cafeeiras, mas também para o povoamento, introduzindo, nas regiões a serem colonizadas, como a

---

<sup>158</sup> SILVA, Lígia Maria Osório (1996). *Op. Cit.*, p. 73.

<sup>159</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Op. Cit.*, p. 176.

<sup>160</sup> CAMPOS, Nazareno José de (2000). *Op. Cit.*, p. 67.

região Sul, novas formas de exploração agrícola, baseada na pequena propriedade, em oposição aos latifúndios vigentes até então<sup>161</sup>.

No centro de toda esta questão de transição gradual para o trabalho livre e do povoamento, conforme Lígia Osório Silva, “estava a questão da demarcação das terras devolutas. Uma vez demarcadas estas seriam vendidas a nacionais e estrangeiros”. O capital arrecadado desta venda seria destinado no financiamento da imigração regular, “aquela que fornecia mão-de-obra para os grandes fazendeiros”. Buscava o governo imperial desta maneira conciliar interesses do povoamento do solo e a substituição do trabalho escravo<sup>162</sup>.

Regulamentada apenas quatro anos mais tarde, pelo Decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854, a Lei de Terras expressava em seu Artigo 1º, que “ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”<sup>163</sup>. A Lei transformava assim a terra em equivalente a capital, ou seja, em uma mercadoria, o que dificultava o acesso a terra pelo nacional ou imigrante, forçando-o a se tornar trabalhador assalariado, afinal, a “disponibilidade de terras e o trabalho livre são, em tese, incompatíveis”<sup>164</sup>, como já demonstravam as teorias de E. G. Wakefield, que serviriam de inspiração na elaboração da Lei<sup>165</sup>.

A Lei não obteve sucesso em seus principais objetivos: a demarcação das terras devolutas e particulares. Porém a transformação da terra em mercadoria teria, como será visto adiante, efeitos profundos em todo o planalto catarinense, sobretudo a partir da Primeira República. No entanto, ainda persistia a posse como principal forma de acesso à terra.

---

<sup>161</sup> SILVA, Lígia Maria Osório (2002). *Op. Cit.*, p. 160.

<sup>162</sup> *Ibidem*, p. 160.

<sup>163</sup> BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. In: **Palácio do Planalto**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm)>. Acesso em: 26 de outubro de 2005.

<sup>164</sup> SILVA, Lígia Maria Osório (2002). *Op. Cit.*, p. 160.

<sup>165</sup> Como aponta Roberto Smith, as idéias de Wakefield circulavam no país antes mesmo da elaboração da Lei de Terras, inspirando o Projeto nº 94, em 1843, que seria, com algumas alterações, a base da elaboração da Lei de Terras. SMITH, Roberto. **Propriedade da terra e transição**: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 306-323. Algumas considerações sobre as proposições de E. G. Wakefield a respeito da colonização na Austrália e a necessidade da valorização artificial das terras para que seu preço fosse proibitivo, em um primeiro momento, para a posterior aquisição pelos imigrantes pode ser visto na Teoria Moderna da Colonização, da obra “O Capital” de Karl Marx. MARX, Karl. *Op. Cit.*

As primeiras fazendas de criação, apesar da extensão considerável, tanto as ocupadas pela posse, sesmaria ou outra forma legal de aquisição, demandavam poucos braços em comparação a área de terra que estas possuíam, o que contribuiu para uma ocupação pouco densa em todo planalto. Além do proprietário, viviam escravos, agregados e peões, fundamentais na lida com o gado e na manutenção da fazenda. Estes, além da lida pastoril, atuavam como uma espécie de milícia particular, como aponta Duglas Teixeira Monteiro, se referindo a defesa contra incursões indígenas e mesmo em eventuais conflitos com outros ocupantes, onde em muitos casos “somente pela exibição de poder ou pelo uso efetivo da violência, eram respeitados os limites das glebas apropriadas ou era possível a expansão de novas áreas”<sup>166</sup>.

Descendentes de africanos, indígenas e luso-brasileiros, os agregados moravam “de favor” nas terras do fazendeiro. Viviam com suas famílias, construindo uma pequena casa de “rachão” de pinheiro, teto de tabuinhas ou de taquara, mantendo uma pequena roça onde plantava alguns víveres como milho, feijão, abóbora, etc. Na fazenda lidavam com o gado, participavam das tropeadas, construía taipas, currais, cuidavam da segurança da fazenda, dentre outros afazeres<sup>167</sup>. Apesar de não serem escravos, a palavra “livre”, como afirma Paulo Pinheiro Machado só pode ser utilizada em contraposição a situação escrava, pois encontravam-se nestas fazendas, um modelo de relação de poder

enredado nos laços de compadrio, sujeito a um conjunto de obrigações muito mais complexas que o trabalhador livre moderno, entendido como aquele que simplesmente vende sua força de trabalho<sup>168</sup>

Agregados e peões cuja origem, em muitos casos, remonta ao início da ocupação quando vieram acompanhando os primeiros fazendeiros. Outros, no entanto já viviam nas terras, tornando-se agregados somente mais tarde. Ainda nos tempos das sesmarias, muitas das terras existentes nos campos do planalto, que

---

<sup>166</sup> MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974. Série Universidade, n. 2, p. 19.

<sup>167</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 66; PELUSO Júnior, Victor Antônio. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: Ufsc/Fcc, 1991, p. 113.

<sup>168</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 66.

inicialmente foram apossadas, seriam alvo de apropriações, conforme aponta Neusa Bloemer, se referindo aos Campos de Lages<sup>169</sup>. Não apenas na região, mas em todo país, conforme José de Souza Martins “não era raro o fazendeiro encontrar, no território de que se tornara sesmeiro, posseiros instalados com suas roças e seus ranchos”. Os posseiros que nestas residiam e que passaram a constituir fazendas de criação, acabavam dependendo do fazendeiro para permanecer ou não naquelas terras, a partir de então na condição de agregados<sup>170</sup>. Criou-se deste modo, segundo Neusa Bloemer, uma relação de “viver de favor”, caso permanecessem nas terras, criando-se assim “uma relação não só de dependência, mas também de lealdade a quem teoricamente os ‘amparava’”<sup>171</sup>.

Em relação a estes habitantes, sejam fazendeiros ou pequenos posseiros, Oliveira Viana, em seu estudo sobre as populações meridionais do Brasil destacava a capacidade migratória que existia entre os paulistas. Em um intervalo de poucas décadas, o fluxo de novos moradores em uma determinada área era relativamente grande, tendo como referência os padrões de uma fazenda de criação, com uma baixíssima relação trabalhadores/área, fazendo com que logo a região assumisse um “excesso” de população. Esta mobilidade espacial explica também o povoamento daqueles campos do planalto sulino. Nesta época, nas palavras do autor

não há, por assim dizer, outra profissão senão a da exploração da terra. Os que não possuem sesmarias, ou não conseguem adquirir terras, acham-se como que deslocados dos quadros da própria sociedade em que vivem. Emigrar é, então, ao mesmo tempo, uma fuga à miséria e um meio de classificação.

Continua o autor mencionando que um dos responsáveis por essa expansão e mobilidade espacial dos paulistas em busca de novas terras, além, é claro, da busca pelo enriquecimento, cabe também ao crescimento vegetativo das fazendas do centro-sul. Fecundidade que “cria a necessidade de emigrações contínuas e numerosas”. A própria fundação de Lages – e é possível ampliar esta idéia ao

---

<sup>169</sup> BLOEMER, Neusa Maria Sens. **Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000, p. 52-53.

<sup>170</sup> MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 35.

<sup>171</sup> BLOEMER, Neusa Maria Sens. *Op. Cit.*, p. 53.

planalto como um todo –, a seu ver está neste contexto de crescimento e da necessidade de desafogar a Capitania de São Paulo, dando uma “colocação ao sobreexcesso de agregados e mestiços livres”<sup>172</sup>, fazendo com que esta população passasse a compor o nascente quadro populacional do Sertão de Curitiba, avançando, mais tarde rumo a novas terras ao sul e oeste.

Em relação a esta mão-de-obra empregada nas fazendas e a população planaltina em geral, cabe realizar algumas considerações a respeito de seu perfil. Entre os anos de 1777 e 1808, segundo Walter Piazza a região de Lages, apresentava uma população que girava em torno de 600 e 800 habitantes. Destes, pouco mais de uma centena eram escravos, trazidos pelos tropeiros e novos fazendeiros que se instalaram na região<sup>173</sup>. Este relativo reduzido número de escravos, de acordo com autores como Licurgo Costa, e o médico Aujor Ávila da Luz, por exemplo, seriam responsáveis pelo pequeno número de habitantes negros no planalto catarinense. Isso porque, nas palavras do último autor, “a pecuária, por longo tempo a única ocupação do homem do planalto, não necessitava de muitos escravos”<sup>174</sup>. No entanto, como apontam Paulo Pinheiro Machado e Frank Marcon, não é possível considerar o contingente de negros e afrodescendentes no planalto utilizando apenas como referência o número de escravos<sup>175</sup>. Utilizando como exemplo o Censo de 1872, é possível verificar que o planalto catarinense, onde se incluem Lages, Curitibanos, Campos Novos e São Joaquim possuía o total de 14.549 habitantes. Destes, 10,9% da população eram escravos, classificados entre “negros e pardos”, enquanto a população livre, composta por 89,1%, estava dividida em “pardos”, com 28,05%, “pretos”, com 2,98%, “caboclos” 3,24%, compreendendo um total de 45,17% da população livre enquadrada como “não-branca”. Fica

<sup>172</sup> OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. Edições do Senado Federal, v. 27. In: **Domínio Público**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000067.pdf>>. Acesso em: 3 de julho de 2006, p. 150-151.

<sup>173</sup> PIAZZA, Walter Fernando (1983). *Op. Cit.*, p. 176.

<sup>174</sup> LUZ, Aujor Ávila da. **Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos**. 2. ed. Florianópolis: Ufsc, 1999, p. 68.

<sup>175</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 65; MARCON, Frank. A escravidão em Lages: negros livres, libertos e escravos. In: HEINSFELD, Adelar (org). **A região em perspectiva: Diferentes faces da história catarinense**. Joaçaba: Unoesc, 2001, p. 49-62. Nesta obra, Frank Marcon faz uma crítica a visão historiográfica tradicional que, além de invisibilizar a presença de afrodescendentes no planalto, construiu a idéia da relação senhor/escravo como sendo mais branda do que a praticada no resto do país, como afirma Licurgo Costa, para quem “o trato dado aos escravos pelos fazendeiros, proprietários da quase totalidade deles, sempre foi benigna, humana e afável”. O que o autor contesta, através de fontes judiciais, demonstrando também a existência de confrontos e violências. COSTA, Licurgo. *Op. Cit.*, p. 189.

evidente, portanto, a existência de uma população afrodescendente maior do que a considerada pelas produções ditas tradicionais, fato que contribuiu desta forma para uma maior invisibilidade desta população do planalto<sup>176</sup>.

Porém nem todos os habitantes do planalto estavam inseridos dentro deste sistema de trabalho nas fazendas como agregado ou peão. Mesmo não existindo um mercado de trabalho propriamente dito, jornaleiros e pessoas que passaram a se dedicar a certos ofícios manuais, como taapeiros, ferreiros, marceneiros, carpinteiros, dentre outros, percorriam a região ou se instalavam nas vilas e cidades que se formavam, como Campos Novos, Curitiba, Lages, União da Vitória, dentre outras, oferecendo seus serviços. Existiam também na região pessoas especializadas na doma de burros e potros xucros ou no treino de cães para a captura de porcos soltos, além de outros ofícios ligados à lida pastoril<sup>177</sup>.

O processo de ocupação territorial do planalto, a partir do século XIX, levou o estabelecimento de novas fazendas, dando continuidade à expansão das fazendas de criação, acompanhando os campos. Segundo Maurício de Almeida Abreu, as doações de sesmarias ocorriam a partir de um

determinado ponto de comando do território (uma vila ou uma cidade). Por essa razão, a fronteira entre as terras já concedidas e as que ainda estavam disponíveis para doação foi rapidamente se afastando dos núcleos de colonização<sup>178</sup>.

Apropriação e povoamento que, no caso de Curitiba, partiam principalmente nas direções oeste e norte. Registros de Vigários da década de 1850, já forneciam alguns nomes de ocupantes de terras nos vales dos rios dos Patos e Correntes<sup>179</sup>. Porém deve ficar bem claro, como alerta Paulo Pinheiro Machado, que nem sempre estes moradores, em muitos casos, e não apenas na região em estudo, podem ser considerados “pioneiros”, pelo fato de promoverem o primeiro registro oficial, “deixando-se de lado tropeiros, posseiros e lavradores anônimos que

<sup>176</sup> MARCON, Frank. *Op. Cit.*, p. 52.

<sup>177</sup> QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). 3. ed. São Paulo: Ática, 1981. Coleção Ensaio, n. 23, p. 47-48.

<sup>178</sup> ABREU, Maurício de Almeida. *Op. Cit.*, p. 221.

<sup>179</sup> Registros de Vigários datados de 1850 a 1860. Caixa 12, livros 08, 09, referentes a Lages. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.



geralmente precedem a chegada do mundo oficial”<sup>180</sup>. Existiam, em muitas daquelas terras, inclusive nas que seriam apropriadas, uma camada, que se não era numerosa, era, ao menos significativa, de pequenos e médios sítiantes, na maioria posseiros, que viviam às margens destas grandes propriedades pastoris.

## 1.2 – POSSEIROS E PEQUENOS PROPRIETÁRIOS ÀS MARGENS DAS GRANDES PROPRIEDADES PASTORIS

Pelo fato do planalto constituir, nas palavras de Paulo Pinheiro Machado, “uma região de fronteira, no sentido de ser a frente de um processo específico de apropriação e colonização de terras”, tornou possível a oportunidade do estabelecimento, sobretudo a partir das últimas décadas do século XIX, de pequenos e médios sítiantes independentes, na maioria posseiros, alguns com posses legitimadas, em regiões de campos e matas, às margens dos latifúndios. Passaram a ocupar, ao oeste, regiões como os vales dos rios Marombas, Correntes, dos Patos, do Peixe, Taquaruçu, enquanto mais ao norte, a ocupação se dirigia aos rios Canoinhas, Iguazu, Timbó, entre outros<sup>181</sup>, o que não quer dizer que não tenham existido grandes latifúndios em algumas destas áreas também.

Nazareno José de Campos em sua tese sobre terras de uso comum discute a importância do quadro natural e o uso comum de terra, argumentando que existe “uma estreita relação entre diferentes elementos naturais, proporcionando à muitas áreas uma constituição característica que em termos econômicos mostram-se desvantajosas”. Assim, uma certa área, ao menos em um determinado contexto, pode assumir um caráter economicamente desinteressante ou até mesmo inviável<sup>182</sup>. No planalto, além das amplas áreas de campos destinadas à pecuária, ocorre nas regiões denominadas por Aziz Ab`Saber de “domínio dos planaltos de araucária”, um dos cinco domínios paisagísticos brasileiros, a existência de

---

<sup>180</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p.63-64.

<sup>181</sup> *Ibidem*, p. 69.

<sup>182</sup> CAMPOS, Nazareno (2000). *Op. Cit.*, p. 71.

bosques de araucária de diferentes densidades e extensões, inclusive mosaicos de pradarias mistas de bosquetes de pinhais, em galeria ora nas encostas e eventualmente nas cabeceiras de drenagem<sup>183</sup>.

E a floresta de araucárias, principalmente no caso das regiões onde esta assumia uma grande extensão ou proporção em relação aos campos, representava para a economia pastoril, de acordo com Paulo Fernando Lago, “mais um obstáculo do que uma riqueza”. Sua existência impedia a maior extensão dos campos e, portanto, de pasto para o gado<sup>184</sup>. Isto pode também servir como explicação para o avanço de uma população de pequenos sítiantes independentes rumo a áreas das florestas de araucárias entre os campos que acompanhavam os caminhos de tropas, tanto da Estrada Viamão-Sorocaba quanto das Missões, que deram origem as primeiras fazendas pastoris.

Como agentes desta expansão espacial, é possível incluir ex-escravos, negros libertos, foragidos da justiça, ex-agregados e peões, dentre outros. É possível estabelecer em um mapa as principais frentes populacionais que passaram a ocupar a região do planalto e oeste do Estado. Partiam principalmente das grandes áreas de fazendas de criação, situadas, ao leste, nos campos de Lages, Curitibanos e Campos Novos, enquanto do noroeste e oeste partiam dos campos de Guarapuava e de Palmas. Do Paraná ainda provinham populações dos Campos Gerais. Apesar de ser em menor número, a imigração alemã em Santa Catarina, que ocorreu a partir da segunda metade do século XIX, também contribuiu para o povoamento do planalto. Provenientes de colônias como a de Rio Negro, no Paraná, Blumenau e Joinville, em Santa Catarina, muitos acabaram se estabelecendo como comerciantes, fazendeiros ou pequenos sítiantes<sup>185</sup>. A instabilidade política do Rio Grande do Sul, principalmente nos anos da Revolução Farroupilha e da Revolução Federalista trouxe um acréscimo a este contingente populacional<sup>186</sup>. Muitos ex-

---

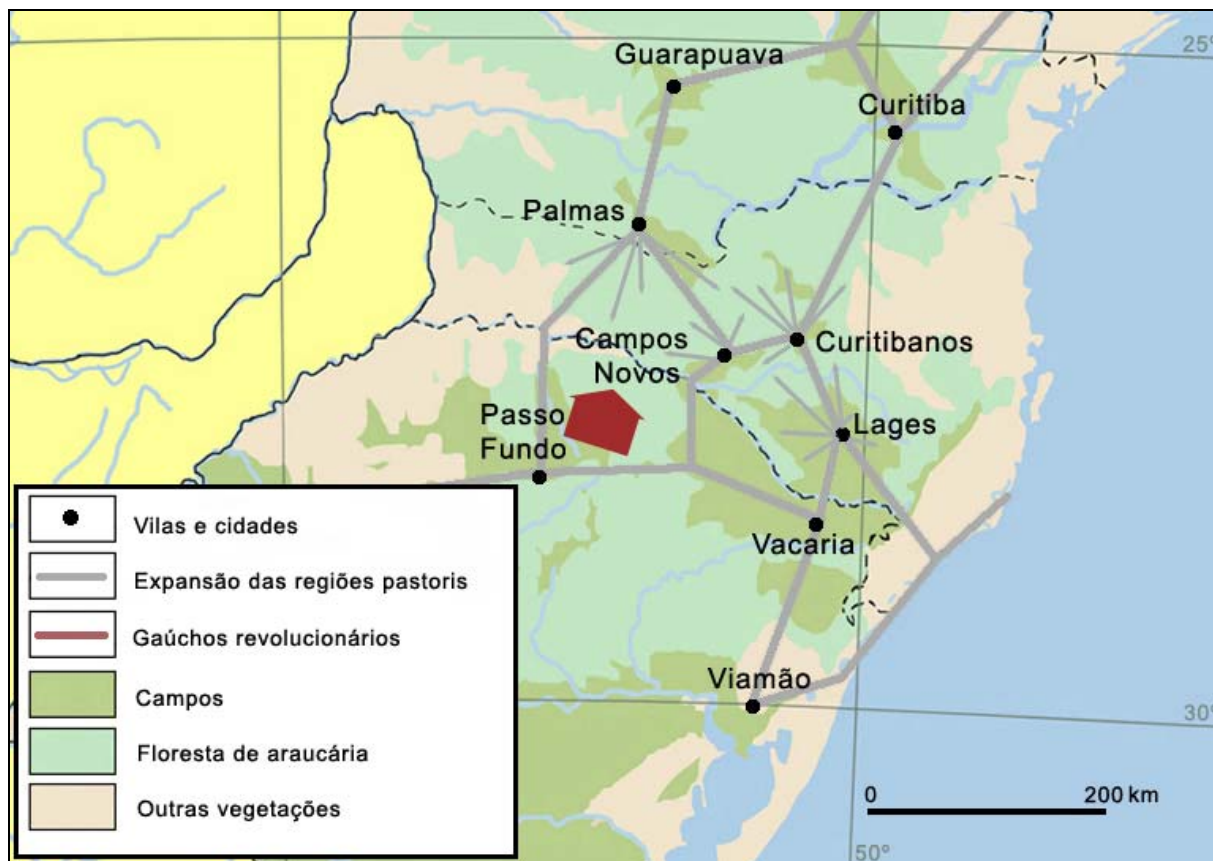
<sup>183</sup> AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 13, 19.

<sup>184</sup> LAGO, Paulo Fernando. **Gente da terra catarinense – desenvolvimento e educação ambiental**. Florianópolis: Ufsc/FCC/Lunardelli/Udesc, 1988, p. 264.

<sup>185</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). Op. Cit., p. 72-73.

<sup>186</sup> AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. 4. ed. Florianópolis: Ufsc, 2001, p. 25.

combatentes se instalaram nas regiões dos Campos Novos e Campos de Palmas, no Irani<sup>187</sup>. As principais levas populacionais podem ser observadas no mapa da Figura 4:



**Figura 4: Mapa das frentes de povoamento do planalto catarinense.**

Fonte: Bases cartográficas: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2004, 2005). *Op. Cit.* Autor: Marlon Brandt.

Em relação aos agregados, existia um costume na região que consistia em permitir que os mesmos mantivessem um rebanho, formado das crias de reses ganhas “de presente” do proprietário da fazenda. Se, com o passar dos anos, o número de cabeças do rebanho fosse considerado excessivo, o fazendeiro mandava o agregado se mudar, buscando terra própria, ou vender o excesso de animais. Se o agregado partisse em busca de novas terras, este se tornaria independente. Tal fato também poderia ocorrer pela sucessiva divisão das fazendas, com o

<sup>187</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p.63: LUZ, Aujor Ávila. *Op. Cit.*, p. 60.

empobrecimento dos herdeiros, que não conseguiam absorver o crescimento, não apenas do número de animais dos agregados em suas terras, mas em alguns casos também dos próprios agregados<sup>188</sup>. Se, como aponta Oswaldo Rodrigues Cabral, os agregados de São Paulo tivessem, no século XVIII, “quem os capitaneasse, rumo ao Sul, para o estabelecimento de novas fazendas, os do fim do século XIX e começos do XX, não tiveram uma oportunidade igual”. Caso decidissem viver por conta própria, iam para frente, tomando os rumos do sertão<sup>189</sup>.

Terras que, da mesma forma que os campos já ocupados desde o século XVIII, compunham o território tradicional de diversas populações indígenas, genericamente chamados pelos novos habitantes de “bugres”, pertencentes ao tronco Jê. Eram os Kaigáng do planalto, e os Xocling das suas bordas, também conhecidos como coroados e botocudos, respectivamente. Desde a abertura dos primeiros caminhos de tropas varando o Sertão de Curitiba, que a existência de conflitos entre as tropas e os indígenas despertavam atenção nas autoridades. O Morgado de Mateus, ao ordenar a criação da Vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lages possuía como um dos objetivos afugentar os índios da região<sup>190</sup>, que segundo o Padre Manuel Aires de Casal ainda assolavam a vila nas primeiras décadas do século XIX<sup>191</sup>. Problema também relatado por outros viajantes, como Robert Avé-Lallemant, que menciona, em sua passagem pela região no ano de 1858, a existência de ameaças por parte dos coroados e botocudos. Seguindo viagem rumo a então Desterro, atual Florianópolis, comenta em uma passagem a tensão com que os tropeiros que o acompanhavam sentiam ao passar em uma área próxima ao rio Canoas, temendo o ataque dos “bugres”<sup>192</sup>.

Para a população nativa, este processo de ocupação de seu território tradicional, que se intensificou principalmente a partir da segunda metade do século XIX, significou, além da representação do “outro”, encarnado nos novos moradores,

---

<sup>188</sup> QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, p. 30; PELUSO Júnior, Victor Antônio. *Op. Cit.*, p. 113.

<sup>189</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **A campanha do Contestado**. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1979, p. 94.

<sup>190</sup> SANTOS, Silvio Coelho dos (1973). *Op. Cit.*, p. 54.

<sup>191</sup> AIRES DE CASAL, Manuel. **Corografia Brasileira ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil**. Tomo 1. 2. ed. São Paulo: Edições Cultura, 1945, p. 159.

<sup>192</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 76, 104-105.

o compartilhamento e a expulsão de suas terras<sup>193</sup>. Desta maneira, o convívio interétnico era quase sempre envolto num clima de tensão e conflitos. Existiam, em alguns casos, relações amistosas, onde ocorriam trocas de objetos e alimentos. Porém os ataques mútuos se intensificam até o início do século XX<sup>194</sup>.

Na região de planalto, de acordo com Paulo Pinheiro Machado, a população “branca”, ao se instalar em suas terras, procedia uma “limpeza de terreno”, eliminando os assim chamados “bugres” das regiões recém-ocupadas, agindo como uma forma preventiva contra ataques<sup>195</sup>.

As disputas existentes nas regiões onde se instalavam fazendas no planalto, cuja população indígena era paulatinamente exterminada, tornavam as áreas ainda pouco ocupadas ou de difícil acesso os últimos refúgios de alguns grupos indígenas, dentre eles algumas áreas de caminhos de tropas.

Entre os anos de 1973 e 1974, foram realizadas diversas entrevistas com moradores antigos de Fraiburgo pelo Padre Tomás Pieters. Dentre os depoentes, é possível encontrar antigos moradores, como Firmino Gonçalves Pontes, cujo depoimento expressa bem a situação de tensão em relação a possíveis contatos e confrontos com a população indígena: “passeamos pelas poucas estradas, pelas picadas, tinha bugre. Vi os animais e os cargueiros, que os bugres matavam. Há um lugar perigoso: Serra do Taió, na estrada para Blumenau”<sup>196</sup>.

Amélia Andrade de Ribeiro e Aristiliano Dias, cujos familiares também conduziam tropas, rememoram estes momentos de confronto com a população indígena e a dificuldade de deslocamento da então remota localidade da Liberata até o Vale do Itajaí:

---

<sup>193</sup> AREND, Sílvia Maria Fávero. Relações interétnicas na província de Santa Catarina (1850-1890). In: BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia M. F. (orgs). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Ufsc, 2001, p. 38.

<sup>194</sup> LAVINA, Rodrigo. *Op. Cit.*, p. 80. De acordo com Pedro Felisbino, em Taquaruçu, localidade pertencente ao município de Curitiba até a emancipação de Fraiburgo em 1961, ocorriam trocas amistosas de objetos e alimentos como: farinha de mandioca, cachaça e fumo, recebendo caça e mel por parte dos indígenas. FELISBINO, Pedro Aleixo; FELISBINO, Eliane. **Voz de caboclo**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002, p. 12.

<sup>195</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 58.

<sup>196</sup> PONTES, Firmino Gonçalves. Depoimento, 16 de janeiro de 1974, Fraiburgo. Entrevistador: Padre Tomás Pieters.

lam com cargueiros. Foram para Blumenau, enfrentando as picadas, os bugres. Tocavam tropas, traziam sal, açúcar, até cachaça. Levavam quase trinta dias. Tinha bugre na Serra do Espigão. Da pirambeira caíram algumas vezes as mulas, que depois nem se encontravam mais. Os bugres enfrentavam os tropeiros, brigavam, matavam as mulas; do cargueiro tiravam nada sinão as argolas de metal do arreamento dos animais, mesmo da cangaia [...] Isso era a única coisa que tiravam. Nas mercadorias não tocavam mão [...] Toda a vida daquela época não era mole. Era de enfrentar os bugres na serra, tinha só as estradinhas para burro<sup>197</sup>.

Os ataques, no caso, rumo a Blumenau, cuja estrada que a ligava com Curitiba foi inaugurada em 1867, quando a região do Vale do Itajaí estava em processo de colonização<sup>198</sup>, ocorriam preferencialmente durante a primavera e o verão, “nas epochas que as fructas sylvestres começam a amadurecerem, ocasiões sempre escolhidas pelos selvícolas nas suas expedições”, como menciona um jornal da época que circulava em Curitiba<sup>199</sup>. Segundo Rodrigo Lavina, é possível supor que estes “eram realizados principalmente para obtenção de ferro, que os Xokleng trabalhavam a frio para produzir armas e ferramentas”<sup>200</sup>. Nestas investidas, de acordo com Paulo Pinheiro Machado, concordando com o depoimento de Amélia Andrade de Ribeiro e Aristiliano Dias, “raramente roubavam as mercadorias; geralmente espalhavam toda a farinha e açúcar pelo chão, levando apenas os sacos de tecidos e as fivelas e alças de metal<sup>201</sup>”. A ocorrência de ataques contra tropeiros também foi mencionada por Victor Peluso, em seu estudo sobre o Vale do Rio Itajaí do Oeste, onde comenta que “no alto do curso desse rio [os indígenas] dominavam, atacando violentamente as tropas que atravessavam a região”, sendo este inclusive um dos fatores que fizeram com que o povoamento deste vale, por colonos e sertanejos, pouco avançasse rio acima até a década de 1910<sup>202</sup>.

Euclides Felipe relata que nas regiões de território tradicionalmente ocupado pelos indígenas, as tropas se faziam acompanhadas de “bugreiros”, “com seus cães habilitados ‘na caça’ aos selvícolas”. Os indígenas “atacavam os pousos principalmente na escuridão. Por isso os tropeiros montavam guarda durante as

<sup>197</sup> DIAS, Aristiliano Dias. 42 anos; RIBEIRO, Amélia Andrade Ribeiro. [8-] anos. Depoimento, novembro de 1973. Fraiburgo. Entrevistador: Padre Tomás Pieters.

<sup>198</sup> PELUSO Júnior, Victor Antônio. *Op. Cit.*, p. 165.

<sup>199</sup> **O Planalto**. Curitiba, ano 1, n. 5, 1º de março de 1909, p. 1.

<sup>200</sup> LAVINA, Rodrigo. *Op. Cit.*, p. 79.

<sup>201</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 81.

<sup>202</sup> PELUSO Júnior, Victor Antônio. *Op. Cit.*, p. 165-168.

noites inteiras”<sup>203</sup>. O uso dos “bugreiros”, como apoio e medida de segurança no caminho das tropas, é relatado por Firmino Gonçalves Pontes:

tinha gente para frente a pé, para desfazer os trincheiros dos bugres, sofria muito para cruzar com tropa. Vão dois três camaradas pelo mato para espantar os bugres, foram os bugreiros, que entraram no mato. Eles sabiam onde estavam os bugres, porque eles cozinhavam e deixaram rastros. Os bugreiros vieram de Santa Cecília, num lugar por nome de Corisco. Quando a gente precisava para fazer uma viagem, tinha de dirigir-se lá para obter os guias, que conheciam o movimento dos bugres. Assim mesmo matavam muita gente. No meu tempo os bugres já estavam recuando, porque a região estava se povoando.

O depoimento de Amélia Andrade de Ribeiro e Aristiliano Dias também faz menção ao serviço dos “bugreiros” na condução das tropas para Blumenau:

um chefe deles, que entendia a arte deles, ele não vivia junto com eles. Ele avisou onde estavam e indicou a direção para tomar. Não eram bugres, mas homens conhecidos deles, como se fosse bugre, não posso dar uma definição certa para o senhor. Bugre já mais civilizado, ele sabia por exemplo: eles estarão lá em 10 de novembro, nem precisava ir lá, não sei por que intermédio ele sabia, ele indicou o caminho para evitar eles. Enquanto batiam tropas, que matavam os animais, os tropeiros, então o bugreiro esse ia com mais dois ou três, quatro companheiros<sup>204</sup>.

No entanto, também existiam casos onde ocorria uma espécie de “acordo” entre tropeiros e bugres, com a intenção de se evitar qualquer situação de conflito. Paulo Pinheiro Machado cita o caso de Chico Ventura, importante personagem na Guerra do Contestado, que, de acordo com seu filho João Ventura, além de possuir uma fazenda no Taquaruçu, também conduzia tropas serra abaixo. No depoimento concedido ao autor este comenta que:

<sup>203</sup> FELIPPE, Euclides. O caminho das tropas em Curitiba. In: **Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: Edições EST, 2000, p. 142-143.

<sup>204</sup> DIAS, Aristiliano; RIBEIRO, Amélia Andrade. Entrevista citada.

quando o pai puxava gado para Blumenau, Gaspar e Itajaí, ele levava um negro velho, o Mariano, que se entendia com os bugres. Então ele mandava o Mariano falar com os bugres que, se eles não mexessem com a nossa tropa, a gente não ia mexer com eles. Isso funcionava<sup>205</sup>.

Em uma clara disputa territorial, “porque a região estava se povoando”, como mencionou Firmino Gonçalves Pontes, o governo e a imprensa ofereciam, no caso do Vale do Itajaí, de acordo com Rodrigo Lavina, “diversas soluções para o ‘problema’ Xoclung: a repressão pela força pública (as chamadas Tropas de Pedestres), a catequese promovida por religiosos ou a sua simples eliminação”, esta podendo ser por meio dos “bugreiros”, uma espécie de caçador de índios encarregado, pelo governo ou particulares, de afugentar os grupos existentes nas matas, mas o que realmente se fazia era “afugentar pela boca da arma”<sup>206</sup>, buscando eliminar a presença indígena naquela área. Nestas incursões, os principais alvos eram os bugres adultos e jovens, só conseguindo escapar em alguns casos mulheres jovens e crianças. Até hoje é possível ouvir de descendentes de antigos moradores da região dizerem que a avó foi “caçada a laço pelo avô” que a pegou no mato<sup>207</sup>. Portanto, não era raro existirem famílias formadas a partir da miscigenação, em uma região onde, de acordo com Silvio Coelho dos Santos, “uma mulher era um bem extremamente valorizado, não importando se fosse branca, negra ou índia”<sup>208</sup>. Em relação às crianças, geralmente sobreviviam apenas as de colo, pois se considerava que “bugrezinho que já anda com as próprias pernas não presta, só dá problema”<sup>209</sup>. “Bugreiros” que possuíam uma ampla área de atuação

---

<sup>205</sup> Entrevista com João Paes de Faria. 11 de fevereiro de 1998 em Timbó Grande. *Apud.* MACHADO, Paulo Pinheiro (2001a). *Op. cit.*, p. 81.

<sup>206</sup> Entrevista com o bugreiro Ireno Pinheiro, 1972. *Apud.* SANTOS, Silvio Coelho. **Educação e sociedade tribais**. Porto Alegre: Movimento, 1975, p. 22.

<sup>207</sup> No mês de julho de 2004 ministrei um curso de curta duração, voltado a professores do ensino fundamental, sobre a história de Fraiburgo. Durante uma discussão sobre a povoação da região e a questão da ocupação indígena, ouvi de algumas professoras a história de que sua avó foi “laçada no mato” pelo avô, pois ela era “bugre”, como também é o caso de Valdir Rodrigues Mafra, antigo morador, que em entrevista realizada no ano de 1973 afirmou que sua avó era “uma bugra”. História que não é rara entre as famílias que habitavam a região nas primeiras décadas do século XX, MAFRA, Valdir Rodrigues. Depoimento, novembro de 1973, Fraiburgo. Entrevistador: Padre Tomás Pieters.

<sup>208</sup> SANTOS, Silvio Coelho. A modernidade chega pelo trem. In: SANTOS, Silvio Coelho (org). **Santa Catarina no século XX**. Florianópolis: Ufsc/FCC Edições, 2000, p. 18.

<sup>209</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2001a). *Op. Cit.*, p. 13.



espacial, alguns adentrando o planalto até a região do rio Marombas<sup>210</sup>. Eram, na grande maioria, caboclos “conhecedores profundos da vida do sertão”, que não prestavam serviços apenas a fazendas ou vilas. Viajantes, agrimensores e tropeiros utilizavam estas tropas para sua proteção ao atravessar territórios ocupados por indígenas<sup>211</sup>.

O “problema” da ocupação indígena, ao que tudo indica, permaneceu no planalto em geral até o início do século XX. Além dos depoimentos de antigos moradores e tropeiros que cruzavam os sertões ou se dirigiam ao litoral, é possível observar, no final do século XIX, assim como primeira década do século XX, tanto na correspondência oficial quanto na imprensa, menções a ataques realizados pelos indígenas. Em 1898, por exemplo, foi dirigido um ofício da “Collectoria das Rendas Estaduaes de Passa Dous”, situada em Curitiba, ao Presidente do Estado de Santa Catarina, comunicando,

a V. Ex<sup>a</sup> que hontem na estrada “Serra do Espigão”, os gentios atacam a tropa de animaes do Cidadão José Vallerio, residente no “Tijuco Preto”, Estado do Paraná, ficando ferido elle e gravemente um camarada e mortos 31 animaes<sup>212</sup>.

Esta disputa com o indígena era também vista como um entrave para a economia, impedindo o livre trânsito de tropas. Jornais locais, como “O Trabalho” e “O Planalto”, que circularam em Curitiba no início do século XX, mencionam ataques dos indígenas, como no caso deste último, que além do relato ao ataque contra uma tropa que cruzava a Serra do Espigão, também menciona o impacto

---

<sup>210</sup> SOUZA, Almir Antônio. Bugres e Bugreiros: vida e morte em Santa Catarina (1870-1940) In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11. 2006, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: Ufsc, 2006. 1 CD ROM, p. 5.

<sup>211</sup> SANTOS, Silvio Coelho. **Índios e brancos no Sul do Brasil**: a dramática experiência dos Xoclog. Florianópolis: Edeme, 1973, p. 83.

<sup>212</sup> Ofício de João Francisco Duarte d'Oliveira ao Presidente do Estado de Santa Catarina, 1898. Ofícios G. 1898, V. 2. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Como o documento não possui a data em que foi expedido, não foi possível determinar para qual Presidente do Estado o ofício era destinado, se para Hercílio Luz, que governou até setembro de 1898 ou Felipe Schmidt, que assumiu logo a seguir.

desta situação de disputa territorial com os indígenas na produção ervateira na região do rio Taió<sup>213</sup>.

Nas Mensagens do Presidente do Estado Vidal Ramos dos anos de 1911 e 1913, são relatados também ataques nestas regiões, próximas às poucas matas que lhes restaram de refúgio, algumas delas nas bordas do planalto, próximas à Serra do Espigão, tornando-se alvo de tentativas de aldeamento pelo recém-fundado Serviço de Proteção ao Índio, o SPI<sup>214</sup>, tendo, no ano de 1914, o aldeamento de um grupo no Vale do Itajaí<sup>215</sup>.

No entanto, como enfatiza Luísa Wittmann, as populações indígenas, não apenas no planalto, mas também em outras regiões, não sofreram somente como vítimas o processo de ocupação do planalto. Estas populações dialogaram e desempenharam um papel ativo nas relações com aqueles novos habitantes<sup>216</sup>, o que pode ser percebido nas influências e heranças em relação ao uso e ao conhecimento da natureza que a rodeava.

Ocorria nas regiões de expansão de fronteira, como as regiões planaltinas marginais aos caminhos de tropa, um intercâmbio que, segundo Warren Dean, não era apenas cultural, mas também genético. Mistura que ocorria também com a população negra, escrava ou livre<sup>217</sup>. Oliveira Viana, ao comentar sobre a origem da população agregada das fazendas paulistas no século XVII e XVIII, menciona o fato de que ela, ao menos no início, era de origem européia, “vindos ou das ilhas ou da Península”<sup>218</sup>. É no contato com as diferentes etnias africanas e nativas que viviam no latifúndio ou em áreas próximas ao longo do povoamento que surge o caboclo.

Em relação a este contato, Warren Dean ressalta que nem todas as informações sobre a natureza obtida pelos ancestrais indígenas sobre o lugar em

<sup>213</sup> **O Planalto**. Op. Cit., p. 1. **O Trabalho**. Curitibaanos, ano 1, n. 8, 3 de março de 1908, p. 1. \_\_\_\_\_ Curitibaanos, ano 3, n. 77, 13 de maio de 1910.

<sup>214</sup> SANTA CATARINA. **Mensagem do Governador Vidal José de Oliveira Ramos ao Congresso Representativo do Estado**, em 23 de julho de 1911. Florianópolis: Gab. Typ. O Dia, 1911, p. 37-39; **Mensagem do Governador Vidal José de Oliveira Ramos ao Congresso Representativo do Estado**, em 24 de julho de 1913. Florianópolis: Gab. Typ. O Dia, 1913, p. 53-54.

<sup>215</sup> LAVINA, Rodrigo. Op. Cit., p. 80-81.

<sup>216</sup> WITTMANN, Luísa Tombini. A história indígena e o povo Xoclog: em busca de uma nova perspectiva. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11. 2006, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: Ufsc, 2006. 1 CD ROM, p. 2.

<sup>217</sup> DEAN, Warren. Op. Cit., p. 122-123.

<sup>218</sup> OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. Op. Cit., p. 127.

que viviam tenham sido conservadas intactas<sup>219</sup>. No entanto, uma pequena, porém significativa parcela de conhecimento da floresta, que se perdera através do extermínio daqueles nativos permaneceu e foi reconstruída, reelaborada e ressignificada, fazendo com que, como aponta Sérgio Buarque de Hollanda, no caso se referindo a medicina rústica brasileira, a soma de elementos e tradições tão díspares resultasse, muitas vezes em “produtos imprevistos e que em vão procuraríamos na cultura dos invasores ou na dos vários grupos indígenas”<sup>220</sup>. De certa maneira é possível ampliar esta interpretação a certos aspectos do surgimento de práticas voltadas ao uso da terra e de recursos naturais em comum, herdada pela população cabocla que avançava rumo às florestas e campos do planalto conhecidas como sertão.

Ao se instalar em novas terras, estes “excedentes populacionais”, fruto não apenas da migração interna, mas do próprio crescimento vegetativo no planalto<sup>221</sup>, poderiam, de acordo com Neusa Bloemer, viver “da caça, da pesca e da agricultura de subsistência”, atividade “possível, em uma fronteira aberta, com terras devolutas e uma baixa densidade demográfica”<sup>222</sup>. Modo de vida que não chega a se enquadrar em uma economia natural, mas sim naquilo que José de Souza Martins denomina de “economia do excedente”, cujo principal objetivo era a subsistência, porém tendo o excedente comercializado, no caso, com tropeiros de mulas que percorriam as picadas e caminhos da região<sup>223</sup>, “pelos gêneros de que mais necessitava em tais cafundós: - o sal, a farinha, o querosene, a munição para sua arma e peças mais simples e rudimentares do seu vestuário”, conforme Oswaldo

---

<sup>219</sup> DEAN, Warren. *Op. Cit.*, p. 123.

<sup>220</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. Cit.*, p. 78.

<sup>221</sup> Um exemplo de como estas famílias se instalavam na região, no caso de uma família de grandes proprietários de terras, contribuindo também para o povoamento de outras áreas pelo seu próprio crescimento é fornecido por Nilson Thomé, em seu estudo sobre a família Correa de Mello, na região de Caçador. Na obra, apresenta a trajetória de Joaquim Correa de Mello, nascido provavelmente em 1804 no Rio Grande do Sul, residindo posteriormente no Campo do Tenente, atual Lapa, na época rota tropeira. Em meados de 1850, parte para a região do Espinilho, na Fazenda Velha do Espinilho, atual município de Monte Carlo, sendo que um de seus filhos, Francisco Correa de Mello se instala, no final do século XIX, em uma porção de terras devolutas situadas ao Norte de Campos Novos, às margens do Rio do Peixe. Posteriormente seus irmãos e outros parentes também partiram do Espinilho, se estabelecendo em áreas próximas a fazenda de Francisco Correa de Mello, nos atuais municípios de Videira, Caçador e Rio das Antas, deixando grande número de descendentes. THOMÉ, Nilson. **Família Corrêa de Mello: raízes da história de Caçador**. 2. ed. Caçador: Fearpe, 1982, p. 15-17.

<sup>222</sup> BLOEMER, Neusa Maria Sens. *Op. Cit.* p. 72.

<sup>223</sup> MARTINS, José de Souza (1977). *Op. Cit.*, p. 45.

Rodrigues Cabral<sup>224</sup>. Da mesma forma que em relação aos aldeões ingleses do século XVIII descritos por E. P. Thompson, sua “subsistência não era nada além de mísera, o modo de vida podia ser instável, mas [...] em algumas passagens de suas vidas [...] sentiam que se autodeterminavam e que, nesse sentido, eram ‘livres’”<sup>225</sup>.

Praticavam nestas terras o que Arlene Renk denomina de “roça cabocla”, onde exerciam a agricultura e a criação de animais, dividindo espacialmente as áreas para a criação e para a agricultura através de uma prática costumeira, em terras de plantar e terras de criar<sup>226</sup>. Nas áreas destinadas ao cultivo, ocorria a rotação da terra, a qual o geógrafo alemão Léo Waibel, em seu estudo sobre a colonização européia no Sul do Brasil a denomina como agricultura nômade ou itinerante. Porém o colono, da mesma forma que o antigo habitante planaltino, conhece este sistema simplesmente como roça ou capoeira. Esta separação, segundo o autor, acarretou tanto na criação extensiva do gado, quanto na instauração de uma extensiva lavoura. Cultivavam desmatando e queimando a floresta, para em seguida instalar a roça<sup>227</sup>. Possuíam, conforme Maurício Vinhas de Queiroz, no milho “o centro da lavoura, consorciado ao feijão e por vezes à abóbora e à melancia”. Semeavam em outubro, auxiliados por chuços, que diferenciavam-se dos paus-de-cavar utilizados pelos índios somente pelo fato de possuírem um ferro na ponta. Pelos lados de Curitiba, continua o autor, existiram também algumas reduzidas lavouras de tabaco, onde era também fabricado artesanalmente o fumo de rolo<sup>228</sup>.

Se as terras destinadas à plantação eram individuais, a criação de animais, por outro lado, estava, em muitos casos, ligada à exploração em comum de áreas como os campos e pinheirais. Alfredo Wagner Berno de Almeida comenta que o uso da terra em comum em áreas onde se exercem atividades pastoris, ao que tudo indica, parece ser uma prática muito difundida desde os primeiros anos do avanço das frentes pecuárias no Brasil<sup>229</sup>. Mesmo nas regiões de planalto no sul brasileiro,

---

<sup>224</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues (1979). *Op. Cit.*, p. 94.

<sup>225</sup> THOMPSON, Edward Palmer (2002a). *Op. Cit.*, p. 144.

<sup>226</sup> RENK, Arlene Anélia. **A luta da erva**: um ofício étnico no Oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 1997, p. 96.

<sup>227</sup> WAIBEL, Léo. **Capítulos de Geografia tropical do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979, p. 245.

<sup>228</sup> QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. cit.*, p. 36-37.

<sup>229</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (1989). *Op. cit.*, p. 181.

apesar de possuírem características semelhantes no povoamento, as formas de uso comum na região não são homogêneas. Existem semelhanças claras entre formas praticadas, por exemplo, no Sudoeste do Paraná com as praticadas no Meio-Oeste ou Oeste de Santa Catarina, mas algumas diferenças se fazem sentir, e estas podem tanto vir das características espaciais quanto das temporais, sociais e econômicas. A seguir serão realizadas algumas considerações sobre o uso comum da terra na região de planalto, apresentando algumas formas em linhas gerais, como é o caso da criação de animais soltos e da coleta de erva mate, que serão discutidos com maior atenção nos próximos dois capítulos. Serão também apresentadas outras formas de uso comum da terra no planalto analisando dois casos específicos.

### **1.2.1 – GENERALIDADES SOBRE O USO COMUM DA TERRA**

Se nas áreas de campos nativos o gado *vacum*, cavalos e mulas eram os principais animais criados, a situação se alterava nas áreas de mata de araucária, marginais aos grandes latifúndios. Lá eram os porcos que constituíam a principal criação. O porco, de acordo com o historiador ambiental Alfred Crosby, dentre os animais domesticados, é o que mais se assemelha a uma erva daninha. Pelo fato de serem onívoros, havia para eles, em comparação aos herbívoros bois, cavalos e mulas das áreas de campo, uma maior variedade de alimentos disponíveis. Comiam de tudo: frutos caídos, sementes, raízes, relva e qualquer animal pequeno. Por não tolerarem a luz direta do sol, não conseguiam se adaptar as pradarias, descobertas demais, preferindo viver nos capões entre os campos e nas florestas, onde abundavam os pinhões no inverno<sup>230</sup>.

O hábito de se criar porcos na região Sul provavelmente acompanhou os primeiros povoadores da região. Apesar da existência do comércio intertribal, um dos responsáveis pela rápida disseminação de algumas espécies animais no interior do país, nenhuma fonte levantadas para a pesquisa apresenta alguma indicação

---

<sup>230</sup> CROSBY, Alfred. *Op. Cit.*, p. 156-157.

sobre a criação de porcos entre a população indígena na região do planalto sul brasileiro, porém a caça dos animais selvagens, e mais tarde dos introduzidos pelos europeus, é certa que tenha ocorrido. Relatos de viajantes, como os já mencionados Cabeza de Vaca e o Padre Manuel Aires de Casal, destacavam a importância da araucária com seus pinhões na alimentação dos porcos. Em sua viagem Cabeza de Vaca descrevia que

por aquelas terras há muitos porcos montanhese<sup>231</sup> e macacos que comem aqueles pinhões. Os macacos costumam subir nos pinheiros e derrubar tantas pinhas quanto conseguem para depois descerem e comê-las junto ao solo. Muitas vezes acontece que os porcos montanhese<sup>231</sup> ficam aguardando os macacos derrubarem as pinhas para então irem comê-las, afugentando os macacos<sup>232</sup>.

Aires de Casal destacava, nas regiões próximas à Curitiba, a abundância de porcos percorrendo as florestas, dizendo o seguinte: “as árvores mais comuns são pinheiros brasílicos [araucárias]: estes majestosos vegetais formam extensas matas povoadas de porcos monteses, que andam em varas numerosas, às vezes de 100, e muito mais”<sup>233</sup>. Pinhões que desempenharam um importante papel na dieta dos porcos criados pelos habitantes planaltinos, da mesma forma que ocorria com os catetos e queixadas que já habitavam a região, destacada por Auguste de Saint-Hilaire, em sua viagem ao Brasil entre 1816 e 1822, na qual percorreu os Campos Gerais e Curitiba, onde comenta que “ainda hoje os habitantes dos Campos Gerais comem as sementes de araucária e as empregam com sucesso para engordar os porcos”<sup>234</sup>.

“Porco era que nem rato”, já dizia um antigo morador da região do Vale do Rio do Peixe sobre a abundância do animal na região<sup>235</sup>. O ambiente favorável,

<sup>231</sup> Possivelmente estes porcos montanhese<sup>231</sup> sejam catetos (*Tayassu tajacu*) ou queixadas (*Tayassu pecari*). **Queixada e Cateto Simpátricos – Ecologia e Natureza do Brasil**. Disponível em: <<http://www.ecologia.info/cateto-queixada.htm>>. Acesso em: 29 junho 2006.

<sup>232</sup> CABEZA DE VACA, Álvar Nuñez. *Op. Cit.*, p. 162.

<sup>233</sup> AIRES DE CASAL, Pe. Manuel. *Op. Cit.*, p. 161.

<sup>234</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978, p. 17.

<sup>235</sup> SILVA, Altino Bueno da. 103 anos. Depoimento. 28 de setembro de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor. O lingüista paranaense Francisco Filipak, ao estudar as variações do topônimo Curitiba, fornece um indício de que a grande abundância de porcos existentes nas regiões de mata chegou inclusive a dar nome a região. Ao longo da história de

como indicou Alfred Crosby, propiciou a muitos dos moradores do planalto encontrar na criação de porcos soltos uma fonte de renda. Soltos nos pinheirais, estes animais crescem e engordam tanto “que mal podem andar”. Era o chamado “porco alçado”, cuja criação consistia, de acordo com Man Yu Chang, em uma “suinocultura extensiva, onde os animais eram criados em completa liberdade”<sup>236</sup>, percorrendo em manadas, na busca de alimento, terras de diferentes posses ou fazendas, pelo fato destas não possuírem cercas – e isso persistiu, em muitas regiões até o início da colonização –, “uma vez que a amplitude de terras o dispensava”, como aponta Arlene Renk<sup>237</sup>, sendo que a divisão destas, nas palavras de uma antiga moradora da região de Fraiburgo, “era por butieiro, por imbuia era por rio”<sup>238</sup>. Isso não que dizer, no entanto, que os criadores de porcos não possuíssem um rebanho de gado bovino ou de outros animais, criado em pequenas áreas de campos, naturais ou não, em suas terras, da mesma forma que porcos também poderiam ser criados por grandes proprietários de terra em áreas como capões e bosques de matas de araucária.

Animais que, após a captura, caso fosse para a comercialização, eram conduzidos em tropas e no caso dos porcos vivos a pé, ou em cargueiros, caso já transformados em banha e toucinho, rumo aos principais centros consumidores da época, ou seja, as poucas vilas e cidades existentes no planalto.

Forma de criação de animais que também foi praticada por uma comunidade remanescente de ex-escravos, situada no município de Campos Novos, em uma área conhecida como Invernada dos Negros.

Esta área surgiu de uma fazenda pertencente a Mateus José de Souza e Oliveira, que ao falecer, no ano de 1877, legou em seu testamento terras a três

---

Curitiba, de 1693, ano de sua fundação até 1943, apresenta uma grande variação histórico-linguística. Comenta o autor que “estas variações do topônimo Curitiba têm suas raízes numa tríplice etimologia fundamentada em duas realidades muito palpáveis aos indígenas guaranis e aos primeiros povoadores, isto é o pinheiro (pinhão) e o porco, traduzido pelos étimos guaranis: **curiy**, [do pinheiro] **coré** ou **curé** [do porco]”. Termos que associados ao sufixo tupi **tiba**, que significa quantidade, abundância, vieram, ao longo de quase 250 anos originar as diversas variações do nome Curitiba, como Coretiba, Coritiba, Curetiba, Curiytiva, Curiyatiba, etc, muitos derivados dos étimos que significam porco. FILIPAK, Francisco. **Curitiba e suas variantes toponímicas**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1999. Coleção Estante Paranista, n. 42, p. 7-32.

<sup>236</sup> CHANG, Man Yu (1988). *Op. Cit.*, p. 26.

<sup>237</sup> RENK, Arlene Anélia. **Narrativas da diferença**. Chapecó: Argos, 2004, p.28.

<sup>238</sup> PRADO, Nair Ribeiro do. 63 anos. Depoimento, 27 de setembro de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

libertos e oito escravos, a terça parte de suas terras, além da alforria aos escravos<sup>239</sup>. A doação destas terras, no entanto, possuía algumas condições específicas, como não poder se desfazer ou vender as terras a quem quer que fosse. Segundo Raquel Mombelli e José Bento, que expõem um laudo pericial desta comunidade, é possível interpretar estas condições não somente como uma restrição ao direito da liberdade destes herdeiros, que apesar de livres, ainda possuíam algumas obrigações, expressas em suas alforrias, como uma forma de garantir lealdade e obediência destes, pois teriam que acompanhar a inventariante, mas também como uma forma de prolongar a relação dos herdeiros com suas terras, garantindo a estes a posse da terra. A ocupação destas terras foi durante muito tempo exercida seguindo o testamento, sendo que “a terra não foi dividida e todos reconheciam sua condição de donos da terra herdada”<sup>240</sup>.

Terras que, sem divisão entre os herdeiros nem mesmo por marcos naturais, como era costumeiro no planalto, eram usufruídas em comum pelos moradores da fazenda, onde a apropriação de todos os recursos naturais em qualquer área, como a água, a caça, a pesca, o mate, o mel, as frutas e os pinhões, além do espaço por onde percorriam os animais, era disponível a todos os herdeiros da Invernada<sup>241</sup>. Mesmo que esta idéia esteja associada à indivisão das terras previstas no testamento, como apontam os autores acima, ela refletia uma prática vivenciada há muito tempo na região, onde a população negra também estava envolvida nas lidas pastoris. Neusa Maria Mendes de Gusmão, ao se referir as terras ocupadas por grupos negros comenta que:

em todas elas o fundamental é que o acesso à terra é regulado não por categorias formais de propriedade, mas pelo próprio grupo através do “direito costumeiro” O controle sobre esse bem essencial

<sup>239</sup> Conforme Alfredo Wagner Berno de Almeida, tais terras, denominadas pelo autor de “terra de preto”, compreendem “aqueles domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, por famílias de ex-escravos. Abarca também concessões feitas pelo Estado a tais famílias, mediante a prestação de serviços guerreiros”. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (1989). *Op. Cit.*, p. 174. A doação de terras a ex-escravos, ocorreu também em outras regiões do planalto, como na fazenda do Guarda-Mor em Curitiba, onde, Zélia Lemos indica a doação de uma pequena porção de terras da fazenda a escrava Benedita Maria de Jesus, terras que também foram legadas a outras escravas. LEMOS, Zélia de Andrade. *Op. Cit.*, p. 60.

<sup>240</sup> MOMBELLI, Raquel; BENTO, José. Invernada dos Negros. Quilombos no Sul do Brasil: perícias antropológicas. **Boletim do Nuer**, Florianópolis, v. 3, n. 3, p. 17-129, 2006, p. 36-37.

<sup>241</sup> GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. A questão política das chamadas “terras de preto”. **Textos e Debates**. Florianópolis, ano 1, n. 2, p. 25-37, 1991, p. 26.



é exercido coletivamente tomando por base limites étnicos fundados no parentesco; considerando a co-participação em valores e práticas culturais próprias, e especificamente, através da construção de formas de organização baseadas em mecanismo de solidariedade e reciprocidade<sup>242</sup>.

Existia uma noção de terra comum que conforme Alfredo Wagner Berno de Almeida seria “acionada como elemento de identidade indissociável do território ocupado e das regras de apropriação”<sup>243</sup>, identidade que até hoje seria utilizada pelos herdeiros, não apenas como forma de assegurar os direitos pela terra, mas também, conforme apontam Raquel Mombelli e José Bento, como “um princípio de organização territorial”. Na Invernada, apenas as área de lavouras, denominadas de terras de plantar, eram individuais, onde o trabalho era realizado principalmente pela unidade familiar<sup>244</sup>. Terras onde também é possível supor que seriam percorridas por animais de criadores vizinhos e vice-versa, como freqüentemente ocorria na região. A partir do século XX, da mesma forma que em outras áreas de uso comum, diversos fatores, como a apropriação privada por agentes externos à comunidade, trazendo o cercamento e a devastação das florestas nativas, junto com a sucessiva divisão de terras, levaram a gradual redução do usufruto das terras e demais recursos naturais em comum<sup>245</sup>.

Além das formas de uso comum relacionadas à criação de animais fundamentadas através do costume, no caso das posses, propriedades e terras devolutas, como no da Invernada dos Negros, existiam também condomínios, como a Fazenda do Paiol, da Forquilha, dos Cabeçais de Baixo, dos Cabeçais de Cima, do Guarda-Mór e o Campo do Retiro, como indica Paulo Pinheiro Machado, comentando que nestas fazendas ocorria o aluguel do pasto para os tropeiros em

---

<sup>242</sup> *Ibidem*, p. 26.

<sup>243</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Op. Cit.*, p. 173.

<sup>244</sup> MOMBELLI, Raquel; BENTO, José. *Op. Cit.*, p. 73-74, 116.

<sup>245</sup> Nos últimos anos muitos dos moradores da Invernada, conforme Ancelmo Pereira de Oliveira estão deixando as terras rumo a cidades vizinhas, o que, de certa forma reflete na forma de uso da terra. Nestas, embora o autor não mencione a forma de uso da terra praticado nas primeiras décadas na Invernada dos Negros, referindo-se apenas a um “plano comunitário”, menciona a existência, nos dias de hoje, de um grande número de galinhas, além de “uma pequena quantidade de suínos, alguns soltos, outros em pequenos chiqueiros de madeira ou então amarrados com cordas ‘para não fugir’”. OLIVEIRA, Ancelmo Pereira. *Sinais da presença negra no espaço agrário do Meio-Oeste de Santa Catarina*. In: HEINSFELD, Adelar. (org). **A região em perspectiva: diferentes faces da história catarinense**. Joaçaba: Unoesc, 2001, p. 87, 90.

trânsito. Estas, no entanto, começaram a ser partilhadas em 1890, ocorrendo divisões ainda na década de 1920<sup>246</sup>.

Uma destas divisões de fazendas possuídas por condomínio em Curitibaanos ocorreu no ano de 1907, entre Domingos Felipe dos Santos, Balduino Rodrigues França e Israel Pinheiro dos Santos nas terras que compunham, segundo o processo de partilha, a “metade dos campos e mattos, denominado Potreiro dos Linhares; e entre elles passaram-se a combinar-se a fazer a Divisão dos mesmos campos e mattos amigavelmente<sup>247</sup>”. Embora o processo de divisão entre os condôminos não ofereça muitas informações a respeito dos envolvidos, é apresentada na partilha uma planta do imóvel com a respectiva gleba de cada proprietário, conforme é possível observar na imagem a seguir:



1 – Gleba do condômino Israel Pinheiro dos Santos. Área de 816.823 metros quadrados.

2 – Gleba do condômino Domingos Felipe dos Santos. Área de 2.450.470 metros quadrados.

3 – Gleba do condômino Balduino Rodrigues França. Área de 3.264.293 metros quadrados.

<sup>246</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 74.

<sup>247</sup> Processo de divisão de terras entre Domingos Felipe dos Santos, Balduino Rodrigues França e Israel Pinheiro dos Santos, no ano de 1907. Curitibaanos. Acervo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Comarca de Curitibaanos, caixa 18.

### Figura 5: Planta da Fazenda Potreiro dos Linhares, divisão das terras entre os condôminos

Fonte: Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

A propriedade de fazendas sob o regime de condomínio, ao menos em Curitiba, chegou a possuir, ainda na primeira década do século XX, uma regulamentação municipal expedida pelo então prefeito Coronel Francisco Ferreira de Albuquerque, através da Lei nº 49 de 6 de janeiro de 1908:

O cidadão coronel Francisco Ferreira de Albuquerque, superintendente municipal de Coritybanos.

Faço saber a todos os habitantes deste Municipio que o Conselho Municipal decretou e eu sanciono a Lei seguinte:

Art. 1.º – Nos terrenos lavrados que se acham em commum entre muitos condominos, cada um delles poderá cultivar sómente a extenção que em proporção lhe couber, o que verificar-se-á por um arbitramento que se procederá a requerimento da parte que se julgar prejudicada, perante o Superintendente terá lugar a louvação em arbitradores, que avaliarão a extenção que possa pertencer aos condominos.

[...]

Secretaria da Superintendencia Municipal de Coritybanos, 6 de janeiro de 1908. – Francisco Ferreira de Albuquerque, Cornelio de Haro Varella, secretario<sup>248</sup>.

Condomínios que além do uso das terras agricultáveis, conforme apresentado na Lei Municipal de Curitiba, possivelmente enquadravam-se também segundo Pontes de Miranda em uma forma de compáscuo de pastos entre os proprietários<sup>249</sup>. Na comunhão dos pastos, para Faria Motta

tanto poderá consistir esse direito em terem várias pessoas comunhão no uso do pasto ou dos pastos do mesmo prédio ou de

<sup>248</sup> CURITIBANOS (Município) Lei nº 49, de 6 de janeiro de 1908. In: **O Trabalho**. Curitiba, ano 1, n. 13, 18 de março de 1908, p. 3.

<sup>249</sup> PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Op. Cit.*, p. 431.

um só proprietário, quanto em terem diversas pessoas comunhão no uso dos pastos de seus prédios<sup>250</sup>.

Apesar de até 1916 o compáscuo não ser juridicamente reconhecido em terras particulares, apenas nas áreas de campos públicos, ou de domínio comum do povo, como será discutido adiante, o uso em comum ocorria nestas e em outras propriedades possuídas em condomínio, afinal a criação de animais soltos consistia em um antigo costume na região<sup>251</sup>.

Existe na região do Centro-Sul do Paraná uma forma de uso comum da terra, influenciada pelo antigo costume de criação à solta como uma forma de compáscuo que persiste até os dias de hoje no Estado. É o chamado Sistema Faxinal ou simplesmente Faxinal. Tal sistema consiste, segundo Cicilian Löwen Sahr, em um “sistema de uso integrado da terra que abrange a atividade silvopastoril comunitária, a extração de madeira e erva-mate e também a agricultura de subsistência”<sup>252</sup>. No Sistema Faxinal, ao contrário do que ocorria costumeiramente nas terras planaltinas, não apenas do Paraná, mas também de Santa Catarina e Rio Grande do Sul<sup>253</sup>, as terras de plantar eram abertas, enquanto as terras de criar eram cercadas<sup>254</sup>.

<sup>250</sup> MOTTA, J. A. Faria. **Condomínio e vizinhança**: direito e ações. São Paulo: Saraiva, 1942, p. 332.

<sup>251</sup> O Código Civil de 1916 já dispunha de algumas regulamentações a respeito do condomínio, onde também menciona o compáscuo, inclusive de terras públicas, expresso no artigo 646. No caso das terras públicas e terrenos baldios este ficava a cargo das administrações municipais. BRASIL. Código Civil de 1916. In: **Sistema de Informações do Congresso Nacional**. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=102644>>. Acesso em: 11 de julho de 2006. Conforme Jair Gevaerd Filho, “a realidade do campo e as múltiplas manifestações do exercício do domínio e da posse, fizeram originar, no direito brasileiro, várias formas de compáscuo”, sendo o compáscuo em condomínio uma destas formas. GEVAERD Filho, Jair Lima. Perfil histórico-jurídico dos faxinais ou compáscuos: análise de uma forma comunal de exploração da terra. **Revista de Direito Agrário e Meio-Ambiente**. Curitiba, n. 1, p. 45-69. 1986, p. 63. Forma de uso da terra que, no entanto, não é tratada no Código Civil elaborado em 2002, onde discute-se apenas o condomínio e o usufruto de bens como florestas e recursos naturais. BRASIL. Código Civil de 2002. In: **Palácio do Planalto**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm)>. Acesso em 7 de agosto de 2006.

<sup>252</sup> SAHR, Cicilian Löwen. Povos tradicionais e territórios sociais: reflexões acerca dos povos e das terras de faxinal do bioma da mata com araucária. In: In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, III; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA II; JORNADA ARIIVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA. 2005, Presidente Prudente, **Anais eletrônicos...** Presidente Prudente, 2005. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/agraria>>. Acesso em 9 de setembro de 2006.

<sup>253</sup> Antigos tropeiros de porcos da região da Lagoa Vermelha, no Rio Grande do Sul, relataram, em uma mesa redonda ocorrida no VIII Seminário Nacional sobre Tropeirismo e V Seminário sobre Tropeirismo no Cone Sul, ocorrido no ano de 2006 no município de Bom Jesus, no Rio Grande do Sul, que a criação de porcos era à solta, percorrendo diversas áreas de campos e pinheirais.

<sup>254</sup> CHANG, Man Yu. *Op. Cit.*, p. 26-28.

Verificam-se nestes espaços de criadouros comuns o uso da terra coletivo, porém a propriedade ou a posse continuam sendo privadas. Ali se encontra o “gado miúdo (principalmente porcos) e o gado graúdo (cavalos, bois). Também se destaca dentro do criadouro comum a extração da erva-mate”<sup>255</sup>, podendo abarcar grandes áreas com centenas de hectares, cercados em todo o seu perímetro<sup>256</sup>. As terras de plantar se localizam fora do criadouro comum, sendo usadas individualmente. Alguns produtos cultivados são o milho, o arroz, a batata e a mandioca, empregando em muitos casos a rotação de terra e a queimada para a limpeza do terreno<sup>257</sup>.

Existem duas versões para a origem dos Faxinais do Paraná. Autores como Maria Magdalena Nerone afirmam que a origem dos faxinais remontam ao surgimento das primeiras reduções jesuíticas<sup>258</sup>, enquanto Cicilian Löwen Sahr concorda o argumento da influência dos jesuítas, porém atribuindo a origem de tal sistema à população cabocla, que desenvolve esta forma de uso da terra a partir do século XVIII, quando estes passam a se interiorizar na busca por novas terras<sup>259</sup>.

Man Yu Chang, assim como Jair Lima Gevaerd Filho consideram o costume da criação de animais à solta como fator de origem dos Sistemas Faxinais, cujas características próprias, como o cercamento das terras de criar e não as de plantar estivessem ligadas à economia ervateira e a instalação de imigrantes de origem polonesa na região<sup>260</sup>.

Embora esta discussão escape ao interesse principal da pesquisa, cabe ressaltar algumas questões levantadas no que cabe a origem e dispersão dos Sistemas Faxinais. Cicilian Löwen Sahr e Luiz Alexandre Cunha mencionam a ocorrência do Sistema Faxinal nos planaltos do Paraná e Santa Catarina, embora sem fornecer nenhuma fonte indicando a fonte ou algum caso, apenas mencionando que

<sup>255</sup> SAHR, Cicilian Luiza Löwen; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. *Op. Cit.*

<sup>256</sup> GUBERT Filho. Francisco Adyr. O Faxinal: estudo preliminar. In: **Revista de Direito Agrário e Meio-Ambiente**. Curitiba, n. 2, p. 32-40. 1987, p. 33.

<sup>257</sup> SAHR, Cicilian Luiza Löwen; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. *Op. Cit.*

<sup>258</sup> NERONE, Maria Magdalena. *Op. Cit., passim.*

<sup>259</sup> SAHR, Cicilian Luiza Löwen. *Op. Cit.*

<sup>260</sup> CHANG, Man Yu. *Op. Cit.*, p. 22-42; GEVAERD Filho, Jair Lima. *Op. Cit.*, p. 59.

Em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul os Faxinais já há muito tempo pertencem ao passado. Isto se deve, sobretudo, a influência cultural de colonos imigrantes (alemães, italianos, poloneses, entre outros) do século XIX e também a guerra civil que foi conduzida contra os caboclos entre os anos 1912-1916 (Questão do Contestado)<sup>261</sup>.

Argumentam os autores que tais hábitos deixaram de existir com a colonização, porém o hábito de se criar à solta, este sim comum a toda a região do planalto catarinense, se fez sentir em algumas regiões até meados da década de 1960, ocorrendo, como será visto no Capítulo 3, em terras próximas das que surgiram os núcleos de colonização européia.

É possível também que tenha ocorrido, não apenas para as necessidades familiares, mas também para a comercialização, ao menos em certo período, a caça de animais como veados, porcos do mato, jaguatiricas (conhecidas na região como tigre) e até onças, com a finalidade de se obter couros e peles. Roberto Lobato Corrêa, em seu estudo sobre o Sudoeste do Paraná antes da colonização, comenta que esta atividade, que não chegou a assumir um papel de importância como a criação de porcos, possuía um comércio baseado na troca, sendo que muitos dos que adquiriam este material poderiam ser seleiros<sup>262</sup>.

Uma atividade relacionada ao uso em comum da terra tão importante, ou até mais que a criação de animais soltos em muitas regiões, não apenas de Santa Catarina, estava relacionada à extração de recursos naturais da floresta. Poderiam recolher mel e cipós para coloração da lã de ovelhas, além de diversas plantas para usos medicinais<sup>263</sup>. Porém é a extração de erva-mate que assume o papel de protagonista do extrativismo florestal em comum. O hábito de se consumir o mate, aponta Maurício Vinhas de Queiroz, já era comum entre os Guarani antes da chegada dos europeus. Herdaram tal tradição os povoadores dos Campos de

---

<sup>261</sup> SAHR, Cicilian Luiza Löwen; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. *Op. Cit.*

<sup>262</sup> CORRÊA, Roberto Lobato. O sudoeste paranaense antes da colonização. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 1, ano 32, p. 87-98, jan/mar. 1970, p. 94.

<sup>263</sup> Segundo Nair Ribeiro do Prado existiam algumas espécies de cipós que serviam para colorir a lã, utilizada no fabrico de pelegos, baixeiros, acolchoados entre outros, dando colorações como o vermelho e o amarelo. PRADO, Nair Ribeiro do. Entrevista citada. A extração em comum do cipó também é mencionada por Antônio Carlos Diegues. DIEGUES, Antônio Carlos. *Op. Cit.*, p. 97.

Curitiba, em contato com os indígenas escravizados, da mesma forma que os paulistas e portugueses que ocuparam o Rio Grande, além dos espanhóis do Prata. Se de início sua produção se destinava apenas ao consumo próprio, logo passou a ser comercializado, tornando-se um importante produto comercial das regiões próximas aos rios Negro e Iguaçu<sup>264</sup>.

Se os campos nativos, comenta o mesmo autor, marcaram a área onde se instalaram as primeiras fazendas, os ervais fizeram o mesmo, indicando as áreas extrativas. Apesar de não se constituir em uma forma de uso ligada às atividades pastoris, seu surgimento está intimamente ligado com o avanço populacional, inicialmente promovido pelos caminhos das tropas. Os primeiros ocupantes das regiões ricas em ervais, ao encontrar uma área onde tal árvore abundava, nelas se instalavam e iniciavam a produção, que até meados do século XX, seguiam o antigo modelo indígena, extremamente trabalhoso, normalmente nos meses de inverno<sup>265</sup>.

Não existiam, conforme aponta Vinhas de Queiroz, ao menos na área de estudos, regras muito fixas nas relações entre os homens no trabalho dos ervais. Todo o trabalho, no caso de pequenos sítios que se instalavam na região dependia somente da força familiar. Esta forma de extração do mate ocorria com maior frequência em pequenas propriedades ou posses afastadas em plena floresta<sup>266</sup>. O médico Aujor Ávila da Luz, em seu estudo sobre o movimento do Contestado, comenta que o caboclo procedia a colheita da folha da seguinte forma:

[...] o caboclo, de facão afiado na mão, mete-se pelos matos onde abunda a *ilex* e, de erval em erval, anda à procura das árvores que não foram podadas na safra anterior. E assim vai de árvore em árvore, desbastando-as, golpeando-lhes os galhos de baixo para cima e amontoando os ramos de espaço em espaço [...] caminha assim quase o dia todo, percorrendo grandes distâncias [...]<sup>267</sup>.

<sup>264</sup> QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, p. 33. MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916**. 2001b. 498 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2001b, p. 120.

<sup>265</sup> QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, p. 32. MACHADO, Paulo Pinheiro (2001b). *Op. Cit.*, p. 121.

<sup>266</sup> QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, p. 34.

<sup>267</sup> LUZ, Aujor Ávila da. *Op. Cit.*, p. 87.

Coleta que, no caso destas terras devolutas, poderia ser em comum, como aponta Alexandre Tomporoski em relação ao planalto norte de Santa Catarina<sup>268</sup>. A erva também era, ao menos em seu início, colhida nas terras dos grandes fazendeiros por seus peões e agregados. Porém a extração servia principalmente para subsistência, sendo que algum eventual excedente poderia ser comercializado nas vizinhanças, sem que representasse alguma importância econômica<sup>269</sup>.

No oeste de Santa Catarina também é possível se encontrar indícios do uso comum da terra na exploração da erva-mate. Embora existam muitas semelhanças com a região do Planalto Norte de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná em relação a métodos de extração e beneficiamento, algumas peculiaridades merecem destaque. A ocupação desta região remete a abertura da Estrada das Missões, em 1845, cujo caminho cruzava áreas ricas em ervais que passaram a ser exploradas por brasileiros, provavelmente originários do Paraná, que penetravam em busca de ervais nas proximidades das estradas. Sua comercialização ocorria principalmente com argentinos<sup>270</sup>.

Por ser uma região em disputa durante o século XIX com a Argentina<sup>271</sup>, sua povoação representava um fator essencial para a garantia da posse territorial. Para tanto, a criação da Colônia Militar de Chapecó, assim como a do Chopim, representaram o início da colonização oficial daquelas terras, em muitas partes já ocupadas por algumas famílias. Fundada às margens do rio Xanxerê, sob o comando de José Bernardino Bormann, em 1882, a colônia, além da ocupação

---

<sup>268</sup> TOMPOROSKI, Alexandre Assis. Serra fita – serra vida: os trabalhadores da Lumber e a classe operária no Planalto Norte de Santa Catarina, 1910-1940. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 10; REUNIÃO NACIONAL DO GT ESTUDOS DE GÊNERO, 3; JORNADA NACIONAL DE HISTÓRIA DO TRABALHO, 2. 2004, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: Ufsc p. 308-311, p. 308-309.

<sup>269</sup> QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, p.32.

<sup>270</sup> POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do Oeste catarinense: 10 anos do Ceom.** Chapecó: Unoesc, 1995, p. 79. A instalação de famílias nas terras, assim como a extração e comercialização do mate ocorria de modo semelhante, ao que tudo indica, com a do Sudoeste do Paraná, tanto pela proximidade geográfica quanto pela composição populacional, ambas povoadas pelas mesmas levas provenientes principalmente dos Campos de Guarapuava, acompanhando o caminho das tropas. Nesta região, de acordo com Roberto Lobato Corrêa, uma das formas da colheita do mate era realizada “por posseiros luso-brasileiros que com suas famílias penetravam nos ervais nativos”. O mesmo autor comenta que a produção ervateira, mais tarde também realizada por empresas que utilizavam a mão-de-obra assalariada (possivelmente composta em parte por caboclos expropriados da região), era comercializada na fronteira com a Argentina. CORRÊA, Roberto Lobato. *Op. Cit.*, p. 91.

<sup>271</sup> Ver Capítulo 2



estratégica, também possuía como incumbência a distribuição de terras. Desta forma, de acordo com Walter Piazza,

iniciou-se então, um trabalho de integração daqueles que viviam naquelas áreas “ao Deus dará”, sendo uma garantia para a atividade sócio-econômica das “frentes pastoris”, já, ali, estabelecidas<sup>272</sup>.

Muitos dos moradores que já habitavam a região usufruíam aquelas terras devolutas em comum, tanto na criação de animais quanto na extração da erva-mate, esta última de caráter nômade, o que na visão de Arlene Renk se devia a sazonalidade da atividade<sup>273</sup>. Parte desta população passou a integrar a Colônia, que abrangia uma área de quarenta e oito léguas quadradas de terra, conforme aponta o Decreto nº 2.502, de 16 de novembro de 1859, ordenando a criação das Colônias Militares de Chapecó e Chopim<sup>274</sup>, instituídas somente 20 anos mais tarde. O Artigo 2º enfatiza a importância da efetivação da Colônia naquele território:

Art. 2º - Estas colonias são destinadas à defesa da fronteira, à proteção dos habitantes dos Campos de Palma, Erê, Xagú e Guarapuava, contra a invasão dos Índios, e a chamar os ditos Índios, com auxílio da catechese à civilização<sup>275</sup>.

Como ficou claro, além da proteção daquela população e dos tropeiros que transitavam entre as Missões e Guarapuava, contra eventuais conflitos com a população indígena – que permaneceria ao longo do século XX, principalmente com o avanço da economia pastoril e extrativista<sup>276</sup>, – destaca-se o papel geopolítico daquela região de fronteira ao assegurar a posse das terras ao Brasil.

<sup>272</sup> PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994, p. 220.

<sup>273</sup> RENK, Arlene (1997). *Op. Cit.*, p. 96.

<sup>274</sup> A região também se encontrava em litígio limdeiro entre o Paraná e Santa Catarina, como será visto no Capítulo 2. Este decreto considera aquela parte do território brasileiro pertencente ao Paraná.

<sup>275</sup> PIAZZA, Walter (1994). *Op. Cit.*, p. 216.

<sup>276</sup> NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **Nosso vizinho Kaingáng**. Florianópolis: Ufsc, 2003, p. 75; D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios no Oeste catarinense. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do Oeste catarinense: 10 anos do Ceom**. Chapecó: Unoesc, 1995, *passim*. Grande parte daquela população

Entre 1884 e 1893 a Colônia passou por um crescimento significativo, concedendo, de acordo com Silvio Coelho dos Santos, 255 títulos de terra entre 1882 e 1910<sup>277</sup>. A extração do mate consistia na principal fonte de renda, que perdurou mesmo com a desativação da Colônia Militar em 1908. A queda no preço da erva-mate, a partir da década de 1920 levou aqueles colonos a venderem, em muitos casos, suas terras aos novos agentes econômicos, principalmente empresas colonizadoras e madeireiras, que se instalaram na região após o final do conflito do Contestado<sup>278</sup>.

Além da criação de animais soltos, ocorriam outras formas de uso da terra em comum relacionadas à atividade pastoril. Porém estas se diferem, tanto da criação de animais soltos, quanto da extração do mate, por não ocorrerem em áreas abertas e de avanço da fronteira e pelo fato de possuírem o reconhecimento jurídico.

É o caso das terras de uso comum junto ao caminho das tropas, que de acordo com Nazareno José de Campos “conjuga o interesse de usufruto de comunidades vizinhas, até mesmo distantes, com o de tropeiros com o seu gado em trânsito”. Seu surgimento, segundo o autor é muitas vezes incerto, podendo nascer a partir de uma área já usufruída em comum por uma ou mais comunidades, ou como no caso do planalto catarinense, pode ter surgido através dos primeiros caminhos de tropas que varavam os sertões<sup>279</sup>.

A importância da economia pastoril para o Brasil, em especial nos séculos XVIII e XIX, fez com que surgissem várias áreas para o pouso e descanso do gado, a maioria, inclusive, reconhecida por lei, através de Ofícios e Decretos tanto do governo Imperial quanto das Câmaras Municipais, em vários pontos do território nacional<sup>280</sup>.

Em Santa Catarina existiam algumas áreas destinadas ao uso comum ao longo do caminho das tropas, tanto na faixa litorânea, como no caso do já citado Campo de Araçatuba, que ocupava uma imensa área no atual município de Palhoça,

---

que acabou não se aculturando, ao longo dos anos, foram marginalizados, atualmente vivendo em reservas e áreas não demarcadas em Santa Catarina. LAVINA, Rodrigo. *Op. Cit.*, p. 78.

<sup>277</sup> SANTOS, Silvio Coelho. *Op. Cit.*, p. 95.

<sup>278</sup> POLI, Jaci. *Op. Cit.*, p. 84-85.

<sup>279</sup> CAMPOS, Nazareno José de. Terras de uso comum junto aos caminhos de tropas. In: **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: Edições EST, 2004, p. 299.

<sup>280</sup> CAMPOS, Nazareno José de (2002). *Op. Cit.*, p. 299-300.

que, a partir de 1728 passou a ser uma “área de pastagens para o gado dos moradores do continente e a Ilha de Santa Catarina”, por onde também percorriam tropas vindas de Laguna em direção à capital. Existiam outras áreas, ligando Laguna ao Rio Grande do Sul, como o Campo da Barra, o da Carniça e o dos Magalhães, que, além de atender a população também supriam os animais conduzidos em tropa. No planalto, as áreas de uso comum, ao menos as reconhecidas pelas autoridades, ocorriam nas (poucas) rotas que a ligavam ao litoral, partindo principalmente de Lages, Urubici e São Joaquim rumo a Laguna e a Desterro, atual Florianópolis. Inicialmente surgiram como pouso das tropas, e posteriormente usufruídos pela população no apascentamento do gado<sup>281</sup>.

Pelo fato de Lages ser, até as últimas décadas do período Imperial o único município do planalto catarinense, uma vez que Curitiba e Campos Novos se emanciparam em 1869 e 1881, respectivamente<sup>282</sup>, boa parte da documentação disponível sobre o planalto em Santa Catarina trata especificamente deste município. Ocorria, ao menos em Lages e mais tarde em Curitiba, o uso comum de terras situadas em áreas próximas ao núcleo urbano, pelos moradores locais.

A existência de áreas de usufruto comum pode ser verificada através de documentos oficiais como é o caso de um Ofício expedido em 1885 pela Câmara Municipal de Lages. O seguinte documento trata da existência de uma área de terras situadas em um logradouro público que segundo consta

[...] desde os fundamentos desta povoação forão destinados pelo poder competente certa quantidade de terrenos que formão ainda hoje o patrimônio do logar e serve de logradouro público; e esse terreno circula a povoação e é desfructado pelo povo, já nas tiradas de lenhas, já nas de madeiras para construcções, também na manutenção de seus gados [...]<sup>283</sup>.

---

<sup>281</sup> *Ibidem*, p. 301-302.

<sup>282</sup> ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. XXXII vol. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959, p. 61,87.

<sup>283</sup> Ofício da Câmara Municipal de Lages escrito por Antônio Ribeiro dos Santos dirigido a José Lustosa da Cunha Paranaguá, Presidente da Província de Santa Catarina, no dia 16 de fevereiro de 1885. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Terrenos que, no entanto, vinham ao longo dos anos sendo alvo de usurpação por moradores, sendo inclusive vendido a terceiros.

Há bastante annos um indivíduo de nome Pacífico tomou a si uma parte desses terrenos – dentro do perímetro do logradouro público – e desfructou-o despoticamente.

Mais tarde, um outro indivíduo de nome Leandro de Tal, apossou-se desses mesmos terrenos, dizendo que os tinha comprado a pacífico, sem que mostrasse escriptura alguma, ou qualquer outro documento. E Leandro passou os mesmos terrenos ao poder de Américo Ribeiro Gomes, por uma escriptura particular na qual se continha a cláusula de – não responsabilizar pela boa ou má venda que fazia – e portanto provendo que também obtivera por meios illegaes. Por fallecimento de Américo passou esses terrenos ao poder de seus filhos que, por sua vez, e nas mesmas condições, os transpassão a Jeremias José Ribeiro de Amaral, em poder de quem se acha hoje, e sem que haí houvesse qualquer benfeitoria feita por esses possuidores, e isto por mais de 16 annos. Esses terrenos que a população sempre desfructou quer antes daquele primeiro occupante, quer durante as posses que se allegarão os demais, e que não poderão nunca vedar o ingresso do povo para tiradas de lenhas e madeiras e nem privar suas pastagens aos animais, são e devem ser sempre considerados de patrimônio municipal e portanto do logradouro público, e a Câmara tem por vezes tentado repelir alguns pretendentes a fechálas e sempre conseguindo [...]

Fechamento que foi concretizado por um dos occupantes, denominado Jeremias, o que provocou reclamações da população contra este procedimento, que impedia não apenas a pastagem do gado, proibindo também a retirada de madeira e lenha, mas também o acesso a uma estrada pública que atravessava estas terras seguindo rumo a Campos Novos. Segue no final do ofício uma lista com a assinatura de vinte e quatro moradores que serviam-se destas “para conservarem suas criações, já gozando-se da grande extensão de mattos que ali tem para tirarem alguma lenha, madeiras”. Argumeta ainda o documento que

[...] se a occupação mansa e pacífica de um terreno constitui o direito de posse, depois de um certo tempo; esse direito tem adquirido aos abaixo assignados e todos os habitantes desta cidade, tem sido e estão sendo, occupados por todos com suas criações.

A leitura deste documento indica a existência no município de Lages de uma área que era usufruída em comum pelos moradores desde os tempos de sua fundação, no ano de 1766, ou seja, possuía certamente mais de 100 anos, sendo, no entanto, alvo, ao que parece freqüente, de apropriação privada por diversos moradores, que poderiam até ter sido, em outro período, usuários daquelas terras. Tal situação, longe de ser um caso isolado, representa uma, dentre tantas outras formas de uso comum da terra e recursos naturais realizadas no planalto meridional brasileiro e que foram, sobretudo a partir do final do século XIX e início do século XX, objeto de açambarcamento privado, reduzindo os espaços de uso ou mesmo deixando, da mesma forma que aqueles vinte e quatro assinantes do ofício, sem um espaço onde seria possível se obter uma fonte de complemento a sua renda.

Em seus estudos de geografia histórica sobre as cidades e a apropriação territorial, Maurício de Almeida Abreu destaca o fato da doação de terras para o patrimônio das Câmaras Municipais, o que ocorria desde os princípios da colonização portuguesa em solo brasileiro. Dentre estes patrimônios, existiam no Brasil, os chamados logradouros públicos, além das terras do conselho, ou concelho<sup>284</sup>, que serviam, segundo Murillo Marx, a

distintos propósitos, que poderiam resumir-se em sua utilização por parte de todos os moradores para pasto de animais, para coleta de madeiras ou de lenha, para algum plantio, bem como constituía uma reserva para a expansão da vila, seja prevendo novas cessões de terra, seja a abertura dos correspondentes caminhos e estradas, ruas ou praças<sup>285</sup>.

---

<sup>284</sup> ABREU, Maurício de Almeida. *Op. Cit.*, p. 217. Nazareno José de Campos alerta para as diferenças existentes entre logradouros públicos e os baldios portugueses. Diferença que não se resume apenas ao sentido que o termo adquire no além mar, recebendo a conotação de “terra inculta, terra imprestável, razão pela qual permanece abandonada, servindo a várias formas de uso público comum, o que independe de seu regime jurídico (que pode ser tanto público quanto privado)”. O termo baldio, no Brasil se assemelharia ao termo de mato maninho em Portugal. Continua o autor comentando que o baldio luso tem “o sentido de uma terra de uso comum (um logradouro público, um logradouro do povo). As terras de uso comum (os logradouros do povo, ou ainda, pastos comuns, terras comunais, campos comuns, campo público, campo logradouro público, matos do povo, etc.) são áreas com configuração jurídica muitas vezes indefinida. Trata-se na verdade de uma forma característica de terra pública, que contudo não é passível (pelo menos não o era antigamente) de apropriação individual”. Porém as constantes mudanças jurídicas da mesma forma que o descaso, muitas vezes intencional, favoreceu a apropriação privada destas terras de uso comum. CAMPOS, Nazareno José de (2000). *Op. Cit.*, p. 69.

<sup>285</sup> MARX, Murillo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel/Editora da Universidade de São Paulo, 1991. Coleção Cidade Aberta, p. 68.

Utilização que ocorria também naquelas terras situadas nos termos do município de Lages, como consta no Ofício:

É sabido que desde os fundamentos desta povoação foram destinados pelo poder competente certa quantidade de terrenos que formão ainda hoje o patrimônio do lugar e serve de logradouro público; e esse terreno circula a povoação e é desfructado pelo povo, já nas tiradas de lenhas, já nas de madeiras para construcções, também na manutenção de seus gados<sup>286</sup>.

Tais terras eram também destinadas a garantir renda, tornando possível sua divisão, aforamento e arrendamento para moradores. Através de um Ofício da Câmara Municipal de Lages, expedido em 1855, constata-se o arrendamento de parte das terras do logradouro público, como se verifica a seguir:

Tendo a Câmara Municipal de por em execução o disposto no Art. Nº30 da Lei nº 347 de 01/05/1852, sobre arrendamento de quaisquer terrenos de seu patrimônio, em de logradouro público, está em dúvida se o foro que devem pagar os que edificarão casas dentro da Vila depois da data desta Lei é a mesma quantia de 40 réis por braça de frente estipulada para os terrenos possuídos nos logradouros públicos. Outrossim deseja a mesma Comarca que se esclareça quais os posseiros que estão sujeitos ao Laudêmio, e qual a cota desta imposição [...] para não haver dúvidas para o futuro poder cobrar com acerto no estabelecimento destes impostos<sup>287</sup>.

Estes documentos, concordando com Nazareno José de Campos, comprovam a existência de terras de uso comum reconhecidas, ao que tudo indica, juridicamente, pelo fato de serem denominadas como logradouro público nos documentos apresentados no planalto de Santa Catarina, e não apenas “junto às estradas de ligação planalto-litoral [que] serviam muito mais aos tropeiros e comerciantes do gado do que ao uso básico da população local”<sup>288</sup>.

---

<sup>286</sup> Ofício da Câmara Municipal de Lages, 1885. *Op. Cit.*

<sup>287</sup> Ofício da Câmara Municipal de Lages escrito por Manoel R. de Souza dirigido a João José Coutinho, Presidente da Província de Santa Catarina, no dia 11 de abril de 1855. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. A Lei a que se refere o documento é provincial e não municipal.

<sup>288</sup> CAMPOS, Nazareno José de (1991). *Op. Cit.*, p. 76.

Em Curitiba, o uso comum de terras nas áreas pertencentes ao patrimônio do município também ocorria, sendo inclusive reconhecidas no seu código de posturas. Zélia Lemos apresenta em seu estudo sobre o município a “aprovação da escolha do terreno da sede ou patrimônio municipal” do governo da Província em 1884, a Lei nº 1.067, de 30 de março de 1864, que “aprova os artigos de posturas abaixo transcriptos, propostos pela Câmara Municipal de Curitiba [...]”.

#### Posturas

Artigo 1º – Ninguém poderá, nas mattas e campos do rocio da villa, fazer derrubadas de madeiras para roças outro qualquer fim, bem como derrubar qualquer páo sem ser por utilidade pública e precedendo licença da Câmara, pela qual pagará o impetrante quatro mil réis, sob pena de quinze mil réis, de multa, e trinta nas reincidentes.

Artigo 2º – Só é permitido nas referidas mattas tirar-se lenha secca para consumo particular de cada um dos seus habitantes, sob multa acima estabelecida.

Artigo 3º – São considerados, temporariamente, mattas e campos do rocio, todo terreno comprehendido dentro das seguintes divizas: – começando do Lageado chamado – dos Linhares – de onde se chama a Taipinha – por este abaixo até a casa em que reside Laurindo Manoel de Barros, outr’ora de Fortunato Rodrigues de Lima aonde deságua uma vertente que divide dos campos do rocio a fazenda denominada Butiá, e subindo por esta vertente até suas cabeceiras, e d’ahi a procura de uma outra vertente que divide a mesma Fazenda dos campos do Rocio, e descendo por esta até chegar no Lageado da Estância Nova, e por este acima até suas cabeceiras, e ahi, aonde deságua uma vertente que passa pelo lado do outão do sul da casa de Joaquim Rodrigues da Veiga, subindo por esta até suas cabeceiras, e desta cortando por uma baixa até encontrar a Taipinha de onde começou as divizas.

Paço da Assembléa Legislativa provincial de Santa Catharina, em 28 de Março de 1884.

O presidente, Alexandre Ernesto d’Oliveira.

O 1º Secretário, Dr. Abdon Baptista<sup>289</sup>.

---

<sup>289</sup> LEMOS, Zélia Andrade. Op. Cit., p. 173-176. Comenta a autora que possivelmente este registro existia no cartório de Curitiba até 1914. No registro do patrimônio de Curitiba, existente no Cartório de Registro de Imóveis, no livro 3, com o número 1.409, de 4 de janeiro de 1928, é possível encontrar a descrição do imóvel.

Conforme expõem Maurício de Almeida Abreu, tanto os logradouros públicos quanto as terras do concelho, sempre contaram com a defesa da Coroa, buscando evitar com que as Câmaras Municipais negligenciassem, intencionalmente ou não, este patrimônio, impedindo a apropriação destas terras<sup>290</sup>, o que ocorreu em Lages, conforme observado no Ofício de 1885, impedindo não só o usufruto dos moradores, mas também o trânsito em uma estrada que por ali passava.

A constante redução dos espaços das terras de uso comum possui íntima relação com o avanço de novas relações econômicas baseadas na mercantilização da terra. A própria Lei de Terras, mesmo reconhecendo o instituto, como é possível observar no Artigo 5º, Parágrafo 4º, onde menciona que os

campos de uso commum dos moradores de uma ou mais freguezias, municipios ou comarcas serão conservados em toda a extensão de suas divisas, e continuarão a prestar o mesmo uso, conforme a pratica actual, enquanto por Lei não se dispuzer o contrario<sup>291</sup>,

ao transferir a jurisdição sobre as mesmas para os municípios, possibilitou o arrendamento das terras de seu patrimônio, como pode ser visto no Ofício de 1855, da Câmara Municipal de Lages, além do aforamento ou até mesmo a venda por parte das instituições públicas, que somadas à apropriações ilegais, colaboraram para o fechamento desta e de várias outras áreas de uso comum a partir do período Imperial no Brasil. Isto colaborou para que ocorresse, de acordo com Maurício de Almeida Abreu, uma “crescente alienação dos logradouros públicos por aforamento ou, o que foi mais comum, à sua apropriação por invasão”<sup>292</sup>, onde um dos usos até então era o compáscuo, ou seja, a comunhão de pastos e campos para a criação de animais. Tendência que persistiu no período republicano. O Artigo 646 do Código Civil de 1916, menciona em seu parágrafo único que “o compáscuo em terrenos baldios e públicos regular-se-á pelo disposto na legislação municipal”<sup>293</sup>.

---

<sup>290</sup> ABREU, Maurício de Almeida. *Op. Cit.*, p. 217.

<sup>291</sup> BRASIL (1850). *Op. Cit.*

<sup>292</sup> ABREU, Maurício de Almeida. *Op. Cit.*, p. 238-239.

<sup>293</sup> BRASIL (1916). *Op. Cit.*



Nos “sertões” do planalto, por outro lado, o uso comum dos campos e florestas em comum ocorria à revelia dos dispositivos legais. Os espaços eram compreendidos, na maioria, por terras devolutas, habitadas por posseiros ou confrontantes às posses, mas também por áreas de propriedade legal onde este, caso não fosse ele mesmo um usuário em comum, não se importava ou ignorava tal uso.

Muitas destas terras passaram a ser alvo de apropriação, principalmente a partir da Proclamação da República, que somados a novos condicionantes externos, sobretudo no despertar do século XX, vieram alterar profundamente o panorama sócio-espacial do planalto catarinense, principalmente das áreas em expansão a oeste e noroeste dos grandes latifúndios de Lages e Curitibaanos, antes ocupados principalmente por posseiros.

## 2 – APROPRIAÇÃO/EXPROPRIAÇÃO DE TERRAS: DE 1891 AO “CONTESTADO”

Lígia Osório Silva, em sua obra “Terras devolutas e latifúndios”, afirma que “a formação da propriedade da terra no Brasil teve uma peculiaridade: constituiu-se fundamentalmente a partir do patrimônio público”. Ou seja, ocorreu ao longo da história “um processo de passagem das terras chamadas devolutas para o domínio privado. E a Primeira República foi um dos momentos mais importantes deste processo”. Se a Lei de 1850 não concretizou, em seus principais objetivos, a demarcação das terras devolutas e particulares, acabando por persistir em muitas áreas a posse, inclusive de grandes áreas em todo o país<sup>294</sup>, esta implementou a transformação da terra em mercadoria, ou seja, equivalente a capital, tornando-se mais um elemento de diferenciação social<sup>295</sup>.

A instituição da República trouxe uma série de discussões sobre a questão da terra, onde estava em discussão o domínio das terras devolutas, se estas deveriam pertencer aos Estados ou permanecer centralizadas com o Governo, sendo adotada a descentralização, conforme exposto no Artigo 64 da Constituição de 1891:

Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais<sup>296</sup>.

A partir da entrada em vigor da Constituição, com a atribuição dada aos Estados-membros em relação à posse das terras devolutas, cada um passou a regular as terras, por meio de suas respectivas constituições e legislações, desde que respeitassem a Constituição Nacional<sup>297</sup>. Esta mudança, somada a uma inserção cada vez maior de Santa Catarina na economia nacional e do país no

---

<sup>294</sup> SILVA, Lígia Maria Osório (1996). *Op. Cit*, p. 157, 227-275.

<sup>295</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 139.

<sup>296</sup> BRASIL. Constituição da República de 1891. In: **Palácio do Planalto**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm)>. Acesso em: 25 de outubro de 2005.

<sup>297</sup> SILVA, Lígia Maria Osório (1996). *Op. Cit*, p. 249.

cenário mundial, marcam a intensificação de um processo da apropriação privada da terra, trazendo consigo um conjunto de transformações sócio-espaciais, desestruturando antigas formas e concepções do uso da terra.

A apropriação privada de terras no planalto, como foi visto no Capítulo 1, iniciou-se ainda no século XVIII, com o estabelecimento das primeiras fazendas de criação, tanto pelo apossamento quanto por sesmarias. Mesmo que estas, como aponta um estudioso do planalto, se alargassem “por espaços muito grandes, léguas e léguas de terras”<sup>298</sup>, raramente um sesmeiro encontrava algum posseiro. Caso isto ocorresse, este poderia passar a viver como seu agregado ou partir em busca de novas terras. Fazendas que, como foi visto no Capítulo 1, eram estabelecidas principalmente nos campos naturais, como nas regiões de Lages, Curitibanos e Campos Novos, sendo estas as primeiras áreas ocupadas por serem consideradas mais valiosas devido à importância da criação do gado. Diferente do que ocorria com as terras compostas por matos, capoeiras e faxinais<sup>299</sup>, sem grande importância para o grande fazendeiro, que eram ocupadas por posseiros e proprietários marginais, que, ao se estabelecerem nestas, “produziam campos”, derrubando a floresta nativa, para a obtenção de uma pequena pastagem e de uma roça, que passaria a ser cultivada em rotação de culturas<sup>300</sup>.

Entre o final do século XIX e início do século XX tem-se um aumento da ocupação territorial do planalto catarinense, principalmente das regiões ao norte e oeste de Curitibanos. Terras que com frequência eram alvo de apropriação por parte de grandes fazendeiros. Se ao norte as principais áreas de interesse eram os ervais nativos, mais ao sul, onde esta escasseava, eram alvos de açambarcamento as áreas de campo. Inclusive as matas e faxinais, áreas de pouco interesse para o grande fazendeiro, mas de grande importância para o pequeno e médio sitiante, pois era lá que criavam porcos, colhiam pinhões e extraíam outros recursos naturais,

---

<sup>298</sup> SCHÜLLER SOBRINHO, Otacílio. **Taipas**: origem do homem do Contestado. Florianópolis: Insular, 2000, p. 177.

<sup>299</sup> Faxinal neste caso refere-se a um tipo de vegetação, que se caracteriza, de acordo com Roberto Klein por apresentar uma mata rala e em geral pouco densa, acompanhada por sub-bosques de taquarais e carazais, ocorrendo também pinheirais, ora em agrupamentos densos, ora esparsos, além de outras espécies de árvores. KLEIN, Roberto. **Mapa fitogeográfico do Estado de Santa Catarina**. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 1978, p. 14-16.

<sup>300</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 74.

geralmente em comum com os confrontantes, pois no inverno a mata e principalmente os faxinais, se constituíam em espaços para a pastagem do gado<sup>301</sup>.

Em Santa Catarina, com a Constituição de 1891 e mais tarde a Lei Estadual de Terras de 1895<sup>302</sup>, observa-se um processo de apropriação de terras cada vez mais intenso, provocado por grandes fazendeiros, muitos deles “coronéis”, e por novos grupos econômicos, interessados na exploração madeireira e colonização daquelas terras, que passariam a ser valorizadas pela construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande<sup>303</sup>. A inserção destes novos grupos econômicos e o maior aumento do poder dos “coronéis”<sup>304</sup>, principalmente nas regiões ao norte e oeste de Curitiba, implicaria, a partir de então, em um processo, muitas vezes violento, de apropriação/expropriação da terra, afetando futuramente não apenas a população posseira das terras então consideradas devolutas, mas também, em muitos casos, pequenos e médios sítiantes com posses oficiais em práticas como o uso em comum da terra.

## 2.1 – O CORONELISMO NO PLANALTO CATARINENSE

Muitas destas concessões e apropriações, algumas por meios escusos como a grilagem, estavam vinculadas, conforme Lígia Osório Silva, a “um fenômeno sociopolítico de importância indiscutível na vida rural brasileira, que foi o coronelismo”<sup>305</sup>, prática política que expressa o poder local de grandes proprietários

---

<sup>301</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 74-75.

<sup>302</sup> SANTA CATARINA (Estado). Lei de Terras nº 173, de 30 de setembro de 1895. Florianópolis: Oficinas a Vapor do Imprensa Official, 1919.

<sup>303</sup> CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. **Contestado**: tempo do camponês, espaço da propriedade privada. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003, p. 63-72.

<sup>304</sup> No trabalho, quando a denominação coronel for mencionada entre aspas trata-se de uma referência ao “chefe local”, utilizando o termo de Duglas Teixeira Monteiro, ou a grandes proprietários de terras, membros da Guarda Nacional. MONTEIRO, Duglas Teixeira (1974). *Op. Cit., passim*.

<sup>305</sup> SILVA, Lígia Maria Osório (1996). *Op. Cit.*, p. 253. O coronelismo surge da criação da Guarda Nacional, em 1831, que originalmente servia para a defesa da Constituição e a manutenção da ordem local e regional, policiando e prevenindo revoltas. Existia nesta instituição, uma hierarquia semelhante as instituições militares, onde os postos mais elevados eram os coronéis, seguidos pelos majores, capitães e outras patentes inferiores. Refletia, segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, “no

rurais e comerciantes, que mesmo existindo ainda no período imperial, encontrou no período republicano, como aponta Paulo Pinheiro Machado, “amplas condições de autonomia, adequadas ao exercício de mando local e regional, até mesmo como base para as situações (e oposições) políticas estaduais”<sup>306</sup>

Ser “coronel” conferia, conforme o autor, o “aumento do prestígio político e social de todo aquele que conseguia ser guinado ao oficialato, principalmente nas patentes de capitão para cima”<sup>307</sup>. Para Raymundo Faoro, o “coronel”, “antes de ser um líder político, é um líder econômico”, cujo poder político de certa forma é o reflexo do patrimônio pessoal<sup>308</sup>. Poder que não seria fundamentado apenas na posse da terra, mas também por outras formas, como o comércio<sup>309</sup>.

Por ser “alguém de reconhecida autoridade e prestígio”, este possuía potencialmente, de acordo com Maria de Lourdes Janotti, “possibilidades de atender às demandas de sua clientela, sejam elas públicas ou privadas”<sup>310</sup>. Representava assim para Raymundo Faoro, “uma forma peculiar de delegação do poder público no campo privado”, onde ocorria uma larga interpenetração entre os dois setores, sendo que o coronel utilizava também o poder estatal para o cumprimento de fins privados<sup>311</sup>. Como aponta Paulo Pinheiro Machado, os “coronéis investiam-se, na prática, de verdadeiros poderes arbitrais sobre sua gente: resolviam rixas, proferiam ‘julgamentos’ e arbitragens, geralmente respeitados pelos contendores”, além de funções policiais, legais ou não, contando com um grande número de capangas e agregados<sup>312</sup>. Em uma relação de dominação estabelecida através da lealdade e do respeito, a utilização do “público” não seria necessariamente para si, mas também para a população sujeita ao seu poder onde as “relações apresentam-se como um consenso e uma complementaridade, onde a proteção do mais forte tem como

---

escalonamento de seus postos, a estrutura sócio-econômica das diversas regiões”. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org). **História geral da civilização brasileira**. Tomo III – O Brasil Republicano. Vol. 1 – Estrutura de poder e economia (1889-1930). 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 156.

<sup>306</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 91.

<sup>307</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2001a). *Op. Cit.*, p. 25-26.

<sup>308</sup> FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro, v. 2. 4. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1977, p. 622.

<sup>309</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (1989). *Op. Cit.*, p. 172; MARTINS, José de Souza (1995) *Op. Cit.*, p. 46-47.

<sup>310</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes M. **O coronelismo**: uma política de compromissos. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 7.

<sup>311</sup> FAORO, Raymundo. *Op. Cit.*, p. 631.

<sup>312</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 91.

contribuição honrosa o serviço”<sup>313</sup>. Relações que, ainda hoje podem ser vistas dentro daquilo que é conhecido como “troca de favores”. Para Victor Nunes Leal, tal relação ocorria porque

a rarefação do poder público em nosso país contribuiu para preservar a ascendência dos coronéis, já que, por este motivo, estão em condição de exercer, extra-oficialmente, grande número de funções do Estado em relação aos seus dependentes<sup>314</sup>.

Troca de favores que ocorria da mesma forma na esfera governamental. A política dos governadores, uma das marcas da Primeira República, se mantinha porque, como aponta José de Souza Martins,

a sustentação da presidência da República e, reciprocamente, dos governadores, se dava com base num sistema de troca de favores políticos. Os governadores, por sua vez, operavam dentro do mesmo esquema através de um sistema de trocas com os chefes políticos do interior, os coronéis<sup>315</sup>.

Coronéis que faziam parte de uma teia política complexa. Na Primeira República, o sistema político vigente se baseava, segundo Márcia da Silva, na “inter-relação de compromisso” dos Partidos Republicanos, os PRs – no caso de Santa Catarina o Partido Republicano Catarinense, o PRC<sup>316</sup> – através dos diretórios municipais, representantes no parlamento estadual e federal, de governadores e do Presidente da República<sup>317</sup>.

É comum na literatura que trata sobre o fenômeno do coronelismo no Brasil a sua associação com o voto. Autores como José de Souza Martins, Maria Isaura

<sup>313</sup> FAORO, Raymundo. *Op. cit.*, p. 631-633.

<sup>314</sup> LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 4. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, p. 42.

<sup>315</sup> MARTINS, José de Souza (1995) *Op. Cit.*, p. 46.

<sup>316</sup> CORREA, Carlos Humberto Pederneiras. **Um Estado entre duas Repúblicas**: a revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35. Florianópolis: Ufsc/Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984, p. 17-23.

<sup>317</sup> SILVA, Márcia da. Os grupos conservadores e as estratégias de reprodução do poder local: o caso de Presidente Prudente - SP. In: SILVA, João Márcio Palheta da; SILVEIRA, Mário Rogério (Orgs.). **Geografia Econômica do Brasil**: temas regionais. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002, p. 221

Pereira de Queiroz, Maria Lourdes Janotti, Raymundo Faoro e Victor Nunes Leal, dentre outros, são nomes que atribuem ao voto um elemento invariante e intrínseco ao fenômeno no coronelismo<sup>318</sup>. Porém, se o poder dos coronéis comumente é associado ao voto, como explicar seu poder e seu espaço de atuação em uma área rural, como o planalto catarinense onde existia um reduzido número de eleitores<sup>319</sup>?

José Ibarê Dantas, ao analisar em termos temporais o fenômeno do coronelismo, argumenta que nem sempre o mecanismo do voto se constituiu na principal fonte de poder do “coronel”, como se constata a seguir:

[...] na Primeira República o controle da coerção pelos proprietários rurais apresentava um papel muito significativo, como fonte de prestígio e de poder, do que o controle do voto, enquanto tal. Diante das transformações político-institucionais que afetam o Estado, o Coronelismo vai explorando suas fontes de poder, primeiramente suas milícias particulares, posteriormente seu prestígio socialmente reconhecido, e, por fim, o controle do eleitorado.<sup>320</sup>

Na região do planalto, a grande maioria da massa rural era analfabeta, o que, fica evidente, se compararmos a população e o número de eleitores. Tal diferença se deve, naquele período, à implantação da Lei Saraiva em 1881, que, além de atribuir uma renda mínima para o voto, incluiu a restrição ao voto do analfabeto. Neste mesmo ano, aponta Maria Regina Boppré, o número de eleitores aptos a votar nas primeiras eleições diretas do Império, era, em Lages, de 302 eleitores contra uma população de 14.023 habitantes em 1883. Curitiba só possuía na época 91 eleitores para uma população aproximada de 4.000 habitantes<sup>321</sup>.

Torna-se assim lícito pensar que o poder dos coronéis estava desta maneira, assentado não apenas no voto, mas também, como aponta Paulo Pinheiro Machado, na “força de seu contingente de milicianos particulares”. As vitórias eleitorais, conforme o autor e José Ibarê Dantas, eram provenientes mais deste

<sup>318</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. **Coronelismo e Dominação**. Aracaju: Ufs, 1986, p. 13.

<sup>319</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 92-93.

<sup>320</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *Op. Cit.*, p. 14.

<sup>321</sup> BOPPRÉ, Maria Regina. **Eleições diretas e primórdios do coronelismo catarinense (1881-1889)**. Florianópolis: Secretaria do Estado da Administração, 1989, p. 72, 110, 140. Nesta obra a autora traça um panorama político do Estado e das eleições e número de eleitores da região de Lages, para as Assembléias Legislativa e Provincial ao longo destes oito anos. MACHADO, Paulo Pinheiro. *Op. Cit.*, p. 101.

poder de coerção do que da vontade do eleitorado, pois, afirma o último que “eleições poderiam ser falsificadas e os resultados geralmente puderam ser impostos, desde que houvesse suporte na força, baseada na capacidade de mobilizar homens em armas”<sup>322</sup>. Poder que de acordo com Paulo Pinheiro Machado também atingia a área urbana dos municípios, onde se situava seu principal eleitorado. Se na área rural recrutava milícias, que poderiam ser os peões, agregados, compadres e afilhados, “sua gente”, dependente por um conjunto de normas, obrigações e laços sociais, era nas cidades que encontrava os eleitores, peças fundamentais na reprodução do poder destes grupos, isto pelo menos na Primeira República<sup>323</sup>. É apenas a partir da década de 1930 e 1940 que a população rural irá desempenhar um peso mais significativo dentro do eleitorado nacional<sup>324</sup>.

Esta análise demonstra ser válida, segundo o mesmo autor, ao menos para o coronelismo no planalto de Santa Catarina nas primeiras duas décadas do século XX, principalmente nas regiões de Curitibanos e Canoinhas, onde os coronéis possuíam poder não apenas pelo exercício em cargos públicos, mas pela mobilização de homens em armas, que em alguns casos chegavam as centenas<sup>325</sup>. Para Duglas Teixeira Monteiro, tal possibilidade só era dada a estes “coronéis”, “pela preexistência de uma estrutura de dominação que garantia ascendência material e moral sobre agregados e camaradas”, ascendência que, a seu ver possuía um caráter patrimonialista<sup>326</sup>.

Este mecanismo garantia o poder do coronel e toda a complexa rede de inter-compromissos, com base no já apontado esquema de troca de favores políticos, onde ao coronel, como aponta José Ibarê Dantas, “legitimado pela oligarquia estadual, a partir da capacidade de mobilizar suas milícias particulares [...], era franqueado o controle da máquina administrativa municipal”<sup>327</sup>, onde também

---

<sup>322</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *Op. Cit.*, p. 24.

<sup>323</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 93.

<sup>324</sup> *Ibidem*, p. 93.

<sup>325</sup> Paulo Pinheiro Machado comenta sobre a o auxílio entre “coronéis” no caso das eleições locais de 1914, quando o Major Tomás Vieira, de Canoinhas, necessitou do apoio dos capangas do Coronel Francisco Ferreira de Albuquerque, de Curitibanos. Mobilização que também se fazia necessária na disputa entre “coronéis” rivais. *Ibidem*, p. 117.

<sup>326</sup> MONTEIRO, Duglas Teixeira (1974). *Op. Cit.*, p. 22.

<sup>327</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. *Op. Cit.*, p. 25.



recebia facilidades na concessão de terras e favores na construção de obras públicas<sup>328</sup>.

Até o início do século XX, aponta Paulo Pinheiro Machado, a subordinação de peões e agregados que viviam nas fazendas de Curitibanos não era tão forte como em Lages. A seu ver, a própria situação de fronteira daquela região

era uma possibilidade aberta ao peão ou agregado em buscar independência no mato, apossando-se, como muitos já haviam feito, de terrenos para lavoura e pequena criação nos vales a norte e oeste do município<sup>329</sup>.

Isso não quer dizer, no entanto, que as lideranças locais não exercessem, ao menos em um determinado momento, como em uma eleição ou conflito armado, a liderança e o comando, não somente de seus peões e agregados, mas também de posseiros e sitiantes que viviam em áreas próximas<sup>330</sup>. É importante realizar esta diferenciação entre a relação entre “coronéis” e agregados de Curitibanos e os de Lages. Diferenças que possuíam uma influência da localização espacial destas áreas. Enquanto a região de Lages, de ocupação mais antiga, possuía uma vasta extensão de campos naturais, onde fazendas se estabeleceram desde o final do século XVIII, em Curitibanos, e principalmente em suas porções norte e oeste, os campos naturais encontravam-se em número menor, se comparadas as florestas de araucária possuíam uma maior extensão, o que dava a possibilidade aos agregados ou peões de partir em busca de novas terras nos “sertões”, de forma possivelmente muito menos complicada do que a encontrada pelos moradores da região lageana. Seria este, portanto, um dos fatores que, como demonstram Paulo Pinheiro Machado e Duglas Teixeira Monteiro, fez com que existisse certa diferenciação entre o poder dos “coronéis”, ou seja, este não se apresentava espacialmente uniforme em todo o planalto<sup>331</sup>. Ocorria desta maneira, conforme o último autor, “uma certa

---

<sup>328</sup> MARTINS, José de Souza (1995). *Op. Cit.*, p. 46.

<sup>329</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 83.

<sup>330</sup> *Ibidem*, p. 83.

<sup>331</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 83; MONTEIRO, Duglas Teixeira (1974). *Op. Cit.*, p. 41.

frouxidão dos laços especificamente econômicos que vinculavam até mesmo os agregados aos fazendeiros”<sup>332</sup>

Porém, estes laços passam, a partir do final do século XIX, início do XX, a se estreitar. Muitos tropeiros, sitiantes e posseiros independentes, conforme Paulo Pinheiro Machado, sofrem, a partir de então, um “processo de perda de sua autonomia e crescente submissão diante do poder local dos coronéis e grandes fazendeiros”<sup>333</sup>. A perda gradual desta autonomia em muitas regiões, avançando rumo aos sertões vai interferir ou dar início a desestruturação de práticas como o uso comum da terra, consideradas costumeiras pela população sertaneja.

## **2.2 – COSTUMES, PRÁTICAS ASSOCIATIVISTAS E USO DA TERRA EM COMUM**

Como foi comentado no Capítulo 1, as melhores terras e primeiras áreas oficialmente ocupadas constituíam-se nos campos naturais, sendo que na Vila de Curitiba, estas passaram a ser alvo da instalação de posses e propriedades rurais sobretudo a partir das primeiras décadas do século XIX. Os campos naturais de Curitiba localizavam-se, em sua grande maioria, ao leste e sul do município. Mais a oeste, da mesma forma que no norte e noroeste, predominavam as matas de araucárias, com seus faxinais e pequenas áreas de campos, muitas repletas de butiás, nas localidades do Guarda-Mor, Estância Velha, Cadeia, Roseira, Cabaças, Caapiá, Campina Velha, Faxinal das Águas, Butiá Verde, Trombudo, Barra, Espinilho, Perdizinhas, Perdizes, dentre outros. Em muitas destas terras, formaram-se grandes fazendas, como é o caso das regiões de Butiá Verde e Espinilho, onde se situavam as fazendas Liberata e Butiá Verde, localizadas no atual município de Fraiburgo, e Espinilho, que faz parte do município de Monte Carlo. Além destas, outras tantas foram surgindo, localizadas em áreas próximas ou às margens dos rios

---

<sup>332</sup> MONTEIRO, Douglas Teixeira (1974). *Op. Cit.*, p. 41.

<sup>333</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 99.

do Peixe, Marombas, Correntes, Taquaruçu, dentre outros<sup>334</sup>, onde também se instalavam pequenos sítios independentes, na grande maioria posseiros, dando origem a formação de localidades, ou agrupamentos rurais, de pequenas e médias posses e propriedades, próximas a um povoado, vila ou grande fazenda, com ou sem reconhecimento administrativo, em alguns casos possuindo o nome da principal ou mais antiga fazenda, a exemplo das fazendas Liberata e Butiá Verde<sup>335</sup>.

Nestas localidades, vislumbra-se entre as famílias uma espécie de vínculo, exposto por Antônio Cândido, “pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas<sup>336</sup>”. Práticas das quais se incluem na região do planalto catarinense o uso comum da terra por habitantes. Porém, visto que este modo de uso da terra exigia uma ampla faixa de terras para a “roça cabocla”, também necessária no caso de criadores e fazendeiros, estes estavam, na maioria, “de tal modo afastadas que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que topa, a certos intervalos, a unidade que as congrega<sup>337</sup>”. Nestas, não confere a idéia muito comum de que seus habitantes viviam isolados, tanto uns dos outros, quanto do mundo. Além do constante trânsito de tropeiros, que comercializavam, em muitos casos, na base da troca a produção de excedente, e da parentela do sítio ou fazendeiro que muitas vezes se dispersava por toda região planaltina do Sul<sup>338</sup>, o morador, na grande maioria estava integrado à vizinhança, embora em escalas diferentes, mesmo em uma forma aparentemente dispersa de povoamento, onde existem, conforme Antônio Cândido, “formas de sociabilidade desenvolvidas em função d’ele, e não dos núcleos concentrados, de que dependem num outro plano de relações”<sup>339</sup>. Na formação de laços de sociabilidade e solidariedade nestas localidades, o autor apresenta um ponto muito importante: o sentimento de uma consciência da construção por eles mesmos do lugar.

---

<sup>334</sup> No Arquivo Público do Estado de Santa Catarina é possível constatar a legitimação de algumas fazendas inicialmente estabelecidas como posses nas regiões citadas, como é o caso da Fazenda do Espinilho, pertencente a Joaquim Correa de Mello, estudada por Nilson Thomé. THOMÉ, Nilson (1982). *Op. Cit.*, p. 12; Registros de Legitimações de Posses de 1870 a 1883. Livro 760. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina; MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 75-77.

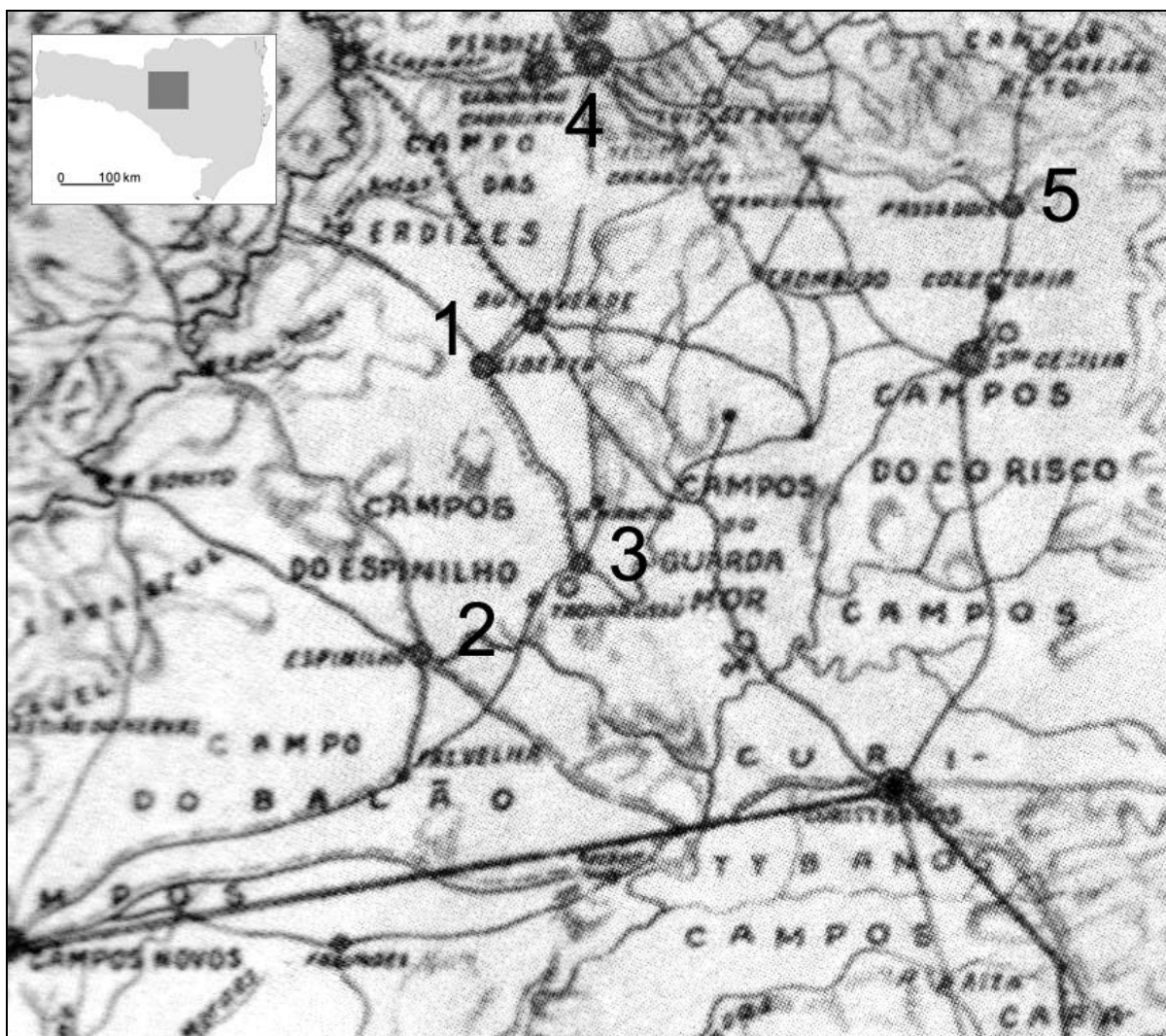
<sup>335</sup> BURKE, Thomas Joseph. *Op. Cit.*, p. 8.

<sup>336</sup> CÂNDIDO, Antônio. *Op. Cit.*, p. 62.

<sup>337</sup> *Ibidem*, p. 62.

<sup>338</sup> Paulo Pinheiro Machado cita o exemplo da família Paes de Faria, que apresentava uma vasta parentela que se estendia da região das Missões no Rio Grande do Sul até o planalto de Santa Catarina. MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 81.

<sup>339</sup> CÂNDIDO, Antônio. *Op. Cit.*, p. 58.



1 – Butiá Verde e Liberata (compreendem o atual município de Fraiburgo)

2 – Campos do Espinilho (compreende parte do atual município de Monte Carlo)

3 – Taquaruçu (localizada ao Oeste do Guarda Mor (atualmente localizada parte em Fraiburgo, Frei Rogério e Curitibaanos)

4 – Campo das Perdizes

5 – Passa Dois

**Figura 6: Mapa de algumas localidades e povoados de Curitibaanos e Campos Novos em 1914.** Observem neste detalhe do mapa de 1914 das operações militares do General Setembrino de Carvalho, em terras contestadas pelo Paraná e Santa Catarina, situado nos municípios de Curitibaanos e Campos Novos, a localização de localidades como o Espinilho, Guarda-Mor, Peridizes, Butiá Verde e a Liberata.

Notem também a existência de estradas, que poderiam ser de rodagem, carroçáveis ou simplesmente caminhos de cargueiros. Os traços retilíneos assinalados tratam-se de linhas telegráficas.

Fonte: **O Contestado**. Florianópolis: IOESC, 2002, p.120.

O espaço, a medida que adquiria familiaridade, que era cada vez mais conhecido, definido e significado pela população, transformava-se em um lugar, como aponta João Baptista Mello, “cheio de objetos comuns”, onde estes se sentiam seguros e à vontade, emergindo assim experiências cotidianas, de trabalho, lazer e sobrevivência<sup>340</sup>. Lugar cuja formação, segundo Antônio Cândido, “depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas”, onde a “convivência entre êles decorre da proximidade física e a necessidade de cooperação”<sup>341</sup>.

A criação de animais em comum pode ser analisada sobre o viés de uma prática onde a integração com a vizinhança se fazia necessária. Criado solto, o animal circulava livremente nas terras de posse ou oficiais, além das floretas, muitas ainda devolutas. O arrebanhamento destes animais, tanto para consumo interno quanto para a venda, sejam bois, cabras ou porcos, eram facilitados sobremaneira pelo contato entre os moradores, avisando ao proprietário que algum animal de sua propriedade estava percorrendo suas terras. Prática descrita da seguinte forma por Sebastião Pires:

tinha boi para tudo quanto era lado. Quando ele queria requisitar a boiada, lá em tal lugar tem dois três bois que ta lá no terreno do fulano, mais três quatro no outro terreno, ele buscava. Criava em aberto<sup>342</sup>.

---

<sup>340</sup> MELLO, João Baptista Ferreira de. A humanização da natureza – uma odisséia para a (re)conquista do paraíso. In: MESQUITA, Olindina Vianna; Silva, Solange Tietzmann (org). **Geografia e questão ambiental**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993, p. 32; TUAN, Yi Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983, p. 184.

<sup>341</sup> CÂNDIDO, Antônio. *Op. Cit.*, p. 64-65.

<sup>342</sup> PIRES, Sebastião. 73 anos. Depoimento, 02 de outubro de 2005b. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

Em relação a criação de animais e a quantidade destes percorrendo campos e matas, possivelmente em comum, é possível se valer, por exemplo, de alguns textos de militares que percorreram a região durante a Guerra do Contestado, como o Capitão Vieira da Rosa, que em suas notas publicadas no jornal Terra Livre, de Florianópolis, sob o título de “Reminiscencias da Campanha do Contestado – subsídios para a História”, fez os seguintes comentários, não apenas sobre a criação de animais soltos, no caso o porco, mas também sobre a paisagem, apresentando uma breve descrição de sua fisionomia, com seus campos, butiazais, faxinais e florestas, como se apresentavam na época. Também mencionava a posse dos campos naturais, com suas melhores pastagens, como sendo de propriedade de ricos fazendeiros:

Municipio serrano, Curitibanos é, apesar disso, mais nemorensis que campesino, porem, mesmo nessas mattas, que nenhum ponto de contacto têm com as florestas virgens do littoral, que tem um character subtropical, pascem os gados bovino e cavallar, criam-se manadas abundantes de porcos.

É que esses mattos, limpos de cipos, gramados, permittindo passear por ellas a cavallo, como nalgum parque europeu, os fructos nutritivos são abundantes, entre os quaes os guamirins, o vacum, as goiabas serranas, os araçás, a imbuia, o pinhão, as amoras e o butiá, constituem o alimento principal para engorda de suínos.

O butiá vegeta expontaneamente numa area não muito dilatada: começando a apparecer junto à villa [de Curitibanos], nos campos de Antônio Sampaio, prolonga-se pelo Guarda-mór, atravessa o Correntes, acompanha o Butiásinho e parte do Espinilho, volta pela Liberata, Butiá Verde, Bahia, Taboão, Perdizes, Trombudo e Fachinal das Aguas, onde de aproxima de novo do Guarda-mór tendo descripto um circulo de 20 leguas mais ou menos.

A descripção que fizemos das terras curitibanenses explica: primeiro o modo de vida do caboclo que, tendo a creação de porcos como sua principal e unica industria era obrigado a viver pelos ermos, no meio das mattas; segundo, a difficuldade que as forças do governo encontraram nas marchas e no serviço de intendência.

...

Vimos acima que os terrenos comprehendidos entre o Marombas e o Correntes, formam uma bella região campesina bordada de capões. Estende-se desde a barra do Timbó, Corrente ao Jusante, até a confluência do Marombas com o grande e

megestoso Canoas. No ponto de bifurcação, porem, e isso numa extensão de meia legua , os campos desaparecem para dar lugar a uma frondosa matta de pinhaes e palmeiras.

Entre o Correntes e o Rio do Peixe, toda essa grande extensão curitibanense, com excepção dos Campos de Butiá Verde, o das Perdizinhas e Perdizes; gramados e um ou outro campestre, como o da Liberata e do Serro da Pedra, do Cahapiá etc, é coberta de matto. O caracter da vegetação altera-se cada vez ao approximar-se do Rio do Peixe onde, apesar da existência dos pinheiros e imbuias, já apparecem especies que habitam a região littoral, de caracter subtropical, e o que acontece com os vegetaes também succede aos animaes, encontrando-se alli espécies que só encontramos nas mattas da costa.

Os terrenos limpos, de campos, são todos propriedades de ricos fazendeiros que, cuidando também da lavoura, possuem outras terras no que chamam serras, terras de matto. Para os de Guarda Mór e para todos que ficam situados ao sudoeste da villa, essas terras de planta estão nas mattas da margem direita do Correntes, excellentes para todos os cultivos, sem excepção<sup>343</sup>.

Já o Primeiro-Tenente do Exército, Herculano Teixeira D'Assumpção, que atuou na Coluna Sul, entre 1914 e 1915, fez a seguinte observação a respeito da criação de animais sua obra sobre o conflito:

a criação suína e caprina é notável; durante as nossas operações militares, encontramos, por todo o sertão, muitos animaes porcinos abandonados na matta, comendo exclusivamente pinhão, e, no reductinho do Trombudo, a 9 Km a sudeste de Perdizinhas, para mais de 100 bodes, cabras e cabritos, também em completo abandono. É regular a criação de ovinos, para o qual bem se presta a temperatura dos campos catharinenses collocados no planalto brasileiro. É, pois digno de registro o progresso do gado lanígero no Estado<sup>344</sup>.

É possível que o termo empregado para aqueles animais, como sendo “abandonados”, não seja empregado apenas pelo fato de que parte da população tenha se deslocado aos redutos, mas também pelo modo como os animais eram criados, soltos, como os porcos, sobrevivendo principalmente de pinhões, além de

<sup>343</sup> VIEIRA DA ROSA, José. Reminiscencias da Campanha do Contestado – subsídios para a História. In: **Jornal Terra Livre**, Florianópolis, nº 6, ano 1, 7 de agosto de 1918, p. 1.

<sup>344</sup> D'ASSUMPCÃO, Herculano Teixeira. **A campanha do Contestado (as operações da Columna do Sul)**. V. 1. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1917, p. 181.

outros produtos da mata. Adiante, D'Assumpção tece comentários a respeito da compra de animais, onde alguns criadores compravam pequenos rebanhos, possivelmente de pequenos criadores e posseiros, para formar então “o grosso” do negócio para a venda, cujos animais, conduzidos em tropa, poderiam, por exemplo, seguir rumo ao Vale do Itajaí. Em relação aos bovinos, este, também solto, era aprisionado uma ou duas vezes por ano na mangueira, para a salgagem, quando eram então marcados<sup>345</sup>.

Além da criação de animais em comum, existiam outras formas de solidariedade existentes, cujo exemplo mais conhecido é o mutirão, conhecido popularmente na região como puxirão, envolvendo também outras variações, como ajuntório, muxirão, putirão, pixirão, etc.

Conforme o Boletim do Conselho Nacional de Geografia de maio de 1943, o mutirão se caracteriza como “uma cooperação mútua entre agricultores, usada, principalmente, nas paragens onde o trabalho remunerado é quase desconhecido, nas zonas de pequenas e médias propriedades ou de terras desvalorizadas”<sup>346</sup>. Prática que ocorre e ocorria em diversas regiões do Brasil do norte ao sul, o mutirão possui origem antiga, conforme apontam autores como Clovis Caldeira e Artur Ramos, com diferenciações no espaço e no tempo, tanto pelas sociedades nativas da América, quanto da África e da Europa, que trouxeram ao Brasil cada um a sua experiência de práticas coletivas<sup>347</sup>. O mutirão, como aponta Antônio Cândido, é um dos elementos da caracterização do que ele chama de bairro rural, onde, no caso do trabalho agrícola, o morador recorre, por exemplo, para a abertura de um roçado, ao auxílio dos vizinhos, “suprimindo as limitações da atividade individual ou familiar”<sup>348</sup>.

Depoimentos de antigos moradores da região de Fraiburgo dão conta da existência do puxirão entre as famílias que viviam na região, sendo que possivelmente tal forma de solidariedade entre moradores tenha vindo com os primeiros ocupantes da região. Além da cooperação na faina agrícola, destaca-se o

---

<sup>345</sup> *Ibidem*, p. 190-206

<sup>346</sup> “MUTIRÃO” ou “adjunto”. **Boletim do Conselho Nacional de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 38-39, maio de 1943, p. 39.

<sup>347</sup> CALDEIRA, Clovis. **Mutirão**: formas de ajuda mútua no meio rural. São Paulo: Companhia Editora Nacional; RAMOS, Artur. O espírito associativo do negro brasileiro. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, n. XLVII, p. 105-126, 1938.

<sup>348</sup> CÂNDIDO, Antônio. *Op. Cit.*, p. 68.



aspecto festivo desta prática, o que segundo Antônio Cândido, era fundamental na “formação duma rede ampla de relações, ligando uns aos outros os habitantes do grupo de vizinhança”. Se os homens, durante o puxirão se encarregavam do trabalho no campo limpando a roça, as mulheres ficavam responsáveis, como aponta Maria José Cordeiro, antiga moradora da região de Fraiburgo, com 91 anos de idade, pela preparação da alimentação, onde o dia terminava com festividades:

Nós fazia baile de levantar poeira. [...] Eu fazia baile eu e meu marido era dona do baile, até as crianças se arrastando no canto. [...] Fazia aqueles puxirão fazia de tudo, homem trajado de bombacha. [...] Coisa mais linda aqueles bailes. [...] Dava baile, não dava briga não dava nada. Fazia aquele mundo de quirera pro puxirão, fazia bastante arroz, e de noite tinha o baile<sup>349</sup>.

Mesmo se tratando de uma região de fronteira, esta população, em grande parte posseira, era, como aponta Paulo Pinheiro Machado, relativamente fixa, ao menos em parte do século XIX e nas primeiras duas décadas do século XX. A seu ver, a proximidade, em algumas áreas, dos ervais nativos e a produção pastoril, onde também é possível incluir a questão daquilo que Antônio Cândido apontou como “sentimento de localidade”, em parte formado através dos laços de parentesco e compadrio, não apenas na localidade, mas também em áreas próximas, são fatores relevantes na sedentarização deste sertanejo<sup>350</sup>.

O acesso a terra, no entanto, tornava-se mais precário à população de pequenos sitiantes, na medida em que a apropriação privada das terras, tanto por concessões quanto por grilagens, não mais somente em relação às grandes extensões de campos naturais, mas também aos faxinais e matas, muitas compostas por ervais nativos, tornava-se crescente, sobretudo no norte e centro das

<sup>349</sup> CORDEIRO, Maria José. 91 anos. Depoimento, 2 de outubro de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

<sup>350</sup> Segundo Paulo Pinheiro Machado, no início da década de 1890, a localidade de Taquaruçu já apresentava, em seu povoado, um certo adensamento demográfico, com moradores provenientes de diversas ocupações e origens, onde já existiam moradores nascidos há mais de duas décadas na localidade. MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 87.

regiões de Campos Novos e Curitibanos, que seria acrescida à atuação de empresas como a *Brazil Railway* e a *Lumber Company*<sup>351</sup>.

Na região de Lages, ainda nas primeiras décadas do século XX, antes mesmo do processo de colonização, Paulo Pinheiro Machado aponta o caso de uma localidade, onde o gado bovino de grandes fazendas de criação, que não possuíam cercamento, adentravam as áreas de matos e faxinais, acarretando na destruição da lavoura de pequenos sitiantes, muitos posseiros. No município, este conflito era mais freqüente em áreas próximas a São José do Cerrito, onde pequenos sitiantes eram vizinhos de grandes proprietários. No entanto, nem toda a criação bovina, ao menos em Lages, era à solta. Já existiam muitas taipas de pedra separando invernadas, da mesma forma que as terras de um ou outro criador<sup>352</sup>. No ano de 1904 foi promulgada uma lei municipal que regulava as matas disponíveis aos criadores e a área destinada ao plantio, que inicialmente era de seis quilômetros mata adentro para os criadores, sendo reduzida, em 1912, para três quilômetros. A promulgação da Lei evidencia o poder dos criadores sobre os lavradores, pois os primeiros, por possuírem melhor condição econômica frente aos pequenos sitiantes, possuíam representação política no Conselho Municipal. No entanto, a redução da área para três quilômetros, em 1912, “revela certa força política e legitimidade por parte dos pequenos lavradores”<sup>353</sup>. Ao que tudo indica esta disputa e invasão da criação por parte de grandes fazendeiros parece ser um caso mais específico da região de Lages, onde a quantidade de campos era muito maior do que em outras áreas mais a norte e a oeste do município<sup>354</sup>, para onde inclusive muitos daqueles moradores acabaram migrando, onde “as matas eram muitas e os campos e o poder dos coronéis, mais escassos”<sup>355</sup>. Isso não quer dizer que nas áreas onde a existência de campos era reduzida, ocorresse um número menor de disputas por terra, como em

---

<sup>351</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 75; CÂNDIDO, Antônio. *Op. Cit.*, p. 64.

<sup>352</sup> É interessante o que aponta o jornal *A Notícia* de Lages no ano de 1914 sobre a criação do gado. Ao criticar o baixo nível técnico da pecuária, com a falta de atenção ao rebanho e ao pasto, comenta como ocorria a criação fechada: “o criador em geral, cerca uma gleba de campos onde um ou outro capão de matto quebra a monotonia verde-gaio do macegal rasteiro, hispido e pouco aparente de gado. Nesta gleba, com um calculo mais baseado nos teres do industrialista que não na capacidade forrageira são encerradas umas tantas cabeças vaccuns para alli engordarem ou reproduzirem e a mor parte das vezes com esse duplo fim”. **A Notícia**. Lages, ano 1, n. 32, 14 de setembro de 1914, p. 1.

<sup>353</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op.Cit.*, p. 75-76.

<sup>354</sup> Lages, durante o final do século XIX e XX ocupava uma considerável porção do planalto catarinense.

<sup>355</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op.Cit.*, p. 75-76.

algumas áreas ao norte e oeste de Curitiba, não apenas envolvendo a questão da invasão de animais em áreas de cultivo.

A partir das primeiras décadas do século XX, a apropriação privada das terras avança rumo ao “sertão”. Terras que em muitos casos eram habitadas por posseiros há mais de uma geração ou consistiam em áreas de usufruto comum na criação de animais e coleta de recursos naturais como o mel e a caça. Ao se apropriarem destas terras, seja por concessão do Estado ou por compra de terceiros, muitos dos novos proprietários, que em muitos casos desconheciam a área, passavam a expulsar a população posseira, tida como intrusa, da mesma forma que impediam o uso em comum daquelas terras. No ano de 1913 é possível constatar no jornal “O Trabalho”, de Curitiba, a publicação de avisos por novos proprietários de algumas áreas de terras, proibindo a ocupação e o uso para criação e a extração de recursos naturais, como é o caso de uma propriedade situada “nas zonas Timbó e Tamanduá”:

Carlos Walter Schmid, por si e como procurador do sr. Otto Kaesemodel, faz público e especialmente para que chegue ao conhecimento dos habitantes das zonas do Timbó e do Tamanduá, nesta comarca que compraram, do sr. João Ignácio Baptista dos Santos e sua mulher, os terrenos legitimados por este naquellas zonas.

E, para que ninguém alegue ignorância, vem por este meio, fazer sciente os habitantes das mesmas zonas, que não consente, seja quem fôr, criações de qualquer especie nos referidos terrenos, que outr’ora eram invadidos com criações de outros.

Caso queiram continuar abusando, procederei judicialmente contra o infractor ou infractores, que pagarão todos os danos e prejuizos que causarem. Coritybanos, 12 de Março de 1913<sup>356</sup>.

A restrição de práticas costumeiras até então, é também percebida, a essa mesma época, na Fazenda do Butiá, conforme é observado no aviso a seguir:

---

<sup>356</sup> **O Trabalho**. Curitiba, ano 6, n. 174, 23 de março de 1913, p. 3; **O Trabalho**. Curitiba, ano 6, n. 175, 6 de abril de 1913, p. 2.

O abaixo assignado proprietario de uma grande gleba da Fazenda do “Butiá”, medida e dividida judicialmente, faz sciente a todos quantos costumam invadir os campos e mattas na referida propriedade caçando, melando ou com pretexto de procurar criações sem previo consentimento, que d’ora em diante, não consente tal invasão sob pena de punir com a Lei seja, quem fôr.

Curitybanos, 23 de maio de 1913

João Severo de Oliveira<sup>357</sup>

Outro aviso, também de 1913, se refere a localidade do Pocinho:

#### AO PÚBLICO

O infra assignado, cansado de soffrer prejuizos em suas criações e terrenos do Pocinho, fazenda dos Linhares, e para que ninguem alegue ignorancia faz publico que d’ora em diante não admite quem quer que seja invadir os mesmos terrenos com pretexto de caçar e procurar criações, e assim quem o fazer sem o consentimento punirei judicialmente.

Coritybanos, 15 de julho de 1913.

Marcirio Alves dos Santos<sup>358</sup>.

Estas mudanças assinalam a intensificação de um processo de transformações sócio-espaciais no planalto relacionadas à questão da terra, embora esta proibição não tenha ocorrido em todas as terras apropriadas, ao menos em seu início. Possivelmente muitas destas terras que passavam a ser objeto de açambarcamento eram destinadas a especulação e posterior revenda quando seu preço passasse a ser atraente do ponto de vista econômico, daí a pouca importância ou mesmo ignorância por parte de alguns proprietários sobre certos usos que se faziam naquelas terras.

Da mesma forma que aponta Paulo Pinheiro Machado em relação a subordinação de peões e agregados a fazendeiros, muitos deles “coronéis”, as relações sociais praticadas, “eram sentidas como costumeiras e naturais pelas pessoas”. Segundo o autor, apoiando-se em E. P. Thompson, estas, “como relações

<sup>357</sup> **O Trabalho**. Curitibanos, ano 6, n. [ilegível], 23 de maio de 1913, p. 2

<sup>358</sup> **O Trabalho**. Curitibanos, ano 6, n. 185, 23 de julho de 1913, p. 3.

de produção, são experiências socialmente compartilhadas”<sup>359</sup>, que podem se expressar, por exemplo, nas formas de acesso à terra e ao uso desta e de recursos naturais em comum. Estes eram regulados por certas práticas, normas e costumes, impossíveis, de acordo com o autor, de serem apreciados somente pelo viés econômico<sup>360</sup>. Transmitidos de geração para geração, onde a oralidade exercia uma importância fundamental, se constituíam em “crenças não escritas, normas sociológicas e usos asseverados na prática, mas jamais registrados por qualquer regulamento” –, e que, para aquela população, de certa forma “afastada” das instâncias de poder do Estado, poderia adquirir caráter de lei, cujo emprego e suas tradições são “tão específicos e tão locais quanto as características geográficas”<sup>361</sup>. Carter em seu “Lex costumaria”, escrito em 1696, comenta que os costumes se assentam sobre quatro “pilares”: a antiguidade, a constância, a certeza e a razão.

Pois um costume tem início e se desenvolve até atingir sua plenitude da seguinte maneira: Quando um ato razoável, uma vez praticado, é considerado bom, benéfico ao povo e agradável à natureza e à índole das pessoas, elas os usam e praticam repetidas vezes, e assim, pela freqüente interação e multiplicação do ato, ele se torna costume, e se praticado sem interrupção desde tempos imemoriais, adquire força de lei<sup>362</sup>.

Estes hábitos e costumes da população sertaneja, vistos como uma ambiência, podem ser compreendidos, como aponta E. P. Thompson, com a ajuda do conceito de *habitus* exposto por Pierre Bourdieu, consistindo, na visão de Thompson, em “um ambiente vivido que inclui práticas, expectativas herdadas, regras que não só impunham limites aos usos como revelam possibilidades, normas

---

<sup>359</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 95-96. Segundo E. P. Thompson homens e mulheres “experimentariam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos e, em seguida, ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura”. THOMPSON, Edward Palmer. **Miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 182. Experiência que, como aponta Célia Regina Vendramini, “surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque os homens são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e ao mundo”. VENDRAMINI, Célia Regina. Experiência humana e coletividade em Thompson. **Esboços**: revista do programa de pós-graduação em história da Ufsc, Florianópolis, v. 12, p. 25-36, 2004, p. 26

<sup>360</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios**. Campinas: Unicamp, 2002a.

<sup>361</sup> THOMPSON, Edward Palmer (2002a). *Op.Cit.*, p. 88, 120.

<sup>362</sup> CARTER (1696). *Apud* THOMPSON, Edward Palmer (2002b). *Op. Cit.*, p.86.

e sanções, tanto da lei como das pressões da vizinhança”<sup>363</sup>, sendo este um esquema durável, porém flexível, tendendo, como aponta Sérgio Miceli,

ao mesmo tempo, a reproduzir as regularidades inscritas nas condições objetivas e estruturais que presidem a seu princípio gerador, e a permitir ajustamentos e inovações às exigências postas pelas situações concretas que põem à prova sua eficácia.

O *habitus*, assim visto no entender do autor, “completa o movimento de interiorização das estruturas exteriores, ao passo que as práticas dos agentes exteriorizam os sistemas de disposições incorporadas”<sup>364</sup>.

Se o uso da terra e de recursos naturais possui uma antiguidade que remete tanto aos moradores nativos quando aos de origem lusa do planalto, trazendo consigo populações de origem africana, estes também seriam influenciados, ou retransmitidos pela população de geração em geração, da mesma forma que outros costumes que se encontravam na cultura popular, permanecendo na memória oral, podendo também ser transmitidos através de músicas, décimas ou simplesmente “causos”<sup>365</sup>. Além destas influências, muito deste costume tradicional do planalto, conforme Paulo Pinheiro Machado,

era balizado religiosamente pelos ensinamentos do monge João Maria como se fossem mandamentos para uma boa vida no sertão, baseada em valores como o respeito, a defesa da vida e da honra, a lealdade, a sinceridade e o equilíbrio<sup>366</sup>.

Desde a segunda metade do século XIX até o início do século XX, grande parte das regiões que compunham os caminhos de tropas que varavam o sul até a

<sup>363</sup> THOMPSON, Edward Palmer (2002b). *Op. Cit.*, p. 90.

<sup>364</sup> MICELI, Sérgio. Introdução: a força do sentido. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003. Coleção Estudos, n. 20, p. XL-XLI.

<sup>365</sup> Muitas décimas, trovas, “causos” e profecias atribuídas a João Maria na região do Contestado foram registradas por pesquisadores locais sobre a região do planalto e o conflito do Contestado, como é o caso de Pedro Felisbino e Euclides Felipe, que ao longo dos anos atuando como topógrafo na região de Curitiba recolheu diversas décimas, trovas e histórias da população local. FELISBINO, Pedro Aleixo; FELISBINO, Eliane. *Op. Cit.*; FELIPPE, Euclides. **O último jagunço**: folclore na história da Guerra do Contestado. Curitiba: Unc, 1995.

<sup>366</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 96.

região de Sorocaba presenciaram o surgimento do monge João Maria, que, como aponta Oswaldo Rodrigues Cabral<sup>367</sup>, foram dois monges a percorrer a região em diferentes décadas. Conforme o autor, o primeiro João Maria era conhecido como João Maria de Agostini. Natural da Itália, nascido em 1801, chegou ao país em 1844, rumando no mesmo ano a Sorocaba, onde se instalou em uma pequena gruta, peregrinando mais tarde até o Rio Grande do Sul. Em sua trajetória possivelmente passou por Lapa, Rio Negro, Lages, Botucaraí, Santa Maria e outras regiões do planalto cuja sua fama se espalhava<sup>368</sup>. Nas suas peregrinações erigiu cruzeiros nos locais onde se estabelecia algum tempo, atendendo também a população local e, como aponta Élio Serpa, “nada aceitava a não ser algumas ofertas de frutos e leite e, se lhe ofereciam outros alimentos ou dinheiro, quando não os recusava, distribuía aos pobres”. Evitava também ajuntamentos de pessoas ao seu redor<sup>369</sup>. Seu destino é misterioso, existindo, como apontam Oswaldo Rodrigues Cabral e José Fraga Fachel, diversas versões sobre seu destino e sua morte, variando da década de 1860 até o ano de 1928<sup>370</sup>.

Tão misteriosamente quanto desaparece João Maria de Agostini surge outro monge a partir da década de 1890, conhecido como João Maria de Jesus. Seu nome era Anastás Marcaf e assumia algumas características do primeiro monge. Também possuía o hábito de levantar cruzeiros, erguer “águas santas” e evitar a aglomeração de fiéis. Raramente passava por um lugar duas vezes. Aconselhava a população e também fazia profecias anunciando o fim do mundo e a chegada de calamidades<sup>371</sup>. Constatava-se, no entanto, algumas diferenças entre os monges no relacionamento com a igreja. Mais hostil que a do seu predecessor, João Maria de Jesus realizava batizados e ensinava a população a fazê-lo<sup>372</sup>. Também não aprovava o fim da

---

<sup>367</sup> Em seu estudo sobre a Guerra do Contestado, Oswaldo Rodrigues Cabral apresenta um dos estudos mais abrangentes sobre a vida dos monges João Maria. CABRAL, Oswaldo Rodrigues (1979). *Op. Cit.*, p. 107-178.

<sup>368</sup> José Fraga Fachel aponta a importância da oralidade dos tropeiros em relação a fama de João Maria nas regiões de planalto. FACHEL, José Fraga. **João Maria: recusa dos excluídos**. Florianópolis: Ufsc/Porto Alegre, UFRGS, 1995, p. 22; CABRAL, Oswaldo Rodrigues (1979). *Op. Cit.*, p. 107-143.

<sup>369</sup> SERPA, Élio Cantalício. **A Guerra do Contestado (1912-1916)**. Florianópolis: Ufsc, 1999. Coleção Rebento, p. 32.

<sup>370</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues (1979). *Op. Cit.*, p. 137-143; FACHEL, José Fraga. *Op. Cit.*, p. 33-36.

<sup>371</sup> SERPA, Élio Cantalício. *Op. Cit.*, p. 35-36.

<sup>372</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 168. Conforme o depoimento de Aldair Goeten de Moraes, cuja família reside na região de Curitiba desde o século XIX, muitos dos seus familiares,

Monarquia, sendo contrário a República. Conforme Maurício Vinhas de Queiroz, “declarava sempre o segundo João Maria, a quem o quisesse ouvir, que a República era a ordem do Demônio, enquanto a Monarquia era a ordem de Deus”. Monarquia que para aquela população, segundo o autor, “era um sistema de vida oposto ao regime dos coronéis”<sup>373</sup>, comumente associado à República<sup>374</sup>.

Segundo Oswaldo Rodrigues Cabral, “as proximidades do Rio do Peixe e do Rio Uruguai, fosse em território gaúcho, fosse naquele que o Paraná e Santa Catarina já disputavam, era considerado ‘domínio do monge’”<sup>375</sup>, que percorreu, por aproximadamente 18 anos, diversas localidades interioranas. Entre 1908 e 1910 não se tem mais notícias do monge. Muitos moradores ainda acreditam que ele se recolhera no morro do Taió, então localizado no caminho entre Curitiba e Blumenau, onde vive “encantado” até os dias de hoje com mais de 200 anos<sup>376</sup>. Desaparece, nas palavras de Maurício Vinhas de Queiroz, “tal como um ator que, numa tragédia clássica, deve sair do palco no momento preciso”<sup>377</sup>.

Além destes dois monges João Maria, Maurício Vinhas de Queiroz aponta para a possível existência de outros monges. No ano de 1918, segundo o autor, apareceu um João Maria próximo a Curitiba. Em 1961, o escritor catarinense Guido Wilmar Sassi comentou que teve notícia de três monges, em 1936, 1938 e 1960, chegando a entrevistar dois. É provável, conforme Vinhas de Queiroz, “que outros mais tenham existido inclusive durante a vida daqueles sobre os quais temos prova de sua realidade histórica”<sup>378</sup>. Mesmo que tenham surgido em épocas distintas ou convivido no mesmo período, para a população sertaneja, nas palavras de Oswaldo Rodrigues Cabral, “o santo não é João Maria Agostinho nem João Maria de Jesus. É, apenas João Maria, São João Maria”<sup>379</sup>.

---

inclusive ele, teria sido batizado a maneira ensinada por João Maria. MORAES, Aldair Goeten de. Depoimento, 12 de agosto de 2005. Curitiba. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

<sup>373</sup> QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, p. 62.

<sup>374</sup> Inclusive durante a Guerra do Contestado a idéia da Monarquia, era relacionada a Lei de Deus, a paz e a prosperidade, diferente da República, que era identificada como a Lei do Diabo, associada ao poder dos “coronéis”. MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 214-216.

<sup>375</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues (1979). *Op. Cit.*, p. 149.

<sup>376</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 168-169.

<sup>377</sup> QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, p. 62.

<sup>378</sup> *Ibidem*, p. 52.

<sup>379</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues (1979). *Op. Cit.*, p. 166.



O que auxiliou, segundo Paulo Pinheiro Machado, o aumento da devoção ao monge no planalto, “foram as inúmeras referências às suas prerrogativas e poderes sobrenaturais”. São atribuídas pela população diversas curas, direta ou indiretamente, através de chás, sendo o mais famoso ou de vassourinha, conhecida também na região como erva de São João Maria ou através das cinzas dos restos de suas fogueiras, que possuíam poderes especiais, ou por feitos, como atravessar rios onde não existiam balsas, predizer o futuro, dentre outros, que ainda estão vivos no imaginário de muitas famílias e habitantes do planalto, além de deixar para àquela população inúmeros ensinamentos, dando “uma especial atenção aos sinais da natureza”. Ensinamentos que aquela população, inclusive muitos grandes fazendeiros, seguia “como se fossem mandamentos para uma boa vida no sertão, baseada em valores como o respeito, a defesa da vida e da honra, a lealdade, a sinceridade e o equilíbrio”. Muitos destes ensinamentos eram proferidos através de profecias e histórias, retransmitidas entre a população através de décimas e porfias<sup>380</sup> que buscam reproduzir o pensamento de João Maria<sup>381</sup>.

Tais práticas e normas, muitas delas comendo, segundo aquela população, parte das pregações de João Maria, eram, e ainda o são em alguns casos, transmitidas de geração em geração, de forma semelhante a apresentada por E. P. Thompson:

as práticas e as normas se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes. As tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares<sup>382</sup>.

De certa maneira, a cultura da população planaltina assume formas conservadoras, embora esta não possa ser vista como imutável, recorrendo aos costumes tradicionais e buscando, de certa forma reforçá-los. Isto pode ser percebido inclusive no trato com a natureza. Euclides Felipe, em seu estudo sobre o folclore da região do Contestado, apresenta alguns preceitos do monge, muitos deles relacionados ao uso dos recursos da natureza. Alguns deles foram colhidos

---

<sup>380</sup> Competição entre trovadores, comum na região.

<sup>381</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 95-98, 168.

<sup>382</sup> THOMPSON, Edward Palmer (2002b). *Op. Cit.*, p. 18.

pelo Capelão Emídio Conceição, do Faxinal do Paulista, “os quais ouvira daqui e ali”, e que serão em parte transcritos a seguir:

1)-Não se deve queimar folhas, cascas nem palhas das plantações que dão mantimentos. O que a terra dá emprestado, quer de volta.

2)-É errado jogar palhas de feijão nas encruzilhadas. É o mesmo que comer e virar o coxo. A terra se ofende.

3)-Ao cortar uma árvore ou pé do mato, não se deixa mamando. Se corta por inteiro. Enquanto as plantas agonizam, os negócios da gente também vão abaixo.

4)-Quem descasca a cintura das árvores para secá-las, também vai encurtando sua vida. Árvore é quase bicho e bicho é quase gente.

5)-As casas e as propriedades de quem incendeia as matas, um dia também hão de virar em cinzas.

7)-O Pai da Vida é Deus. A Mãe da Vida é a terra. Quem judia da terra é o mesmo que estar judiando da própria mãe que o amamentou.

8)-Quem não sabe ler o Livro da natureza é “analfabeto de Deus”

11)-Bicho do mato é filho da terra. Só se matam os danosos.

12)-Bicho do mato não traz marca de gente. Pertence à Mãe Natureza. Quem caça por divertimento, caça o alheio. É criminoso. Será punido.

16)-Não se tira leite, sem deixar um teto cheio ao terneiro.

17)-Não se tira mel, sem deixar alguns favos para as abelhas<sup>383</sup>.

Pedro Felisbino também recolheu algumas décimas relacionadas ao monge, guardadas por Ignácio Pereira Palhano e fornecidas pelo autor por seu filho, João Maria Palhano, o “seu” Lica. Nestas também é possível encontrar passagens relacionadas ao uso considerado correto dos recursos oferecidos pela natureza, como é possível observar a seguir:

11. Precisa ter paciência, até com as criações, com os próprios bichinhos da mata conforme as ocasiões.

<sup>383</sup> FELIPPE, Euclides (1995). *Op Cit.*, p. 36-37.

12. É um pecado muito grande, ninguém quer acreditar, qualquer bichinho da mata, leva no fogo a queimar<sup>384</sup>.

Mesmo que, embora atribuídos a figura de João Maria, possam não ter sido proferidos pelo monge, o respeito que a população possuía pelos seus ensinamentos poderia dar uma certa legitimidade a estes e outros mandamentos, fazendo também modificações e acréscimos aos seus ensinamentos, onde, como aponta Élio Serpa, a “tradição encarregou-se de preservar a memória dos profetas e seus ensinamentos que, até hoje, ainda são cultuados na região”<sup>385</sup>.

Em suas pregações, além dos mandamentos que previnem sobre crimes, sobre o respeito que deveriam ter com as mulheres, com a família e com a natureza, também é possível, conforme aponta Paulo Pinheiro Machado, se encontrar prédicas sobre a relação entre fazendeiros, agregados e peões, como é possível observar nas duas últimas estrofes de uma décima declarada por João Maria Linhares, de Palmas, e recolhidas por Euclides Felipe:

17

Se tu for um camarada

Zele tudo do patrão

Trabaiando com respeito

Cuide bem da obrigação

18

<sup>384</sup> FELISBINO, Pedro Aleixo; FELISBINO, Eliane. *Op. Cit.*, p. 21.

<sup>385</sup> SERPA, Élio Cantalício. *Op. Cit.*, p.32. A influência de João Maria se faz sentir ainda nos dias de hoje em muitas famílias que habitam o planalto. Não é raro, ao visitar uma família cujos membros são antigos moradores da região, encontrar alguma imagem do monge, chamado pela população de São João Maria. As grutas onde dizem que ele da água bebeu ou lá pernoitou, são consideradas bentas, servindo ainda hoje como local de batismo, ainda realizado nos moldes ensinados pelo monge. Pedro Felisbino, morador do Taquaruçu comenta que não é raro observar moradores da região em busca da água e do batismo em uma gruta na localidade, mesmo não sendo uma fonte abençoada pelo monge, onde foi colocada uma recente cruz de cedro. FELISBINO, Pedro Aleixo. 61 anos. Depoimento, 07 de janeiro de 2006. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor. Em uma das entrevistas realizadas com antigos moradores da região, ao ver na residência de Sebastião Pires um retrato do monge, ouvi algumas histórias e profecias, muito comuns na região. Ao perguntar se ele foi batizado seguindo os preceitos do monge, ele respondeu o seguinte: “eu fui [...], todos os quatro filhos foram batizados na água do São João Maria, que é o confirmamento do batismo. Eu tenho uma filha minha que tava falando em batizar o neném dela na água do São João Maria, é uma confirmação de Deus”. PIRES, Sebastião (2005b). Entrevista citada.

Sendo dono ou encarregado  
 Da fazenda ou de empreitada:  
 Operário é como fíio  
 Cuida bem dos camarada!<sup>386</sup>

Para João Maria, como apresenta Paulo Pinheiro Machado, “caberia aos camaradas zelo, trabalho, respeito e cuidado em relação ao patrão, enquanto este deveria cuidar dos primeiros como seus filhos”. O paternalismo, continua o autor, “guarda um significado como ponto de partida do exame desta forma de relação, uma relação que nunca existiu”. Tais mandamentos e idéias, atribuídas ao monge “embutiam uma concepção do que deveria ser considerado tradicionalmente correto no trato entre as pessoas, uma ‘economia moral’<sup>387</sup>, onde procuravam

recuperar um tipo de sociedade que as pessoas, naquela época, já não identificavam como parte de seu mundo real, ou seja, os patrões já não agiam como pais e os camaradas, em contrapartida, não demonstravam zelo nem responsabilidade em relação a seu trabalho. Havia ódio e mentira entre os homens, existia uma consciência de que a avareza dominava as relações e, justamente por isto, os mandamentos eram necessários a uma vida justa<sup>388</sup>.

Após a assinatura da Lei Áurea, em 1888, as relações de poder existentes entre o fazendeiro (muitos deles “coronéis”) e seus peões e agregados passaram a se basear principalmente na propriedade da terra e, no caso do agregado, em ceder um pedaço de terra para que este possuísse sua pequena roça, além de algumas cabeças de gado, muitas delas dadas “de presente” pelo fazendeiro. Por outro lado,

<sup>386</sup> FELIPPE, Euclides (1995). *Op cit.*, p. 26.

<sup>387</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 98. A economia moral de uma população possuía, de acordo com E. P. Thompson como “fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais”. Esta, não pode ser descrita como “política” em nenhum sentido avançado, mas também não devemos entendê-la como apolítica, “pois supunha noções definidas, e apaixonadamente defendidas do bem-estar comum”. Economia que não “se intrometia apenas nos momentos de perturbação social”, sendo baseada, de acordo com Frederico de Castro Neves, “em concepções morais pouco influenciadas pelas noções de lucro e acumulação ilimitada de riquezas”, onde a “lógica” do capital encontra um “terrível obstáculo” THOMPSON, Edward Palmer (2002a). *Op. Cit.*, p. 152-153. NEVES, Frederico de Castro. Economia moral versus moral econômica (ou: o que é economicamente correto para os pobres?). **Projeto História**, São Paulo, n. 16, p. 39-57, fevereiro 1998, p. 49-50.

<sup>388</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 98.

tanto o agregado quanto o peão possuíam um certo poder em relação ao fazendeiro, “uma vez que era cada vez mais difícil contar com um camarada leal e trabalhador”, ainda mais com uma região de fronteira em expansão relativamente próxima, como eram as matas ao oeste e norte em Curitiba, que vislumbravam a estes uma oportunidade de se embrenhar na mata e construir um rancho e uma pequena roça, criando seus animais soltos no mato. No entanto, “um conjunto de laços de lealdade e reciprocidade construía-se através das relações de compadrio”<sup>389</sup>.

Conforme Paulo Pinheiro Machado, diferente do que ocorria na Inglaterra do século XVIII, onde E. P. Thompson observa um processo paulatino de redução da dependência da população plebéia em relação a *gentry* (burguesia fundiária), principalmente a partir de 1760, “quando se identifica uma crescente mobilidade, indisciplina e falta de controle sobre a ‘vida inteira’ dos trabalhadores”, na região de Curitiba, observa-se a perda da autonomia desta população e a crescente submissão frente ao poder dos “coronéis” e grandes fazendeiros<sup>390</sup>. Embora existam grandes diferenças temporais, sociais e espaciais entre a Inglaterra do século XVIII e o planalto da passagem do século XIX para o XX, que vão desde uma maior hierarquização e complexidade por parte dos ingleses, se comparando a sociedade planaltina, onde existem, como aponta o autor “diversos elementos históricos, políticos e culturais que devem demover-nos do intento de estabelecer comparações

---

<sup>389</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 98-99.

<sup>390</sup> Em Curitiba, conforme Paulo Pinheiro Machado, diferente da “estabilidade reinante” existente entre os “coronéis” de Lages, sua situação era instável politicamente na passagem para o século XX. Se a disputa já ocorria no final do Império entre liberais e conservadores, é na Primeira República que esta se intensifica. Neste período, a principal liderança local era o Coronel Henrique Paes de Almeida, fundador do Partido Republicano na região, que abrigava fazendeiros e políticos antes ligados ao Partido Conservador, que possuía ligações com Vidal Ramos Júnior, na época uma das mais importantes lideranças do Partido Republicano Catarinense, o PRC. No início do século XX ocorre uma conciliação entre os antigos Liberais e Conservadores, com a adesão dos primeiros ao PRC. Na virada do século, o Coronel Henrique de Almeida perde a eleição de Intendente Municipal para Francisco Ferreira de Albuquerque. Henrique Paes de Almeida Filho, conhecido como Coronel Henriquinho, diferentemente de seu pai e seus irmãos, abre oposição contra o Coronel Francisco de Albuquerque. Este, que assumiu a Superintendência do município em 1902, sofria, em seu mandato, a oposição política não apenas de Henriquinho de Almeida, mas também de outros coronéis, fazendeiros, comerciantes e até padres, tanto por motivos de ordem política, quanto religiosos, como no caso do padre Gaspar Flesch, que o acusava de ser adepto da maçonaria. Tais acontecimentos, muitos deles ocorridos após 1912, ou seja, após a batalha do Irani, iriam aumentar a tensão política, segundo Paulo Pinheiro Machado “de tal forma [...] em Curitiba que o ressurgimento pela expectativa do retorno de José Maria, em novo ajuntamento em Taquaruçu, será imediatamente entendido como uma afronta à legitimidade do poder do coronel Albuquerque. A oposição política do município, principalmente os irmãos Sampaio e Paulino Pereira, passa a ver nos redutos um meio eficaz de unir forças no combate às autoridades. Os Sampaio e Paulino Pereira levaram consigo “sua gente”, centena de sertanejos. Sua adesão ao movimento rebelde ocorreu em meados de 1914. MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 99, 193-195, 198; QUEIROZ, Maurício Vinhas. *Op. Cit.*, p. 106-108.

diretas”, tal comparação é “útil para entender não apenas a natureza das relações de subordinação social, mas principalmente para qual sentido elas caminhavam”<sup>391</sup>.

A apropriação de grandes extensões de terras para o estabelecimento das fazendas pastoris, segundo o autor, não pode ser considerada apenas pelo fator natural, onde a baixa fertilidade do solo e a pequena reprodução bovina, somada a técnicas rudimentares de manejo do animal, implicariam em uma necessidade de grandes áreas de pastagens. Esta também deve ser vista através das condições sociais, históricas e políticas, assim como

ao padrão senhorial da ocupação vigente (não apenas) naquele período, no qual a grande fazenda representa a possibilidade de acúmulo de riquezas, do exercício e afirmação do poder político sobre a vizinhança e a comunidade local e, muitas vezes, sua projeção regional<sup>392</sup>

Desta forma é possível pensar que o aumento da subordinação da população rural ante o poder dos “coronéis” e grandes fazendeiros, da mesma maneira que a apropriação das terras, impedindo, em alguns casos o seu acesso, fosse, ao longo destes anos, dando início a desestruturação de algumas formas consideradas tradicionais na organização e uso da terra. É claro que estas não ocorreram de uma só vez em todo o planalto. Em algumas regiões, como será visto, principalmente no próximo capítulo, seriam apenas a partir das décadas de 1930 e 1940 que estas transformações, com diferenças espaciais, sociais e econômicas em relação ao final do século XIX se fariam sentir. Em seu início, contudo, estas acompanhavam quase sempre o avanço das grandes propriedades pastoris e, ao norte também a produção ervateira, sendo possível assinalar tal período, que se inicia nas últimas décadas do século XIX, sobretudo a partir do período republicano, como o que intensificou este processo, interiorizando-o cada vez mais em direção aos “sertões”. Pode-se dizer que, em um intervalo inferior a quatro décadas, grande parte daquela população planaltina experimentou um processo de transformações sócio-espaciais muito mais intensa do que as que até então ocorreram no planalto ao longo dos seus mais de 150 anos de ocupação, quando foram instaladas as primeiras fazendas de criação e

---

<sup>391</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 99-100.

<sup>392</sup> *Ibidem*, p. 78.

caminhos de tropa, assinalando o início de mudanças mais profundas que estavam por vir no que cabe às formas de uso da terra.

No caso do uso em comum de campos, matas e faxinais na criação de animais, este processo de ocupação e apropriação das terras não significa, ao menos em um primeiro momento, o seu término. Estes permaneciam ocorrendo tanto entre os pequenos sitiantes independentes quanto entre os agregados – muitos ex-posseiros – e mesmo entre grandes fazendeiros, que criavam seus animais à solta. Em relação aos agregados esta possibilidade de criação poderia, de certa forma, ser vista sob o viés de mais um “favor” do “coronel”. Porém, tal criação, diferente da realizada pelos sitiantes independentes, possuía, como foi visto uma limitação no número de animais, sempre em detrimento do agregado, imposta pelo proprietário da terra. O costume de pagar os agregados com animais persistia, e nas regiões mais a oeste, onde os campos ocorriam em menores dimensões, era possivelmente o porco o animal dado como pagamento aos agregados e peões, costume que persistiu nos anos posteriores ao conflito do Contestado e que é exposto por Altino Bueno da Silva, a respeito de alguns porcos que recebeu e que teria que vender, quando este trabalhava na Fazenda Taquara Verde, situada no atual município de Caçador:

[...] me deu uma leitoa [...] Já tinha uma porção de porco. Daí disseram: vamos pegar esses porcos seus, diz levamos para engordar, daí vendemos, daí disseram: o dinheiro é teu, desses porcos. Agora você vende? Eu vendo, mas você tem que me pagar um pouco de fazer o negócio<sup>393</sup>.

No norte a situação em relação ao uso comum da terra, especificamente na extração de erva-mate era diferente. As apropriações, conseguidas por meio de diversos expedientes, dentre eles a grilagem e a concessão de terras por parte do governo aos “coronéis”, tornavam cada vez mais freqüentes as expulsões de posseiros, que acabavam partindo para novas terras ou se sujeitando a novas condições de trabalho nas fazendas. Se permanecia o uso comum com a criação, a despeito do aumento da perda de autonomia e submissão, inseridos dentro de uma

---

<sup>393</sup> SILVA, Altino Bueno. Entrevista citada.

complexa relação de dominação-subordinação perante o poder dos grandes fazendeiros e “coronéis”, sobretudo nas regiões onde o mate não se encontrava em número economicamente viável, na porção norte do planalto diminuía também a possibilidade da coleta em comum do mate em terras devolutas nos ervais nativos. Em relação a isso comenta Maurício Vinhas de Queiroz que “a coleta do mate vinha tendendo a fazer-se cada vez mais em freqüente em terras de propriedade privada, deixaram de existir na área vastos espaços em branco à espera de ocupante”<sup>394</sup>.

A exploração comercial do mate no planalto ocorria desde o ano de 1820, ao menos no Paraná, visando a exportação para a região do Prata. Se no início as principais áreas ervateiras exploradas localizavam-se nas proximidades de Curitiba, a sua crescente importância também favoreceu o avanço da exploração para novas áreas situadas no planalto catarinense<sup>395</sup>. Em Santa Catarina, nas terras oficialmente ocupadas por grandes fazendeiros, os próprios proprietários permitiam, em um primeiro momento, a coleta do mate por parte de seus peões e agregados. A medida que tal produto passava por um processo de mercantilização mais intenso, os grandes fazendeiros passaram a coibir a extração do produto<sup>396</sup>.

A produção ervateira catarinense, nas duas últimas décadas do século XIX, apresentava um importante crescimento na pauta econômica, correspondendo, entre 1880 e 1886, a 18,75% do valor exportado<sup>397</sup>. Produção que cresceu ao longo das primeiras décadas do século XX, declinando apenas a partir da década de 1920, quando representava 16,2% das exportações, caindo em 1943, para 2,1%. A produção ervateira possuía dois destinos: enquanto a erva produzida no oeste e sudoeste, em regiões como o baixo vale do Rio do Peixe, vale do rio Uruguai, e seus afluentes, de início produzida através da exploração de ervais devolutos em comum, era escoada para o Rio Grande do Sul, a erva produzida ao norte, na região de Canoinhas, nos vales dos rios Iguaçu, Negro e seus afluentes Negrinho, Canoinhas, Paciência e Timbó, era escoada para o litoral e exportada pelos portos de

---

<sup>394</sup> QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, p. 64.

<sup>395</sup> OLIVEIRA, Dennison. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001. Coleção história do Paraná: textos introdutórios, p. 26-27; TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDEAZZA, Maria Luiza. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001. Coleção história do Paraná: textos introdutórios, p. 38-39.

<sup>396</sup> AURAS, Marli. *Op. Cit.*, p. 31.

<sup>397</sup> BOSSLE, Ondina Pereira. **História da industrialização catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro**. 2. ed. Florianópolis: CNI/Fiesc, 1988, p. 26-27.



Paranaguá e São Francisco. Joinville era o principal centro catarinense de beneficiamento final da erva, para daí seguir, via marítima, ao Chile, Uruguai e Argentina, principais mercados consumidores da erva catarinense, cuja exportação correspondia a aproximadamente 80% da produção<sup>398</sup>.

Ao passo que a economia ervateira se desenvolvia, as terras onde se realizavam tais atividades passaram a ser alvo da apropriação privada. Como comenta Maurício Vinhas de Queiroz as propriedades dos “coronéis”, abrangiam “quase todos os ervais conhecidos”, das regiões ao norte e noroeste de Curitiba. As terras que não eram alvo de apropriação eram arrendadas pelo Estado para sua exploração. Rosângela Cavallazzi comenta que nestes arrendamentos, com prazos de exploração variáveis, o preço do contrato se estabelecia em relação a “quantidade de erva-mate extraída, sempre com o cuidado (expresso nas cláusulas de contrato) de exigir que fosse a extração efetuada de modo a conservar os ervais e outras madeiras de qualquer espécie”<sup>399</sup>. Marli Auras cita o exemplo do Decreto Lei nº 1.273 de 10 de janeiro de 1891, dando a permissão para a exploração de ervais devolutos por uma empresa ervateira de Joinville pelo prazo de 20 anos em terras devolutas de diversos municípios, dentre eles Curitiba, Campos Novos e Lages<sup>400</sup>. Em Campos Novos o jornal “Vanguarda” publica no ano de 1910 um edital proibindo a coleta e beneficiamento do mate em terras devolutas que haviam sido concedidas ao Coronel Fabrício Vieira, da mesma maneira que inibe a coleta de outras plantas ou estabelecimento de roças nas mesmas<sup>401</sup>. O próprio Estado, ao adotar algumas medidas regulatórias para a extração do mate, cuja exploração se intensificava no início do século XX, menciona o caso das concessões de ervais nativos a particulares conforme se observa na Lei Estadual nº 700, de 27 de outubro de 1906, que dá “providência sobre a herva matte”:

Art. 1º: Nas terras de dominio do Estado que nos termos da Lei forem aforadas a particulares, assim como as de dominio municipal e particular, a colheita da herva matte só se fará observadas as seguintes prescrições:

<sup>398</sup> GOULARTI Filho, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002, p. 85-86; AURAS, Marli. *Op. Cit.*, p. 31. MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 70.

<sup>399</sup> CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Op. Cit.*, p. 68.

<sup>400</sup> AURAS, Marli. *Op. Cit.*, p. 30.

<sup>401</sup> **Vanguarda**. Campos Novos, ano 4, n. 4, 1º de junho de 1910, p. 3.

- a) A poda será feita de 1º de Maio a 30 de setembro.
- b) As arvores de matte só poderão ser podadas depois de decorridos tres (3) annos da poda anterior.

§ Unico. O infractor incorrerá na multa de 10\$000 (dez mil-réis) por 15 kilos de herva matte colhida na observancia d'este artigo<sup>402</sup>.

Porém a disputa pelos ervais e pela terra não ocorria apenas entre os “coronéis” e os pequenos sitiantes catarinenses, mas também entre “coronéis” e grandes fazendeiros de Santa Catarina e do Paraná em uma época em que as divisas entre os Estados ainda não haviam sido definitivamente estabelecidas.

### 2.3 – A QUESTÃO DE LIMITES

Envolvendo quase metade do atual território de Santa Catarina, a região contestada pelo Paraná e Santa Catarina compreendia os limites entre o Brasil e a Argentina, se estendendo, ao leste, até o rio Marombas e a Serra do Mar. Tal questão, se surgiu com a criação da Província do Paraná em 1853, estava fundamentada em antecedentes que remetem ao processo de ocupação territorial do planalto por paulistas no século XVIII.

Na criação da Capitania de Santa Catarina, em 1738 e mais tarde com o estabelecimento de sua Ouvidoria em 1749, seus limites ficaram assim estabelecidos: ao norte, de acordo com Oswaldo Cabral, o rio São Francisco, seguindo pelo Rio Negro, desembocando no chamado Grande Rio de Curitiba, que seria o atual rio Iguaçu. Todo o sertão entre este limite, até “os espanhóis confinantes”, seriam pertencentes ao território catarinense<sup>403</sup>.

---

<sup>402</sup> SANTA CATARINA. Lei nº 700, de 27 de outubro de 1906. **Colecção de Leis do Estado de Santa Catharina**. Florianópolis: Gab. Typographico d’O Dia, 1905, p. 15-16.

<sup>403</sup> PIAZZA, Walter Fernando; HÜBENER, Laura Machado. Santa Catarina: história da gente. 6. ed. Florianópolis: Lunardelli, 2003, p. 41-42; CABRAL, Oswaldo Rodrigues (1987). *Op. Cit.*, p. 309.

Entretanto, Dom Luís de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, Governador da Província de São Paulo, em sua expansão rumo aos “sertões”, dá ordens a Antônio Correia Pinto para fundar Lages. Ocupação que não ocorreu sem manifestações por parte do governo de Santa Catarina, que até o início do século XIX, restringia-se, na prática, apenas a faixa litorânea, ou seja, Desterro, São José, São Miguel, Laguna e São Francisco do Sul. Situação que se alteraria, de certa forma, com a anexação de Lages à Santa Catarina no ano de 1820, oficialmente pelo fato destas terras se encontrarem em maior proximidade da capital de Santa Catarina do que a de São Paulo. Apesar de geograficamente mais próxima, as dificuldades de comunicação com o litoral, sejam pelas dificuldades naturais impostas pela serra, ou pelos constantes conflitos com indígenas da região, faziam com que Lages mantivesse comunicação mais estreita com São Paulo e Rio Grande do Sul que com o litoral catarinense<sup>404</sup>.

A transferência de Lages a Santa Catarina não resolveu as disputas de limites. Apenas ampliou-as para o interior do sertão. A indefinição quanto aos limites de Lages e a descoberta dos Campos de Palmas em 1841, com sua ocupação por paulistas e mais tarde por paranaenses, fazem com que a questão da jurisdição sobre a região permaneça ao longo do século XIX. A criação da Província do Paraná não cessou as divergências pelos limites<sup>405</sup>.

Enquanto Santa Catarina reivindicava os direitos coloniais de posse das terras tendo como limites os rios Negro e Iguazu, o Paraná defendia a jurisdição sobre todo o planalto não pertencente à Lages, sobretudo os campos de Palmas. Utilizavam os paranaenses, para a defesa de sua jurisdição, além de documentos coloniais, o argumento do *uti possidetis*, a ocupação e colonização de fato, que era realizada através de frentes de povoamento partindo dos campos de Guarapuava, tanto por grandes fazendeiros quanto por pequenos sitiantes, do Paraná e de São Paulo. Tese que também fora empregada por Portugal pelo Tratado de Madri, que revogava o Tratado de Tordesilhas e em outros acordos com países vizinhos no século XIX<sup>406</sup>.

---

<sup>404</sup> PIAZZA, Walter (1983). *Op. Cit.*, p. 583; MACHADO, Paulo Pinheiro (2001b). *Op. Cit.*, p. 109.

<sup>405</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2001b). *Op. Cit.*, p. 109; CABRAL, Oswaldo Rodrigues (1987). *Op. Cit.*, p. 312; PIAZZA, Walter (1983). *Op. Cit.*, p. 584.

<sup>406</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2001b). *Op. Cit.*, p. 110.

Neste contexto também se desenrolava na região outra questão de limites, desta vez internacionais, envolvendo o Brasil e a Argentina, no que ficou conhecido como Questão de Palmas ou de *Misiones*, na disputa por uma faixa de 30.621 quilômetros quadrados entre os países<sup>407</sup>. Litígio pelo território que existia, como aponta Demétrio Magnoli, de forma “oculta”, desde a época da Independência dos dois países, sendo alvo de negociações a partir de 1857<sup>408</sup>. Em 1881 a Argentina protestou contra a instalação das colônias militares próximas aos rios Chopim e Chapecó, que oficialmente serviam para proteger o Caminho das Missões<sup>409</sup>, e que também desempenhavam o papel de assegurar a posse territorial por parte do Brasil. Nesta discussão formou-se uma comissão composta pelos dois países, incumbida de explorar os rios Peperi-guaçu, Santo Antônio, Chopim e Chapecó e a região entre os rios. Após o término desta exploração, a Argentina, em sua reivindicação, passa a substituir o rio Chopim pelo Jangada, mais ao leste. Com o desentendimento entre os dois países, a questão fica a cargo de um arbitramento internacional do governo dos Estados Unidos da América. No ano de 1895, o então presidente Grover Cleveland, reconheceu as fronteiras do Brasil e da Argentina como sendo os rios Peperi-guaçu e Santo Antônio<sup>410</sup>.

No século XIX, o tropeirismo, além de desempenhar um importante papel para a povoação do Brasil meridional, significava, para as províncias sulinas, uma importante fonte de arrecadação, através das barreiras fiscais ao longo do seu curso. A instauração pelo Paraná, em 1864, de uma barreira fiscal no Chapecó, e de uma, por parte de Santa Catarina, no rio Uruguai, motivou protestos por ambos os lados. Estas motivaram medidas no intuito de estabelecerem jurisdições provisórias, até que a questão fosse definitivamente solucionada mediante projeto de Lei, que deveria ser negociado entre os parlamentares das Províncias do Paraná e Santa Catarina. Jurisdição provisória que, naquele momento, era favorável ao Paraná. O Decreto 3.378, de 16 de janeiro de 1865, definiu a divisa entre as duas províncias pelo rio Saí-guaçu, Serra do Mar e o rio Marombas até sua foz no Canoas, seguindo a jusante até o rio Uruguai. Reconhecia-se assim o *uti possidetis* do Paraná sobre

---

<sup>407</sup> HEINSFELD, Adelar. **A geopolítica de Rio Branco**: as fronteiras nacionais e o isolamento argentino. Joaçaba: Unoesc, 2003, p. 33-34.

<sup>408</sup> MAGNOLI, Demétrio. A cara do país. **Nossa História**, São Paulo, ano 3, n. 25, p. 14-19, nov. 2005, p. 17.

<sup>409</sup> PIAZZA, Walter (1983). *Op. Cit.*, p. 577.

<sup>410</sup> HEINSFELD, Adelar (2003). *Op. Cit.*, p. 33-36; PIAZZA, Walter (1983). *Op. Cit.*, p. 578-579.

os campos de Palmas, além de parte das áreas de Campos Novos e Curitibanos. Ficavam desta forma sob jurisdição de Santa Catarina, apenas uma pequena porção da região de planalto, compreendendo parte de Lages e do seu Distrito de Curitibanos. Medida que sofre a oposição por parte dos deputados catarinenses, os quais buscaram sustar a execução do Decreto, elaborando um parecer, que, no entanto seria discutido somente nove anos mais tarde<sup>411</sup>.

Em 1879 outra divisão entre os Estados é proposta, pelo Aviso de 14 de janeiro do mesmo ano, pelo Ministro Cansanção de Sinimbu, que definia desta vez o rio do Peixe, mais a oeste, como limite entre as Províncias. Medida que viabilizou a emancipação de Campos Novos, em 1881, como município catarinense, aumentando também o território de Curitibanos, emancipado de Lages dez anos antes<sup>412</sup>. Limite que seria, em linhas gerais, o mesmo até o Acordo de 1916. Porém, na porção norte o Aviso não definira o limite das jurisdições entre as Províncias, originando novos problemas<sup>413</sup>.

A polêmica vai se intensificando entre as duas Províncias, transformando-se em um problema político no início do período republicano<sup>414</sup>. Até então aquela região não deixava de ser um sertão inóspito, que se transformava em uma frente de expansão, partindo das poucas povoações e fazendas que acompanhavam os campos naturais e caminhos de tropas<sup>415</sup>.

Paulo Pinheiro Machado, em seu estudo sobre a Guerra do Contestado, realiza uma crítica a quase todos os autores que estudam o movimento, afirmando que estes não guardam “uma relação direta de causa e efeito com o processo de disputa de limites empreendidas” entre o Paraná e Santa Catarina. Ressalta o autor que o período de indefinição das divisas marcou o processo de natureza da ocupação demográfica da região, da mesma forma que o seu perfil social e

---

<sup>411</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2001b). *Op. Cit.*, p. 110; CABRAL, Oswaldo Rodrigues (1987). *Op. Cit.*, p. 316-317.

<sup>412</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2001b). *Op. Cit.*, p. 111; ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. *Op. Cit.*, p. 61,87.

<sup>413</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2001b). *Op. Cit.*, p. 111.

<sup>414</sup> É possível acompanhar a questão de limites entre os Estados através das várias mensagens oficiais dos Presidentes da Província, mais tarde Estados, do Paraná e Santa Catarina, através do *Center of Research Libraries*. **CRL – Brazilian Government Documents**. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=5&l2=24&l3=45>>. Acesso em 25 de maio de 2006.

<sup>415</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2001b). *Op. Cit.*, p. 111-112.

político<sup>416</sup>. Novas vilas e povoações surgiam por parte dos dois Estados, visando a confirmação à posse territorial. A partir do Paraná surgiram, partindo de União da Vitória, que ocupava o leito do rio Iguaçu, as vilas de Valões, Poço Preto e Vila Nova do Timbó, enquanto a partir de Rio Negro, localizado nas margens do rio homônimo, foram fundadas Três Barras, Papanduva e Colônia Lucena. E, a partir de Palmas, mais a Oeste, além dos postos militares do Chopim e Chapecó, fundaram também Clevelândia. Em contrapartida Santa Catarina fundou, no norte do Estado, partindo de Joinville, a Colônia de São Bento e o município de Campo Alegre, ligada pela Estrada Dona Francisca, aberta ainda no século XIX. E é de São Bento que, em 1889, é fundada Canoinhas, na bacia do rio Negro, compondo o município de Curitiba até 1911, data de sua emancipação<sup>417</sup>.

Duglas Teixeira Monteiro comenta que ao longo da disputa de limites, objetivando firmar a jurisdição sobre o território contestado, além das vilas e povoados que eram criadas, ocorriam inúmeras concessões de terras e legalização da posse “a correigionários ou empresas nas áreas litigiosas”<sup>418</sup>. Destas concessões se beneficiavam, segundo Maurício Vinhas de Queiroz, tanto os “coronéis” quanto outras pessoas que possuíssem alguma influência política nos governos estaduais. Segundo o autor, naquela época se denominavam bendengós, “largos tratos adquiridos por preços irrisórios aos governos estaduais e que, logo depois de expulsos os posseiros, eram logo passados adiante ou permaneciam incultos, à espera de ocasião mais propícia para a venda”. Sistema que ocorria tanto no Paraná quanto em Santa Catarina, onde, neste Estado, haviam “advogados e rábulas que, a serviço dos coronéis, viajavam para Florianópolis, freqüentavam o palácio governamental e regressavam com as terras legalizadas”<sup>419</sup>, que em muitos casos pouco ou nada conheciam.

No norte, além de disputas tarifárias entre o Paraná e Santa Catarina envolvendo o escoamento da produção ervateira, existiam tensões envolvendo coronéis do lado catarinense e do lado paranaense. Por possuírem não apenas um contingente policial, mas também um número de homens que poderiam ser mobilizados pelos oficiais da Guarda Nacional em número inferior aos paranaenses,

---

<sup>416</sup> *Ibidem*, p. 108.

<sup>417</sup> *Ibidem*, p. 112-113.

<sup>418</sup> MONTEIRO, Duglas Teixeira (1974). *Op. Cit.*, p. 29-30.

<sup>419</sup> QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, p. 75-76.

as autoridades catarinenses evitavam, sempre que possível entrar em atrito com a autoridade vizinha. Os “coronéis” catarinenses possuíam dificuldades em mobilizar um número ao menos equivalente de pessoal em relação ao Paraná. Não pelo número menor de população, mas, como aponta Paulo Pinheiro Machado, pelo “próprio perfil social da região, ou seja, da existência de muitos posseiros e lavradores independentes”. Violações territoriais por parte dos paranaenses não eram raras e não ocorriam apenas em relação aos pequenos ervateiros que usufruíam ervais em comum, mas também a alguns Oficiais da Guarda Nacional que, do lado catarinense, tinham suas terras açambarcadas, vivendo uma situação tensa com as autoridades paranaenses. Nos vales dos rios Timbó e Paciência, aponta o autor, existia uma situação de disputa entre grandes criadores, Oficiais da Guarda Nacional do Paraná e pequenos sitiantes, os quais eram coletores de erva e tinham suas terras apropriadas por estes oficiais<sup>420</sup>.

O ano de 1904 marca a primeira sentença do Supremo Tribunal Federal dando ganho de causa a Santa Catarina. Sentença que seria novamente concedida em 1909 e 1910, rejeitando os embargos paranaenses e afirmando a posse por Santa Catarina. Diversos foram os argumentos apontados pelo Paraná protelando a execução da sentença do Supremo Tribunal Federal<sup>421</sup>. A partir de 1910 os governantes paranaenses passam a propor uma arbitragem independente ou um acordo, o que também foi proposto do lado catarinense pelo jornalista Crispim Mira em 1912. Idéia que não foi bem aceita pela opinião pública, exceção feita a Lauro Müller, que “seja por convicção ou ambições políticas nacionais, aderiu ao acordo, levando consigo a maior parte do Partido Republicano Catarinense”<sup>422</sup>. Vidal Ramos, na época Presidente de Santa Catarina, era contrário ao acordo, permanecendo firme na idéia da execução da sentença. Neste contexto desenrolava a Guerra do Contestado, fazendo com que as preocupações se voltassem ao conflito<sup>423</sup>.

---

<sup>420</sup> Paulo Pinheiro Machado menciona o exemplo do Coronel Demétrio Ramos e do Capitão Aleixo Gonçalves de Lima, que mais tarde tornou-se um importante personagem no conflito do Contestado, em relação a oposição de ambos contra os desmandos das autoridades paranaenses na região e a complacência das autoridades catarinenses em relação ao açambarcamento privado das terras. MACHADO, Paulo Pinheiro (2001b). *Op. Cit.*, p. 116-117.

<sup>421</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues (1979). *Op. Cit.*, p. 57-58.

<sup>422</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2001b). *Op. Cit.*, p. 126.

<sup>423</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues (1979). *Op. Cit.*, p. 62.

Já no final do conflito, por volta de 1915, o então Presidente da República, Wenceslau Brás, convocou os Presidentes do Paraná e Santa Catarina para buscarem uma solução para a questão lindeira. No início, Felipe Schmidt, primo de Lauro Müller, que assumiu o governo catarinense em 1914, mantinha posição a favor da execução da sentença de 1904. Tentativas de plebiscito e acordos foram propostas, sem nenhum avanço. No ano seguinte a questão continuava, até que, frente as pressões de Wenceslau Brás, foram acertados os limites entre os Estados, ficando, a partir de então, da seguinte maneira, conforme apresenta a primeira cláusula do acordo, assinado em 20 de outubro de 1916, por Felipe Schmidt, Presidente de Santa Catarina, e Affonso Camargo, Presidente do Paraná:

I – Os limites entre os dois Estados passam de ora em diante a ser os que vão em seguida indicados:

No litoral entre o Oceano Atlântico e o rio Negro a linha divisória que tem sido reconhecida pelos dois Estados desde 1771.

No interior, o rio Negro, desde suas cabeceiras até sua foz no rio Iguaçu, e por este até a ponte da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande; pelos eixos desta ponte e da mesma estrada de ferro até sua intercepção com o eixo da estrada de rodagem que atualmente liga a cidade de Porto União da Vitória à cidade de Palmas; pelo eixo da referida estrada de rodagem até o seu encontro com o rio Jangada; por este acima até suas cabeceiras, e daí em linha reta, Na direção do meridiano, até sua intercepção com a linha divisória das águas dos rios Iguaçu e Uruguai, e por esta linha divisória das ditas águas na direção geral de Oeste até encontrar a linha que liga as cabeceiras dos rios Santo Antônio e Peperi-guaçu, na fronteira argentina<sup>424</sup>.

A grande maioria da população da área contestada, aponta Paulo Pinheiro Machado, era proveniente da região dos Campos Gerais, ou mesmo de Guarapuava e Palmas, onde muitos sofreram com a expropriação de suas terras, buscando assim, nas terras devolutas mais distantes, nos sertões, a chance de “levar a vida em paz, com um mínimo de segurança e conforto”. Apesar da origem paranaense, muitos dos pequenos sitiantes e posseiros que habitavam as terras contestadas simpatizavam com a causa pelo lado catarinense. Afastar-se das fronteiras significava também o afastamento do poder dos “coronéis” daquele Estado, uma vez

---

<sup>424</sup> In: COSTA, Licurgo (1987). *Op. Cit.*, p. 57.



que em solo catarinense a apropriação privada das terras ocorria em menor intensidade. A questão de limites, ao menos para a população do Planalto Norte e parte do Oeste,

não era um assunto abstrato ou um assunto exclusivo de políticos. A existência desta questão representava uma ameaça real, tanto à sua dignidade pessoal, como à sua condição de posseiro ou sitiante independente<sup>425</sup>.



**FIGURA 7: Mapa dos limites entre o Paraná e Santa Catarina (1865-1916)**

Fonte: Base cartográfica: PIAZZA, Walter; HÜBENER, Laura Machado. *Op. Cit.*, p. 196; FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa físico do Estado de Santa Catarina**. Brasília, 2004b. 1 Mapa. Escala: 1:750.000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2 de maio 2006.

<sup>425</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2001b). *Op. Cit.*, p. 124.

Esta não se tratava, portanto, de uma mera questão administrativa, que de acordo com um estudioso do conflito, diz “mais respeito ao interesse de ricos proprietários de terras dos dois Estados e à questão da cobrança de impostos”, sendo que a população pobre da região não conhecia ou não se importava com estes problemas, que, “no Brasil, esteve sempre associada a interesses de grupos sociais locais e até interesses de grupos estrangeiros”<sup>426</sup>. No planalto de Santa Catarina, boa parte daquelas terras, muitas em área de litígio com o Paraná, localizadas entre as grandes fazendas dos “coronéis” catarinenses de Curitiba e paranaenses de Palmas, onde viviam muitos posseiros, seriam alvo da concessão do governo para a construção da ferrovia que cruzaria o interior da região Sul do país, conhecida como Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

#### **2.4 – A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO SÃO PAULO-RIO GRANDE E A ATUAÇÃO DO GRUPO FARQUHAR**

O historiador Caio Prado Júnior destaca em seu estudo sobre a história econômica brasileira, a importância da intervenção do capital estrangeiro na economia do Brasil, que, apesar de ocorrer desde a Independência, passa a se intensificar no final do século XIX. Neste cenário, um dos campos de operações do capital estrangeiro, além do fornecimento de empréstimos, encontra-se nos empreendimentos industriais. Inicialmente tais empreendimentos foram realizados principalmente em obras de infra-estrutura urbana e de transportes, como os portos e as ferrovias, onde “praticamente tudo o que se fez neste terreno desde a segunda metade do século passado [XIX] é de iniciativa do capital estrangeiro, ou financiado por ele”<sup>427</sup>. Estas inversões de capitais de países industrializados nos países ainda pouco industrializados, segundo Paul Singer, seria um bom investimento para os grupos interessados, pois não significava apenas o domínio dos mercados que

---

<sup>426</sup> SERPA, Élio Cantalício. Op. Cit., p. 13.

<sup>427</sup> PRADO JÚNIOR. Caio. **História econômica do Brasil**. 31. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 274.

estavam sendo investidos, mas também o oferecimento de garantias, juros, dentre outros. A exploração destes serviços eram obtidas através de concessões do governo as quais, “asseguravam à concessionária exclusividade (isto é, monopólio) na execução do serviço e, muitas vezes, garantia de uma remuneração mínima do capital estrangeiro”. Concessões que poderiam ser altamente lucrativas, o que levava a disputas nem sempre limpas, onde a pressão, a adulação e até mesmo o suborno não deixavam de ser opções possíveis. Existiram no país vários “caçadores de concessão”, sendo que um deles, o norte-americano Percival Farquhar, destacou-se pela ampla atuação territorial, do Norte ao Sul, em diversos segmentos, tanto na infra-estrutura urbana quanto na construção de portos e ferrovias<sup>428</sup>.

Natural dos Estados Unidos, Percival Farquhar iniciou suas atividades no Brasil em 1904, empreendendo, ao longo de aproximadamente 15 anos, a instalação de 138 empresas. Se o investimento norte-americano no Brasil, como aponta Paul Singer, não foi o maior em relação à América Latina nas primeiras décadas do século XX, e pareça insignificante se comparado à penetração de capital deste país a partir da década de 1950, deixou, no entanto, marcas profundas, simbolizando, segundo Rosângela Cavallazzi “a existência de ‘trustes’ e ‘cartéis’, em virtude do estabelecimento de um bloco industrial e financeiro à procura de campo para exportação de capitais”<sup>429</sup>.

No Brasil os investimentos de Farquhar tiveram seu apogeu nas duas primeiras décadas do século XX, sendo que, nos anos de 1912 e 1913, este controlava, segundo Paul Singer

os sistemas de transportes da Amazônia (porto de Belém, navegação no Amazonas e E. F. Madeira Mamoré) e do Centro-Sul do país (os portos do Rio, Paranaguá e Rio Grande, as estradas de Ferro Paulista, Mogiana, Sorocabana, SP-RG e Auxiliaire), serrarias, fazendas de gado, frigorífico e hotel<sup>430</sup>.

---

<sup>428</sup> SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930. In: FAUSTO, Boris (org). **História geral da civilização brasileira**. Tomo III – O Brasil Republicano. Vol. 1 – Estrutura de poder e economia (1889-1930). 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 363, 377-378.

<sup>429</sup> CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Op. Cit.*, p. 46.

<sup>430</sup> SINGER, Paul. *Op. Cit.*, p. 385.

Em Santa Catarina e no planalto sul em geral, tem-se na construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande um dos maiores empreendimentos de capital estrangeiro realizados na região no final do século XIX e início do XX. Empreendimento que, da mesma forma que outros ocorridos nos primeiros quinze anos do século XX, envolvendo a colonização e a exploração florestal, fez com que, segundo Duglas Teixeira Monteiro, se instaurasse um clima de negociatas, “beneficiando chefes políticos situacionistas, membros das oligarquias e “coronéis” influentes do interior, que se transformavam em ‘sócios menores’, tirando proveito, ainda que marginalmente, desse surto de crescimento econômico”<sup>431</sup>. Não é intenção da pesquisa realizar uma extensa análise das conjunturas econômicas do Brasil no final do século XIX, início do XX, uma época marcada pela expansão da rede ferroviária visando atender sobretudo a economia agro-exportadora e a promoção da colonização e povoamento do interior brasileiro. Cabe ressaltar, no entanto, os desdobramentos que a inserção de capital externo provocou na região, principalmente no que cabe ao uso da terra.

Idealizada no final da década de 1880, pelo engenheiro João Teixeira Soares, a ferrovia cruzaria a região Sul, passando pelo interior, interligando Itararé, em São Paulo, a Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Em setembro de 1889 o engenheiro requereu do governo imperial a concessão para a construção e exploração da ferrovia, onde também exigia a cessão das terras marginais para a colonização. Tal concessão foi dada no dia 9 de novembro do mesmo ano, conferindo privilégios, garantia de juros e terras devolutas para a sua construção. Dentro das cláusulas do Decreto expedido para a implementação da ferrovia estavam inclusos o tempo de exploração da ferrovia, de 90 anos, além da cessão de terras devolutas, sem considerar posses ou sesmarias em uma área máxima de 30 quilômetros para cada lado da linha. O governo republicano ratificou esta concessão, porém realizando algumas modificações, como a redução das terras concedidas, reduzindo-as a 15 quilômetros, além de alterar o prazo da colonização, de 15 para 50 anos<sup>432</sup>.

Ao longo de sua construção, parte da concessão foi transferida a outra empresa, o que ocorreu por diversas vezes em vários trechos da construção da

---

<sup>431</sup> MONTEIRO, Duglas Teixeira (1974). *Op. Cit.*, p. 30.

<sup>432</sup> THOMÉ, Nilson. **Trem de ferro**: a ferrovia do Contestado. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1983, p. 41-44, 51-53; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Op. Cit.*, p. 51.

ferrovia. Outras empresas estiveram envolvidas na construção tanto da linha tronco Norte-Sul, quanto dos ramais existentes em seu trajeto, assumindo também a construção de trechos no Paraná. No entanto a construção da ferrovia seguia em ritmo lento, fazendo com que, 15 anos após a concessão, houvessem sido construídos apenas 599 quilômetros abertos para o tráfego, quando a concessão dava o prazo de cinco anos para a conclusão de seus 1.403 quilômetros, e ainda não havia sido assentado nenhum dormente no trecho que cruzaria Santa Catarina. Até 1906, para completar a linha tronco, faltavam os trechos que ligavam Passo Fundo ao rio Uruguai, seguindo deste à União da Vitória, além de um trecho entre Jaguariaiva a Itararé, entre a divisa do Paraná e de São Paulo, e que seriam então assumidos pela *Brazil Railway*<sup>433</sup>.

A idéia de assumir o controle da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, fazia, de acordo com Paul Singer, parte de um plano de escala maior idealizado por Percival Farquhar, envolvendo a unificação ferroviária e a colonização da região. Em 1906, na 3ª Conferência Pan-Americana, propôs-se

a construção de uma ferrovia pan-americana, o que entusiasmou Farquhar e o levou a conceber o seu projeto mais grandioso: o de construir um grande sistema ferroviário unificado, sob sua direção na América do Sul. Para dar início à execução deste plano, Farquhar fundou, com apoio de um sindicato poderoso, [...] a *Brazil Railway Co.* com um capital de 50 milhões de dólares. Esta companhia estava destinada a ser firma holding do seu império ferroviário.

No mesmo ano de 1906, Farquhar adquiriu para a *Brazil Railway* a Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (SP-RG), que tinha a concessão que permitia interligar todo o Sul do Brasil, além de terras no Paraná e em Santa Catarina, numa extensão de 6 milhões de acres [aproximadamente 24 mil quilômetros quadrados] para fins de colonização. [...] O Sul do Brasil estava, nesta altura, ainda pouco povoado, principalmente o Paraná, o que não permitia que houvesse muita carga para ser transportada por ferrovia. Farquhar tinha esperança de desenvolver a agricultura comercial na área (tendo em vista abastecer São Paulo) e a exportação de madeira, via Paranaguá<sup>434</sup>.

---

<sup>433</sup> Nilson Thomé, em seu estudo sobre a ferrovia São Paulo-Rio Grande, faz um levantamento de todas as empresas que atuaram nos primeiros anos de construção da estrada. *Ibidem*, p. 44-45, 52-58.

<sup>434</sup> SINGER, Paul. Op. cit., p. 381. Como aponta Rosângela Cavallazzi, a *Brazil Railway*, a partir de 1914, passou a encontrar dificuldades para obter capitais, devido a conjuntura econômica da época, o

Cruzando o planalto de Santa Catarina, acompanhando a margem esquerda do rio do Peixe<sup>435</sup>, a construção da ferrovia, cujo prazo de entrega seria prorrogado para 1910, após a *Brazil Railway* assumir o trecho de Santa Catarina, segue em ritmo acelerado, sendo que, no ano em que findava o prazo, a estrada foi concluída em todo seu traçado, de Itararé a Santa Maria<sup>436</sup>.

---

que contribuiu “para a interrupção do programa da *Brazil Railway Company*, que consistia, em essência, em estabelecer a ligação das estradas de ferro dos quatro estados do sul do Brasil, de modo a possibilitar a circulação de trens pesados e o transporte econômico de grandes toneladas, e a colonizar as regiões cortadas pelas suas redes, nelas circulando indústrias altamente produtivas, como grandes serrarias e matadouros”. CAVALAZZI, Rosângela Lunardelli. *Op. Cit.*, p. 54.

<sup>435</sup> Desde o ano de 1888, quando Teixeira Soares, após a conclusão da ferrovia que ligava Curitiba a Paranaguá, interessou-se, conforme Nilson Thomé, na construção de uma ferrovia interligando as então províncias de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, iniciou a pesquisa, com engenheiros, topógrafos, técnicos, dentre outros, para determinarem um plano de traçado. Como foi visto, o trecho da ferrovia que cruzava Santa Catarina acompanhava o curso do rio do Peixe. Considerando-se as feições geográficas, aquela região não se apresentava como o local mais propício, pois o rio apresenta um traçado sinuoso, resultando em um maior número de curvas, e pela própria situação de vale, possuía uma exigência maior número de obras de arte como pontes e túneis, se comparado com outras áreas do planalto catarinense. THOMÉ, Nilson (1983). *Op. Cit.*, p. 81. Adelar Heinsfeld aponta que a construção da ferrovia naquela região teria um duplo propósito: o de servir de apoio logístico e deslocamento de tropas caso ocorresse um conflito armado contra a Argentina, afinal aquele era um território em litígio até 1895, e proporcionar a ocupação demográfica da região. HEINSFELD, Adelar. O sentido geopolítico-estratégico da colonização germânica no Vale do Rio do Peixe. In: \_\_\_\_\_. (org). **A região em perspectiva: diferentes faces da história catarinense**. Joaçaba: Unoesc, 2001, p. 97. Seria apenas na segunda metade do século XX que se construiria outra ferrovia cruzando o planalto, desta vez mais a leste e com um traçado mais retilíneo através dos Campos de Lages. Construído na década de 1960, o Tronco Principal Sul percorre o planalto de Santa Catarina, iniciando o trajeto em Mafra, seguindo até Lages rumo ao Rio Grande do Sul. Esta linha que pertenceu inicialmente a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima, a RFFSA, foi privatizada, junto com toda a malha ferroviária do Sul do país, para a empresa América Latina Logística no ano de 1996. SILVEIRA, Márcio Rogério. Transporte e logística: as ferrovias do Brasil. **Geosul**, Florianópolis, n.34, p. 63-86, jul/dez. 2002, p. 67; **Rede Ferroviária Federal S. A.** Disponível em: <<http://www.rffsa.gov.br>>. Acesso em: 18 de julho de 2006; **Estações Ferroviárias do Brasil**. Disponível em: <[http://www.estacoesferroviarias.com.br/sc\\_troncosul/tronco\\_sul.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/sc_troncosul/tronco_sul.htm)>. Acesso em: 18 de julho de 2006; **América Latina Logística**. Disponível em: <<http://www.all-logistica.com/port/malhasunidades/index.asp>>. Acesso em: 18 de julho de 2006.

<sup>436</sup> Segundo Nilson Thomé, o engenheiro Teixeira Soares, que sempre esteve ligado a construção da ferrovia, até 1910, comentou sobre a escolha “inexplicável” do traçado da ferrovia o seguinte: “aquilo é estrada de guarda-livros e não de engenheiros”. Pelas cláusulas estipuladas ao longo da construção, desde 1889, aponta Thomé, que era paga a distância construída, e, mesmo a despeito da fiscalização, as empresas construtoras buscaram alongar os trilhos o máximo possível. “Como se já não fossem imensas as distâncias a vencer pelos trilhos, ainda se compraziam, construtores em estendê-las e alongá-las, num duplo assalto à economia nacional e ao conforto dos passageiros. Multiplicavam-se as curvas que, ou se alargavam em demasia ou, estendendo-se, quase que se fechavam em forma de ferradura, de tal modo que o trem, serpenteando por encostas ou desviando-se de brejais, parecia voltar, depois de longo trajeto ao ponto por onde havia passado. Evitando-se quanto possível cortes e aterros, túneis, pontes e viadutos, e toda espécie de obras de arte, o que se entregava afinal, ao Estado, era uma linha mal construída, barata e por isso mesmo destinada a transporte caro, sem capacidade para tráfego pesado”. AZEVEDO, Fernando de. **Um trem corre para o Oeste**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958. Apud THOMÉ, Nilson (1983). *Op. Cit.*, p. 67. Ou seja, como aponta Adelar Heinsfeld, “aumentando a quilometragem, mais capital entrava na

Em relação a construção do trecho que cruzaria as terras contestadas seguindo em boa parte o curso do rio do Peixe, um tema que vem sendo alvo de discussões por autores como Paulo Pinheiro Machado e Márcia Janete Espig, se refere a origem da mão-de-obra empregada<sup>437</sup>. Vários autores, sejam pesquisadores diletantes ou acadêmicos, mencionam a vinda para a região, durante a construção da ferrovia, de um grande contingente de trabalhadores provenientes de outras regiões do Brasil, em números que sempre chegam a casa dos milhares<sup>438</sup>. Segundo Márcia Janete Espig, tal número teria origem no relatório elaborado pelo General Fernando Setembrino de Carvalho sobre o conflito do Contestado, onde menciona que o sertão foi se enchendo durante a construção da ferrovia dos “piores malfeitores, oriundos de todos os lugares, principalmente Pernambuco e do Rio”. Terminada a construção da ferrovia, estes foram sumariamente despedidos e abandonados na região<sup>439</sup>, transformando-a em um “valhacouto de malfeitores que ali se homiziavam, vindos de tôda a parte”, como se refere Victor Peluso em relação ao planalto após a construção da ferrovia<sup>440</sup>.

Esta fala, que segundo Espig veio a se incorporar como uma “indiscutível fonte de informação”, acabou tornando-se “um aspecto dado como consensual, gerando uma linha de explicação para o movimento, ao propor como uma de suas causas esta presença alienígena”<sup>441</sup>. Tanto a autora quanto Paulo Pinheiro Machado fazem um levantamento das fontes referentes ao conflito e não encontram informações conclusivas a respeito da contratação de funcionários de fora da região.

---

companhia construtora e mais terras passavam para seu domínio”. HEINSFELD, Adelar (2001). *Op. Cit.*, p. 103.

<sup>437</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2001b), *Op. Cit.*, p. 135-140; *Idem* (2004), p. 143-148; ESPIG, Márcia Janete. Os trabalhadores da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande: análise das memórias militares sobre o Contestado. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11. 2006, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: Ufsc, 2006. 1 CD ROM.

<sup>438</sup> Autores como Nilson Thomé mencionam a vinda de 4.000 trabalhadores, sem, no entanto, mencionar a fonte. THOMÉ, Nilson (1983). *Op. Cit.*, p. 88-89. Oswaldo Rodrigues Cabral, também sem mencionar a fonte calcula em cerca de 10.000 homens “a mobilização deste contingente humano para as margens do Rio do Peixe. Mas, se há, de fato, exagero, não será demasiado, pois o tortuoso e então desabitado vale povoou-se de uma hora para outra e, dia e noite, prosseguiram os trabalhos de terraplanagem para fazer a ferrovia” CABRAL, Oswaldo Rodrigues (1979). *Op. Cit.*, p. 101; ESPIG, Márcia Janete. *Op. Cit.*, p. 1,2; MACHADO, Paulo Pinheiro (2001b). *Op. Cit.*, p. 135.

<sup>439</sup> CARVALHO, Fernando Setembrino de. **Relatório apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria, Ministro da Guerra**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916. p. 3-4. *Apud* ESPIG, Márcia Janete. *Op. Cit.*, p. 1,2.

<sup>440</sup> PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. Aspectos da população e da imigração no Estado de Santa Catarina. In: SILVA, Jaldyr B. Faustino da; PIAZZA, Walter Fernando; LAGO, Paulo Fernando; SACHET, Celestino; PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. **Fundamentos da cultura catarinense**. Rio de Janeiro: Laudes, 1970, p. 72.

<sup>441</sup> ESPIG, Márcia Janete. *Op. Cit.*, p. 2.

Em relação a isso, parece provável, como aponta Paulo Pinheiro Machado, que embora não seja possível ter certa clareza na proporção de trabalhadores externos, da mesma forma que sua origem, pode-se supor que a maioria dos trabalhadores era composta por trabalhadores da região, enquanto cargos mais qualificados seriam, estes sim, ocupados por trabalhadores de outras regiões. Na construção da estrada a *Brazil Railway* contratava empreiteiros, que, por sua vez, passavam o serviço a outros empreiteiros menores. Muitos destes pequenos empreiteiros eram fazendeiros, comerciantes e políticos locais que contratavam as turmas de trabalhadores entre a população da região, sendo alguns inclusive europeus recém-chegados “os quais aproveitavam a oportunidade para receber alguns meses de salário, enquanto suas famílias continuariam tocando o serviço normal na roça”<sup>442</sup>.

A ferrovia em território catarinense, conforme Rosângela Cavallazzi, percorre, no sentido Norte-Sul, de Porto União a Marcelino Ramos, a extensão de 372 quilômetros, em grande parte margeando o Rio do Peixe, e no sentido Leste-Oeste, entre São Francisco e Porto União a extensão de 471 quilômetros<sup>443</sup>. Este ramal segundo Paulo Pinheiro Machado, foi concluído apenas em 1917, sendo que muitos dos trabalhadores que atuaram na construção de outros trechos, tanto os externos quanto os da região seriam empregados nesta empreitada, o que “compensava, de certa maneira, a decadência do caminho das tropas”, pois a ferrovia acabou

levando à depressão econômica trilhas inteiras pontilhadas de vendas, locais de pouso, descanso e internada de tropas, principalmente no interior dos municípios de Lages, Campos Novos, Curitiba e Canoinhas<sup>444</sup>.

Possivelmente o número dos trabalhadores empregados, como apontam os autores, tenham ocorrido com a intenção de atribuir a pessoas “de fora” um papel de destaque na organização de um grupo de sertanejos “ignorantes” dentro do movimento rebelde<sup>445</sup>.

---

<sup>442</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2001b). *Op Cit.*, p. 136-139.

<sup>443</sup> CALALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Op. Cit.*, p. 53.

<sup>444</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2001b). *Op Cit.*, p. 134, 138.

<sup>445</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2001b). *Op Cit.*, p. 136; ESPIG, Márcia Janete. *Op. Cit.*, p. 4.



Após o término da ferrovia, se não é possível saber exatamente a origem e o destino de muitos daqueles trabalhadores, uma coisa ao menos é certa: a *Brazil Railway* fez cumprir o pagamento em terras por sua construção, apropriando-se das terras devolutas a até 15 quilômetros do leito da estrada de ferro, desde que a área total não excedesse a uma média de nove quilômetros a cada margem, ou, conforme expõem Walter Piazza, que seja “igual ao produto da extensão quilométrica da estrada multiplicada por 18”<sup>446</sup>. Área concedida que seria, somente no trecho que cruzava o planalto catarinense, com uma extensão de 372 quilômetros, de 6.696 quilômetros quadrados. O apossamento daquelas terras, como foi visto, fazia parte do projeto idealizado por Farquhar de colonizar a região, visando o abastecimento de São Paulo e a indústria madeireira de exportação<sup>447</sup>.

Existia, neste período, uma pendência judicial entre o Estado de Santa Catarina, na época presidido por Vidal Ramos, e a *Brazil Railway*, em relação ao direito sobre as terras cedidas à empresa, referentes a questão do cumprimento da concessão do Decreto Imperial, a qual estava apoiada a *Brazil Railway*, e a Constituição de 1891, na qual Santa Catarina argumentava com base no Artigo 64 a validade da concessão. Porém, como aponta Paulo Pinheiro Machado, “os governantes catarinenses não quiseram impor seu ponto de vista, nem pleitearam uma guerra judicial contra a Companhia”. A Consultoria Geral da República emitiu um parecer favorável à *Brazil Railway* e o governo não entrou com qualquer outro recurso para contestar tal decisão<sup>448</sup>. O Paraná, por sua vez, reconheceu os direitos da empresa, permitindo a demarcação das terras no lado direito do rio do Peixe, ainda em terras contestadas, avançando também para a margem esquerda em sua demarcação. Respeitando antigas posses legais, segundo Nilson Thomé, a empresa concluiu a falta de centenas de quilômetros quadrados, sendo que uma nova demarcação foi feita, “desta vez com o emprego de processos obscuros, ganhando a companhia mais algumas porções”. Desta forma o grupo de Farquhar propôs ao Estado do Paraná a concessão de novas terras fora da faixa ao longo dos trilhos, o que foi concedido, e então a empresa passou a demarcar novas terras em território

---

<sup>446</sup> PIAZZA, Walter Fernando (1983). *Op. Cit.*, p. 532.

<sup>447</sup> Maurício Vinhas Queiroz, da mesma forma que outros estudiosos da questão do Contestado, apontam que esta concessão pode ser colocada em dúvida, uma vez que ela contrariava o Artigo 1º da Lei de Terras de 1850, que determinava a aquisição das terras devolutas por título de compra. Tal questão será, no entanto, discutida com maior atenção no Capítulo 3, abrangendo também as concessões estaduais. QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, p. 72.

<sup>448</sup> HEINSFELD, Adelar (2001). *Op. Cit.*, p. 104; MACHADO, Paulo Pinheiro (2001b). *Op. Cit.*, p. 141.

contestado. Ainda em 1916, aponta o autor, quando chegava ao fim a questão lindeira entre os Estados, antes de se formalizar o acordo, o Paraná legalizou as terras da companhia situadas em terras pertencentes a Santa Catarina, localizadas na região oeste. O Paraná favorecia assim os negócios de Farquhar, uma vez que a 9ª Cláusula do Acordo de Limites, assinada pouco tempo depois, assegurou que Santa Catarina respeitaria os direitos privados do Paraná nas terras que passariam a sua jurisdição<sup>449</sup>.

A *Brazil Railway*, da mesma forma que suas subsidiárias, como aponta Paulo Pinheiro Machado, buscou “desenvolver um cuidadoso processo de cooptação das lideranças políticas dos respectivos estados para evitar embaraços legais e obter facilidades administrativas”. Tanto do lado paranaense quanto catarinense, autoridades públicas estavam ligadas à empresa, como é o caso do Vice-Presidente do Paraná, Affonso Camargo, que era advogado da *Lumber* quando exercia este cargo, enquanto em Santa Catarina o Coronel Henrique Rupp, que atuou como Superintendente Municipal de Campos Novos, era inspetor de terras da empresa. O filho de Vidal Ramos, o advogado Nereu Ramos, representava os interesses da empresa junto ao governo catarinense<sup>450</sup>.

Finda a construção da ferrovia consta que se inicia a expropriação de muitas famílias posseiras que viviam nas terras concedidas à *Brazil Railway*. Conforme Douglas Teixeira Monteiro, a expropriação de posseiros a partir da instalação de empreendimentos econômicos com capital estrangeiro na região teria início alguns anos antes, ainda em fins do século XIX. Na região do Irani, uma vasta gleba havia sido apropriada por um “coronel” da região que teria passado estas terras a Companhia Frigorífica Pastoril Brasileira, onde teriam sido registrados conflitos com posseiros que ocupavam as terras<sup>451</sup>. O que ocorreu mais tarde, e com uma maior

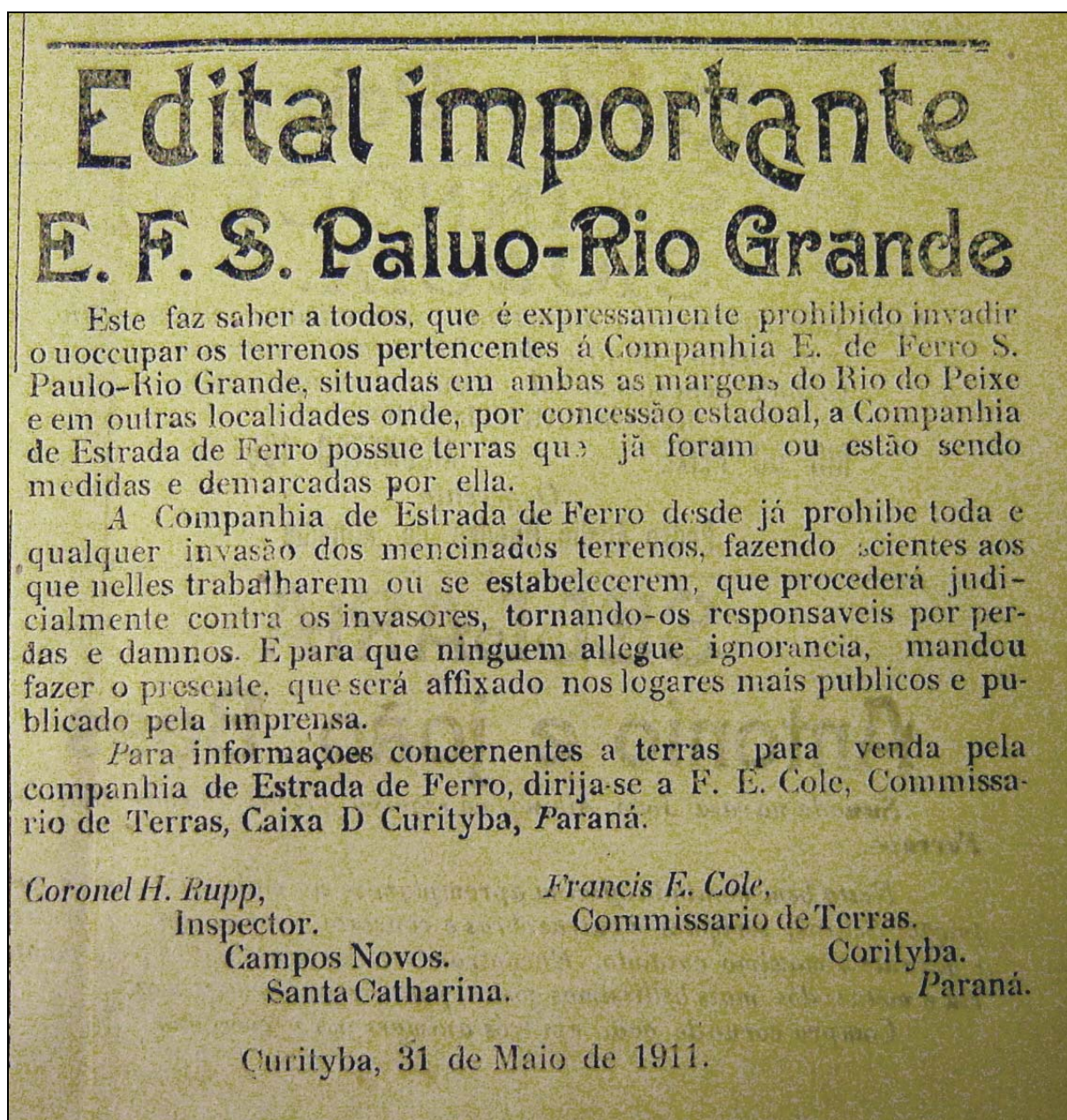
---

<sup>449</sup> Continua o autor dizendo que nas terras situadas ao oeste de Santa Catarina o não reconhecimento das terras concedidas à *Brazil Development and Colonization Company* por parte de Santa Catarina, fez que se desenrolasse uma série de disputas nos tribunais em relação à posse das terras, as quais a *Brazil Railway* e sua subsidiária a *Brazil Development* obtiveram ganho de causa em várias ações contra o Estado. Santa Catarina teve então que efetivar aos domínios da empresa mais de 5 mil quilômetros quadrados a partir de 1924. As terras que não foram colonizadas até 1940 passaram ao domínio da União, que passou a alienar parte dela a outras empresas, agravando ainda mais a situação da terra na região, existindo áreas com três títulos. A primeira tentativa de regularização das posses ocorreu apenas a partir de 1975. THOMÉ, Nilson (1983). Op. Cit., p. 148-150.

<sup>450</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2001b). Op. Cit., p. 142.

<sup>451</sup> MONTEIRO, Douglas Teixeira (1974). Op. Cit., p. 31.

abrangência espacial, com a *Brazil Railway*, que, ao se apossar das terras, também não respeitou as posses de moradores que residiam, em alguns casos, há décadas naquelas terras sob o regime de posse. Editais são publicados nos jornais locais, tanto em Palmas quanto em Campos Novos, proibindo a invasão ou ocupação de suas terras. Estes, como no caso dos veiculados no jornal “O Libertador” de Campos Novos apresentavam a seguinte mensagem que pode ser conferida a seguir:



**FIGURA 8: Foto do edital expedido pela Brazil Railway proibindo a ocupação e posse das terras situadas às margens do rio do Peixe.**

Fonte: **O Libertador**. Campos Novos, ano 2, n. 19, 9 de agosto de 1911, p. 3.

Contra os posseiros resistentes, o Corpo de Segurança da empresa, comandado pelo Coronel Palhares, um antigo oficial da Força Pública do Paraná, composto de mais de duzentos homens era enviado para expulsá-los das terras<sup>452</sup>.

Porém tal expulsão, ao que tudo indica, não chegou a ocorrer em todo o domínio da *Brazil Railway* de só uma vez. No município de Campos Novos foi possível encontrar no Arquivo Histórico Municipal Waldemar Rupp uma ação de usucapião do ano de 1919 movida por Bellarmino Ferreira de Oliveira, no Lageado da Divisa – Rio das Antas. Nos autos da ação conta que os suplicantes estão ocupando as terras há mais de 40 anos

na posse effectiva dessas terras sempre tendo as possuindo como suas próprias, sendo por todos respeitados os seus direitos dominiaes, tendo ali construído casas de moradia, feito plantações, roças, cercas, tapumes e estabelecendo varias servidoes<sup>453</sup>

No seguinte processo é também possível encontrar as confrontações, onde estas davam, ao oeste, com o rio do Peixe, ao leste e ao norte com terras de José Cândido de Oliveira e ao sul com as de João Vicente, ou seja, em áreas concedidas como pagamento pela construção da ferrovia, em território pertencente, durante a questão de limites, a Santa Catarina. Embora esta área não seja distante da colônia de Rio das Antas<sup>454</sup>, colonizada ainda na época do conflito do Contestado e tenha ocorrido a publicação de editais proibindo a invasão na região, da mesma forma que se consta a atuação do Corpo de Segurança da empresa, é possível supor que a expropriação de posseiros tenha ocorrido espacialmente de forma desigual, onde primeiro seriam expulsas as populações de áreas mais interessantes do ponto de vista econômico, tanto pela madeira quanto pela localização e possibilidades futuras de colonização.

<sup>452</sup> HEINSFELD, Adelar (2001). *Op. Cit.*, p. 104; QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, p. 72-73.

<sup>453</sup> Ação de Usucapião movida por Bellarmino Ferreira de Oliveira e sua mulher, Rosalina Maria Rodrigues no ano de 1919. Processo número 631. Acervo do Arquivo Histórico Municipal Waldemar Rupp, Campos Novos, Santa Catarina.

<sup>454</sup> HEINSFELD, Adelar (2001). *Op. Cit.*, p. 112-113.

Para levar o intento da colonização e da extração de madeiras adiante, a *Brazil Railway* criou a subsidiária *Southern Brazil, Lumber and Colonization Company*, destinada a explorar comercialmente a imensa reserva florestal e promover a posterior colonização da região. Conforme Rosângela Cavallazzi, a *Brazil Railway* requereu do governo uma autorização para transferir as terras concedidas como pagamento à *Lumber*, criada no ano de 1908, para estes fins. Transferência que foi negada pelo governo brasileiro, levando a *Lumber* a adquirir grandes áreas de terras no oeste e região norte do planalto no Estado. Segundo Nilson Thomé,

em poucos meses, a *Lumber* veio a adquirir um total de 3.248 quilômetros quadrados de terras, escolhidas onde o pinheiro despontava em grande escala, sendo 1.800 na região conhecida por Três Barras, entre União da Vitória e as cabeceiras do Rio do Peixe, e 931 em diversas áreas menores da região contestada, todas, segundo a empresa, “localizadas no Estado do Paraná”, e não em Santa Catarina<sup>455</sup>

Além das faixas de terra cedidas como pagamento, a *Brazil Railway* e sua subsidiária, a *Lumber*, passam a possuir uma imensa faixa de terras na região contestada, onde mais uma vez ocorrem expulsões de posseiros. Além destas terras, a empresa também firmava contrato com fazendeiros para a compra de madeira<sup>456</sup>, nos quais, segundo Nilson Thomé a empresa “se comprometia a serrar e tirar os pinheiros dos campos”, para a produção de pastagens<sup>457</sup>.

Para a exploração da madeira, a *Lumber* montou duas serrarias: a primeira em Calmon, próxima a estação do mesmo nome, situada no Alto Vale do Rio do Peixe, destinada a fabricação de dormentes para a ferrovia e madeira para a construção das casas da empresa, e a maior em Três Barras, em um estação do ramal que ligava União da Vitória a São Francisco, que explorava principalmente a araucária, a imbuia e o cedro para a exportação<sup>458</sup>. Sua localização, como aponta

<sup>455</sup> THOMÉ, Nilson (1983). *Op. Cit.*, p. 124.

<sup>456</sup> CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Op. Cit.*, p. 56-58; QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, p. 73-74; MACHADO, Paulo Pinheiro (2001b). *Op. Cit.*, p. 146.

<sup>457</sup> THOMÉ, Nilson (1983). *Op. Cit.*, p. 125.

<sup>458</sup> SERPA, Élio Cantalício. *Op. Cit.*, p. 17. Em Três Barras foi montada uma das maiores serrarias da América, que, segundo Nilson Thomé, era “abrigada em diversos pavilhões, com várias serras-fitas

Nilson Thomé, era estratégica do ponto de vista econômico, uma vez que aquela região, rica em pinheirais, era

servida pela linha tronco Itararé-Rio Uruguai, e pelo ramal de São Francisco, possibilitando rápido escoamento da produção, via ferroviária, diretamente ao porto de São Francisco, e indiretamente, por Rio Negro e Curitiba, ao porto de Paranaguá<sup>459</sup>.

As novas áreas ocupadas pela empresa, segundo Paulo Pinheiro Machado, depois de desmatadas eram loteadas e comercializadas com colonos instalados na região pelo Estado do Paraná, sendo estes principalmente de origem polonesa e ucraniana. Tal atuação, “atingia em cheio o conjunto da região, significando para o caboclo a destruição das matas e ervais” explorados em comum. Embora já houvessem pequenos “engenhos de serrar”, como eram chamadas as serrarias, dispersas pela região, possivelmente visando o mercado local, estas não podem ser comparadas com o potencial de devastação que as duas serrarias da Lumber possuíam<sup>460</sup>. Além do impacto econômico, ambiental e social, havia “um verdadeiro processo de exclusão étnica”, o que se verificaria, mais tarde, também em outras regiões a serem colonizadas. Porém, como aponta o autor, torna-se necessário diferenciar as levas de migrantes e imigrantes de origem européia anteriores a 1900 que, da mesma forma que outras famílias que se instalaram em Curitiba, além de ser em menor proporção, “freqüentemente se integravam com maior facilidade a população local”, muitos dos quais “aderiram com facilidade à ‘visão de mundo’

---

circulares, automatizadas, que tinham capacidade para serrar, num período normal de 10 horas de trabalho por dia, cerca de 300 metros cúbicos de madeira, obtendo um rendimento médio de 19 táboas de 12 polegadas por 5,60 metros de comprimento, mais o aproveitamento, totalizando mil dúzias de madeiras diversas”. A serraria também possuía ramais ferroviários particulares, que adentravam a mata, junto com locomotivas e guindastes que poderiam arrastar toras gigantescas por até 300 metros, sendo então embarcadas em vagões. O diâmetro de algumas toras era tal que estas em alguns casos chegavam a ocupar sozinhas um único vagão, onde geralmente eram colocadas três toras de grande tamanho. Conduzidas à serraria, a madeira era beneficiada, aguardando então o embarque, via férrea, rumo a São Francisco ou Paranaguá. THOMÉ, Nilson (1983). *Op. Cit.*, p. 125-135.

<sup>459</sup> THOMÉ, Nilson (1983). *Op. Cit.*, p. 125.

<sup>460</sup> Na exploração madeireira da *Lumber*, Nilson Thomé, comenta que “a Estrada de Ferro lhe concedia desconto especial nas tarifas e lhe dava preferência em vagões, em favores clandestinos somente mais tarde corrigidos pelo governo”. *Ibidem*, p. 135-136.

cabocla, em sua maioria eram devotos de João Maria e muitos atenderam voluntariamente ao chamado dos redutários de Taquaruçu<sup>461</sup>.

Naquele contexto, conforme Paulo Pinheiro Machado, “forjou-se a consciência, que revelou-se mais clara durante a guerra, de que o governo brasileiro privilegiava os estrangeiros na concessão de terras”<sup>462</sup>. Este sentimento era também expresso por sertanejos durante o conflito do Contestado. No ataque de um piquete, comandado por Francisco Alonso de Souza à Estação de São João, um dos revoltosos deixou inscrito a lápis na porta de uma venda o seguinte:

nós estava em Taquaruçu tratando de nossa devoção e não matava nem roubava, o Hermes mandou suas forças covardemente nos bombardear onde mataram mulheres e crianças portanto o causante de tudo isto é o bandido do Hermes e portanto nós queremos a lei de Deus que é a monarquia. O governo da República toca os Filhos Brasileiros dos terrenos que pertence à nação e vende para o estrangeiro, nós agora estamos disposto a fazer prevalecer os nossos direitos<sup>463</sup>.

Em um bilhete encontrado no bolso de um sertanejo morto em combate e registrado pelo Primeiro-Tenente do Exército, Herculano D’Assumpção, dizia-se o seguinte: “nóis não tem direito de terras, tudo é para as gentes das Oropa”<sup>464</sup>. Porém esta visão não rumou para a xenofobia, pois imigrantes e migrantes de origem européia também integraram os redutos. Existiam alguns que mantinham distância dos chamados caboclos, porém muitos já ao longo da segunda geração se casavam com a população local<sup>465</sup>.

Dentro deste panorama de inserção de novos empreendimentos econômicos, incorporando gradativamente novos espaços na região, salienta Duglas Teixeira Monteiro que o impacto destes empreendimentos, da mesma forma que a nova ocupação de parte de população local, que passava pelo assalariamento, junto com novas tecnologias e soluções organizatórias, tenham “alterado de modo substancial

<sup>461</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2001b). *Op. Cit.*, p. 146-147.

<sup>462</sup> *Ibidem*, p. 147.

<sup>463</sup> PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado – episódios e impressões**. Rio de Janeiro, 1916, p. 74. *Apud* QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, p. 179.

<sup>464</sup> D’ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. *Op. Cit.*, p. 246.

<sup>465</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2001b). *Op. Cit.*, p. 147.

o gênero de vida costumeiro”. Cenário que possibilitava aos “coronéis” da região a encontrar condições “cada vez mais favoráveis e, até certo ponto, a sofrer imposições circunstanciais que os levaram a romper as ‘associações morais’, permitindo que critérios de racionalidade econômica sobrelevassem”<sup>466</sup>.

A partir da Proclamação da República ocorre uma transformação das oligarquias estaduais, onde se observa o seu reforço, ao passo em que declina o poder local. De certa forma, quando as oligarquias estaduais se viram diante de projetos econômicos amplos, que extrapolam os limites municipais e mesmo estaduais, como o caso da *Brazil Railway*, e de novas empresas que se instalariam no planalto em geral a partir da segunda década do século XX, “os chefes locais passam à condição de peões ou, na melhor das hipóteses, de sócios menores em jogadas que os obrigam a pensar muito além do âmbito local e dos vínculos concretos que mantém com sua clientela”, conforme aponta Duglas Teixeira Monteiro<sup>467</sup>. Embora a discussão da decadência do poder dos “coronéis” a partir de certo período na região, tenha ocorrido na Primeira República, cabe ressaltar que é neste cenário que os “coronéis” concretizariam novas alianças, sejam elas com o capital estrangeiro ou com as oligarquias estaduais, pois o poder das chefias locais passam a ser cada vez mais utilizado, “como instrumento de poder público encarnado pelas oligarquias estaduais, ou indiretamente, de empresas nacionais e estrangeiras envolvidas na implementação de projetos econômicos”. Estas alianças, realizadas em detrimento de sua clientela, não possuíam “a mesma amplitude e ritmo em todas as regiões”, porém, como uma tendência, afetava e se manifestava “de modo mais claro naqueles pontos de seus territórios cuja relevância econômica acrescida suscitava a presença de um poder público próximo”, como era o caso da região disputada entre Paraná e Santa Catarina no Planalto Norte. Alerta o autor que nesta situação complexa e de transição lenta e gradual, “o poder local, para afirmar-se, lança mão em proporção crescente dos recursos que o Estado põe à sua disposição e, ao fazê-lo, vê sua autonomia reduzir-se”<sup>468</sup>.

---

<sup>466</sup> MONTEIRO, Duglas Teixeira (1974). *Op. Cit.*, p. 43-44.

<sup>467</sup> MONTEIRO, Duglas Teixeira (1974). *Op. Cit.*, p. 23-25; MONTEIRO, Duglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. FAUSTO, Boris (org). **História geral da civilização brasileira**. Tomo III – O Brasil Republicano. Vol. 2 – Sociedade e instituições. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 42-43.

<sup>468</sup> MONTEIRO, Duglas Teixeira (1974). *Op. Cit.*, p.26-27.



Assim, como salienta Marli Auras, “a disputa pela terra, agora revalorizada, faz-se mais acirradamente. Ela passa a ser cada vez mais percebida como fonte de renda”<sup>469</sup>. E é principalmente a partir da inserção do capital estrangeiro na região, cujos empreendimentos da *Brazil Railway* são o maior símbolo, que se intensifica o processo de valorização da terra.

É possível traçar um paralelo da situação apresentada na região com o estudo de Octávio Ianni em relação ao município de Conceição do Araguaia na década de 1960, no que cabe ao processo de transformação da terra em mercadoria. Da mesma forma que naquela região, vislumbrou-se, em um período relativamente curto uma modificação dos “ritmos e os andamentos, os arranjos e as articulações sociais”<sup>470</sup> que vieram, em diferentes tempos, a diferentes espaços. Se no início eram os campos nativos o principal objeto de açambarcamento privado ainda nos tempos das sesmarias, as áreas de florestas, como os ervais, a medida que a demanda da erva-mate crescia, tornaram-se também alvo de interesse privado, da mesma forma que as terras onde abundavam as araucárias e outras madeiras de importância, antes consideradas um empecilho a economia pastoril passam também, a partir da construção da estrada de ferro,

a ser objeto e meio de produção de valores de troca. [...] Pouco a pouco, ou de súbito, conforme o caso, a terra deixa de ser apenas, ou principalmente objeto e meio de produção de valores de uso. O poder estatal aparece, de forma cada vez mais ostensiva e permanente, como um poder maior destinado a favorecer e acelerar o processo de privatização da terra, nos moldes exigidos pela empresa privada de grande porte, segundo a lógica da acumulação capitalista<sup>471</sup>.

Se antes a terra, nas palavras de Otávio Ianni, “parecia larga, farta, sem fim, de súbito ganha outra fisionomia social. Ganha outra dimensão histórica”. Antes era a “ocupação, a posse, a morada, a roça, a criação, o conhecimento no lugar, a vizinhança”<sup>472</sup> que garantia a sua posse. Esta, a partir de então, se veria

<sup>469</sup> AURAS, Marli. *Op. Cit.*, p. 41.

<sup>470</sup> IANNI, Octávio. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da amazônia. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981. Coleção Sociologia Brasileira, V. 3, p. 153.

<sup>471</sup> *Ibidem*, p. 154.

<sup>472</sup> *Ibidem*, p. 154.

gradualmente abalada na região, alterando “o gênero de vida costumeiro”<sup>473</sup>, embora a população local, de modo semelhante ao apontado por E. P. Thompson, “quase sempre resiste em nome do costume, às racionalizações e inovações da economia [...] que os governantes, os comerciantes ou os empregadores querem impor”<sup>474</sup>. A transformação da terra em mercadoria, a redução dos espaços que poderiam ser usufruídos em comum e a expropriação de muitos daqueles moradores, enquanto outros passam a uma cada vez maior sujeição ao poder dos “coronéis”, foi experimentada, citando Thompson “como uma exploração, a expropriação de direitos de uso costumeiro”<sup>475</sup>.

Dentro da questão da terra, é possível considerar também o início, paulatino, da desestruturação de formas consideradas costumeiras, como o uso em comum desta, como um dentre vários aspectos, como a expropriação da população posseira, o contexto político, o poder dos “coronéis” e a questão religiosa, como um dos vários motivos que levaram a eclosão da Guerra do Contestado<sup>476</sup>.

## 2.5 – GUERRA DO CONTESTADO: “IGUALITARISMO” CABOCLO E USO COMUM DA TERRA

Tanto nos debates acadêmicos quanto políticos, a Guerra do Contestado continua sendo alvo de polêmica em relação as diferentes abordagens e

<sup>473</sup> AURAS, Marli. *Op. Cit.*, p. 43.

<sup>474</sup> THOMPSON, Edward Palmer (2002b). *Op. Cit.*, p. 19.

<sup>475</sup> *Ibidem*, p. 19.

<sup>476</sup> O advogado Walter Tenório Cavalcanti escreveu um livro sobre a Guerra do Contestado para “provar” que “aquela sangrenta guerra entre irmãos foi, pura e simplesmente, obra de extremado fanatismo”, argumentando que, em relação às terras, “despojavam-se todo interesse de ordem material, abandonavam casas e terras, inclusive várias fazendas [...]. Por conseguinte, não lutavam pela posse da terra para trabalhar, nem porque foram desalojados, ou por outro qualquer interesse material [...]”, pois esta era, a seu ver, abundante e disponível. CAVALCANTI, Walter Tenório. **Guerra do Contestado: verdade histórica**. 2. ed. Florianópolis: Ufsc, 2006, p. 19-20. Contrapondo a opinião de Cavalcanti, Paulo Pinheiro Machado, diz que este “ignora vários episódios que os sertanejos apontaram a expropriação de terras como uma das razões de seus ajuntamentos, principalmente na costa do rio do Peixe e no norte, em Canoinhas”. Mais a Leste, em direção a sede de Curitiba, aponta o autor, para além das terras concedidas à *Brazil Railway*, “o despotismo do Cel. Albuquerque parece ter superado os problemas de terras, que não eram poucos no município”. MACHADO, Paulo Pinheiro (2001b). *Op. Cit.*, p. 133.

interpretações a cada nova pesquisa e publicação sobre o tema. No entanto, grande parte desta discussão se detém nas visões, profecias e reelaborações místicas, no papel de José Maria, na atuação militar, nas lideranças sertanejas e no messianismo, relegando a um segundo plano hábitos, costumes e aspectos do modo de vida da população sertaneja que foram transpostos aos redutos sertanejos.

Durando quase quatro anos, se contar pela cronologia oficial, que dá início a guerra em 1912, com a Batalha do Irani, indo até 1916 com a assinatura do Acordo de Limites entre o Paraná e Santa Catarina, o conflito, ao longo de sua duração, atingiu uma ampla extensão espacial, descrita a seguir por Maurício Vinhas de Queiroz:

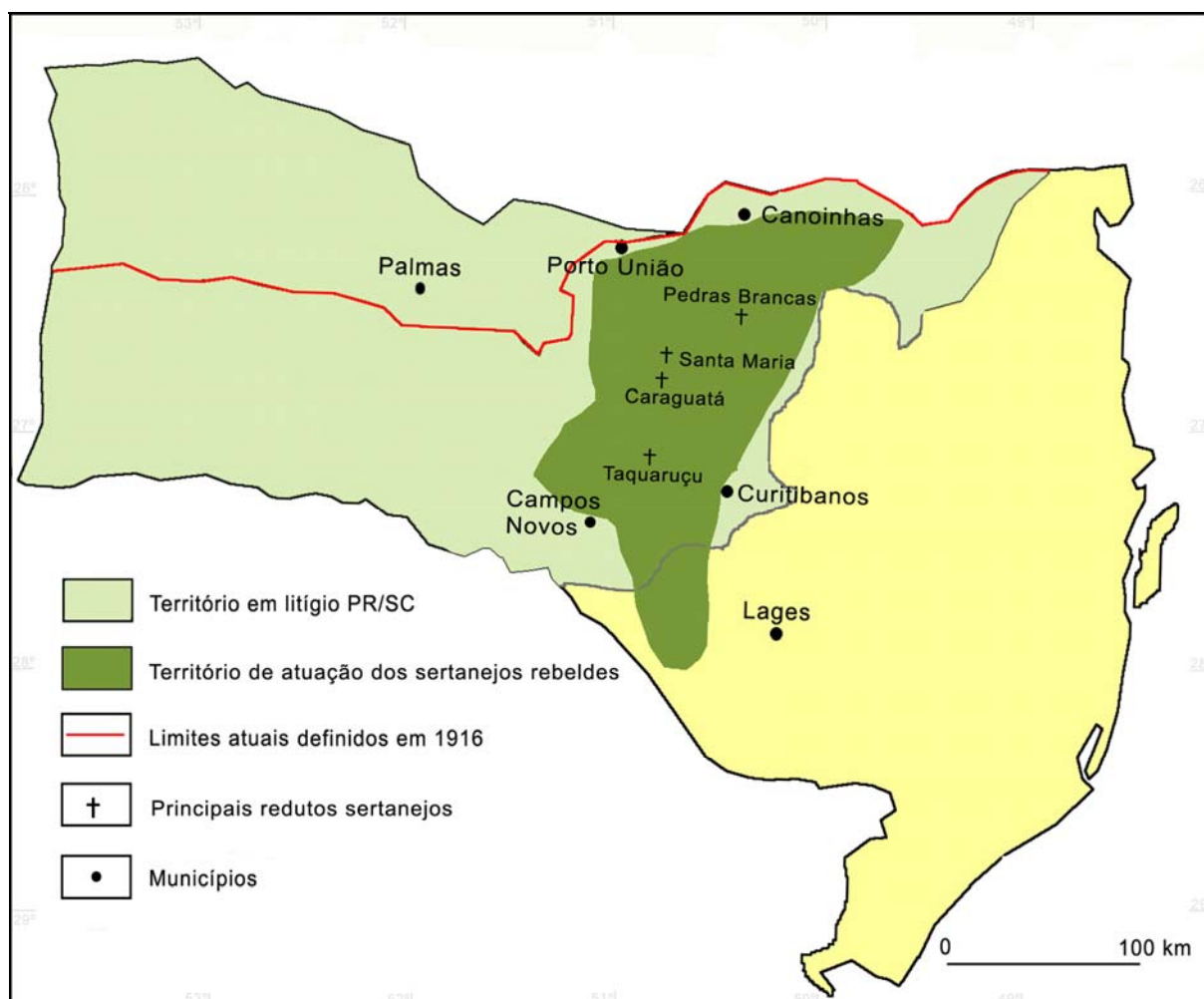
no auge do movimento, o território ocupado pelo jaguncismo compreendia 28.000 quilômetros quadrados, ou seja, uma extensão [...] aproximadamente igual a Alagoas; ou, ainda, 0,3% do território nacional. Fazia limites, ao norte, pelo Rio Iguaçu e a Estrada de Ferro de São Francisco, desde perto de União da Vitória, envolvendo Canoinhas, até junto à Vila de Rio Negro; ao sul, inflectia sobre Lages, aproximava-se de Curitiba e de Campos Novos, a leste, compreendia Itaiópolis, Papanduva, as picadas da colônia Moema e Iracema, os contrafortes da Serra do Mirador e as demais cabeceiras da Bacia do Itajaí; a oeste, a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande<sup>477</sup>.

Ao longo do conflito surgem diversos redutos, muitos de duração efêmera, formados ao longo dos avanços e recuos da guerra. Especialmente distribuía-se em uma ampla rede de redutos e redutinhos, que variavam de dezenas a centenas de casas, onde é possível destacar os maiores e principais como Caraguatá, Bom Sossego, São Sebastião e Santa Maria, sendo que, conforme aponta Duglas Teixeira Monteiro, “nem mesmo nos últimos instantes da luta, os irmãos se concentraram numa só aglomeração”, mas em uma rede “cujas malhas iam-se rompendo pela força repressora”<sup>478</sup>. Em pouco mais de um ano, o Exército, atacando de quatro frentes, acompanhado de diversos vaqueanos locais, vai cercando e destruindo a resistência sertaneja, chegando, ao final de 1915, quando já

<sup>477</sup> QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, p. 177.

<sup>478</sup> MONTEIRO, Duglas Teixeira (1974). *Op. Cit.*, p. 127.

eram grandes as rendições por parte dos revoltosos, com poucos combatentes no último dos redutos, o de São Pedro<sup>479</sup>.



**FIGURA 9: Mapa da abrangência da atuação sertaneja no planalto e principais redutos do Contestado.**

Fonte: Base cartográfica: PIAZZA, Walter; HÜBENER, Laura Machado. *Op. Cit.*, p. 196; FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa físico do Estado de Santa Catarina**. Brasília, 2004b. 1 Mapa. Escala: 1:750.000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2 de maio 2006. Localização dos redutos e distribuição espacial da atuação dos fanáticos: LUZ, Aujor Ávila de. *Op. Cit.*, p. p.290; QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, p. 177; MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 380. Autor: Marlon Brandt

<sup>479</sup> SERPA, Élio Cantalício. *Op. Cit.*, p. 39-66; QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, 133-247.

Embora tenham existido diferentes lideranças e “fases” ao longo do conflito; dentro dos redutos, conforme Maria Isaura Pereira de Queiroz,

[...] advogava-se a igualdade e a fraternidade entre tôdos os homens e o desprezo dos bens de fortuna: propriedades e riqueza nada deveriam significar no ‘quadro santo’, onde os homens eram irmãos; o que era de um era de tôdos<sup>480</sup>.

Sejam nos momentos de fartura existentes nos primeiros tempos em Taquaruçu ou Caraguatá, ou nos momentos derradeiros do conflito, onde a fome e a doença grassavam no interior dos redutos, aqueles sertanejos estavam inseridos naquilo que Paulo Pinheiro Machado denomina de “conjunto de práticas comunitárias de subsistência”<sup>481</sup>. Nos redutos, a organização do “quadro santo” tinha a intenção de preparar os sertanejos para o retorno de José Maria acompanhado do “exército encantado” de São Sebastião. Na espera do retorno do monge que estabeleceria, nas palavras de Paulo Pinheiro Machado, “um período de justiça e felicidade para os adeptos do movimento, a população sertaneja deveria adotar um modo de vida compatível com o que chamava ‘leis de Deus’”. Estas eram práticas baseadas em um igualitarismo de cunho cristão, onde, na divisão dos recursos, os mais remediados ajudavam aos mais necessitados<sup>482</sup>. Dentro dos redutos, conforme Euclides Felipe, “alguns preceitos da Cidade Santa iam sendo decretados e trazidos a público, ao passo que deles fossem sentindo necessidade”. De alguns destes preceitos por ele levantados, um deles trata a questão da posse nos redutos, onde dizia o seguinte:

tudo, na Cidade Santa pertence a todos, menos os objetos de uso pessoal. Os negócios se efetuarão à base de trocas e permutas. O dinheiro da República só terá valor para a “compra de coisas de fora”<sup>483</sup>.

<sup>480</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “Guerra Santa” no Brasil – o movimento messiânico do Contestado. Resumo. **Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Boletim n. 187**. São Paulo, Sociologia I, n. 5, p. 261-281, 1957, p. 268.

<sup>481</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 210.

<sup>482</sup> *Ibidem*, p. 204.

<sup>483</sup> FELIPPE, Euclides (1995). *Op. Cit.*, p. 127.

Ao menos nos primeiros tempos de organização nos redutos, os recursos considerados como “posse de todos”, eram formados pelas terras circunvizinhas e os animais, seja o gado grande (bois e vacas) ou o gado miúdo (porcos e galinhas)<sup>484</sup>, que percorriam livremente as terras, então consideradas comuns. A origem destes animais poderia ser tanto dos moradores da região que se instalavam nas “cidades santas”, quanto obtidos pelo arrebanhamento ao longo de incursões, promovidas por piquetes, pelas fazendas “dos adversários da guerra santa”<sup>485</sup>. Existiam também práticas comunais ligadas à plantação de roças, como a de milho, além da coleta da erva-mate e extração de mel. Segundo Maurício Vinhas de Queiroz existiram roças assim em redutos como o de Caçador e mais tarde no de Tamanduá, sendo que um informante, segundo o autor, se refere a abertura de roças na guarda do Santo, onde, em uma forma de mutirão, cada família teria derrubado e plantado meio alqueire (1,21 ha)<sup>486</sup>.

Estas práticas comunitárias e de uso em comum dos recursos, que podem ser vistas como uma espécie de “igualitarismo caboclo”<sup>487</sup>, teriam sido fruto da elaboração do primeiro grupo dirigente nos redutos, Eusébio Ferreira dos Santos, Querubina e Chico Ventura “tomando como experiência a rápida passagem de José Maria por Taquaruçu e pelo Irani, em 1912”, conforme sugere Paulo Pinheiro Machado. O lema, “quem tem, mói; quem não tem, também mói e no fim todos ficarão iguais”, atribuído a José Maria, passou então a ser observado nos redutos<sup>488</sup>. Os primeiros traços deste igualitarismo caboclo teriam surgido entre 1912 e 1913, quando ocorre aquilo que Duglas Teixeira Monteiro denomina de “reencantamento do mundo”<sup>489</sup>, onde foram construídas novas instituições místicas e sociais, as quais, de acordo com Paulo Pinheiro Machado “ofereceriam um novo significado e

---

<sup>484</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 210.

<sup>485</sup> QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, p. 189-190.

<sup>486</sup> MONTEIRO, Duglas Teixeira (1974). *Op. Cit.*, p. 134; QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, p. 189-190.

<sup>487</sup> Paulo Pinheiro Machado se refere a esta forma de associativismo comunitário como sendo uma espécie de “comunismo caboclo”. Termo que teria sido utilizado por João Ventura, filho do rebelde Chico Ventura, este possivelmente foi empregado no sentido daquela ser uma “experiência social na qual ‘todo mundo trabalha tudo’ e ‘aquele que precisa das coisas, chega ali; pega um tanto de mantimento e leva para sua casa’”. Por tal termo ter sido possivelmente criado após o movimento, onde conforme o autor não foram obtidas, até agora, nenhuma fonte sobre o conflito que trate do termo comunismo, o termo empregado nesta pesquisa, para evitar eventuais confusões será o de “igualitarismo caboclo”. MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 211.

<sup>488</sup> *Ibidem*, p. 193, 210.

<sup>489</sup> MONTEIRO, Duglas Teixeira (1974). *Op. Cit.*, 103-121.

uma nova coesão aos seguidores de José Maria”<sup>490</sup>. Práticas comunitárias que parecem ter nascido de festividades tradicionais na região, como a de Bom Jesus<sup>491</sup>, que ocorria em Taquaruçu sempre no primeiro domingo do mês de agosto<sup>492</sup>. O culto ao Bom Jesus, segundo Maurício Vinhas de Queiroz, era, em uma larga extensão do país, celebrado pela população rural depois que o mato havia sido derrubado para a instalação da roça, mas antes de se efetuar a queimada. “Era um rito de nítido caráter agrário [...]. Aos fiéis lembrava a natureza, àquela altura do ano mutilada pelo frio, a seca, o machado, mas que breve renasceria após o fogo e a sementeira”<sup>493</sup>. Nestas festas reuniam-se pessoas de localidades distantes que precisavam do auxílio dos festeiros para se instalar no local. Durante o evento, algumas pessoas, mais abastadas, forneciam a alimentação necessária para os participantes<sup>494</sup>. É lícito supor que este clima festivo, em conjunto com o costume de se criar animais soltos em comum e as práticas de associativismo e ajuda existentes, como o mutirão, possam ter exercido alguma influência em seu surgimento.

Os costumes e hábitos existentes entre os moradores da região se faziam sentir dentro dos redutos, reelaborados a partir das influências de José Maria e do primeiro grupo dirigente, composto por Eusébio Ferreira dos Santos, Querubina e Chico Ventura. Porém, mesmo que todos os bens fossem de todos, aponta Paulo Pinheiro Machado, existiam diferenças,

embora não muito grandes, nas condições de abastecimento das lideranças. O grupo mais próximo dos chefes, os “pares de França”, as “virgens”, não passaram pelas mesmas necessidades rigorosas sentidas pelos redutários durante os prolongados períodos de cerco militar<sup>495</sup>.

---

<sup>490</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 189.

<sup>491</sup> *Ibidem*, p. 193.

<sup>492</sup> Pedro Felisbino comenta que a festa ocorria na localidade desde o ano de 1870, existindo até os dias de hoje. FELISBINO, Pedro Aleixo; FELISBINO, Eliane. **Voz de caboclo**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002, p. 15.

<sup>493</sup> QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, p. 84.

<sup>494</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 193.

<sup>495</sup> *Ibidem*, p. 212.

Em relação a economia interna dos redutos, muito associada à práticas comunais no uso da terra e dos recursos naturais, existe uma interpretação tradicional do conflito que indica que os habitantes, desde o primeiro ajuntamento, negavam o trabalho de subsistência, abrindo roças ou criando animais, obtendo seu sustento apenas por meio do saque às fazendas de moradores locais que não ingressaram nas “cidades santas”. Entretanto, como foi observado, existiram algumas práticas agrícolas, como a formação de roças, além da criação de animais. Soma-se a isso o fato de que alguns dos fazendeiros que se instalaram nos redutos, muitos deles que, se não eram abastados, ao menos possuíam uma razoável quantidade de animais e alimentos, como é o caso de muitos sitiantes de Taquaruçu e localidades próximas, empenharam seus pertences e poupanças para o sustento dos redutos. Outros moradores da região, muitos deles pequenos e médios sitiantes, também colaboravam com diversos víveres<sup>496</sup>.

Uma melhor sustentação econômica dos redutos seria impedida pela precoce agressão, ocorrida pelo governo e pelos fazendeiros vizinhos, além da grande mobilidade dos redutos, como uma necessidade de guerra, o que teria dificultado o desenvolvimento de uma atividade mais estável de subsistência, principalmente no caso da agricultura, embora existisse um comércio regular entre os revoltosos com casas comerciais e tropeiros, onde trocava-se couro e erva-mate, esta extraída comunalmente, por mantimentos, sal, açúcar, armas e munições<sup>497</sup>. Ocorria também o retorno de alguns sertanejos às suas terras, para colher o maior número possível de mantimentos, o que Maurício Vinhas de Queiroz denominou de “imigração”. “De seus antigos haveres traziam touros, cavalos, vacas e carne de porco já preparada. Às vezes traziam sal que tinham deixado escondido”<sup>498</sup>. Muitos inclusive deixavam a esposa e os filhos cuidando de suas terras enquanto viviam nos redutos<sup>499</sup>. Tudo o que era recolhido era distribuído entre todos. Quando o cerco do General Setembrino de Carvalho aumentou, a carne, o sal e outros alimentos passaram a se tornar cada vez mais escassos. Na escassez de víveres, partiam para a alimentação de frutas silvestres, sementes de imbuia torrada, butiás, brotos de samambaia,

---

<sup>496</sup> *Ibidem*, p. 206-207.

<sup>497</sup> *Ibidem*, p. 207

<sup>498</sup> QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Op. Cit., p. 190.

<sup>499</sup> Segundo o depoimento de Altino Bueno da Silva, apenas seu pai foi, junto com um compadre dele, para o reduto de Caraguatá. SILVA, Altino Bueno da. 103 anos. Depoimento. 28 de setembro de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.



dentre outros, além da caça (cada vez mais difícil) e coleta de mel na floresta. Fome que também se alastrava entre a população que não vivia nos redutos, conforme o depoimento de Altino Bueno da Silva:

[...] nós passamos fome igual esses que foram para guerra. Que lembro que minha mãe, sem recurso, nós comia cabeça, dessas de palmeira, era, ia lá com o machado derrubava a palmeira, cortava a cabeça e tirava aquele miolo para cozinhar com sal, quando tinha banha, ponhava, era sem nada mesmo, ia embora. Nós comia, e tinha uma serraia dos mato que minha mãe juntava e ficava até meio-dia e passava numa água quente e escorria na água e temperava. E tinha dias que não tinha o que comer<sup>500</sup>.

O ano de 1916 marca oficialmente o término da Guerra do Contestado, deixando para trás um rastro de atrocidades e mortes dos dois lados. Mas o que vem depois? As disputas pela terra, da mesma forma que os antigos hábitos da população terminariam ou esta população seria apenas silenciada, construindo-se a idéia de um “vazio demográfico”<sup>501</sup>, dentro de um discurso proferido pelas autoridades públicas e empresas colonizadoras visando “civilizar” o sertão através da colonização<sup>502</sup>?

O destino de parte da população remanescente foi a inserção no novo quadro econômico e social e espacial que se instalava na região. Quadro que representava a desestruturação do modo de vida anterior à atuação destes novos atores, introduzindo valores externos, restando à população local duas alternativas: a adaptação, ou seja, a inclusão na nova “lógica” que se instaurava, tornando-os assalariados, ou a busca por novas terras. Isto pelo fato de que uma boa parte daquele território que constituiu o “ex-contestado” ainda consistia em uma fronteira de expansão demográfica e agrícola, com amplas áreas de terras devolutas. É possível pensar que muitos daqueles antigos posseiros espoliados de suas terras e seus pertences procuraram embrenhar-se nestas regiões, instalando sua “roça cabocla”, o que concorda com a afirmação de José de Souza Martins:

---

<sup>500</sup> SILVA, Altino Bueno da. Entrevista citada.

<sup>501</sup> RENK, Arlene Anélia (2004). *Op. Cit.*, p. 16.

<sup>502</sup> RADIN, José Carlos. Italianos e comunidades rurais no Oeste catarinense. In: RADIN, José Carlos; BENEDET, José Higinio; MILANI, Maria Luíza (orgs). **Facetas da colonização italiana: Planalto e Oeste catarinense**. Joaçaba: Unoesc, 2003, p. 33.

o quadro clássico do capitalismo nos mostra o capital se expandindo à custa da expropriação e da proletarização dos trabalhadores do campo, uma coisa levando necessariamente a outra. Em nosso país esse processo não é assim tão claro nem assim tão simples. O capital se expande no campo, expulsa, mas não proletariza necessariamente o trabalhador. É que uma parte dos expropriados ocupa novos territórios, reconquista a autonomia do trabalho<sup>503</sup>.

Outros, que estiveram, direta ou indiretamente envolvidos no conflito do Contestado, sejam nos redutos, colaborando ou mesmo atuando contra os sertanejos rebeldes, retornaram a suas terras, muitas ainda no sistema da posse, uma vez que ainda que não haviam sido alvo de açambarcamento privado. Era o caso de uma faixa de terras situada entre as terras pertencentes à *Brazil Railway* e a região de Taquaruçu, que consistia em uma ampla área de pinheirais situadas às margens de algumas grandes e médias fazendas pastoris. Terras que atualmente compõem boa parte do município de Fraiburgo e que seriam também, da mesma forma que outras áreas, nos anos seguintes ao conflito, alvo da apropriação privada, cujo destino era a colonização e a exploração madeireira.

---

<sup>503</sup> MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 17.

### 3 – COLONIZAÇÃO E RUPTURA: O DECLÍNIO DA PRÁTICA DO USO COMUM DA TERRA EM FRAIBURGO

No ano de 1917 Constâncio Krummel, Agente do 4º Comissariado Geral do Estado em Lages, órgão então responsável pelos assuntos ligados a terra na região que abrangia também Curitiba e Campos Novos, discorria, em seu relatório anual, sobre a dificuldade encontrada para legalizar a terra de posseiros, onde mencionava também um caso de “dilatação” das cercas de fazendas em terras devolutas:

grande é o numero de intrusos que tenho encontrado em toda a parte em terras do Estado, e tenho procurado fazer com que os mesmos requeiram as terras que occupam, por compra ao Estado n'estas condições, já enviei cerca de 130 requerimentos á Directoria, e enorme numero está por fazer, aguardando minha intervenção e auxilio.

Outro caso é da invasão de terras do Estado, por parte dos grandes fazendeiros, que procuram dilatar os limites das grandes areas de seus domínios. Tenho lavrado os meus protestos immediatos, uma vez que um facto destes tem chegado ao meu conhecimento<sup>504</sup>.

No ano de 1922 outro relatório, expedido pelo Agente Júlio Boppré, também informa a grande quantidade de famílias posseiras vivendo em Curitiba:

grande ainda é o numero de intrusos em terras do Estado, principalmente no municipio de Curitiba, onde elementos nocivos, quer oriundos de outros lugares, quer oriundos da campanha dos fanaticos, quer acoissado de outros lugares occupavam uma area de terras devolutas nunca menos de 800-1000 milhões de metros quadrados [sic] sem haver possibilidade por parte d'esta Agencia, de os fazer adquirir estas terras legalmente. Julgam que lhes assiste pleno direito de occupar as terras do Estado sem

---

<sup>504</sup> SANTA CATARINA. Relatório dos serviços da Agência do 4º Distrito do Comissariado Geral do Estado, no município de Lages referente ao ano de 1917.

mais nem menos e não há meio de convencer-os do seu procedimento irregular e criminoso<sup>505</sup>.

Nestes relatórios, além da existência de posseiros e das tentativas de legalização das terras por parte dos Agentes do órgão, que eram recebidos, em muitos casos, com hostilidade, pode-se observar também a questão da apropriação privada das terras, muitas delas ocupando imensas áreas do ex-Contestado, sobretudo ao oeste do rio do Peixe.

A política de terras praticada em Santa Catarina, definida na década de 1890, possuía como objetivo atuar na regularização de antigas posses e na venda de terras públicas para estímulo da pecuária e da lavoura. Estas políticas, nas palavras de Paulo Pinheiro Machado, baseavam-se

na premissa segundo a qual, Santa Catarina precisava desenvolver sua “indústria pastoril e agrícola” e, para isto, já contava com “terras ubérrimas” que eram “desabitadas”. Fica evidente a formulação de uma política de terras ligada ao estímulo da colonização européia, voltada para o desenvolvimento de uma lavoura comercial – submetida aos interesses de capital mercantil e de empresas particulares especializadas em especulação com terras – e para o crescimento da oferta de pastagens úteis aos grandes pecuaristas do planalto<sup>506</sup>.

A colonização, acompanhada da exploração madeireira, se consolidava, inserindo novos espaços neste processo. Seu avanço, contudo, não se restringia aos sertões ao oeste do rio do Peixe. Existiam ainda vastas porções de terra entre as grandes fazendas de pastagens em Curitibanos e Campos Novos e as terras da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, como a área onde atualmente se encontra boa parte do município de Fraiburgo.

Findo o Contestado, muitas das famílias que residiam na região, remanescentes do conflito, seja compondo os redutos ou lutando contra os sertanejos rebeldes, retornaram as suas terras. Possivelmente somam-se a estas

---

<sup>505</sup> SANTA CATARINA. Relatório dos serviços da Agência do 4º Distrito do Comissariado Geral do Estado, no município de Bom Retiro referente ao ano de 1922. Relatório de 1923.

<sup>506</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 139.

famílias novas levadas de moradores, muitas possivelmente expropriadas de outras áreas, fato indicado, ao menos para o município de Curitiba, pelo Relatório do Comissariado Geral do Estado referente ao ano de 1922.

Paulo Fernando Lago diz que colonizar pressupõe também “estabelecer numa região uma espécie de ‘choque demográfico’”<sup>507</sup>. Seu avanço naquelas terras, trazendo em seu bojo novas concepções de uso daquele espaço, baseados na propriedade privada e na mercantilização da terra, acompanhados do cercamento e da devastação das florestas, resultou, a partir de então, em um processo de ruptura do modo de vida anterior à colonização, desagregando antigos espaços de uso comum.

### 3.1 – FAZENDAS, POSSES E CONCESSÕES DE TERRAS DEVOLUTAS

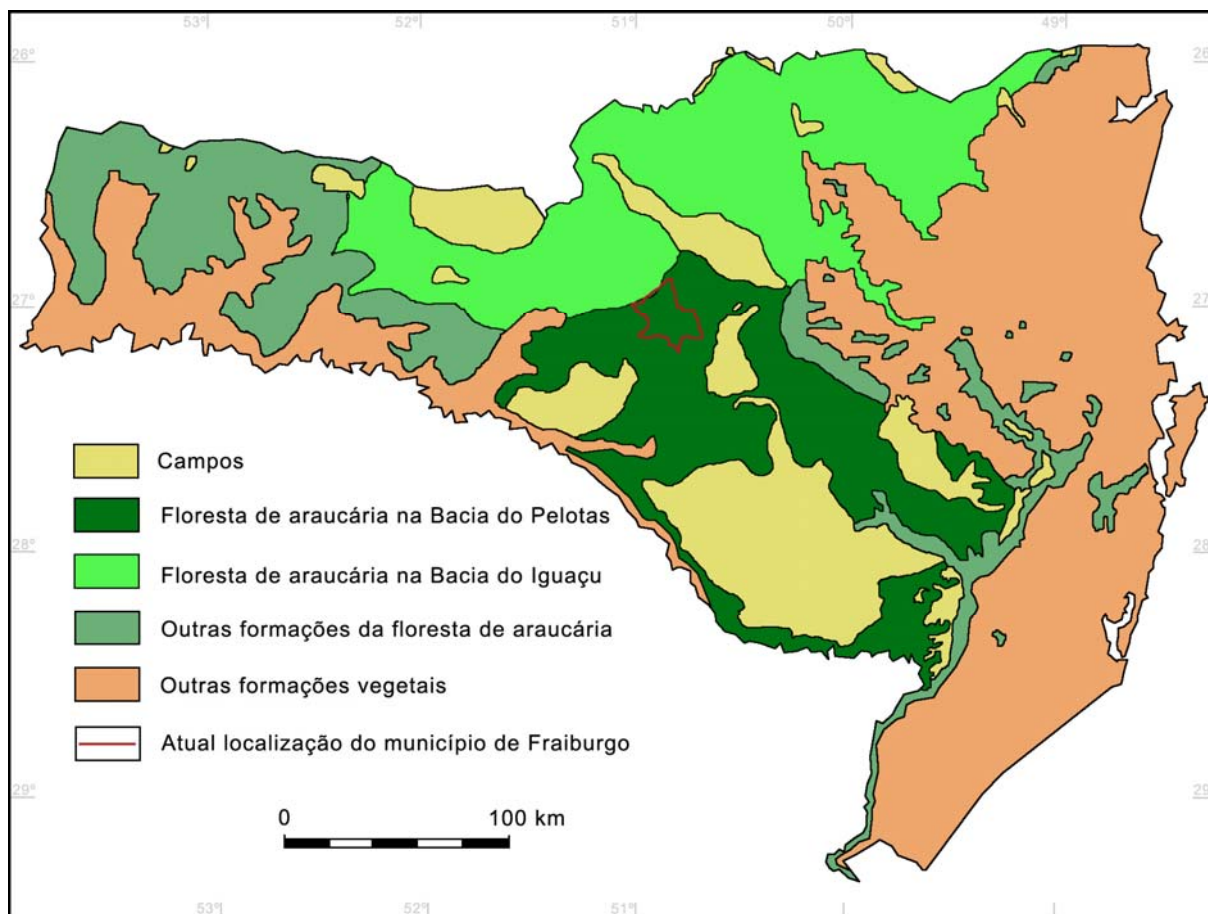
As regiões compreendidas pelo domínio das florestas de araucárias podem, pela predominância desta espécie, dar a impressão de possuir uma certa homogeneidade. Porém estas são formadas por diversos tipos de submatas, constituídas por espécies características em diversas áreas de ocorrência. Ao elaborar um mapa fitogeográfico do Estado de Santa Catarina no ano de 1978, Roberto Klein dividiu a floresta de araucárias em 4 grupos distintos, onde as submatas são distinguidas pela predominância de espécies arbóreas diferentes.

São estas subdivisões: a) floresta de araucária na Bacia Iguaçu-Negro e na parte superior das bacias dos afluentes do rio Uruguai; b) floresta de araucária na bacia Pelotas-Canoas; c) floresta de araucária do extremo-oeste; d) núcleo de pinhais da zona da mata pluvial atlântica<sup>508</sup>. Estas subdivisões da floresta de araucária, existentes, em muitos casos, ao redor de pequenas formações de campo, podem ser observadas no mapa da Figura 10, apresentado a seguir:

---

<sup>507</sup> LAGO, Paulo Fernando. *Op. Cit.*, p. 287.

<sup>508</sup> KLEIN, Roberto. *Op. Cit.*, p. 10.



**FIGURA 10: Mapa da localização das florestas de araucária das bacias Pelotas e Iguaçu.**

Fonte: Mapa fitogeográfico de Santa Catarina (cobertura original). Itajaí, 1978. 1 mapa. In: KLEIN, Roberto. *Op. Cit.* Autor: Marlon Brandt.

Na região entre o Vale do Rio do Peixe e Curitibanos predominam as formações “a” e “b” da floresta de araucárias. Na formação “a”, encontram-se na submata principalmente a imbuia, a sapopema e a erva-mate, além de outras espécies. Ao leste, a formação “b” é caracterizada por uma maior densidade de araucárias em manchas, muitas vezes interrompidas pelos campos. A maior concentração destes agrupamentos encontra-se ao longo dos rios, vales e encostas, enquanto nos terrenos ondulados predominam os campos e os capões. Diferente do

grupo “a”, a erva-mate torna-se escassa, sendo possível encontrar esta espécie principalmente nas áreas de transição entre estes grupos<sup>509</sup>.

As diferenciações físicas existentes na região do planalto provocaram uma utilização também variada no que cabe ao uso comum da terra. É possível dizer que estas diferenciações naturais tenham também influenciado no seu perfil de ocupação, da mesma forma que o interesse econômico da região tenha sido espacialmente desigual em diferentes períodos, conforme já foi observado no Capítulo 1 em relação aos fazendeiros que ocupavam os campos e os pequenos e médios sitiantes das regiões de florestas.

Se nas regiões onde abundavam os ervais eram estes que se constituíam como uma das principais fontes de renda dos moradores caboclos do planalto, nas regiões onde esta rareava, servindo apenas “para o gasto”, ou seja, para o consumo próprio, seria a criação de animais que desempenharia este papel, não apenas em relação aos grandes proprietários de terra, mas também aos pequenos e médios sitiantes que viviam na região que atualmente compõe Fraiburgo.

Esta região, como foi abordada nos capítulos anteriores, passou a ser ocupada oficialmente ainda na segunda metade do século XIX, sendo possível imaginar que antes do chamado “mundo oficial” já existissem naquelas paragens outras famílias vivendo da posse. São poucas as informações sobre a região ao longo do século XIX, pelo fato desta se constituir em uma frente de expansão da fronteira da economia tropeira, abrigando uma parcela significativa de pequenos e médios sitiantes vivendo no regime da posse. A partir de então aquelas terras passam a sofrer, além do próprio crescimento vegetativo, o ingresso de novos moradores, da mesma forma que paulatinamente se estabelecem grandes fazendas de gado, aproveitando as manchas de campos nativos que se abriam ante as imensas florestas de araucárias.

Embora não seja intento da pesquisa realizar a tarefa de inventariar os “primeiros” ocupantes da região, faz-se necessário, ao levantar as escassas fontes disponíveis, ao menos realizar algumas considerações a respeito das fazendas e famílias, nem sempre “pioneiras”, porém com um maior número de informações

---

<sup>509</sup> *Ibidem*, p. 11-12.

disponíveis, que se instalavam na região. Documentação, diga-se de passagem, não apenas oficial, mas também obtida através da memória de antigos moradores.

Muitas destas fazendas deram origem a localidades como Taquaruçu, Faxinal dos Carvalhos, Liberata, Baía, Barra e Butiá Verde. Apesar das fontes não serem abundantes em relação as localidades ou as fazendas, uma vez que muitas constituíam-se por posse, grande parte das informações são obtidas de forma secundária, a partir de transições de imóveis nos anos seguintes ou constando em algum traslado em processos, envolvendo em muitos casos divisões de terra por herança. Dentre as fontes levantadas, é possível constatar que já existiam ocupações oficiais na região na década de 1850, como era o caso da localidade de Butiá Verde. A destruição pelos revoltosos sertanejos dos registros de terra, da mesma forma que as avarias realizadas em outros documentos no ano de 1914, durante a Guerra do Contestado impede, no entanto, que se esclareçam maiores dúvidas em relação a titularidade, transmissão e confrontações de algumas áreas.

No ano de 1919 deu entrada no Fórum do município de Campos Novos um pedido de ação de usucapião, movido por Benedito Ludgero de Deus e seus irmãos “sobre um terreno situado no lugar Butiá Verde”, também conhecido na época como do “Nascimento”. Nos autos da ação é possível constatar que a família Deus vivia há mais de sessenta anos “mansa e pacificamente” naquelas terras que pertenciam parte a Campos Novos parte a Curitibanos. O documento também apresenta algumas informações sobre a região, como os limites da fazenda no ano de 1855, quando aquelas terras pertenciam a Candido José da Silva, cuja confrontação oeste eram terras devolutas, terras de Rodrigo Rodrigues Pereira ao sul e Pedro Oliveira ao leste, confrontando-se ao norte com “caminho que de São João segue para o Guarda Mor”. Na seguinte ação consta que tais terras foram adquiridas no ano de 1885 pelo pai dos suplicantes, João Baptista de Deus, que faleceu em 1895, sendo então partilhada pelos seus filhos<sup>510</sup>. Partilha dos bens que ocorreram em duas ações, nos anos de 1895 e 1897, na Comarca de Curitibanos, embora em tais processos não seja possível determinar a área da propriedade<sup>511</sup>.

---

<sup>510</sup> Ação de Usucapião movida por Benedito Ludgero de Deus, no ano de 1919. *Op. Cit.*

<sup>511</sup> Inventário amigável dos bens de João Baptista de Deus, no ano de 1895. Comarca de Curitibanos. Arquivo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Ação de Sobrepartilha particular dos



Porém alguns documentos dão conta que existiam terras compondo a Fazenda Butiá Verde, pertencentes a João Baptista de Deus já no ano de 1855, obtida mediante concessão do Estado. É o que informa, por exemplo, um contrato do ano de 1926, referente a legalização de terras ocupadas por posseiros na Fazenda Butiá Verde, questão que será retomada adiante. Neste contrato, que também possui uma cópia no inventário de Joaquim Dias de Moraes, de 1939, morador do Faxinal dos Carvalhos e posseiro daquelas terras, consta que a Fazenda Butiá Verde foi legalizada “perante a justiça civil da comarca de Campos Novos, registro esse que pertence a João Baptista de Deus”<sup>512</sup>.

Parte das terras da família Deus são alvo de uma ação de manutenção de posse movido por Benedito Ludgero de Deus e outros contra a Empresa Povoadora e Pastoril Theodore Capelle e Irmãos no ano de 1924. Na folha 5 dos referidos autos consta que “os supplicantes são senhores a justo título e possuidores ha mais de oitenta annos por si e seus antecessores de um terreno [...] conhecido pelo nome de Fazenda do Butiá Verde”. Adiante, o documento apresenta o traslado de uma procuração, do ano de 1919, no mesmo ano em que moveram a ação de usucapião, que fazem Benedito Ludgero de Deus e seus irmãos, nomeando o Coronel Henrique Rupp Júnior como advogado “para promover a ação de legalização de um registro de terras que elles outorgantes possuem e são proprietários sitas no lugar denominado Butiá Verde”<sup>513</sup>.

Através de consultas no registro de imóveis, foi possível conferir algumas transações de imóveis envolvendo a Fazenda Butiá Verde pertencente aos herdeiros de João Baptista de Deus, como Maria Buena do Espírito Santo, José de Deus e Floripa Bueno de Deus, no ano de 1918<sup>514</sup>. Já em um outro registro de terras, do ano de 1923, encontra-se a transmissão do espólio de João Baptista de Deus a seu

---

bens de João Baptista de Deus, no ano de 1897. Comarca de Curitiba. Arquivo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

<sup>512</sup> Escritura Pública de Contrato entre Artur Formighieri, Ernesto Formighieri, Ângelo Preto, Aníbal Formighieri e moradores de Taquaruçu, Passa Três e Faxinal dos Carvalhos, no dia 22 de fevereiro de 1926. Livro de notas n. 69. Cartório Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos Ortigari, Curitiba, Santa Catarina. Inventário de Joaquim Dias de Moraes, 1938. Comarca de Curitiba.

<sup>513</sup> Ação de Manutenção de Posse movido por Benedito Ludgero de Deus e outros contra a Empresa Povoadora e Pastoril Theodore Capelle e Irmão, no ano de 1924. Acervo do Arquivo Histórico Municipal Waldemar Rupp, Campos Novos, Santa Catarina, fl. 5-7.

<sup>514</sup> Registros número 167, livro 3, de 19 de julho de 1917; 214, de 24 de setembro de 1918; 247, de 1º de outubro de 1918. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitiba, Santa Catarina.

filho Benedito Ludgero de Deus, referindo-se ao processo de partilha dos bens do finado<sup>515</sup>.

Confrontante a esta fazenda, existia outra grande gleba de terras, de propriedade do Coronel Zacharias de Paula Xavier, de Curitiba, também denominada Fazenda Butiá Verde. Diferente das terras pertencentes a família de Deus, esta possuía posse legítima datada do final do século XIX. Zacharias de Paula Xavier era irmão do também Coronel Artur de Paula, que atuou em favor do Paraná na disputa pelas terras situadas entre Timbó e Canoinhas<sup>516</sup>.

Durante o conflito do Contestado, pela proximidade com a região do Taquaruçu, não maior que 20 quilômetros, sua fazenda desempenhou um importante papel estratégico no desenrolar dos primeiros anos da guerra. Servia tanto ao acampamento de tropas quanto ao sustento dos sertanejos que arrebanhavam o gado da fazenda, como era o caso do piquete de Venuto Baiano, uma das lideranças sertanejas, que, conforme o jornal “O Dia”, de 16 de janeiro de 1914, percorreu, junto com 36 homens, as terras da fazenda Butiá Verde campeando gado para levar ao reduto<sup>517</sup>. Incurções que são também mencionadas pelo Capitão Vieira da Rosa, “nos sertões de Botiá Verde, em continuas e fructuosas explorações”. Os sertanejos iam “levando para o reducto as ultimas cabeças de gado alli existentes, resto de uma fazenda de mil e quinhentas rezes”<sup>518</sup>, comentando em outra passagem que

da fazenda outrora povoadissima de Zacharias de Paula nada mais existia, e nos arredores o silencio era completo, e impressionante. [...]. O jagunço passara por alli; naquelles ermos caçavam os últimos porcos alçados, e na falta desses animais contentavam-se com o levar palmito de botiá e o mel das abelhas silvestres.

Fazenda que segundo Vieira da Rosa possuía também uma posição estratégica para o combate aos sertanejos, pois

<sup>515</sup> Registro número 873, livro 3, de 1923. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitiba, Santa Catarina.

<sup>516</sup> **O Dia**. Florianópolis, ano 14, n. 7.414, 14 de janeiro de 1914, p. 1

<sup>517</sup> **O Dia**. Florianópolis, ano 14, n. 7.416, 16 de janeiro de 1914, p. 1.

<sup>518</sup> VIEIRA DA ROSA, José. Reminiscencias da Campanha do Contestado – subsídios para a História. In: **Jornal Terra Livre**, Florianópolis, nº 55, ano 1, 2 de outubro de 1918, p. 1

dali irradiavam caminhos e carreiros em todas as direcções e, situado num campestre limpo, estava protegido naturalmente o nosso acampamento, sendo difícil senão impossível uma surpresa por parte do inimigo.

Occupamos o local da antiga casa amplo espaço que outrora fora cercado de mangueirais com grossos palanques de cernes diversos, em que apoiamos as nossas trincheiras e rede de arame, do que achamos nos escombros dez rolos estragados pelo fogo, mas que se prestavam para uma defeza accessoria<sup>519</sup>

Além de indicar que esta propriedade se localizava em um ponto importante, com a existência de vários caminhos interligando as localidades, a leitura deste documento também torna possível tomar conhecimento da existência de campos e terrenos limpos que, da mesma forma que na região oeste e noroeste de Curitibanos, de acordo com Vieira da Rosa, eram propriedade de ricos fazendeiros<sup>520</sup>. Existiam também na fazenda mangueiras destinadas ao aprisionamento e invernagem dos animais, o que não deve ser visto, contudo, como um indício de que os animais não fossem criados soltos, tanto pelo costume quanto pela amplitude das terras que compunham o imóvel.

No ano de 1917 as terras que compunham a fazenda do Coronel Zacharias de Paula são vendidas aos fazendeiros Albano e Frederico João Burger, residentes em Lages<sup>521</sup>. No acordo referente a venda do imóvel, registrado no tabelionato de Curitibanos na mesma época da transmissão das terras, é possível obter algumas informações interessantes a respeito da propriedade e da forma como estas foram adquiridas pelo Coronel<sup>522</sup>.

<sup>519</sup> VIEIRA DA ROSA, José. Reminiscencias da Campanha do Contestado – subsídios para a História. In: **Jornal Terra Livre**, Florianópolis, nº 78, ano 1, 29 de outubro de 1918, p. 2.

<sup>520</sup> VIEIRA DA ROSA, José. (nº 6, 1818). *Op. Cit.*, p. 1.

<sup>521</sup> Registro número 138, livro 3, de 11 de janeiro de 1917. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitibanos, Santa Catarina.

<sup>522</sup> O agrônomo Thomas Burke confunde informações e não cita as fontes obtidas sobre as fazendas Butiá Verde, da família Deus e de Zacharias de Paula Xavier, considerando que estas seriam apenas uma. Ao mencionar sobre a ocupação da região de Fraiburgo, comenta o autor que “‘Butiá Verde’, com uma área de 696.960.000 m<sup>2</sup>, fora adquirida por usucapião em 1920 por Benedicto de Deus e outros, passando depois para Zacaria de Paula, residente em Curitiba”. BURKE, Thomas Joseph. *Op. Cit.*, p. 7. Ora, a ação de usucapião foi movida apenas em 1923 e já se referia a propriedade de Zacharias de Paula Xavier como confrontante, da mesma forma que a ação de sobrepartilha movida por Benedito Ludgero de Deus. Ação de Sobrepartilha Particular dos bens de João Baptista de Deus,

A Fazenda Butiá Verde ou Campos do Nascimento, como consta nos documentos, foi adquirida no ano de 1896 de Eugênio Frederico Seiblit, compondo uma área de 26.944.750 braças quadradas, legitimadas pelo então Governo da Província de Santa Catarina no ano de 1864. Posteriormente foram anexadas outras faixas de terras à fazenda, adquirindo terras de Manoel Vicente Ferreira de Deus, filho de João Baptista de Deus, no ano de 1906 e uma parte de terras localizadas no Taboão, adquiridas de Manoel da Luz Alexandre no ano de 1900. Porém o documento não informa a área nem as confrontações das referidas terras<sup>523</sup>.

Tão importantes quanto as fazendas registradas em documentos, são aquelas formadas por posses, cuja existência, da mesma forma que o uso e as práticas espaciais que ocorriam nestas, se encontram vivas apenas nas memórias de antigos moradores. Muitas delas seriam oficializadas, sobretudo as de grande extensão, destino que outras tantas não tiveram, sendo incorporadas à medida que novas relações baseadas na mercantilização da terra se faziam sentir de modo cada vez mais intenso na região.

Vizinhas às terras do Coronel Zacarias de Paula Xavier encontrava-se a Fazenda Liberata. Segundo Thomas Burke esta fazenda teria sido formada no ano de 1870 por Generoso Ribeiro de Andrade e Porfírio José de Oliveira<sup>524</sup>. Embora constituída inicialmente pela posse, legalizando suas terras anos mais tarde e adquirindo terras de terceiros, são relativamente abundantes os depoimentos dos descendentes da família Andrade, muitos deles realizados entre os anos de 1973 e 1974 pelo Padre Tomás Pieters.

Conforme o depoimento de Sebastião Andrade dos Santos, da família Andrade, também bisneto de Porfírio de Oliveira, sua família era oriunda do Rio Grande do Sul, cuja vinda para a região foi motivada pela existência de terras devolutas disponíveis, conhecida pela sua família através do contato com moradores

---

no ano de 1895. *Op. Cit.*; Ação de Sobrepartilha particular dos bens de João Baptista de Deus, no ano de 1897. *Op. Cit.*

<sup>523</sup> Escritura Pública de Compra e Venda de Bens de Raiz entre Zacharias de Paula Xavier e sua mulher e Albano Burger e Frederico João Burger, no dia 10 de janeiro de 1917. Livro de notas n. 39. Cartório Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos Ortigari, Curitiba, Santa Catarina.

<sup>524</sup> BURKE, Thomas Joseph. *Op. Cit.*, p. 7-8.

que viviam na localidade, então conhecida como Butiá Verde<sup>525</sup>. “Era o tempo em que se achava terra [...] no sertão era um tempo em que saíram campear o lugar da casa”, como se referia Margarida Ribeiro, filha de Generoso Ribeiro.

Porém estas terras já eram ocupadas, não por outros fazendeiros ou sitiantes, mas por “bugres”. A existência de indígenas naquelas terras despertou temor na família, visto que no século XIX não eram raros os conflitos contra os indígenas na região. Sebastião Andrade dos Santos comentou que para evitar tensões e conflitos com os indígenas, que habitavam terras próximas ao rio Mansinho, nas posses da fazenda, seu bisavô procurou manter um contato amistoso, com troca de objetos, que este deixava na beira do rio. A princípio os índios não recolhiam os objetos, mas com o tempo passaram a deixar também mel, caça e trabalhos artesanais. Contato que não resultou apenas na troca de objetos. Aquele grupo possuía, segundo o seu depoimento, uma índia muito velha chamada Liberata, que seria a cacique do grupo, pois seu marido havia falecido. Como uma forma de homenagear a índia, o nome da fazenda passou a se chamar Liberata. Consta que quando a índia faleceu os demais indígenas que habitavam o local foram embora, possivelmente rumo a região da Serra do Espigão<sup>526</sup>.

A legalização destas terras, ou ao menos uma parte, ocorreu no dia 8 de maio de 1926, quando o Estado de Santa Catarina concedeu o título de legitimação de posse da Fazenda Liberata a Porfírio José de Oliveira, João Batista Ribeiro, Heliodoro Dias de Andrade, Bento Dias de Moraes e Francisco Dias de Moraes. Com uma área de 81.552.070 m<sup>2</sup>, a fazenda confrontava-se ao norte com terras devolutas e a Fazenda Butiá Verde, dos irmãos Burger, ao sul, com a Fazenda Espinilho e terras devolutas, ao leste com a posse Faxinal dos Carvalhos, e ao oeste com terras da *Brazil Development* e Fidencio Ribeiro e Companhia<sup>527</sup>. Porfírio José de Oliveira, apesar de possuir terras sob o regime de posse, havia adquirido legalmente outras

---

<sup>525</sup> SANTOS, Sebastião Andrade dos. 56 anos. Depoimento, 4 de setembro de 2006. Fraiburgo: Entrevistador: Marlon Brandt.

<sup>526</sup> *Idem*.

<sup>527</sup> Registro número 1.163, livro 3, de 8 de maio de 1926. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitiba, Santa Catarina.

glebas de terras, também localizadas próximas à Liberata, no ano de 1919, em Butiá Verde, onde parte destas terras pertenceram a João Baptista de Deus<sup>528</sup>.

Parte das terras compreendidas entre a fazenda Liberata e Butiá Verde eram também conhecidas pela população como Campo da Dúvida. Existiam nestas fazendas, de acordo com Thomas Burke, uma certa imprecisão em suas divisas, já na época em que estas pertenciam a família Burger, acarretando em tensões e conflitos<sup>529</sup>. Já para Willy Frey, além da indefinição destes limites, o nome também poderia ter se originado da existência de parte destas terras permanecerem devolutas e da reivindicação de posseiros por pequenas áreas<sup>530</sup>.

Existe outra versão mais difundida entre os antigos moradores para este nome, aqui apresentada por um pequeno semanário que circulou na década de 1960 no recém-criado município de Fraiburgo, denominado “o Eco”, que comenta o seguinte sobre as origens do nome:

[...] aqui, exatamente onde está o Cemitério Municipal de Fraiburgo, constam que certa vez, foram encontrados dois cadáveres de homens cujos corpos haviam sido perfurados por balas, com suas armas atiradas ao chão, dinheiro nas guaiacas e até os revirados atados nos tentos dos seus animais que pastavam por perto. Porque se mataram? Foram mortos num tiroteio? Por quem? Uma espera? Sobre isso pairou uma dúvida. Ali mesmo foram sepultados por viajantes que os encontraram, originando o nome de “Campo da Dúvida” a porção de terras que hoje é o município de Fraiburgo e arredores<sup>531</sup>.

Ainda no século XIX formaram-se grandes fazendas na região, como a do Espinilho e outras também com imensas áreas, ultrapassando o chamado “milhão de

---

<sup>528</sup> Após a partilha da Fazenda Butiá Verde de João Baptista de Deus, seus filhos passaram a vender parte de suas terras, como era o caso de Pedro Estanislau de Deus, após ser repartida com os herdeiros de João Baptista, para Antônio de Assis Mendes, revendendo então para Porfírio José de Oliveira. Registro número 350, livro 3, de 12 de maio de 1919. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitibanos, Santa Catarina. Foram também encontrados outros registros de compras de terras realizados por Porfírio José de Oliveira, adquiridas de antigos moradores da região. Terras que compreendiam, na época, as localidades de Butiá Verde, Barra e Rio Roberto. Registro número 323, livro 3, de 24 de janeiro de 1919. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitibanos, Santa Catarina; Registro número 324, livro 3, de 24 de janeiro de 1919. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitibanos, Santa Catarina.

<sup>529</sup> BURKE, Thomas J. *Op. Cit.*, p. 8.

<sup>530</sup> FREY, Willy (2005). *Op. Cit.*, p. 60.

<sup>531</sup> **O Eco**. Fraiburgo n. 2, 27 julho 1963, p. 2

terras” (1.000.000 m<sup>2</sup>), muitas fazendo divisa com uma ampla faixa de terras devolutas. Terras em que se encontrava um significativo número de posseiros, muitos inclusive com posses que também ultrapassavam o “milhão de terras”. Esta população possivelmente sofreu um acréscimo de novos moradores nos anos posteriores ao conflito do Contestado, em virtude da interiorização de muitos remanescentes. Habitavam as terras devolutas as margens destas posses ou até mesmo se instalavam nas terras ocupadas por posses na condição de agregado<sup>532</sup>.

O conflito do Contestado, embora tenha deixado um saldo trágico na região, com a morte de famílias inteiras ou de muitos dos seus membros, expondo antigas rivalidades ou mesmo colocando em lados opostos vizinhos de terras, parentes ou famílias unidas por laços de compadrio, não teria chegado, conforme foi possível constatar em depoimentos de antigos moradores, a desarticular muitos dos antigos vínculos já existentes de sociabilidade e práticas então consideradas costumeiras, como o mutirão e, especialmente o uso comum da terra. Miguel Lara Sobrinho, cuja família ingressou no reduto de Santa Maria, expõe a importância das relações de compadrio para a população local, mesmo que os “compadres” estivessem de lados opostos no combate:

De lá eles foram para São Sebastião, onde hoje é São Sebastião, naqueles tempos era Santa Maria perto do Timbó, nas costeiras de Caçador, Foi lá que acabou a revolução dos fanáticos. Foi lá que o falecido pai, o falecido tio, minha falecida avó e meu falecido avo escaparam porque tinha o João Linfôncio, o João compadre, era pai do falecido Adriano, pegou junto com o policiamento e tava meus parente tudo naqueles canto. Eu não havia, ele que contava e teve que matar esses aí, tão tudo no jagunheiro. E ele disse: não, esses aí eu que vou matar, pode deixar que eu vou tocar pra frente e acabar tudo com eles. E ele tocou na frente, na estrada que ia para Lebon Régis, e eles vieram, quando chegou numa altura ele disse: escapem, eu vim aqui para matar vocês tudo, mas eu não vou fazer isso, vocês são gente nossa. E ele deu uma descarga de 38 lá e voltou já estavam com o acampamento pronto para ir [...] e os outros vieram pelo mato, meu pai, minha avó, o tio, e eles que vieram por Lebon Régis e os outros que foram por Curitibaanos. Eles chegaram em Lebon Régis um fazendeiro lá, mas já estavam acabados, louco de fome, cambaleando de fome, eles não tinham mais o que comer,

---

<sup>532</sup> Joaquim Pereira Neto, em seu depoimento concedido ao Padre Tomás Pieters, menciona que quando se instalou na região, na localidade da Baía, permaneceu por um tempo como agregado de posseiros. PEREIRA NETO, Joaquim. 64 anos; PEREIRA NETO, Olidia. Depoimento, 16 dezembro de 1973, Fraiburgo. Entrevistador: Padre Tomás Pieters.

aí eles chegaram e contaram o caso para o fazendeiro. Daí o fazendeiro pegou um charque colocou num saco, queijo e disse se escapem, e vieram para o terreno que era deles mesmo que era aqui mesmo na Baía onde morava a avó e o avô. E eles escaparam. E esse João Linfôncio pois ele veio embora para a casa dele. Porque tinha os jagunços e quem era do governo<sup>533</sup>.

Nos anos posteriores ao Contestado vislumbra-se a produção de um silêncio a respeito deste período, fruto de diversos fatores, como desqualificação e invisibilização que esta população passou a sofrer a partir da colonização, onde grande parte experimentou a espoliação de suas terras e a desagregação de práticas sociais e espaciais, vistas até então como costumeiras. Porém muito deste silêncio, misturado ao medo gerado pelo horror, pela fome e pela perda de parentes e vizinhos, parece também se impor, nas palavras de Michael Pollak,

a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança “comprometedora”, preferem elas também, guardar silêncio. Em lugar de arriscar um mal-entendido sobre uma questão tão grave, ou até mesmo de reforçar a consciência tranqüila e propensão ao esquecimento dos antigos carrascos, não seria melhor se abster de falar?<sup>534</sup>

Ainda nos dias de hoje muitos dos habitantes mais velhos se calam ou procuram mudar de conversa quando o assunto trata da guerra, dizendo que era um tempo muito sofrido, “nem tem graça contar”. Quando perguntada se a família participou do conflito em algum reduto, Maria José Cordeiro, de 91 anos, respondeu o seguinte, para depois silenciar sobre o tema:

Deus me livre, diz que foi a coisa mais triste que eles contavam, a falecida minha mãe que contava, ela era da guerra, nós sabia da guerra, diz que foi a coisa mais triste que pode ter acontecido essa guerra dos jagunços. Tem um versinho assim que dizia: Essa vida de jagunço/ ai que triste vida [...] se te contar nem tem graça, nós

<sup>533</sup> LARA Sobrinho, Miguel. 78 anos. Depoimento, 3 de janeiro de 2006, Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

<sup>534</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989, p. 6.



comia tanta imbuia e comia [...] coisa pior [...] faz tempo que não canto. Mas diz que era tristeza<sup>535</sup>.

É comum entre a população da região, tanto por parte dos antigos moradores, quanto dos colonos que se instalaram na região nos anos seguintes ao conflito, referirem-se ao período como sendo o tempo do fanatismo ou a guerra dos fanáticos ou dos jagunços, desqualificando, em muitos casos, o seu passado ou o da sua família. Pedro Felisbino, morador da região de Taquaruçu há mais de 40 anos comenta a respeito deste silenciamento, dizendo que

quando se iniciava o assunto do Contestado, faziam do silencio sua proteção. Somente depois de adquirirem confiança, relatavam o seu passado.

E muitos caboclos silenciaram até a morte, só então seus filhos contaram a grande participação de seus pais na guerra<sup>536</sup>.

Embora permanecesse prevalecendo o regime da posse naquelas terras, a “institucionalização da propriedade privada”, para utilizar o termo empregado por Rosângela Cavalazzi<sup>537</sup>, passou a se fazer sentir entre aqueles moradores. As transformações sociais e espaciais advindas deste processo paulatinamente chegavam a região nos anos posteriores ao Contestado. A transformação da terra em mercadoria e sua valorização frente a relativa proximidade com a ferrovia, como a possibilidade de colonização e exploração madeireira, passou a despertar o interesse de fazendeiros de outras regiões e de grupos econômicos. A partir de então a região de Fraiburgo passa a ser alvo da instalação de novas fazendas, da mesma forma que as abundantes terras devolutas tornaram-se objeto de cobiça.

Um exemplo deste “repentino” interesse pelas terras devolutas, ricas em florestas e próximas às áreas de colonização do Vale do Rio do Peixe, pode ser observado através de dois documentos, do ano de 1926, que tratam da legalização de antigas posses na região.

<sup>535</sup> CORDEIRO, Maria José. Entrevista citada.

<sup>536</sup> FELISBINO, Pedro Aleixo; FELISBINO, Eliane. *Op. Cit.*, p. 54.

<sup>537</sup> CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Op. Cit.*

Em relação a um destes acordos, que compreendia a maior parte das terras localizadas no Taquaruçu e nas áreas vizinhas de Passa Três e Faxinal dos Carvalhos, comenta o historiador local Pedro Felisbino que, findo o conflito, muitos dos problemas continuaram, principalmente no que cabe a posse da terra, sendo que muitos, na tentativa de legalizá-las, acabaram perdendo grande parte senão toda ela. Em seu depoimento, menciona, da mesma forma que em seu livro, que ocorreu um acordo entre moradores da localidade e a imobiliária de Arthur Formighieri, para a legalização destas posses. Neste acordo os posseiros ficariam com metade das terras, enquanto a outra metade ficaria com a empresa como pagamento pelas despesas<sup>538</sup>.

Este documento traz algumas informações valiosas a respeito do número de famílias que ocupavam aquelas terras devolutas, assim como o nome da posse, muitas delas possivelmente na forma de condomínio. Realizado no dia 22 de fevereiro de 1926, o seguinte acordo foi firmado em cartório por Arthur Formighieri, representando Ângelo Preto, Ernesto Formighieri e Aníbal Formighieri. Um trecho deste documento revela que,

sendo concessionárias das terras denominadas registro do Butiá Verde, effectuado em mil oitocentos e cincoenta e cinco, legalizado perante a justiça Civil da comarca de Campos Novos, registro esse que pertence a João Baptista de Deus e cujas terras elles outorgantes compraram do Governo do Estado, conforme o despacho exarado em petição a elle derigida e desejando entrar em accordo com os possuidores e moradores das zonas mencionadas tinham ajustado e contractado com os seguintes contractantes, reconhecem os outorgados contractados na qualidade de co-possuidores das zonas denominadas Taquarussú, assim como do Fachinal dos Carvalhos que dêle faz parte; Segundo, os outorgantes contractantes se obrigam a demarcar os terrenos da zona do Fachinal dos Carvalhos e Taquarussú assim como dividir as diferentes glebas acima discriminadas correndo por sua conta exclusiva todas as despezas com a demarcação; agrimensor, sustento das turmas, metragens, taxas, emolumentos e sellos e preços das terras conforme o despacho do Governo do Estado; Terceira, effectuada a demarcação serão feitas as discriminações das diferentes glebas ou fazendas acima denominadas que são: As posses "Passa Tres", "Posse do Juca", "Posse Palhano", "Posse da Costa do Passa Tres", "Posse do Toldo", "Posse dos Chatos", "Posse dos Ribeiros do Rolado", "Posse dos Vicentes", "Posse dos

---

<sup>538</sup> FELISBINO, Pedro Aleixo; FELISBINO, Eliane. Op. Cit., p. 63; FELISBINO, Pedro Aleixo. Entrevista citada.

Praxedes”, “Posse de Salvador Vidal”, “Posse da Serra do Taquarussú”, “Posse do Cerro do Aterrado”, Posse de Fachinal dos Carvalhos”, “Posse da Firmina”, “Posse de Dona Firmina Leite”, “Posse de Taquarussú de Baixo”, “Posse de Manoel Vicente” e “Posse de José Vicente”; Quarta, a metade de cada uma dessas posses mencionadas nas, digo na clausula anterior será escripturada aos posseiros nella residentes e mencionados nesta escriptura e a todos que apresentarem documentos comprobatorios de sua posse ou direito à ella. Os outorgantes, farão todo o esforço possivel para que os títulos dos posseiros outorgados sejam expedidos pelo Estado, directamente interessados que nenhuma despeza terão com a demarcação, taxas, emolumentos e sellos e preço a pagar ao Estado<sup>539</sup>.

Acordo que, segundo conta Pedro Felisbino, não foi realizado<sup>540</sup>, embora tenha sido registrado no Cartório no Livro de Notas e Protestos. Nas folhas seguintes do mesmo livro, consta outro acordo, envolvendo também os Formighieri, além de Albano e Frederico Burger, Antônio Bueno de Deus, José Alves de Ramos e Nohemia Rodrigues dos Santos, visando a população posseira que vivia nas localidades da Baía, Papuã e Butiá Verde, de maneira semelhante ao acordo realizado com os posseiros na região de Taquaruçu, como é possível constatar em um trecho do referido documento:

[...] outorgantes e outorgados no fim dito declaram que na presença da mesma testemunha que tendo adquirido por compra ao Estado de Santa Catharina, depois de devidamente legalizado pela justiça Civil da Comarca de Campos Novos, a terra que fazem parte do Registro denominado Butiá Verde, efectuado em mil oitocentos e cinquenta e cinco (1855) que passaram a pertencer aos herdeiros de João Baptista de Deus [...] têm a divisão e demarcação das terras ao referido Registro e nas partes que abrangem as zonas conhecidas com os nomes de Bahia, Papuan e Butiá Verde, nas condições seguintes: Primeiro os outorgantes e outorgados se obrigam a medir e a demarcar a zona denominada Bahia, Papuan e Butiá Verde, que [...] fazem parte do Registro Butiá Verde, que pertenceu a João Baptista de Deus. Segundo, as despesas com a compra das terras ao Estado de Santa Catharina, agrimensor, custeio da medição, sustento das turmas, metragem, emolumentos e sellos, ocorrerão unicamente por conta delles outorgantes, não sendo os outorgados por ella em nada responsáveis. Terceiro, a zona Butiá Verde será dividida em duas glebas principais, sendo uma a gleba, isto é, a metade, pertencente à família Ribas com seus

<sup>539</sup> Escritura Pública de Contrato entre Artur Formighieri, Ernersto Formighieri, Ângelo Preto, Aníbal Formighieri e moradores de Taquaruçu, Passa Três e Faxinal dos Carvalhos. *Op. Cit.*

<sup>540</sup> FELISBINO, Pedro Aleixo. Entrevista citada.

sucessores e cessionários, e a outra metade à família Deus, cabendo a cada um dos compossuidores a quantidade de terras a que tem direito os respectivos documentos. Quarto, a metade de cada uma dessas zonas mencionadas na clausula primeira, isto é, Papuan, Bahia e Butiá Verde, será escripturada aos posseiros nella residentes e mencionados nesta escriptura e a todos que apresentarem documentos comprobatorio de sua posse. [...]. Quinto, fica entendido que o contratante outorgado compossuidores da zona Butiá Verde constantes da primeira escriptura serão escripturados apenas da parte proporcional aos seus títulos e de acordo com a força destes na forma constante desta escriptura, ficando o restante da referida zona para ser dividido entre os demais compossuidores della cujos nomes não figuram nesta escriptura na forma que ultimamente for combinado. Pelos outorgados foi dito e declarado perante mesmas testemunhas que aceitaram a presente escriptura na forma que ela foi redigida porque assim effectivamente tinham ajustado e contactado entre si e os outorgantes <sup>541</sup>

No entanto, ao consultar os registros de terras entre 1926 a 1929, Livro 3, do Registro de Imóveis de Curitibanos, só foi possível encontrar uma transação de imóveis envolvendo algumas destas posses ou famílias citadas nos documentos. No acordo de legitimação das posses de Butiá Verde, Papuã e Baía, um dos posseiros mencionados no referido documento é Silvano Küster de Camargo, que adquiriu no ano de 1926 uma parte da Fazenda Bom Futuro, antiga Butiá Verde, pertencente a Frederico João Burger. No referido acordo, Küster de Camargo era co-possuidor, junto com membros da família Lara, Mello Cezar e Alves de Oliveira, dentre outros da área denominada Papuã. O imóvel adquirido possuía uma área de dois milhões e quinhentos mil metros quadrados, confrontando com as terras do transmitente ao norte e oeste, ao sul com terras devolutas e de Heliodoro Dias de Andrade, e ao leste com terras devolutas e de Albano Burger, onde consta que a transação ocorreu por compra e venda, sem, no entanto, mencionar a existência do acordo <sup>542</sup>.

Segundo Pedro Felisbino e Miguel Lara Sobrinho, este, filho de Zacarias de Lara, posseiro da localidade da Baía, cujo nome consta no documento, a legalização das posses teria sido realizada apenas na década de 1940 <sup>543</sup>. No caso das posses

---

<sup>541</sup> Escritura Pública de Contrato entre Artur Formighieri, Albano Burger e outros, com moradores da Baía, Papuã e Butiá Verde, no dia 23 de fevereiro de 1926. Livro de notas n. 69. Cartório Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos Ortigari, Curitibanos, Santa Catarina.

<sup>542</sup> Registro número 1.178, livro 3, de 7 de julho de 1926. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitibanos, Santa Catarina.

<sup>543</sup> Consta no Registro número 3.498, livro 3e, de 16 de outubro de 1944 a compra de terras por Tomé José de Lara, cujas confrontações davam com terras de Alfredo José de Lara, além de terras

situadas no Faxinal dos Carvalhos, o inventário de Joaquim Dias de Moraes, falecido em 1938 e elaborado em 1939, refere-se às terras, ainda como sendo de posse, conforme exposto nos autos do processo em uma parte a respeito da dimensão do imóvel:

a área de 2.773.250 m<sup>2</sup> é exata. – Não se nega ser a posse “FACHINAL DOS CARVALHOS” muito mais extensa, mas nem toda ela pertencia ao inventariado, e sim aos posseiros: FRANCISCO DIAS DE MORAIS, JOAQUIM DIAS DE MORAIS – era inventariado, JOÃO DIAS DE MORAIS, HONORATA DIAS DE MORAIS, CELESTINO DOS SANTOS CARDOSO E TOBIAS DE ALMEIDA<sup>544</sup>.

Na folha 89 do referido processo fica claro que esta era uma posse, onde também residiam outras famílias, em um sistema semelhante ao condomínio na forma de compásco, conforme trata um ofício do procurador de algumas famílias envolvidas ao Juiz de Direito da Comarca de Curitiba, mencionando que o terreno localizado no Faxinal dos Carvalhos – o inventariado possuía terras legalizadas somente no Espinilho – “não é terreno titulado, e, ainda, diversas pessoas [...] tem direito de posse e lá residem”<sup>545</sup>. Forma de apossamento que era comum, sobretudo entre membros de uma mesma parentela, como consta, por exemplo, nas duas escrituras públicas de contrato para legalização das terras por Arthur Formighieri no ano de 1926, como no caso da posse Faxinal dos Carvalhos, e na Baía, onde se situavam as posses da família Lara, advindas do parcelamento por herança<sup>546</sup>. Estas posses, usufruídas por uma mesma família, eram denominadas na região como “em comum”. O termo “em comum”, pressupõe, para muitos moradores locais, que a terra era usufruída e apossada de forma semelhante ao condomínio. Para referir-se a criação de animais, esta era, quase sempre denominada como criação “à solta”, conforme foi possível constatar nos depoimentos de moradores

---

pertencentes a Wenceslao Breves, que adquiriu em 1939 parte das terras de Demosthenes Bornhausen, e da fazenda Burger. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitiba, Santa Catarina. FELISBINO, Pedro Aleixo. Entrevista citada; LARA SOBRINHO, Miguel (2006). Entrevista citada.

<sup>544</sup> Inventário de Joaquim Dias de Moraes. *Op. Cit.*, fl. 39-40.

<sup>545</sup> *Ibidem*, fl. 89.

<sup>546</sup> Escritura Pública de Contrato entre Artur Formighieri, Ernersto Formighieri, Ângelo Preto, Aníbal Formighieri e moradores de Taquaruçu, Passa Três e Faxinal dos Carvalhos. *Op. Cit.*; Escritura Pública de Contrato entre Artur Formighieri, Albano Burger e outros, com moradores da Baía, Papuã e Butiá Verde. *Op. Cit.*

locais. De qualquer maneira tratam-se de espaços onde ocorria o usufruto em comum da terra e dos recursos naturais, afinal os animais percorriam livremente as diversas posses e áreas com propriedade legal.

Tais acordos servem muito bem para ilustrar como a atuação de grupos, como os Formighieri, envolvidos no processo de colonização da região, marcam a presença cada vez maior do Estado, seja na regularização de antigas posses ou na concessão de terras, como no caso de uma imensa faixa de terras devolutas, que se estendia do Taquaruçu até as terras da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. Existe, pelo que foi possível constatar nos documentos encontrados, uma certa imprecisão a respeito da propriedade e localização de parte destas terras mencionadas no acordo de 1926, sendo que parte destas possivelmente foram concedidas pelo Estado de Santa Catarina, como devolutas, no ano de 1929, a Demosthenes Bornhausen. Terras que passaram, a partir de então a compor uma outra fazenda com o nome de “Butiá Verde”, com uma área de 278.303.520 m<sup>2</sup><sup>547</sup>. De acordo com uma passagem apresentada no inventário de Joaquim Dias de Moraes, em uma procuração ao Juiz de Direito da Comarca de Curitibanos, encontrada nas folhas 16 e 17, ao questionar o real tamanho da posse do Faxinal dos Carvalhos, adquirida por compra de João Carvalho “há mais de 20 anos”, consta no item oitavo que “no mesmo imóvel, titulado a Demosthenes Bornhausen, e com este confrontando para todos os lados, existe a posse de João Dias de Moraes”, também localizada no Faxinal dos Carvalhos<sup>548</sup>.

No Título de Concessão de Terras, emitido a Demosthenes Bornhausen, as confrontações do imóvel são as seguintes: Ao norte, com terras de Francisco Schreiner (outra concessão do Estado do ano de 1927<sup>549</sup>), Faxinal dos Thibes e terras da Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. Ao sul, com terras do Estado pelo lageado do Taquaruçu, lageado do Butiazinho, Emidio dos Reis e Coronel Henrique de Almeida. Ao leste com terras do Coronel Henrique de Almeida, Faxinal dos Diogos, Faxinal dos Domingues e Fazenda da Barra. Ao oeste com

---

<sup>547</sup> Registro número 120, livro 3a, de 28 de junho de 1929. Cartório do Registro de Imóveis do município de Curitibanos, Santa Catarina. O título de concessão de terras, conferido pelo Presidente do Estado, Adolpho Konder a Demosthenes Bornhausen, se encontra no Livro 786, folha 14 de títulos de concessões de terras no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

<sup>548</sup> Inventário de Joaquim Dias de Moraes. *Op Cit.*, fl 16-17.

<sup>549</sup> Registro número 1.353, livro 3, de 16 de dezembro de 1927. Cartório do Registro de Imóveis do município de Curitibanos, Santa Catarina.

terras do Estado pelo rio Taquaruçu, terras de Clemente Gomes, Fazenda dos Burger e Fazenda da Liberata<sup>550</sup>. Confrontações que não mencionam as terras pertencentes a família Deus, que segundo a ação de usucapião de 1919 eram as seguintes:

ao norte terrenos de Pedro Thibes e dos herdeiros de Pedro Roberto e sucessores de Zacharias de Paula ao sul terrenos de Ignácio Ribeiro com herdeiros deste, João Ribeiro da Cruz, Fazenda do Espinilho e dos herdeiros de Francisco Cardoso França; a Este fazenda da Liberata de Generoso Ribeiro de Andrade e sucessores ou cessionários de Zacharias de Paula a Oeste com terrenos devolutos<sup>551</sup>.

Observa-se que as confrontações de algumas fazendas eram opostas, como no caso da Fazenda Liberata, situada a oeste das terras de Demosthenes Bornhausen, enquanto nas terras de Benedito Ludgero de Deus encontram-se ao leste. Já a descrição dos bens de João Baptista de Deus no ano de 1897, comenta que estas terras confrontam-se “pelo sul com Zacarias de Paula Xavier, a Norte, com herdeiros de Pedro Ruberto, a Leste com o mesmo Zacarias de Paula Xavier, a oeste com terra nacionaes”<sup>552</sup>. Confrontações que não constam em nenhum dos registros de venda de terras efetuadas do espólio de João Baptista de Deus, como ocorria com tantos outros em terras da região, referente ao imóvel possuído por herança<sup>553</sup>. O inventário de João Baptista de Deus do ano de 1895, por outro lado, não menciona as divisas ou a origem do referido imóvel, limitando-se, ao levantar os bens de raiz, que o finado possuía “a metade de campos, mattos e fachinaes denominado ‘Butiá Verde’”, cuja a outra metade pertencia a Pedro Ribas e Antônio Ribas, que são também mencionados como possuidores de metade das terras de Butiá Verde pelo acordo de 1926, que visava a legalização das posses de Butiá Verde, Papuã e Baía. No referido inventário, consta também uma cópia de um título

---

<sup>550</sup> Título de concessão de terras do Estado a Demosthenes Bornhausen. *Op. Cit.*

<sup>551</sup> Ação de Usucapião movida por Benedito Ludgero de Deus, no ano de 1919. *Op. Cit.*

<sup>552</sup> Ação de Sobrepartilha particular dos bens de João Baptista de Deus. *Op. Cit.*, fl. 9.

<sup>553</sup> Registros número 167, livro 3, de 19 de julho de 1917; 214, de 24 de setembro de 1918; 247, de 1º de outubro de 1918. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitiba, Santa Catarina.

de propriedade de imóveis, pertencente a Benedito Ludgero de Deus, expedida em 12 de dezembro de 1895, sem mencionar as confrontações<sup>554</sup>.

A concessão das terras a João Baptista de Deus pelo Estado em 1855 não é mencionada em nenhum documento do século XIX ou início do XX, como foi possível constatar nos documentos de concessão de terras e registros de vigário da região entre 1850 e 1860. Esta só é mencionada a partir do acordo realizado pelos Formighieri. Na descrição dos bens de Raiz que consta na sobrepartilha de 1897, estas terras foram adquiridas de Cândido José da Silva, cujas confrontações em muito se assemelham as encontradas na ação de usucapião. Tal aquisição também consta na referida ação, mencionando que as terras foram adquiridas por compra de Cândido José da Silva em 1885<sup>555</sup>. O ano de 1855 é mencionado apenas ao se referir aos limites da fazenda naquele ano, que eram os seguintes: “ao Norte, o caminho de São João segue ao Guarda Mor; ao Sul terreno de Roberto Rodrigues Pereira; a Este terras de Pedro Roberto e a Oeste terras nacionaes”<sup>556</sup>.

Algumas destas informações podem ser observadas em um mapa de Campos Novos, contendo algumas localidades vizinhas de Curitibanos, elaborado na década de 1920, onde é possível constatar que a Fazenda Liberata confrontava ao sul e sudoeste da Fazenda Butiá Verde, denominada Fazenda do Burger. No mapa não é possível saber o ano de sua confecção. Apenas consta o nome do prefeito do município, Coronel Francisco Alves Fagundes, que, no entanto, administrou o município por duas vezes nesta década, entre 1919 e 1923 e 1927 a 1930<sup>557</sup>. No referido mapa, apresentado nas Figuras 11 e 12, também consta a existência de uma Fazenda Butiá Verde ao sul destas terras, cujas confrontações coincidem com as da concessão a Demosthenes Bornhausen.

---

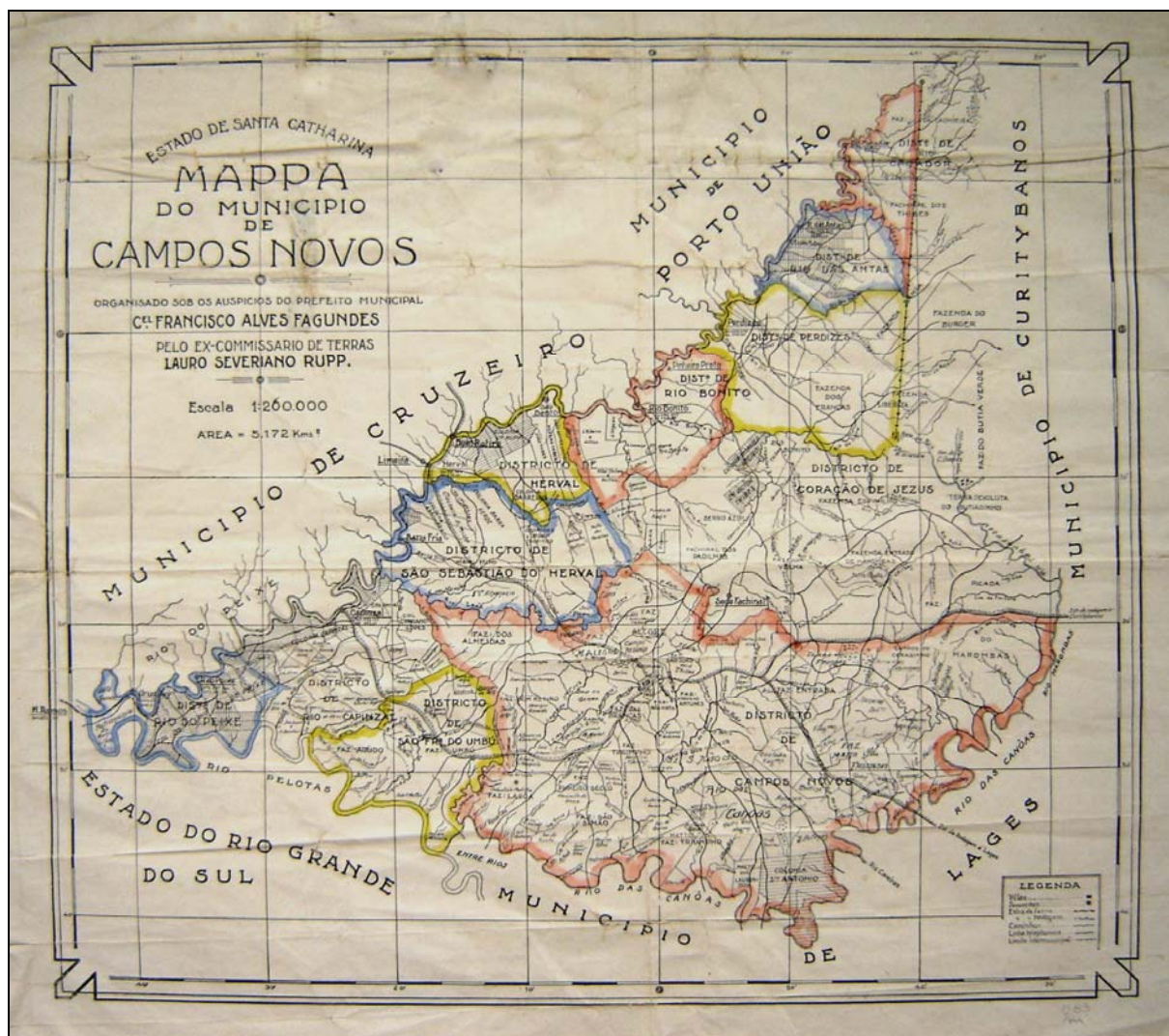
<sup>554</sup> Inventário de João Baptista de Deus. *Op. Cit.*, fl. 7-8, 14; Escritura Pública de Contrato entre Artur Formighieri, Albano Burger e outros, com moradores da Baía, Papuã e Butiá Verde. *Op. Cit.*

<sup>555</sup> Foram consultados os registros de compra e venda de bens de raiz, referentes aos anos de 1884 a 1886, no município de Curitibanos, a procura da transação do imóvel, o que não foi encontrado. Muitos dos documentos estão danificados e em péssimo estado, ou mesmo destruídos, como os registros de imóveis do cartório, em virtude da invasão dos sertanejos rebeldes a Curitibanos durante a Guerra do Contestado que impede a obtenção de maiores informações sobre este e outros imóveis. Livros de notas 1a, e 3a do Tabelião de Curitibanos. Caixa 17.) Livros de notas 2, 3 e 4 do Tabelião de Campos Novos. Caixa 1. Acervo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

<sup>556</sup> Ação de Usucapião movida por Benedito Ludgero de Deus. *Op. Cit.*, fl. 2.

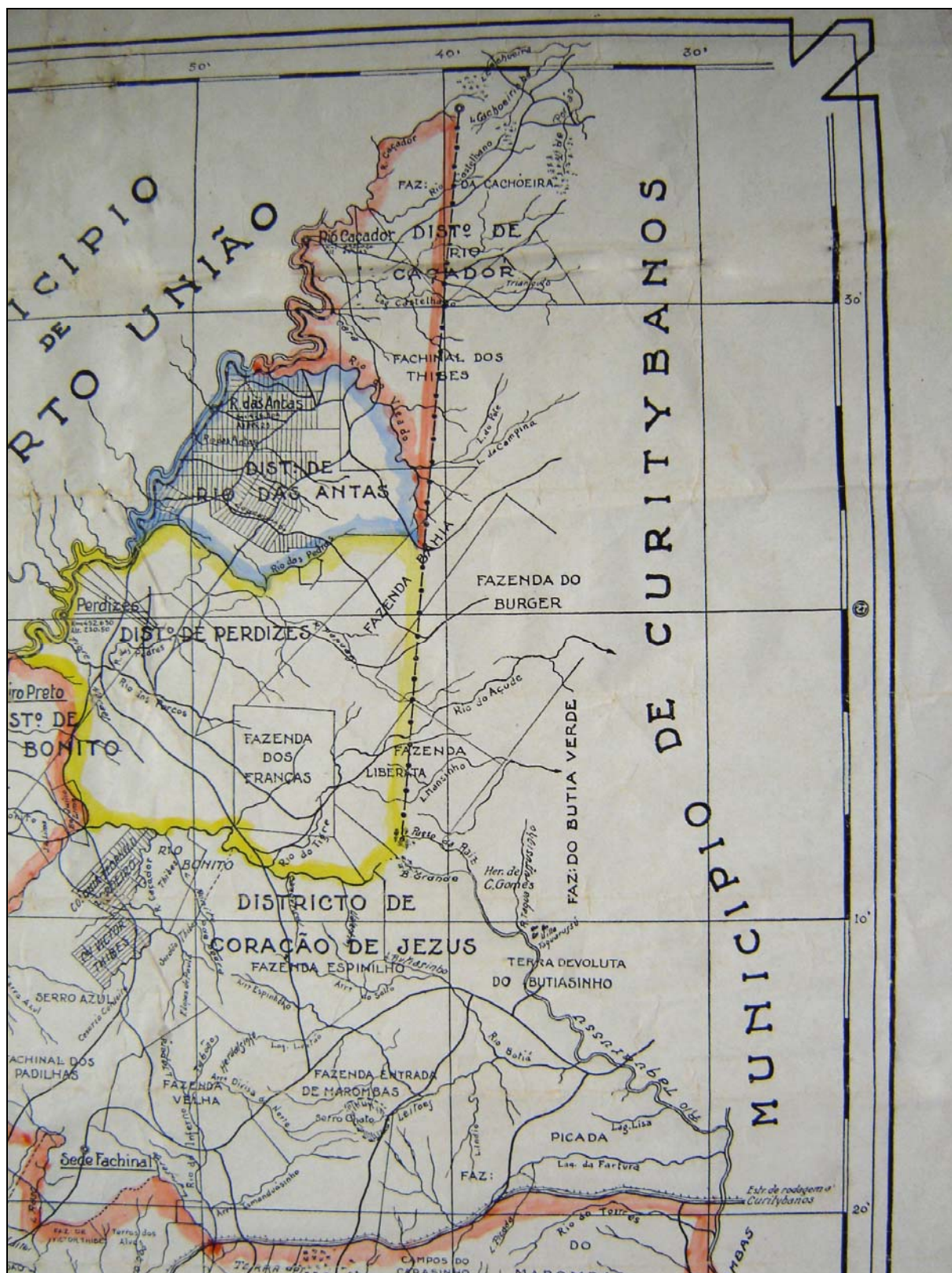
<sup>557</sup> BLASI, Paulo. **Campos Novos**: um pouco de sua história. Florianópolis: Edeme, 1994, p. 178-179.





**FIGURA 11: Mapa do Município de Campos Novos (meados da década de 1920).** Neste mapa é possível observar no canto superior direito a localização do município de Curitibanos em sua confrontação com Campos Novos. Parte destas terras, onde encontravam-se as Fazendas Butiá Verde e Liberata, fazem parte do atual município de Fraiburgo. O detalhe desta área, da mesma forma que a localização de algumas fazendas pode ser observado na figura a seguir.

Fonte: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina



**FIGURA 12: Detalhe do canto superior direito do mapa de Campos Novos.** No detalhe é possível observar, no canto superior direito, as terras pertencentes as fazendas Liberata, Butiá Verde e terras pertencentes aos irmãos Burger fazendo parte dos municípios de Curitibanos e Campos Novos.

Fonte: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

Para se ter uma noção da área da concessão para Demosthenes Bornhasen, no mesmo ano, em Curitiba, foram realizadas oito concessões segundo o Relatório apresentado pelo Diretor da Diretoria de Terras e Colonização, Caetano Deeke, ao Secretário da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura, relativo ao ano de 1929, somando uma área de 562.067.433 m<sup>2</sup>. Tal concessão compreendeu mais da metade das terras concedidas naquele ano no município e pouco mais de 1/3 de todas as terras concedidas em todo o Estado naquele ano, cuja área total era de 740.477.985 m<sup>2</sup><sup>558</sup>.

De acordo com o relatório do ano de 1935 da Diretoria de Terras e Colonização, as terras que compunham a Fazenda Butiá Verde foram concedidas como pagamento pela construção de duas estradas no Oeste do Estado, conforme é possível constatar em um trecho do documento:

Wenceslau Breves por contrato de 15-10-1925, assumiu o compromisso de construção das estradas de rodagem do km. 78 a Xanxerê (em continuação da estrada Cruzeiro-Xanxerê) e do Passo dos Índios a Xanxerê (em continuação da Estrada Goio-En a Passo dos Índios), que seriam pagas em moeda corrente, e em 1-10-1926 transferiu as obrigações que assumiu a Demóstenes Bornhausen.

Dando cumprimento às cláusulas contratuais Demóstenes Bornhausen entregou ao Estado as obras contratadas, recebendo em pagamento terras devolutas em vez de moeda corrente<sup>559</sup>.

Tal concessão de terras estava incluída naquilo que pode ser entendido como uma “troca de favores” entre o Estado e empresários como pagamento pela construção de obras públicas, como estradas de rodagem. A respeito desta e de outras formas de concessões de terras devolutas no Estado, o jurista Ruy Cirne Lima expõe em um parecer algumas das características das concessões de terras então efetuadas no Estado, apresentando este documento ao General Ptolomeu de

---

<sup>558</sup> SANTA CATARINA. Relatório apresentado pelo Diretor da Diretoria de Terras e Colonização Caetano Deeke ao Exm<sup>o</sup> Snr. Dr. Secretário da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura relativo ao ano de 1929, fl. 247-248.

<sup>559</sup> SANTA CATARINA. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização referente ao ano de 1935, f. 80-81.

Assis Brasil, nomeado interventor federal no Estado de Santa Catarina pelo então presidente Getúlio Vargas após a Revolução de 1930. No Capítulo VII do referido parecer, o autor, submetendo ao exame as concessões que lhe foram apresentadas, elaborou uma espécie de classificação das mesmas, sendo possível evidenciar uma “distribuição coordenada das concessões”, realizada “não segundo os fins a que se destinavam, mas, segundo as condições que deveriam preencher, de acordo com as leis e regulamentos respectivos”. Desta maneira,

De conformidade com este critério, a par das concessões perfeitamente regulares e assim, de antemão, classificadas pela própria lei, a classificação das demais será a seguinte, guardada a ordem de frequência:

- 1) – aquelas, nas quais a contribuição pecuniária, legalmente estabelecida, foi substituída mediante despacho do Governo, ou contrato administrativo, pela obrigação de realizar uma empreitada, tal a construção de uma estrada, de uma ponte, e, de modo geral, a execução de obras públicas semelhantes;
- 2) – aquelas, nas quais se permitiu operar compensação entre o montante da contribuição pecuniária a satisfazer e o total da dívida ativa preexistente do concessionário contemplado;
- 3) – aquelas que foram feitas como dação em pagamento, para indenizar particulares por qualquer espécie de danos, reais ou fictícios de referida responsabilidade do Estado;
- 4) – aquelas que foram feitas em contemplação de desistências de direitos a concessões ainda não realizadas, isto é, ainda não medidas nem tituladas, sob o aspecto, pois, de transação;
- 5) – aquelas, nas quais se fez rebaixe no montante mínimo da contribuição pecuniária legalmente estabelecida, sob a forma, portanto, de remissão;
- 6) – aquelas que foram feitas de próprios estaduais, de campos de uso comum e de terras ocupadas em detrimento dos respectivos posseiros;
- 7) – aquelas que foram feitas com a burla dos posseiros ou ocupantes das terras concedidas;
- 8) – aquelas que, abrangendo extensões consideráveis, - “grandes extensões” – se efetuaram independentemente de contrato, até o ano de 1923;

9) – aquelas, cujo correspondente contratado foi lavrado em livro improprio, exclusivamente destinado a fim diverso<sup>560</sup>.

Juntamente com esta classificação, o autor discute individualmente cada um destes tipos de concessão em que argumenta haver violação da lei. Apesar de não ser objeto de interesse da pesquisa realizar uma discussão jurídica a respeito das formas de concessões de terras, cabe discutir a questão de que muitas destas foram feitas tanto em terras anteriormente estipuladas como de uso comum ou já ocupadas por posseiros, constituindo-se em área de usufruto em comum, porém sem o reconhecimento legal.

Em relação a primeira forma de concessão, como a que ocorreu na Fazenda Butiá Verde, Cirne Lima discute que esta seria ilegal, pois segundo a Lei de Terras de 1850, as terras devolutas seriam adquiridas mediante a compra e a venda. A este respeito, o autor discute, em uma extensa nota de rodapé, a respeito de concessões de terras pelo Estado em troca de serviços, como a construção de estradas. O que pode ser constatado inclusive em forma de Lei, como na nº 540, de 7 de outubro de 1904, que dispõe o seguinte: “As empresas industriais e de viação, é o Governo autorizado a conceder favores que já tenham sido dados em lei a outras semelhantes, excetuada a garantia de juros”. Esta expressão, no entender do jurista “não especializa o seu objeto; é uma autorização geral; e, nestas circunstancias não poderá abrir exceção a uma lei especial, qual fosse a Lei de Terras do Estado, na qual se regula o modo de sua transferência”<sup>561</sup>. Porém a concessão de terras como forma de pagamento pela construção de estradas fazia parte, como aponta Walter Piazza, da diretoria do governo Hercílio Luz (1918-1922)<sup>562</sup>, persistindo, como se pôde observar, nos anos seguintes.

Dentre os demais grupos de concessão, outra que merece destaque refere-se a sexta forma, a respeito do uso comum e da apropriação em detrimento de posseiros, onde Cirne Lima discute que

---

<sup>560</sup> LIMA, Ruy Cirne. **Sesmarias e terras devolutas (parecer)**. Porto Alegre. Oficinas Gráficas Thurmann, 1931, p. 75-77.

<sup>561</sup> *Ibidem*, p. 82-83.

<sup>562</sup> PIAZZA, Walter Fernando (1994). *Op. Cit.*, p. 266.

Ainda haverá erro essencial sobre a coisa, no ato que, como si tratasse de terras devolutas, fizer a concessão de um proprio estadual, ou de um campo de uso comum.

Ainda haverá erro, quando tratando-se de terras devolutas ocupadas por posseiros, se lhes não oferecer a preferencia legal, que lhes cabe para sua aquisição<sup>563</sup>.

No caso das terras de uso comum oficialmente reconhecidas, como era o caso dos logradouros públicos, terras pertencentes ao patrimônio municipal, como as apresentadas no Capítulo 1 em relação a Lages e Curitibaanos, estas continuavam a pertencer como categoria jurídica, reconhecida, por exemplo, na Lei de Terras do Estado de Santa Catarina. O Decreto nº 46, de 11 de julho de 1934, que trata em seu Artigo 108 das terras de uso comum é praticamente uma cópia do Artigo 20 da Lei de Terras do Estado<sup>564</sup>.

Mesmo sendo reconhecidos por Lei os logradouros públicos vinham sendo alvo de constantes apropriações, no caso de Lages, ao que se tem conhecimento, desde o século XIX, fazendo com que o Relatório da Diretoria de Terras e Colonização referente ao ano de 1936 afirmasse que “dentro da zona compreendida pelo 4º Distrito [que compreendia a região de Curitibaanos] não existem campos de uso comum”<sup>565</sup>.

Porém, se oficialmente não existissem espaços reconhecidos como sendo de uso comum, aquelas terras concedidas a Demosthenes Bornhausen consistiam em um espaço onde o uso em comum persistia, sendo usufruído principalmente na criação de animais, tanto por confrontantes a estas terras quanto por posseiros, que não foram reconhecidos pelo Estado.

Tais questões, de concessão de grandes faixas de terras já habitadas por posseiros, sem que estes ao menos soubessem o que ocorria em suas terras, permaneceu em toda a Primeira República, não somente na região de Fraiburgo,

---

<sup>563</sup> LIMA, Ruy Cirne (1931). *Op. Cit.*, p. 88.

<sup>564</sup> SANTA CATARINA (Estado). Decreto nº 46, de 11 de julho de 1934. **Estado de Santa Catarina. Diretoria de Terras e Colonização. Conjunto de Leis**, Florianópolis, Livraria Moderna, p. 3-56, 1934, p. 24.

<sup>565</sup> SANTA CATARINA. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização referente ao ano de 1936, fl. 89.

mas em toda a Santa Catarina, adentrando em alguns casos a década de 1980, conforme Nazareno José de Campos<sup>566</sup>.

Em relação a apropriação de terras no Brasil de uma forma geral, sobretudo no caso de áreas de usufruto comum, comenta o autor que estes podem ocorrer por diversos interesses, que podem ser tanto de empresas, grupos ou mesmo individual, com uma intenção direta de apropriação privada<sup>567</sup>. Nem sempre estes agentes são externos, sendo que o caso mais conhecido é o da apropriação de extensas faixas de terras pelos “coronéis”, sobretudo das regiões ervateiras ao norte do planalto. O Capítulo 2 apresenta algumas apropriações de terra efetuadas no início do século XX, por interesses externos, inclusive de grupos estrangeiros, como no caso da *Brazil Railway*, além de outros grupos políticos e comerciais, interessados no processo de valorização das terras, esperando obter lucro com sua posterior revenda e exploração madeireira.

Como foi visto no Capítulo 2, se existiam grupos que se apropriavam das terras, e proibiam a entrada de vizinhos e seus animais, seja no apascentamento do gado, na alimentação dos porcos ou mesmo em seu arrebanhamento, da mesma forma que ao acesso as terras para outras atividades, em muitas delas a apropriação ocorreu de forma “pacífica”, sem a existência de conflitos diretos. Ao menos, como será visto mais detalhadamente para a região de Fraburgo, em um primeiro momento o acesso e o usufruto não deixavam de ocorrer, em muitos casos possivelmente porque este não interferia nos interesses naquele momento de quem se apropriou oficialmente da terra. Nestes açambarcamentos privados, como aponta Nazareno José de Campos, os habitantes posseiros que viviam naquelas terras, “despreocupados do sentido da propriedade”, desconheciam, em muitos casos, o

---

<sup>566</sup> Segundo o autor a concessão de terras públicas teria inclusive se aprofundado a partir da década de 1960 no Estado. Terras, em muitos casos, usufruídas em comum. Segundo o autor, por cerca de 20 anos o Irasc, Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina, órgão ligado à Secretaria de Agricultura, possibilitou a concessão de milhares de lotes a partir de sua criação no início da década de 1960. O órgão concedia terras devolutas, sem muita exigência mediante pagamento em dinheiro. Os requerimentos eram expedidos em edital e se, no prazo de 30 dias, não fosse contestado, o título era concedido em definitivo. Terras que eram concedidas desta maneira em diversas regiões do Estado, inclusive no planalto, como em Ponte Alta e Pouso Redondo, municípios vizinhos a Curitiba. Edital nº 71/73. Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina. *Apud* CAMPOS, Nazareno José de (1991). Op. Cit., p. 134; (2000). *Op. Cit.*, p. 195.

<sup>567</sup> *Ibidem*, p. 203.

que vinha ocorrendo na esfera legal em relação aquele espaço, continuando o usufruto daquelas terras como sempre fizeram<sup>568</sup>.

No caso da região de Fraiburgo, a apropriação da fazenda Butiá Verde, por exemplo, ao menos em seu início, possivelmente nada alterou na vida da população posseira. Esta permanecia naquelas terras, o que também ocorria com a população envolvida nos referidos acordos de 1926, usufruindo-as, da mesma forma que os confrontantes, em comum.

Muito embora uma fração de terras circunvizinhas tenham sido vendidas a terceiros, principalmente a partir da década de 1920, parte dos seus novos moradores possuíam uma formação social semelhante a daqueles antigos moradores, posseiros ou não. Tanto em inventários, quanto em registros de terras e depoimentos, foi possível verificar que muitas destas famílias, eram oriundas das regiões de Palmas, no Paraná, Vacaria, no Rio Grande do Sul, São Joaquim, Lages, Curitibanos e Campos Novos, em Santa Catarina, além de famílias de origem estrangeira, como a Abrão, oriunda da Síria, que residia na localidade conhecida como Barra<sup>569</sup>. Ocorria, neste caso, da mesma forma como a verificada com outros imigrantes e descendentes que migraram à região no final do século XIX, início do XX, uma integração destes novos moradores com seus vizinhos, sejam estes fazendeiros, pequenos e médios sitiantes, além de agregados, dando continuidade ao usufruto em comum da terra como o praticado de costume entre a população local.

Neste período, nas terras concedidas à *Brazil Railway* tem-se início o processo de colonização das terras marginais à ferrovia, trazendo em um futuro próximo, novas concepções e formas de uso daquele espaço, levando a ruptura de hábitos e costumes daqueles moradores, muitos deles ligados a aspectos voltados ao coletivo, como o uso em comum da terra, que passam gradativamente a se inserir, compulsoriamente ou não, na nova lógica social, econômica e espacial que se impõe.

---

<sup>568</sup> *Ibidem*, p. 206.

<sup>569</sup> ABRÃO. Sebastião Celso. 59 anos Depoimento, 28 de setembro de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor. No inventário de José Antônio Abrão, avô de Sebastião Celso Abrão, consta sua origem, natural da Síria, além de sua ocupação, criador. Inventário de José Antônio Abrão, 1939. Comarca de Curitibanos, caixa 23. Arquivo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.



### 3.2 – A COLONIZAÇÃO DO VALE DO RIO DO PEIXE

A colonização do Vale do Rio do Peixe introduziu valores externos em toda a região, deixando à população local duas alternativas: adaptar-se ou ficar excluída. Alternativas que eram impostas por duas razões: a primeira seria a desestruturação do modo de vida e a segunda pelo descompasso existente, em relação ao *habitus*, a temporalidade e a espacialidade da população local e as dos colonizadores, no caso estendendo o comentário para as empresas madeireiras. Muito embora, como foi visto no Capítulo anterior, a desestruturação do modo de vida, de antigos hábitos e costumes, já ocorressem desde o início do período republicano, tem-se, com a consolidação da colonização nos anos posteriores à Guerra do Contestado, uma abrangência espacial muito mais ampla desta ruptura, que, conforme Arlene Renk, ocorre:

quando a empresa colonizadora atinge as terras ocupadas por posseiros [também usufruídas em comum tanto por eles quanto pelos confrontantes], afetando o seu modo de vida. A colonização é [...] internamente apontada como um divisor de tempo e de mundo dos ex-posseiros [...], apresentado como “um tempo que não volta mais”<sup>570</sup>.

Desde o século XIX a idéia de imigração com o elemento europeu fazia parte do pensamento político brasileiro, estando intimamente ligados com o processo de “branqueamento” da população, assim como no povoamento da região Sul, com a formação de pequenas propriedades rurais e a transição da mão-de-obra escrava para a livre. As iniciativas de colonização do território brasileiro são, no entanto, mais antigas. Desde o século XVIII, entre 1748 e 1756, o Brasil Meridional foi alvo do afluxo de açorianos para o litoral de Santa Catarina, e para o Rio Grande do Sul, e ao Norte, para o Pará, fazendo parte da política portuguesa do *uti possidetis*<sup>571</sup>. Outras tentativas de imigração surgiram mais tarde, no início do século XIX, no

<sup>570</sup> RENK, Arlene Anélia (1997). *Op. Cit.*, p. 105-106.

<sup>571</sup> AREND, Silvia Maria Favero. A família açoriana na América Portuguesa: novos olhares. In: **Fronteiras**: Revista de História. Florianópolis, n. 7, p. 167-183, 1999, p. 168; MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do império**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999, p. 19; PIAZZA, Walter Fernando (1994). *Op. Cit.*, p. 29.

reinado de Dom João VI, com a instalação de suíços, alemães e holandeses, em áreas do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia<sup>572</sup>. Após a Independência, Dom Pedro I buscou estimular a imigração européia. Apesar de efêmera, sendo interrompida na década de 1830, com a lei orçamentária do mesmo ano, resultou no surgimento, na região Sul, de colônias como São Pedro de Alcântara, em Santa Catarina, Rio Negro, no Paraná e São Leopoldo, Três Forquilhas e Torres no Rio Grande do Sul<sup>573</sup>.

Sobretudo nos anos seguintes à maioria de Dom Pedro II, importantes projetos foram debatidos pelo governo, muitos deles tratando de entraves que impediam o desenvolvimento econômico do país a longo prazo. Estes pontos eram a mão-de-obra escrava, que implicava em futuros problemas com fim do tráfico com o crescimento vegetativo negativo da população escrava, a questão da terra e uma política de imigração, problemáticas que envolviam a questão da mão-de-obra nas grandes lavouras<sup>574</sup>.

Em Santa Catarina, diferente do que ocorreu com o Rio Grande do Sul, por exemplo, a colonização oficial teve pouco êxito, respondendo pelo surgimento de umas poucas colônias no século XIX, instaladas, sobretudo na região litorânea e no baixo vale do rio Itajaí, exceção feita a Colônia Militar de Chapecó. Predominou no Estado a iniciativa privada, presente desde o século XIX, sendo responsável pela colonização do Vale do Rio do Peixe e o Oeste, sobretudo após o ano de 1916, com o término da Guerra do Contestado e a resolução da questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina<sup>575</sup>.

A colonização do Vale Rio do Peixe teve início ainda na primeira década do século XX. Segundo Adelar Heinsfeld, logo que se iniciou a construção da ferrovia, o município de Campos Novos iniciou o parcelamento de parte do seu patrimônio municipal, localizado no encontro das águas do rio do Peixe com o Uruguai<sup>576</sup>. A venda do patrimônio municipal para a colonização foi autorizada pela Lei nº 132 de 12 de janeiro de 1907, na qual o Conselho Municipal “autorizou o Superintendente á

---

<sup>572</sup> SILVA, Lígia Maria Osório (1996). *Op. Cit.*, p. 130.

<sup>573</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (1999). *Op. Cit.*, p. 20-21; SILVA, Lígia Maria Osório (1996). *Op. Cit.*, p. 130.

<sup>574</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (1999). *Op. Cit.*, p.63-64.

<sup>575</sup> WAIBEL, Léo. *Op. Cit.*, p. 236-237. HEINSFELD, Adelar (2001), *passim*.

<sup>576</sup> HEINSFELD, Adelar (2001). *Op. Cit.*, p. 109.

mandar dividir o patrimonio que possui na bifurcação do Rio do Peixe e Rio Uruguay em lotes colonias, mandando reservar uma area para n'ella construir-se povoação"<sup>577</sup>. Terras que, se não eram habitadas por posseiros, possivelmente serviam ao usufruto da população que vivia próxima, como era costume.

Nos anos seguintes, com a efetivação da posse das terras concedidas como pagamento pela construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, a *Brazil Railway* inicia a colonização das suas terras. As primeiras tentativas realizadas pela empresa não surtiram os efeitos desejados, apesar de terem sido estabelecidos, entre 1913 e 1916, nove núcleos de colonização, acompanhando o traçado da ferrovia. Possivelmente o insucesso deste plano inicial de colonização se devesse a falta de infra-estrutura e o fato de ainda existirem posseiros vivendo nas terras. Soma-se a isto a Guerra do Contestado, com o comprometimento do transporte ferroviário e as notícias do ataque dos “jagunços” ao núcleo colonizador Rio das Antas. Esta infrutífera tentativa inicial de colonização serviu para que o governo permitisse à companhia a promoção da colonização de forma indireta, ou seja, vendendo grandes áreas a outras colonizadoras, que então se encarregavam da venda das colônias<sup>578</sup>.

Tem-se a partir de então a conseqüente criação de várias empresas de colonização, encarregando-se de fazer propaganda da região e buscar pessoas para o seu povoamento. São estas companhias, na maioria pertencentes a empresários do Rio Grande do Sul, as principais responsáveis pelo recrutamento e povoamento do ex-Contestado. Em relação a estas companhias comenta Eunice Nodari que

Competia a elas pôr em prática a opção de uma migração dirigida a grupos específicos que se adequassem aos padrões estabelecidos pelo Governo Estadual e pelas próprias companhias, ou seja, que povoassem e colonizassem a região ordeiramente.

A escolha dos colonizadores por colonos “ordeiros” e “trabalhadores” não incidiu sobre a população sertaneja da região, mas sim sobre os teutos e ítalo-

---

<sup>577</sup> **Vanguarda**. Campos Novos, ano 2 n. 2, 1º de maio de 1908, p. 2.

<sup>578</sup> CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. *Op. Cit.*, p. 93; HEINSFELD, Adelar (2001). *Op. Cit.*, p. 109-113; THOMÉ, Nilson (1983). *Op. Cit.*, p. 182.

brasileiros estabelecidos nos velhos núcleos de colonização do Rio Grande do Sul, que vinham sofrendo a sucessiva divisão das terras por herança e o alto preço das mesmas. Em Santa Catarina, além do baixo custo da terra se comparado as zonas coloniais gaúchas, era ainda possível a compra de terras contíguas, permitindo com que as famílias permanecessem unidas, o que já não ocorria no Rio Grande do Sul<sup>579</sup>.

A construção da estrada de ferro, cruzando o Vale do Rio do Peixe, possibilitaria o escoamento da produção daqueles colonos, como porcos vivos e alfafa, ligando a região aos grandes centros urbanos, como Curitiba e São Paulo. Assim, conforme Léo Waibel, “o hinterland de Santa Catarina foi drenado comercialmente para o norte, para São Paulo, por gente que veio do sul”. Quando Waibel apresentou o trabalho intitulado “Princípios da colonização européia no Sul do Brasil”, em 1949, o processo de colonização do ex-Contestado ainda estava em pleno desenvolvimento, “semeando povoados ao longo das estradas e rios, na direção norte, onde está o sertão desabitado”, embora quase todas as terras já houvessem sido apropriadas “por indivíduos ou companhias particulares, que especulam sobre a expansão do povoamento em futuro próximo”<sup>580</sup>. Este processo, se já se consolidava no médio e baixo vale do rio do Peixe, ainda estava em avanço nas suas bordas, tanto ao oeste, quanto ao norte, em algumas áreas de florestas, deixadas de lado pelos primeiros fazendeiros pecuaristas.

Nas áreas onde a colonização já havia se assentado no Vale do Rio do Peixe, eram realizados o plantio de feijão, trigo e milho, para citar as principais culturas, além da criação de animais como galinhas e porcos, este último destinado tanto ao consumo familiar quanto a comercialização. Além destes colonos, existiam pequenos produtores que desenvolviam a colheita da erva-mate, madeira e alfafa, que eram então comercializados, via ferrovia, aos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, sendo alguns produtos escoados até a Argentina, como no caso da madeira. Ou seja, verificava-se naquele espaço, como aponta Carlos José

---

<sup>579</sup> NODARI, Eunice Sueli. Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras. **Esboços**. Chapecó, v. 10, n. 10, p 29-51, 2002, p. 35-38.

<sup>580</sup> WAIBEL, Léo. *Op. Cit.*, p. 233.

Espíndola, “a presença de mercados regionais, nacionais e internacionais no consumo dos produtos originários do Oeste catarinense”<sup>581</sup>.

Dentro deste processo de colonização, comenta o autor que instalaram-se nos nascentes núcleos urbanos, alguns destes formados ao redor das estações ferroviárias, pequenos artesãos, sapateiros, padeiros, comerciantes, etc., onde desenvolveram pequenas fábricas, que coexistiam com um pequeno capital comercial de importação e exportação e as companhias colonizadoras. Diz ainda que “nesta estrutura, o excedente gerado acumulava-se nas mãos dos comerciantes locais e grandes praças importadoras, dos proprietários das atividades artesanais e, por último, nas mãos dos pequenos produtores rurais”<sup>582</sup>.

A presença de comerciantes atuando na compra de produtos agrícolas produzidos na região, da mesma forma que a atuação das pequenas produções mercantis, impulsionaram a criação de porcos. Relatos como o de Celestina Perotto, de 87 anos, cujos pais, de origem gaúcha, se instalaram em meados da década de 1920 em terras próximas à Estação Rio Bonito, atual município de Tangará, dão conta da existência da criação de porcos soltos no início da colonização em áreas onde se instalaram muitos colonos confrontantes com antigos moradores locais<sup>583</sup>. É lícito pensar que as terras da ferrovia, embora proibidas de serem ocupadas pelo regime de posse, ainda se constituíssem, naquela época, em espaços de criação em comum pela população cabocla.

A criação dos porcos por parte da população chamada de “cabocla” pelos colonos que passaram a ocupar as terras da região, pouco diferia da que vinha sendo praticada há anos na região. Soltavam-se os porcos, que percorriam pinheirais, campos e butiazais, em busca de alimento, onde cresciam, engordavam e se multiplicavam até sua captura. A respeito desta criação, Roberto Lobato Corrêa

---

<sup>581</sup> Inclui-se neste comentário todo Vale do Rio do Peixe, que neste contexto passava pelo mesmo processo. ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias do Brasil: o caso Sadia**. Chapecó: Grifos, 1999, p. 20. Eli Maria Bellani comenta que muitos madeireiros que atuaram no vale do rio Uruguai exportavam sua produção, via balsa, para a Argentina, aproveitando a época de cheias, quando aumentava o volume de água do rio, que mesmo não sendo navegável, permitia o transporte das toras, atravessando corredeiras e ilhas ao longo do trajeto. BELLANI, Eli Maria. Balsas e Balseiros no rio Uruguai (1930-1950). In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do Oeste catarinense: 10 anos do Ceom**. Chapecó: Unoesc, 1995, p. 123-133.

<sup>582</sup> ESPÍNDOLA, Carlos José. *Op Cit.*, p. 22.

<sup>583</sup> PEROTTO, Celestina. 87 anos. Depoimento, 8 de janeiro de 2006. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

comenta que esta necessitava de uma ampla área, pois uma cabeça requeria aproximadamente cinco hectares de mato, ou seja, não poderia coexistir com uma intensa ocupação, sendo assim uma atividade de áreas de baixa intensidade demográfica e pouca ocupação do solo<sup>584</sup>. Isto ainda era possível em muitas áreas confrontantes aos nascentes núcleos de colonização, como na região de Butiá Verde e Baía, estendendo-se ao Taquaruçu, onde ainda existiam amplas áreas de campos, matas e faxinais.

Nestas eram criados, à solta, porcos, bois, cabras e ovelhas, percorrendo, de maneira semelhante a outras áreas do planalto, terras que poderiam ser tanto devolutas quanto particulares. Criação esta exercida tanto por proprietários legais das terras quanto por posseiros e agregados.

Agregados que não residiam apenas em terras de grandes fazendeiros com propriedade legal, mas também em fazendas de posse, como era o caso da fazenda Liberata. Agregados que de certa forma serviam também para proteger as posses de eventuais invasões por terceiros<sup>585</sup>. Na localidade do Campo da Dúvida viviam outras famílias de agregados, como era o caso de Leopoldino Ribeiro e de Felício Pires. De acordo com Sebastião Pires, neto de Felício Pires, cuja esposa é neta de Leopoldino Ribeiro, estes se instalaram na localidade antes mesmo do conflito do Contestado, onde criavam porcos, ovelhas e gado<sup>586</sup>. Residiam em terras onde atualmente encontra-se a área urbana do município de Fraiburgo. Aquelas terras compunham parte do imóvel Butiá Verde, pertencentes aos irmãos Burger. Alguns anos após a aquisição do imóvel, parte destas terras foram revendidas, por Frederico José Burger, ao Coronel Belizário Ramos, irmão do ex-governador Vidal Ramos, no ano de 1933<sup>587</sup>, em terras que passaram a compor a Fazenda Bom Futuro. Tanto Felício Pires quanto Leopoldino Ribeiro permaneceram naquelas terras como agregados<sup>588</sup>, inclusive sendo indicados em uma planta do referido imóvel, do ano de 1938, conforme é possível constatar na Figura 13:

---

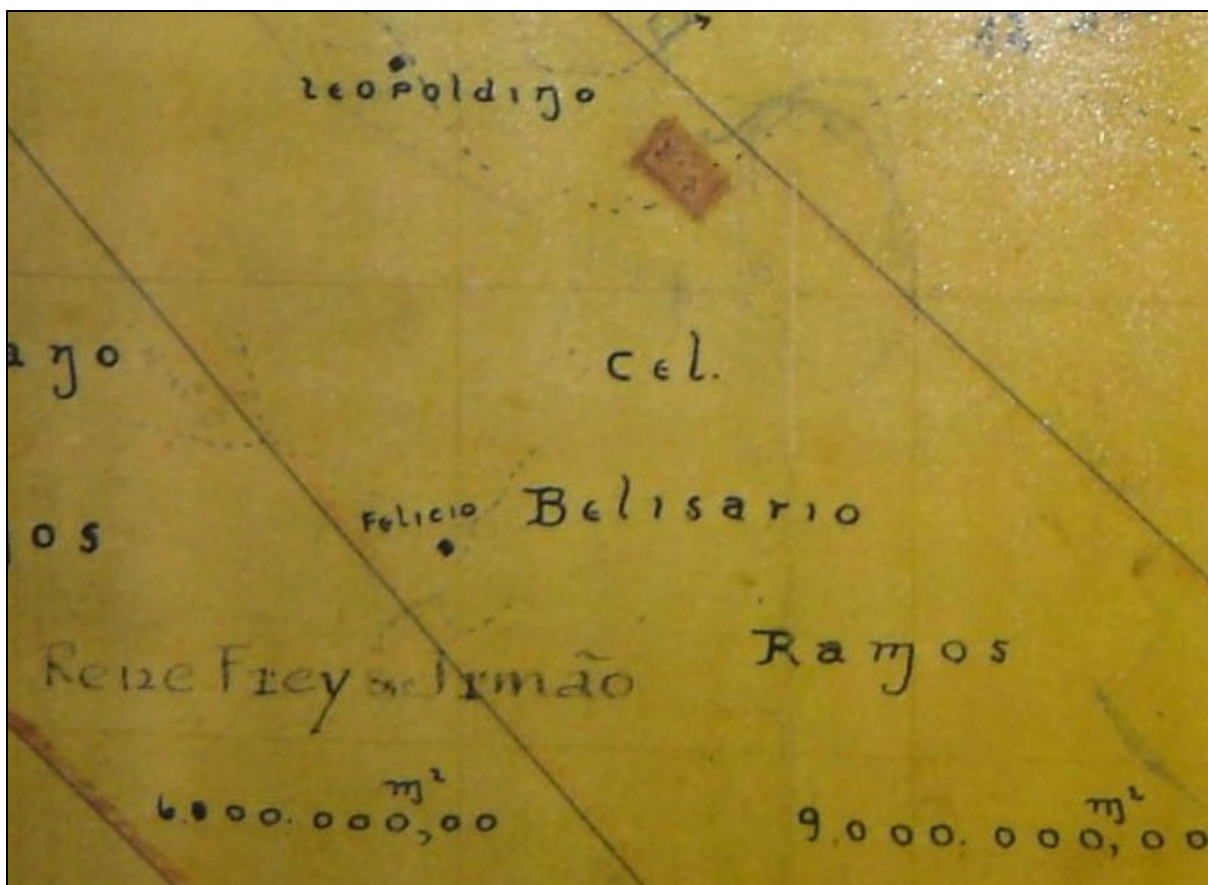
<sup>584</sup> CORRÊA, Roberto Lobato. *Op. Cit.*, p. 93.

<sup>585</sup> SANTOS, Sebastião Andrade de. Entrevista citada.

<sup>586</sup> PIRES, Sebastião (2005b). Entrevista citada.

<sup>587</sup> Registro número 562, livro 3a de 7 de abril 1933. Cartório do Registro de Imóveis do município de Curitiba, Santa Catarina.

<sup>588</sup> PIRES, Sebastião (2005b). Entrevista citada.



**FIGURA 13: Detalhe da planta da fazenda Bom Futuro em 1938<sup>589</sup>.** As terras que formam esta fazenda foram adquiridas por Belizário Ramos de Frederico José Burger em 1933. Observem a localização das áreas onde residiam Leopoldino Ribeiro e Felício Pires, próxima à serraria René Frey & Irmão que se instalou na localidade um ano antes. Atualmente esta área faz parte do centro urbano de Fraiburgo

Fonte: Museu Municipal de Fraiburgo

Muitos dos criadores de animais soltos possuíam porções consideráveis de terra, como é o caso de Otávio Moreira de Andrade, o que pode ser visto através do depoimento de antigos moradores da região, além de registros de compra de terras no Cartório de Registro de Imóveis de Curitiba. A fazenda de Otávio Moreira de Andrade foi sendo constituída e ampliada, conforme o depoimento de seu genro, a medida que ele ia vendendo porcos e bois adquirindo mais terras, fazendo o mesmo processo sucessivamente.

<sup>589</sup> A planta completa encontra-se nos anexos deste projeto.

Comprava de um, comprava de outro, ia comprando as terras, 200 alqueires daqui, 100 de outro [...] O véio comprou na época [...] um terreno de 5 milhão de campo, 200 alqueires, para pagar com uma safra de porco, um lote de boi que ele tinha. Tinha 300, 400 boi engordando<sup>590</sup>.

Dentre estas aquisições estavam, por exemplo, parte das terras pertencentes a Fazenda Butiá Verde, de Demosthenes Bornhausen, além de terras de outros proprietários<sup>591</sup>.

Em suas terras as principais criações eram de gado bovino e suíno. Se o gado bovino era criado principalmente nas áreas de campo, onde existiam também algumas mangueiras, destinadas ao aprisionamento para a engorda, os porcos eram criados livremente, circulando nos mesmos espaços onde percorriam e alimentavam-se animais de seus vizinhos, fossem eles posseiros ou não. Caso semelhante ocorria com as terras da família Abrão, proprietária da Fazenda da Barra, cuja área era de 14.310.884 m<sup>2</sup><sup>592</sup> e as terras da fazenda Liberata.

Segundo conta Sebastião Celso Abrão, cuja família possuía a Fazenda da Barra, atualmente localizada no município de Lebon Régis, a criação de animais, em especial o porco, era uma das principais atividades econômicas da família. Criado solto, como de costume na região, ele percorria não apenas as terras da família, de extensão considerável, mas também as áreas vizinhas:

naquele tempo criava porco no mato tudo solto. Não vacinava, nada. Me lembro era piação de uns 9,10, 12 anos pegava porco ficava quase uma semana para pegar porque tinha que amarrar tudo na corda e eles viviam no mato [...]. Era tudo em aberto, tinha a propriedade, tinha um potreirinho para fechar um cavalo, mas era tudo em aberto. Da Fazenda da Barra, e os porcos ficava solto, ia para a fazenda do Rocha, da fazenda do Butiá Verde, tinha muito butieiro. Ele ficava comendo butiá e castanha.

---

<sup>590</sup> ROCHA, Aristiliano de Oliveira. 66 anos; ROCHA, Maria Moreira. 63 anos. Depoimento, 06 de abril de 2006. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

<sup>591</sup> Registro número 2.432, livro 3c, de 3 de julho de 1941. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitiba, Santa Catarina; Registro número 3.727, livro 3d, de 10 de abril de 1944. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitiba, Santa Catarina.

<sup>592</sup> Inventário de José Antônio Abrão. *Op. Cit.*, fl. 16.



Na Liberata encontravam-se moradores como Fabrício Dias de Andrade, que além de possuírem pequenas plantações de trigo e milho e algumas cabeças de gado, encontravam como complemento da renda a criação de porcos soltos nos pinheirais<sup>593</sup>, comumente sendo encontrado em áreas relativamente distantes como no Campo da Dúvida. Conta Sebastião Pires que os “liberatianos”, como se refere aos moradores da Liberata, eram grandes criadores: “o que mais tinha era porco desses liberatianos [...]. Vinham porco deles, boi, cavalo, vinham tudo para cá, pastavam o tanto que queriam”<sup>594</sup>.

Portanto, fica evidente a existência de vários criadores ocupando os mesmos espaços. Para a identificação, os animais eram diferenciados com cortes na orelha ou no rabo no caso dos porcos, e de marcas ou cincerros nos outros animais, como bois e cavalos. Animais sem marca, como no caso dos porcos, conhecidos como “orelhão”, não possuíam dono, sendo de quem os encontrasse em suas terras. Mesmo assim isso não impedia que eventuais furtos de animais ocorressem, principalmente de porcos<sup>595</sup>.

Por percorrerem livremente a mata, reproduzindo-se sem o controle dos proprietários, não era raro que o número exato de animais possuídos fosse desconhecido, sobretudo em relação aos porcos. Sebastião Celso Abrão conta que quando ia capturar os porcos assinalados, encontrava, em muitos casos, as porcas acompanhadas de mais de uma centena de leitões<sup>596</sup>. O número exato de porcos possuídos por Joaquim Dias de Moraes foi alvo, por exemplo, de discussão entre seus herdeiros no já referido inventário. Na descrição dos bens consta que o inventariado possuía, dentre mulas, cavalos, bois, ovelhas e cabritos, trinta e cinco porcos. Este número de porcos é discutido pelos seus herdeiros. Em um ofício dirigido ao Juiz da Comarca de Curitiba, que consta no referido inventário, é alegado o seguinte: “o número de porcos cremos ser maior que o declarado, mas, não o negamos, só com cuidadoso trabalho de procura, no mato, pode haver entrega do exato número”<sup>597</sup>. No mesmo processo, outro ofício é enviado, desta vez

---

<sup>593</sup> BURKE, Thomas J. *Op. Cit.*, p. 144.

<sup>594</sup> PIRES, Sebastião (2005b). Entrevista citada.

<sup>595</sup> LARA SOBRINHO, Miguel (2005). Entrevista citada; PRADO, Nair Ribeiro do. Entrevista citada; FELISBINO, Pedro Aleixo. Entrevista citada.

<sup>596</sup> ABRÃO, Sebastião Celso. Entrevista citada.

<sup>597</sup> Inventário de Joaquim Dias de Moraes. *Op. Cit.*, fl. 17.

para reclamar o estado de abandono em que se encontravam a criação de porcos do finado Joaquim Dias de Moraes:

os porcos pertencentes ao espólio, não estão sendo cuidados e, há sete meses falecido o inventariado, os porcos que, então não tinham ainda marca ou sinal, não foram, posteriormente marcados; e a verdade é que facilmente se encontrarão na fazenda inventariada, o dobro ou o triplo dos porcos que foram declarados; e pertencentes ao espólio<sup>598</sup>.

Se os porcos eram criados soltos, se reproduzindo sem o controle dos proprietários, animais como cavalos e ovelhas eram, em muitos casos, criados fechados. Sebastião Celso Abrão comenta sobre a existência de um potreiro fechado para os cavalos<sup>599</sup>, enquanto Sebastião Pires menciona que ovelhas eram também criadas fechadas para evitar o ataque de cães:

A ovelha é a maior inimiga do cachorro. [...] Então a ovelha, tinha muita ovelha, só o velho meu sogro tinha a razão de duzentas e poucas ovelhas. Eu acho que fazia só para o consumo, tirar lã, faziam acolchoado. Então ele tinha as ovelhas, vender era muito difícil. Muita gente tinha ovelha, lá ela cria 10, outro tinha 30 outro tinha 10 e outro já tinha mais um pouco, e ovelha era um bicho bem desgracento para criar num carrascal desse aqui. Tinha que fechar, a ovelha tinha um piquete um potreiro próprio para criar. [...] Mas assim mesmo muita gente soltava, mas soltava para dar de comida para os cachorros do vizinho, que ela batia o pé e o cachorro. Como diz naquela pergunta, o cachorro ovelheiro come o pelego<sup>600</sup>.

Além da criação de animais soltos, outras atividades eram praticadas em comum nas terras, não importando quem fosse o proprietário, como a caça de animais, como tatus, – “menos o de rabo mole, que faz buraco em túmulo<sup>601</sup>” – veados e porcos do mato. Este último relatado por Sebastião Pires: “então eu vinha

<sup>598</sup> *Ibidem*, fl. 86.

<sup>599</sup> ABRÃO, Sebastião Celso. Entrevista citada.

<sup>600</sup> PIRES, Sebastião (2005b). Entrevista citada.

<sup>601</sup> LEITE, José Lindolfo Cordeiro. 64 anos. Depoimento, 2 outubro 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

com meu avô [Felício Pires]. Ele subia numa árvore e ponhava numa taquara um facão, e ali ele matava o porco”<sup>602</sup>.

Nesta forma de criação dos animais em aberto, as roças eram cercadas para impedir a invasão dos animais criados e até mesmo de alguns veados que existiam na região. Como as lavouras eram destinadas à subsistência e não à comercialização, estas ocupavam pouco espaço, se comparadas às terras de criar. Utilizavam-se, em muitos casos, para cercar as roças, onde plantavam sobretudo milho, consorciado ao feijão, arroz sequeiro, abóboras e melancias, os chamados “rachões”, que consistiam em tábuas feitas a partir do pinheiro lascado. Cercas que poderiam ser construídas com outros tipos de madeira e com toras de pinheiros ou árvores como o xaxim, as quais também poderiam ser utilizadas na construção de encerras, onde era plantado um milharal para a engorda dos porcos, estes sim, destinados não apenas ao consumo próprio, mas também a comercialização<sup>603</sup>, como comenta Sebastião Celso Abrão:

o milho era para engordar o porco para fazer uma banha bem feita, deixava no chiqueiro e engordava [...] separava a banha do pinhão, era uma banha dura, e ficava um tanto assim de pinhão e um tanto assim de milho. [...] Mas também se quisesse matar do mato pegava<sup>604</sup>.

O sistema de “roça cabocla”, como foi visto, permitia esta forma de criação, pela existência de amplos espaços naturais, onde as posses ocupavam, em muitos casos, uma grande faixa de terra, sendo que muitos poderiam possuir terras confrontantes as pertencentes a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, por onde eventualmente transitavam seus animais a procura de alimento. Nestas terras, vislumbrava-se uma baixa ocupação demográfica, e em algumas áreas, ao menos quando a colonização ainda se mostrava incipiente, a presença do homem, em uma área relativamente extensa, era identificada apenas pela existência de um estreito carreiro, sua casa e uma pequena área onde era formada a roça cercada.

---

<sup>602</sup> PIRES, Sebastião (2005a). Entrevista citada

<sup>603</sup> ABRÃO. Sebastião Celso. Entrevista citada; LEITE, José Lindolfo Cordeiro. Entrevista citada; PRADO, Nair Ribeiro do. Entrevista citada.

<sup>604</sup> ABRÃO. Sebastião Celso. Entrevista citada.

Após alguns meses ou até anos criados soltos, os porcos, “gordos de tanto comer pinhão”, eram capturados no meio do mato. Às vezes recorria-se ao auxílio de cães treinados, “para pegar, levava o cachorro, se ele visse o porco já pegava”<sup>605</sup>. A captura dos animais chegava a demandar quase um mês, conforme relata José Lindolfo Cordeiro Leite:

Naquele tempo [...] não era agricultura, porque quase ninguém lidava, era tipo criador, naquele tempo criava, nem tinha cerca, era aberto, só fazia uma marca onde eram as divisas, marcavam uma madeira assim, não tinham cerca, nada que não existia arame. E daí ali era a divisa de terreno, mas a criação criava tudo junto, uns criavam porco outros criavam animal, criavam gado. E era tudo misturado. Diz que era um espaço muito grande. Então a criação vivia solta, às vezes extraviava os animais, meus Deus do céu. Então da nossa fazenda nós vínhamos lá dos, para pegar animal no Ortiz ali na Liberata, e às vezes noutras partes, criação. Naquele tempo por causa dos baguás que avançavam nos cavalos e os cavalos se assustava se desnorreava que nem sabia por onde andava. Às vezes levava mês para a gente achar. Naquele tempo tinha tudo que era criação<sup>606</sup>.

Depois de arrebanhados, os animais eram conduzidos a uma encerra de milharal para continuarem a engorda, ou a um mangueirão, de onde as varas de porcos partiam, conduzidas a pé, rumo aos centros consumidores<sup>607</sup>. Da mesma forma que criadores de porcos de outras áreas, como aponta Delmir José Valentini, os animais criados na região de Fraiburgo seguiam em tropa através da antiga estrada que ligava Curitiba a Videira<sup>608</sup>, demorando “quatro dias para chegar a Videira” em um trajeto não superior a 25 quilômetros<sup>609</sup>. Assim relembra Sebastião Celso Abrão as tropeadas de porcos realizadas na infância, informando o número de animais que conduzia para a venda:

---

<sup>605</sup> ABRÃO, Sebastião Celso. Entrevista citada.

<sup>606</sup> LEITE, José Lindolfo Cordeiro. Entrevista citada.

<sup>607</sup> HEPP, Carlos. 72 anos. Depoimento, 23 de julho de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor; LEITE, José Lindolfo Cordeiro. 64 anos. Depoimento, 2 de outubro de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

<sup>608</sup> VALENTINI, Delmir José. Tropeirismo regional: o singular tropeiro de suínos pelos caminhos históricos de Curitiba. In: **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: Edições EST, 2004. p. 178.

<sup>609</sup> HEPP, Carlos. Entrevista citada.

Levava tocava aquele porco pelos matos, pelos carreiros, pelos rios. Para ver como naquele tempo o povo era lidador, tocava 100 cento e poucos porcos, tocava e não extraviava, ia como queriam. Eu to com 59, tinha 12<sup>610</sup>.

Como muitos daqueles animais permaneciam mais de um ano soltos, se tornando desta forma alçados, os criadores, para conseguir transportar a porcada em tropa, adotavam o seguinte método, aqui descrito por José Lindolfo Cordeiro Leite:

então pegava aqueles porcos de 3,4 anos, assim, porco criado no mato que nunca via gente. Então a gente tinha que costurar os olhos, bem costurado para ele seguir os outros que daí ele segue a tropa e não sai. Porque se não costurar ele não acompanha, daí ele vai pro mato e não há mais quem pegue<sup>611</sup>.

Procedimento que também era adotado por outros criadores da região, que “costuravam-lhe as pálpebras com fio de cedenho<sup>612</sup> ou pingavam-lhes uma gota de creolina nos olhos, a fim de deixá-los completamente cegos. Assim, os brutos seguiam a tropa só ‘pela bulha e pelo faro’”, conforme aponta Euclides Felipe<sup>613</sup>.

A criação de suínos, contudo, também ocorria entre os colonos que se instalavam no Vale do Rio do Peixe. Paulo Fernando Lago comenta que o relevo das regiões colonizadas, em vales de encostas íngremes, onde o terreno possuía, em muitos casos uma declividade acentuada, representava restrições para a criação do gado bovino, sendo criado apenas para a produção leiteira e como animal de tração<sup>614</sup>. Ademais, a criação de suínos, era também compatível com o tamanho da colônia, e se compatibilizava também com a tradição cultural dos alemães e italianos, cujo passado estava ligado, assim como o de portugueses e espanhóis, aos romanos, que já criavam porcos, e aos povos bárbaros, que se não criavam, ao menos apreciavam o javali. Em seus lotes, os colonos praticavam o que o autor denominou de “binômio milho/porco”, atividade possível em lotes coloniais de

---

<sup>610</sup> ABRÃO, Sebastião Celso. Entrevista citada.

<sup>611</sup> LEITE, José Lindolfo Cordeiro. Entrevista citada.

<sup>612</sup> Crina cortada. VALENTINI, Delmir José (2004). *Op. Cit.*, p. 179.

<sup>613</sup> FELIPPE, Euclides (2000). *Op. Cit.*, p. 144.

<sup>614</sup> LAGO, Paulo Fernando. *Op. Cit.*, p. 289.

reduzido tamanho, em média 10 alqueires ou 24,2 hectares. Este binômio, no entanto, não foi invenção dos colonos que se estabeleciam no rio do Peixe. Este já era observado em outras áreas de colonização, como na região de Urussanga e Vale do Itajaí, da mesma forma que era também observado no Meio-Oeste norte-americano e na porção norte dos pampas argentinos, onde já se constatava “a eficácia do enlace entre o mais notável cereal do Novo Mundo e a espécie porcina”. Em relação à opção da criação de porcos, outro fato apontado pelo autor refere-se a capacidade de conversão de alimentos em carne. Se para a criação bovina são necessários 20 quilogramas de alimento, como o feno e o milho, para a engorda em um quilograma, o porco necessita, para o mesmo ganho de massa, de apenas seis quilogramas de milho<sup>615</sup>, sendo este criado fechado em encerras, diferente do modo até então praticado pelos antigos moradores, soltos, percorrendo pinheirais e áreas de campos em comum.

A engorda do porco, mais rápida e com menor necessidade de alimentação era também um dos motivos para que muitos dos moradores que viviam na região antes da colonização, sejam eles pequenos caboclos ou grandes fazendeiros, também considerassem a criação de porcos vantajosa, como relata Valdomiro Monteiro, antigo morador da região de Curitiba:

criavam muito porco solto [...] Gado não era tanto, mais era porco. Que naquele tempo o gado tinha que deixar até seis anos de idade para poder viajar daqui. Bom aqui carregava pela estrada de ferro mesmo<sup>616</sup>.

O destino de muito destes animais, como rememora Celestina Perotto, era o seguinte:

eu me lembro que quando tinham que carregar o trem. Então vinham tocando aquela tropa de porco, um na frente com milho.

---

<sup>615</sup> LAGO, Paulo Fernando. *Op. Cit.*, p. 289.

<sup>616</sup> MONTEIRO, Valdomiro de Souza. 70 anos. Depoimento, abril de 2005, Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do Autor.

Tocado na mangueira e depois ia para o trem e ia para o comércio. Era assim<sup>617</sup>.

No Vale do Rio do Peixe e região, onde a criação de animais soltos, da mesma forma que sua comercialização, antecedia a colonização, esta foi impulsionada pela construção da ferrovia e pela atuação de comerciantes, que enviavam os animais para fábricas de banha e derivados de carne, de forma semelhante ao sudoeste do Paraná, conforme Roberto Lobato Correa, onde ocorreu um “enorme surto na criação de suínos [...] surto êsse paralelo à expansão em direção as terras florestais não ocupadas”. O crescimento na produção, no início de banha, relacionava-se, como aponta Roberto Lobato Corrêa, a expansão do mercado consumidor, “que o comércio importador não poderia suprir em função dos preços elevados dos artigos importados, possibilitando o aparecimento de unidades fabris produtoras”. Desta maneira aparecem os primeiros frigoríficos na região Sul do Brasil como o Matarazzo em Jaguaraíva, no Paraná, em 1917, seguido de outros que surgiram tanto no mesmo Estado, como em Ponta Grossa, e no Rio Grande do Sul, em Marau e Serafina Corrêa, por exemplo<sup>618</sup>.

Eram os tempos do chamado “porco banha”, destinado a abastecer as necessidades da população dos grandes centros urbanos, sobretudo da região Sudeste. Os óleos vegetais eram então pouco utilizados, e sua produção, a partir de sementes oleaginosas, como no caso do azeite de dendê, visava atender o consumo regional. A banha era um produto valorizado, servindo tanto no cozimento quanto na conservação de alimentos. E os porcos criados soltos, como os da raça Macau, uma variedade rústica introduzida pelos portugueses e criada solta no planalto pelos caboclos, possuía uma boa quantidade de banha, sendo que muitos destes animais passaram também, no início da colonização, a ser empregados pelos colonos<sup>619</sup>. No entanto, sua forma de criação, diferia da tradicional, à solta, anteriormente praticada na região, sendo que a criação pelo colono ocorria de forma fechada.

---

<sup>617</sup> PEROTTO, Celestina. Entrevista citada.

<sup>618</sup> CORRÊA, Roberto Lobato. *Op. Cit.*, p. 89; ESPÍNDOLA, Carlos José. *Op. Cit.*, p. 23.

<sup>619</sup> LAGO, Paulo Fernando. *Op. Cit.*, p. 28; VALENTINI, Delmir José. O tropeirismo de suínos na região do Contestado e sua influência no incipiente processo agroindustrial. In: ZOTTI, Solange Aparecida (org). **História faz história**: contribuições ao estudo da história regional. Concórdia: UnC, 2006, p. 49.

Por outro lado, Delmir José Valentini argumenta que a criação de porcos, por ter se tornado economicamente atraente, fez com que também migrantes e descendentes de imigrantes que se estabeleceram na região, os criassem soltos<sup>620</sup>. É possível pensar que alguns descendentes de imigrantes, de origem mais antiga, adotassem antigos hábitos e costumes, pois, como aponta Léo Waibel, muitos que se instalaram no Sul do Brasil, sobretudo no século XIX, acabaram tornando-se “caboclos”. Este era o caso, como já foi apontado, de migrantes e imigrantes que se instalaram na região em fins do século XIX, adotando antigos hábitos e costumes da população local, como o uso comum da terra, tornando-se inclusive seguidores dos preceitos do monge João Maria<sup>621</sup>.

Porém, diferente do que ocorria no final do século XIX, início do XX, quando a instalação de imigrantes e migrantes de origem europeia para a região era menor, muitos dos novos moradores, como foi visto, eram oriundos das áreas de colonização europeia do Rio Grande do Sul, onde buscavam reproduzir, nas novas colônias, a sua antiga forma de vida. Soma-se a isso o adensamento populacional, pela disposição dos lotes coloniais, muito maior do que o até então existente no planalto e rio do Peixe antes da colonização, o que, de certa forma, servia como impedimento para que a criação extensiva de suínos, que por requerer pouca ocupação do solo, fosse realizada pelos colonos. Mas nada impede, contudo, que alguns dos novos moradores tenham adotado tal prática em algumas regiões, da mesma forma que muitos adotaram a coivara indígena.

Na compra destes animais, sejam eles os criados em encerras ou aqueles à solta, atuavam diversos comerciantes ao longo do Vale do Rio do Peixe, como era o caso de Atílio Fontana. Descendente de italianos que viviam no Rio Grande do Sul, Fontana iniciou suas atividades comerciais em Cruzeiro, atual Joaçaba, de onde despachava alfafa e suínos, remetidos, na maioria, para São Paulo. As freqüentes remessas de animais para esta cidade, segundo Carlos Espíndola, fizeram com que Fontana se tornasse representante exclusivo da Antônio Menck & Irmãos, atacadistas de porcos em Itararé e abastecedor dos frigoríficos Swift e Armour. Esta

---

<sup>620</sup> VALENTINI, Delmir José (2006). *Op. Cit.*, p. 45.

<sup>621</sup> WAIBEL, Léo. *Op. Cit.*, p. 246. Aldair Goeten de Moraes, descendente da família Goeten, que vivia em Curitiba já no início do século XX menciona que sua família adotou muitos dos costumes da região, inclusive o batismo ensinado por João Maria, pelo qual ele também foi batizado. MORAES, Aldair Goeten. Entrevista citada.



exclusividade na comercialização de suínos entre a região e São Paulo fez com que os demais comerciantes da região enviassem seus suínos para outros frigoríficos localizados no Paraná e no Rio Grande do Sul<sup>622</sup>.

Muitos destes comerciantes veiculavam anúncios em jornais locais, anunciando não apenas seus produtos a venda, mas também a compra de produtos, como alfafa, erva-mate, banha e porcos.

Matriz: Bom Retiro

**FONTANA & CIA.**

Filiais: PERDIZES e AGUA DOCE

Santa Catarina - End. Teleg. FONTANA - Linha Sul E. F. S. P. R. G.

Compras e vendas exclusivamente a dinheiro

Mantem sempre em suas casas o maior sortimento da zona, como sejam: fazendas, armários, ferragens, louças, calçados, chapéus, fogões, camas, roupas feitas, perfumarias, joias, etc.

Grande estoque de secos e molhados

COMPRADORES DIRETOS DAS MAIS IMPORTANTES FABRICAS E FIRMAS DO PAIZ, OFERECENDO, DESSA FORMA, À SUA FREGUEZIA, ARTIGOS DA MELHOR PROCEDENCIA

SEM TEMER CONCURRENCIA

Grandes expoztadores de tudo quanto é PRODUTOS coloniais e serranos, á saber:

ESPECIALISTAS EM COMPRA DE SUINOS-VIVOS, PARA QUANTIDADES SEM LIMITES, E DE ALFAFA, MANTENDO COMPRADORES DIRETOS EM quasi todas as Estações entre Perdizes á Volta Grande

BANHA, MILHO, FEIJÃO, BATATA, COUROS SECOS, PELES, CÊRA, CRINAS, LÃS, TRIGO EM GRÃO

Consultar os preços da casa Fontana é saber ganhar dinheiro

**FIGURA 14: Foto de anúncio de compra de suínos vivos.** Anúncios como estes demonstram a atuação de comerciantes no Vale do Rio do Peixe vendendo tanto produtos como tecidos e ferramentas quanto comprando a produção dos colonos e outros moradores da região como porcos, e alfafa, exportados principalmente para a região Sudeste.

Fonte: **O Cruzeiro**. Cruzeiro do Sul (Joaçaba), ano 1, n. 9, 14 de janeiro de 1934, p. 3..

<sup>622</sup> ESPÍNDOLA, Carlos José. Op cit., p. 23.

**Artur Pereira**  
 IMPORTADOR E EXPORTADOR

Comprador em grande escala de: - herva barbaquá,  
 banca, cereais e suínos

Sécos e Molhados, Ferragens, Louças, Tintas e Oleos  
 Fazendas, Armarinhos e Calçados

INDUSTRIAS: - Fabrica de Café e preparo de Pêlegos Argentinos  
 Agente da STANDARD OIL COMPANY  
 Banqueiro da Companhia SUL AMERICA Seguros de Vida  
 Proprietario da Fazenda Santa Terezinha - Ressaca

Os artigos para as diversas secções de seu estabelecimento comercial, são adquiridos nas  
 mais importantes fabricas do aiz e do Extrangeiro

VARIADO ESTOQUE DE TECIDOS, CALÇADOS, ARMARINHOS E PERFUMARIAS, DOS MELHO-  
 RES E MAIS REPUTADOS FABRICANTES — PREÇOS SEM COMPETIDOR

Endereço telegrafico: - *Arcoyres*  
 Codigos: - *Borges e Particular*

**Artur Pereira** Cruzeiro do Sul  
 Estado de Santa Catarina

**FIGURAS 15: Foto de anúncio de compra de suínos vivos.** Neste anúncio o comerciante também compra dos colonos outros produtos como cereais e a erva-mate.

Fonte: **O Cruzeiro**. Cruzeiro do Sul (Joaçaba), ano 1, n. 8, 7 de janeiro de 1934, p. 5.

Estes comerciantes, contudo, não eram os únicos destinos dos porcos criados soltos em comum, sobretudo em áreas de colonização ou próximas. Nos nascentes núcleos urbanos surgiram diversas iniciativas industriais, muitas delas originadas não somente pelo capital comercial, mas também por “uma mão-de-obra especializada, mestres, operários qualificados e artesãos”<sup>623</sup>. Imigrantes e migrantes de origem européia, “gente de origem modesta [...], com ou sem experiência

<sup>623</sup> SILVA, Marcos Aurélio da. O processo de industrialização no Sul do Brasil. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, n. 15, 64p., maio 2006, p. 10

industrial anterior”<sup>624</sup>, marcando a inserção da região no processo de mercantilização e especialização produtiva<sup>625</sup>.

De modo semelhante ao apontado por Armen Mamigonian em relação a colonização no Sul do Brasil em geral, os colonos que se instalavam no Vale do Rio do Peixe e Oeste, “já praticavam uma significativa divisão social do trabalho (p. ex. os agricultores compravam tecidos, instrumentos de trabalho, etc.)”<sup>626</sup>, onde encontravam-se estruturas sócio-econômicas capitalistas plenas ou em desenvolvimento, transplantando-as “em suas regiões de destino”<sup>627</sup>. No início das atividades estas empresas puderam contar com um mercado consumidor local, formado pelos moradores no então nascente processo de urbanização da região<sup>628</sup>.

Dentre as empresas que surgiram, tendo como primeiros consumidores os moradores locais, é possível citar o caso dos irmãos René e Arnoldo Frey, que iniciaram suas atividades empresariais no Vale do Rio do Peixe, na localidade de Perdizes, atual município de Videira, com a abertura de um pequeno açougue e matadouro.

Natural da Alemanha, a família Frey aportou no Brasil no final da Primeira Guerra Mundial, instalando-se inicialmente em Triunfo, no Rio Grande do Sul, onde permaneceram dois anos. Alegando que as condições de trabalho não correspondiam às expectativas, os Frey mudaram-se para Panambi, no mesmo Estado, onde permaneceram por mais um ano. Em 1923 instalam-se em Castro, no Paraná, onde René, então com 19 anos, e seu irmão Arnoldo, com 15, começam a trabalhar<sup>629</sup>. É nesta época que René Frey aprendeu o “preparo de variados tipos de salames e fiambreteria. Graças a isso, considerou-se apto para estabelecer-se por conta própria o mais cedo possível”. Enquanto isso Arnoldo começou a trabalhar em uma unidade das Indústrias Reunidas Matarazzo<sup>630</sup>.

---

<sup>624</sup> MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre o processo de industrialização no Brasil. **Boletim do departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente**: Presidente Prudente, 1969, p. 60.

<sup>625</sup> ESPÍNDOLA, Carlos José. *Op. Cit.*, p. 20-21.

<sup>626</sup> MAMIGONIAN, Armen. Indústria. In: **Atlas de Santa Catarina**. Florianópolis: Gaplan, 1986, p. 104.

<sup>627</sup> MAMIGONIAN, Armen. O processo de industrialização em São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 50, p. 83-101, março de 1976, p. 89.

<sup>628</sup> MAMIGONIAN, Armen (1986). *Op. Cit.*, p. 104.

<sup>629</sup> FREY, Willy (2005). *Op. Cit.*, p. 28.

<sup>630</sup> LOPES, Gentila Porto. *Op. Cit.*, p. 16-19.

Diferente de muitos outros imigrantes, os irmãos Frey, pelo fato de emigrarem muito jovens da Alemanha, aprenderam o domínio das técnicas produtivas no Brasil, sendo que, no início da década de 1930, passaram a procurar pela Região Sul do país, e em especial no Vale do Rio do Peixe, o lugar mais propício para se instalarem e estabelecerem-se “por conta própria”, abrindo um açougue<sup>631</sup>.

No mesmo ano que tomou conhecimento da existência de Perdizes, René Frey partiu para a localidade, abrindo um pequeno matadouro e açougue, contando pouco tempo depois com o auxílio de seu irmão Arnoldo. A respeito da instalação deste estabelecimento, comenta Gentila Porto Lopes que

de acordo com os planos de René [...] improvisaram o matadouro, nos fundos do mesmo terreno [de sua residência]. Com isso abreviaram a instalação do açougue. Porém não foi fácil como a princípio imaginaram. Como a população era insuficiente, para consumir a carne de um boi durante a semana, representava prejuízo, pela falta de meios de conservação<sup>632</sup>.

O recurso encontrado pelos Frey foi realizar um acordo com os irmãos Titton, também açougueiros em Perdizes, porém estabelecidos do outro lado do Rio do Peixe, para que cada estabelecimento abatesse uma rês em semanas alteradas, ficando cada um com a metade. Naquele período a localidade era dividida pelo rio do Peixe em duas povoações: a margem leste por onde passava a ferrovia era denominada Perdizes, habitada principalmente por migrantes de origem italiana. O outro lado, com a maioria dos habitantes de origem alemã era denominado Quinze de Novembro, onde instalou-se o açougue dos irmãos Frey. Com o consecutivo aumento da população e conseqüentemente do mercado consumidor local, este acordo foi desfeito. Para a fabricação de derivados de carne bovina e suína os animais eram adquiridos, como aponta Gentila Porto Lopes, de colonos locais<sup>633</sup>. Sobre a origem destes animais é lícito também supor que muitos destes animais não fossem adquiridos somente de colonos, mas também de outros criadores locais.

---

<sup>631</sup> BURKE, Thomas Joseph. *Op. Cit.*, p. 15.

<sup>632</sup> LOPES, Gentila Porto. *Op. Cit.*, p. 31.

<sup>633</sup> *Ibidem*, p. 31-32.

Além da carne destinada ao consumo local, os irmãos Frey produziam também derivados de carnes bovina e suína como diversos tipos de salame, mortadela, lingüiças, salsichas, carnes salgadas, defumadas, etc. A demanda pelos produtos aumentava, gerando um crescimento no ritmo de produção, fazendo com que o número de suínos abatidos por dia variasse entre vinte e trinta cabeças. Acondicionados em barris, os produtos eram então despachados, via férrea para São Paulo e Paraná<sup>634</sup>.

No ano de 1938 a empresa Fritz Lorenz fecha o seu frigorífico localizado em Perdizes. Os Frey passaram então a “manter entendimentos” com o gerente comercial da empresa na época, Luís Kellermann, formando então uma sociedade, destinada a compra do frigorífico da firma. Levantando recursos financeiros através de empréstimos realizados a comerciantes – que desempenhavam na região o papel de bancos locais – e agricultores locais, foi realizada a aquisição do frigorífico, que passou a funcionar sob o nome de Sociedade Catarinense de Banha Ltda. Sociedade que seria desfeita no ano de 1941, quando após o incêndio da serraria dos irmãos Frey em Perdizes, estes venderam sua parte à empresa Ponzoni, Brandalise & Cia, dando origem a Perdigão<sup>635</sup>.

No entanto, este processo de industrialização e crescimento econômico da região não deve ser considerado como fruto somente do empreendedorismo e da ação inovadora deste e de outros pequenos empresário-imigrante que atuaram no Vale do Rio do Peixe e Oeste. Deve-se também levar em conta o papel do Estado que, através de subsídios, empréstimos, isenções, etc., exerceu grande importância no processo de acumulação de capital dos grupos empresariais em Santa Catarina. Vale ressaltar o fato de que já na década de 1930 o escoamento da produção das regiões Oeste e do Vale do Rio do Peixe eram subsidiados pelo governo federal, concedendo vagões gratuitamente entre os anos de 1932 e 1943<sup>636</sup>.

Tanto a partir do capital comercial quanto da atuação de pequenos empreendedores e do estabelecimento de grupos empresariais de outras regiões, surgiram, em todo o vale do Rio do Peixe e Oeste, diversas empresas, de duração efêmera ou não, destinadas a produção de banha e derivados de carne suína e

---

<sup>634</sup> FREY, Willy (2005). *Op. Cit.*, p. 31-33; LOPES, Gentila Porto. *Op. Cit.*, p. 32.

<sup>635</sup> FREY, Willy (2005). *Op. Cit.*, p. 48-49.

<sup>636</sup> ESPÍNDOLA, Carlos José. *Op. Cit.*, p. 54.

bovina. Dentre estas é possível mencionar, além dos já mencionados Attilio Fontana, que deu origem ao frigorífico Sadia e os irmãos Frey, as empresas Ponzoni, Brandalise & Cia, na localidade de Perdizes, atual município de Videira<sup>637</sup>, o frigorífico de Saule Pagnocelli em Joaçaba e o frigorífico Saporiti em União da Vitória, no Paraná<sup>638</sup>.

Muitos dos criadores, sejam eles colonos ou antigos moradores, negociavam seus animais diretamente com os comerciantes ou fábricas de banha e derivados de carne. Na região de Fraiburgo, depoimentos de antigos moradores indicam que a quase totalidade dos animais criados eram comercializados com a Perdigão. Algumas famílias, como a Abrão, localizadas ao norte de Butiá Verde, comercializavam também seus animais em Rio das Antas<sup>639</sup>. Como aponta o depoimento de Miguel Lara Sobrinho, isso ocorria tanto com porcos quanto com bois:

Eles despachavam faziam as tropas e levavam para São Paulo naquela época. Compravam um lote de gado e em Videira colocavam no trem. E porcada era a Perdigão, naquele tempo era Ponzoni, tempo dos Ponzoni, para ver como mudou<sup>640</sup>.

Porém os animais também poderiam ser vendidos a outros fazendeiros que aumentavam assim o número de animais para a revenda. Compradores que eram também conhecidos como “safristas”. Roberto Lobato Corrêa descreve o sistema da “safra” como sendo a segunda etapa da criação de porcos. Este sistema consistia na abertura de uma área, de tamanho variado, que poderia chegar a 100 hectares, ou seja, de dimensões maiores do que até então eram feitas muitas das roças para a engorda pelos pequenos e médios sitiantes. Após o milharal se desenvolver, a porcada era solta para a engorda, sendo então comercializada<sup>641</sup>.

---

<sup>637</sup> FREY, Willy (2005). *Op. Cit.*, p. 49.

<sup>638</sup> FERRARI, Maristela. **Conflitos e povoamento na zona de fronteira internacional Brasil-Argentina**: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (MNES. ARG). 2003. 290 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003, p. 177.

<sup>639</sup> ABRÃO, Sebastião Celso. Entrevista citada.

<sup>640</sup> LARA SOBRINHO, Miguel (2006). Entrevista citada.

<sup>641</sup> CORRÊA, Roberto Lobato. *Op. Cit.*, p. 93.

Aristiliano Rocha e outros moradores da região, como Sebastião Celso Abrão, Miguel Lara Sobrinho e Carlos Hepp<sup>642</sup>, mencionam as roças formadas por Otávio Moreira de Andrade, destinadas a engordar não apenas seus animais, mas também os de pequenos criadores de quem adquiria seus porcos, conforme expõem José Lindolfo Cordeiro Leite:

fazia um lote de cem, cento e poucos, às vezes fazia de menos de 60, 50 às vezes, 30, 40 quando era porco bastante pesado. Que os Brandalise exigiam um tipo de porco para comprar. Só compravam a média, de quilo acima, daí a pessoa tinha que escolher um daquele tipo. Daí a pessoa vendia. Que nem nós, que era criador mais fraco, às vezes vendia os nosso pros outros pra fazerem a tropa para trazer<sup>643</sup>.

Atuavam também na compra destes animais alguns migrantes de origem européia que se instalaram na região a partir da colonização das terras do imóvel Butiá Verde, pertencente a Demosthenes Bornhausen. Sebastião Pires relembra a atuação destes compradores de porcos na região: “Tinha no Dez de Novembro o comprador. O Mittanck, o Zanotto, eles eram os comprador de porco. E os fazendeiros compravam da parte mais fraca, a preço de banana”<sup>644</sup>.

Se a colonização das terras marginais ao rio do Peixe estimulou, em um primeiro momento, esta forma de criação à solta, com o surgimento de pequenas produções mercantis e da atuação de comerciantes, seu avanço foi o responsável pela sua desagregação, abarcando faixas de terras por onde percorriam manadas de porcos livremente. Como bem aponta Roberto Lobato Corrêa, se a criação exigia amplas áreas, “à medida que o povoamento dos colonos progredia, essa atividade passava para áreas mais remotas”<sup>645</sup>.

Na região de Fraiburgo o início do “afastamento” destas atividades em virtude da colonização e mais tarde da exploração madeireira, tem como um dos principais marcos a instalação da colônia Marechal Hindemburgo, no ano de 1931.

---

<sup>642</sup> ABRÃO, Sebastião Celso. Entrevista citada; LARA SOBRINHO, Miguel (2005). Entrevista citada; HEPP, Carlos. Entrevista citada

<sup>643</sup> LEITE, José Lindolfo. Entrevista citada.

<sup>644</sup> PIRES, Sebastião (2005a). Entrevista citada.

<sup>645</sup> CORRÊA, Roberto Lobato. *Op. Cit.*, p. 93.

### 3.2.1 – A COLÔNIA MARECHAL HINDEMBURGO

No início da década de 1930, Demosthenes Bornhausen inicia a colonização das terras localizadas no imóvel Butiá Verde, concedido pelo Governo do Estado no ano de 1929. Colonização inicialmente denominada Marechal Hindemburgo, que visava atrair os imigrantes e migrantes de descendência alemã, passando mais tarde, em virtude do processo de nacionalização imposto durante a ditadura varguista, a se chamar Dez de Novembro a partir de 1941, nome pelo qual é conhecida até os dias de hoje<sup>646</sup>.

Tendo como agente Arthur Formighieri, Demosthenes Bornhausen começou a vender seus lotes coloniais a alemães e colonos teuto-brasileiros provenientes do Rio Grande do Sul, atraídos pela possibilidade de adquirir terras mais baratas e em maiores quantidades, motivo também relatado por muitos dos alemães que vieram à colônia. Em relação aos imigrantes alemães, Gentila Porto Lopes afirma que muitos destes possuíam diploma de curso superior em áreas como engenharia química, arquitetura e agronomia, além de profissionais especializados, que antes atuavam como açougueiros, padeiros, mecânicos, etc., embora, como aponta a autora, para assumirem a posse das terras tiveram que assinar um compromisso de dedicação a agricultura<sup>647</sup>.

Segundo Thomas Burke, parte daquelas terras passaram a abrigar, em 1933, em uma área de 704.500m<sup>2</sup>, atravessando o antigo caminho entre Perdizes e Curitiba, a Colonização José Petry, dividida em 116 lotes e 24 chácaras, originando o núcleo da localidade<sup>648</sup>. De acordo com o Registro de Imóveis de Curitiba, no ano de 1933 foi vendida para Aminto Zeno Petry, uma área de

---

<sup>646</sup> BRANDT, Marlon. Memórias de tensões e conflitos entre “alemães” e “caboclos” na colônia de Marechal Hindemburgo durante a Segunda Guerra Mundial. In: MUITAS FACES DE UMA GUERRA: 60 ANOS DO TÉRMINO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E O PROCESSO DE NACIONALIZAÇÃO NO SUL DO BRASIL. 2005, Florianópolis, **Anais eletrônicos...** Florianópolis, Udesc, 2005. Disponível em: <<http://www.cce.udesc.br/cem/simposioudesc/anais/st2/st2marlon.doc>>. Acesso em: 3 setembro 2005.

<sup>647</sup> LOPES, Gentila Porto. *Op. Cit.*, p. 93-97.

<sup>648</sup> BURKE, Thomas J. *Op. Cit.*, p. 20-21.



1.143.700 m<sup>2</sup><sup>649</sup>, sendo que nestas terras, ao que consta nas transações de imóveis, foi implementado o núcleo da colônia<sup>650</sup>.

O crescimento da colônia Marechal Hindenburg é mencionado pelo Relatório da Diretoria de Terras e Colonização, referente ao ano de 1935, exposto a seguir:

#### Colônia Marechal Hindenburg.

##### Município – Curitiba.

A colônia está situada entre 15 e 60 km. da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, entre as Estações de Perdizes e Rio das Antas. São Paulo é o maior consumidor de seus produtos, para onde são transportados pela ferrovia mencionada.

O porto mais próximo é o de São Francisco ligado por estrada de Ferro, distando cerca de 450 km. O transporte é relativamente fácil dada a boa condição da estrada.

Área: 27.830.3520 hectares [sic]

A altitude da colônia varia entre 650 e 750 metros sobre o nível do mar. Sua sede Marechal Hindenburg se acha a 699 metros.

A colônia está dividida em lotes de 10, 30 e 50 alqueires, havendo 250 lotes de 10 alqueires.

Foram localizadas na colônia até 31-12-1933 cerca de 50 famílias de origem alemãs e teuto-brasileiras. Os primeiros imigrantes chegaram à colônia em junho de 1932.

As principais culturas são: milho, feijão, batatas, cebolas, trigo, vinha, alfafa, amendoim e cevada.

É esta uma colônia nova que se encontra em franco desenvolvimento. Nela existem duas fábricas de produtos suínos com capacidade para matança para mais de 100 porcos por dia; uma fábrica de banha, 2 moinhos, várias serrarias, uma pequena fábrica de cerveja e outras também pequenas, para destilação de óleos, de linho e amendoim e álcool.

---

<sup>649</sup> Registro número 564, livro 3a, de 7 de abril de 1933. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitiba, Santa Catarina.

<sup>650</sup> Como é possível constatar, por exemplo, no Registro número 888, livro 3b, que apresenta a venda de lotes urbanos situados na sede da Colônia Marechal Hindenburg a Hans Dietrich Poll, em 12 de setembro de 1935. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitiba, Santa Catarina.

Endereço: Arthur Formighieri – Administrador da Colonia Marechal Hindenburg – Perdizes – E.F.S.P.R.G – Santa Catarina.

Existiam na colonia, em 31-12-1933, 2 escolas com 65 alunos matriculados.

Um lote de 10 alqueires é vendido por 2:000\$ a 3:000\$000, segundo a situação.

É proprietário da colonia marechal Hindenburg o Sr. Demosthenes Bornhausen, a quem o Estado concedeu terras para fins de colonização<sup>651</sup>.

Aos colonizadores da região interessava a venda daquelas terras. Se para o governo, colonização quer dizer povoamento e desenvolvimento de áreas “desabitadas”, para uma companhia particular, como afirma Léo Waibel, “quer dizer negócio; ela quer ganhar dinheiro e é certo que ganhará se conseguir uma boa qualidade de terra e também gente de boa qualidade”<sup>652</sup>. Isso exigiu, como salienta Arlene Renk, que estas selecionassem seus compradores.

A eventual entrada de pessoas ou grupos considerados indesejáveis poderia trazer obstáculos à colonização. De outro lado, encontrar a terra ocupada, mercadoria a ser vendida, com moradores estabelecidos no regime de posse, poderia igualmente comprometer o empreendimento<sup>653</sup>.

A relação entre esta população posseira e os colonizadores, sempre foi, como ressalta Jaci Poli, complicada, “principalmente quando envolvia a necessidade de desocupar a posse para dar lugar ao proprietário”<sup>654</sup>. “Desocupação” que nem sempre era pacífica, existindo situações de tensão e até conflitos pela posse da terra. Para que a empresa colonizadora pudesse por a venda seus lotes, era realizada uma espécie de “limpeza da área”, onde, conforme Arlene Renk, o direito de propriedade prevaleceu sobre o direito de posse. Posses que, em geral, foram ignoradas, vistas unicamente como infração ou intrusão. Também preocupavam-se os colonizadores com a possível invasão de áreas desocupadas, a

<sup>651</sup> SANTA CATARINA (1935). *Op. Cit.*, fl. 122.

<sup>652</sup> WAIBEL, Léo. *Op. Cit.*, p. 236.

<sup>653</sup> RENK, Arlene Anélia (1997). *Op. Cit.*, p. 105.

<sup>654</sup> POLI, Jaci. *Op. Cit.*, p. 100.

espera da venda<sup>655</sup>, de modo semelhante ao realizado pela *Brazil Railway*, na década de 1910, que impedia qualquer ocupação em suas terras. Atitude que também se verificava nas terras que passaram a compor a colônia de Marechal Hindemburgo.

Como foi observado anteriormente, existia, em toda a região que compreende o município de Fraiburgo, um significativo número de famílias que viviam em regime de posse, sendo que muitas delas estão mencionadas nos acordos de legalização de posses nas regiões do Taquaruçu, Passa Três, Faxinal dos Carvalhos, Butiá Verde, Baía e Papuã, muitas delas vivendo em terras que foram concedidas a Demosthenes Bornhausen em 1929. Inclusive a área onde se instalou o núcleo urbano da colônia era ocupada por posseiros. Thomas Burke comenta que os primeiros habitantes que viviam onde futuramente se instalaria a sede da colônia de Marechal Hindemburgo eram as famílias Linfôncio e Tomás<sup>656</sup>, quando a localidade era conhecida como “Barbudos”. De acordo com Miguel Lara Sobrinho, que também inclui a família Mello Cezar como moradora dos “Barbudos”, aquela área recebeu este nome porque “diziam que era a campina dos barbudo, por causa dos cabritos”<sup>657</sup>. Moradores que, nas palavras de Mônica Hass, “de antigos ocupantes da região passariam por intrusos, já que não se encaixavam com o novo sistema que se instalava”<sup>658</sup>.

Muitos dos colonos que se instalaram em Marechal Hindemburgo depararam-se com posseiros, como era o caso da família Hepp. Carlos Hepp, que possuía seis meses de idade quando seus pais chegaram a Marechal Hindemburgo no ano de 1933, fugindo do regime nazista em plena ascensão na Alemanha<sup>659</sup>, fornece algumas informações sobre posseiros que viviam nas terras que compunham a colônia:

aqui o terreno era tudo posse. Tinha brasileiro morando em cima [...]. Até aqui eram dono do terreno, mas tudo posse também. Eles se colocaram, mas não tinham documento nenhum. Daí no tempo que

<sup>655</sup> RENK, Arlene Anélia (1997). *Op. Cit.*, p. 106.

<sup>656</sup> BURKE, Thomas Joseph. *Op. Cit.*, p. 8.

<sup>657</sup> LARA SOBRINHO, Miguel (2005). Entrevista citada.

<sup>658</sup> HASS, Monica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense**: um estudo de poder local – 1945 a 1965. Chapecó: Grifos, 1997, p. 51.

<sup>659</sup> BRANDT, Marlon (2005). *Op. Cit.*

eles vinham aqui e mandavam o pai embora porque aqui era deles.<sup>660</sup>

Os colonos, além de representarem o “outro”, eram os “inimigos imediatos”, pois estavam próximos e exerciam pressão de forma mais visível<sup>661</sup>, ocupando e expulsando-os de suas terras. Perguntado sobre a existência de outras famílias próxima ao lote colonial de sua família, ele respondeu que

não existia quase ninguém, que nem essa gente que tinha tudo esses pedaço. Era pouca gente, mas tinham quantidade. Se fosse deles eles estavam ricos. E agora estes que estavam ali, eles não ganharam nada. Essa companhia Petry, eles não deram nada. Foram obrigados a irem embora

Esta família, que de acordo com o mesmo depoente, era a Linfôncio, residia naquelas terras antes mesmo do conflito do Contestado, conforme o relato de Miguel Lara Sobrinho, sendo que as terras destes eram próximas a da sua família<sup>662</sup>.

No ano de 1939, uma parte da Fazenda Butiá Verde que ainda não havia sido colonizada, compreendendo 184.920.506m<sup>2</sup>, foi vendida a Wenceslao Breves, mais tarde tendo como sócio das terras Gasparino Zorzi, na época intendente do município de Campos Novos. Venda que, no entanto, não interrompeu a continuação do processo de expropriação da população posseira.

Na localidade da Baía residia a família Lara que, ao que tudo indica, vivia também na área a qual também se estendia o imóvel Butiá Verde. Lá, suas terras eram direito de posse até meados da década de 1940, como afirmou Miguel Lara Sobrinho:

era direito de posse, que nem nós mesmos, nossos terrenos, do pai eram direito de posse [...]. Meu pai, meus tios legalizaram tudo na época do Formighieri. Quem assinava estas escrituras era o

<sup>660</sup> HEPP, Carlos. Entrevista citada.

<sup>661</sup> DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica, para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense, 1995, p. 234.

<sup>662</sup> LARA SOBRINHO, Miguel (2006). Entrevista citada.

Gasparino Zorzi, cunhado dos Formighieri. Daí que preparou tudo. E daí de uma altura pra lá do Papuã era direito da estrada de ferro, do governo, até Videira. Daí pra lá era posse tudo dos Formighieri e dos Burger. Aqui era Ramos [Fazenda Bom Futuro, atual bairro Bela Vista, área urbana de Fraiburgo, onde reside o depoente], os Burger ficavam mais pra lá, onde estão os Rocha. E pra lá era a Liberata [...]. O Bugio era dos Formighieri também. Com o tempo eles foram legalizando, vendendo uma parte para os alemães, os Pinz, os Gerlach. E daí que o pessoal começou a se legalizar, a trabalhar para viver a vida. [...] Que nem nós ganhamos 28 alqueires de terra, era um direito de posse. E eles tinham esse terreno cuidando há muito tempo e onde é a Baía onde é a fazenda Lara eu me criei lá, nasci lá. Era tudo deles<sup>663</sup>.

Perguntado em outra oportunidade sobre como ocorreu a legalização das posses, ficando cada família com um tanto de terras, uns a mais outros a menos, Miguel Lara Sobrinho respondeu o seguinte:

Eu sei que dos terreno nosso, do pai, dos tios, tudo foi repartido, daí entrou um filho dos Formighieri o filho do Raimundo, agora já morreu, eu não lembro o nome. Daí ele media o perímetro, eram em cinco irmão, deu 180 alqueires no total, aí daqueles 180 alqueire foram se dividindo, ficou com duas colônias e pouco para um duas colônias para outro, 3 colônias, escriturado daí [...]. Nessa parte dos meus parente, o que tinha mais um pouco de dinheiro, ganhou mais um pouco de terreno, os que tinha menos, não tinha condição, os outros ajudava, e daí pegava menos e se ajudaram depois<sup>664</sup>.

Posse que de acordo com Carlos Hepp localizava-se perto das terras de sua família:

e aqui em baixo onde tinha uma árvore, onde tem um galinheiro, até o falecido Negro era tudo do Lara. Mas era deles porque eles se colocaram. Depois quando vieram os Formighieri quando eles vieram. Foram mexer com esses terrenos, aí deram duas colônias para cada um e o resto eles venderam<sup>665</sup>.

<sup>663</sup> Miguel Lara Sobrinho (2005). Entrevista citada.

<sup>664</sup> Miguel Lara Sobrinho (2006). Entrevista citada

<sup>665</sup> HEPP, Carlos. Entrevista citada

Arthur Formighieri e seus irmãos também atuavam como representantes de Demosthenes Bornhausen e mais tarde de Wenceslao Breves e Gasparino Zorzi na venda de lotes na colônia de Marechal Hindemburgo, além da já mencionada legalização de posses. A atuação de Arthur Formighieri, na regularização de áreas ocupadas por posses é relatada por outros moradores da região, como Afonso Ribeiro, que demonstra a situação de perda de terras para a legalização da posse:

o avô e o pai eram fazendeiros. Toda a Liberata era do meu avô, era um terreno, que era posse. Depois o pai e o genro compraram o terreno e deram para Artur Formigueiro [Formighieri] tirar o título, saiu pela metade, tiraram o título pela metade da Liberata. Até Dez de Novembro<sup>666</sup>.

De acordo com Sebastião Andrade dos Santos parte das terras da Fazenda Liberata foi legalizada através da atuação dos Formighieri. Possivelmente desta legalização, movida pelos herdeiros de Generoso Ribeiro de Andrade, tenha resultado a concessão das terras pelo Estado no ano de 1926. Conforme Sebastião Andrade dos Santos,

de 4.800 alqueires eles andaram legalizando não sei de 1.600 ou 1.800 e o resto foi dado para família Formighieri como pagamento em troca da escritura. Porque minha família não sabia descer para Florianópolis, não tinham condições, eram analfabetos e não tinham dinheiro [...]. Os Formighieri além de ser dono de cartório tinham condições de legalizar a área. Os Formighieri enriqueceram trocando parte de escrituras por parte de terras. [...] Venderam na região mais para italianos<sup>667</sup>.

Por atuar como representante legal durante a colonização das terras, muitos moradores desconheciam o proprietário, considerando aquelas terras pertencentes a Arthur Formighieri, como relata Miguel Lara Sobrinho: “os terrenos eram comprados do Formighieri naquela época, ali diretamente os Formighieri assumiram né, por

<sup>666</sup> RIBEIRO, Afonso. 70 anos. Depoimento, dezembro de 1973, Fraiburgo. Entrevistador: Padre Tomás Pieters.

<sup>667</sup> SANTOS, Sebastião Andrade dos. Entrevista citada.

direito de posse [...] esse terreno era grande, fazia divisa, ia até o Papuã, na divisa com a estrada de ferro”<sup>668</sup>.

Nem todos os posseiros que viviam em Marechal Hindemburgo conseguiram legalizar suas terras. A expropriação da população posseira, que persistia em toda a região, ocorria de forma semelhante ao final do século XIX, início do XX, como comenta Paulo Pinheiro Machado, “à revelia da Justiça e dos órgãos oficiais do Estado. Eram disputas que se resolviam no âmbito privado”<sup>669</sup>, onde poderia se recorrer à força, embora, ao que tudo indique, o uso da violência não tenha sido uma prática comum na expulsão de posseiros, ao menos nos primeiros anos de colonização<sup>670</sup>. Quase sempre as informações a respeito da expropriação de posseiros são fornecidas por depoimentos de antigos moradores, raramente se encontrando algum documento legal sobre a questão na região.

No entanto, foi possível encontrar nos arquivos do Fórum Judicial do Município de Curitiba uma ação contra dois posseiros que se instalaram nas terras da Fazenda Butiá Verde no ano de 1939, movida pelos novos proprietários, Wenceslao Breves e Gasparino Zorzi, contra Francisco Thomás e Sepriano de Mello Cezar pelo fato destes se instalarem como posseiros em terras de sua propriedade. De acordo com os autos do processo, os réus,

com dolo, malícia e surpresa, a menos de ano e dia, esbulharam os Autores de sua posse, entrando em dito terreno, entre o travessão da Est. de Ferro S.P. – R.G., no lugar denominado Bahia á margem direita do arroio conhecido por “do meio”, sendo que, Francisco Thomás entrou no dito terreno a pouco mais de seis mezes e Sepriano de Mello Cezar a mais ou menos três meses, ali fazendo ranchos e derrubadas para construção de cercados<sup>671</sup>

---

<sup>668</sup> Miguel Lara Sobrinho (2004). Entrevista citada.

<sup>669</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 77.

<sup>670</sup> Arlene Renk comenta que o uso da força policial não era comum no início da colonização em sua área de estudos, que localizava-s entre o rio do Peixe e o Uruguai. RENK, Arlene Anélia (1997). *Op. Cit.*, p. 109. Na região de Fraiburgo, embora relatos apontem a expropriação de posseiros, não foram constatadas informações a respeito da utilização de violência nestes casos.

<sup>671</sup> Ação de Força Nova movida por Wenceslao de Souza Breves, Gasparino Zorzi e suas respectivas esposas contra Francisco Tomás e Sepriano de Mello Cezar e suas esposas, em 1º de agosto de 1939. Comarca de Curitiba, fl. 3. Este processo foi transferido, no ano de 2006, para o Museu do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, onde encontra-se nos processos da Comarca de Curitiba, Caixa número 23.

O processo, que se move ao longo de 3 anos, tem por fim a desistência dos autores, Wenceslao Breves e Gasparino Zorzi, pelo fato de

[...] que se acha de há muito parada neste Juízo; o faz porque os réos desistiram da turbação que motivou aquele procedimento judicial.

A ação não foi contestada, e os réos, por isto mesmo e porque não se apresentaram para acompanhar em qualquer dos seus termos a ação até o presente, são reveis (art. 34 do Cód. De Processo Civil)<sup>672</sup>

Na parte da acusação do processo, da mesma forma que o depoimento das testemunhas, Aureliano José de Lara, Leôncio Mendes da Silva e Edmundo Silva, que havia sido encarregado da medição da colônia de Marechal Hindemburgo<sup>673</sup>, afirmam que aquelas famílias residiam há menos de seis meses naquelas terras, “ali fazendo ranchos e derrubadas para construção de cercados”. No mesmo processo encontra-se também a existência de outro processo de reintegração de posse anterior a este, movido por Demosthenes Bornhausen e Gasparino Zorzi contra Virgílio de Almeida Melo e outros, também nas terras da fazenda Butiá Verde<sup>674</sup>.

A instalação de posseiros, posteriormente sofrendo ação judicial de despejo, partindo então para outra áreas, é também registrada no relatório do 6º Distrito da Diretoria de Terras e Colonização referente ao ano de 1936, onde comenta que

o colono nacional quasi sempre prefere invadir essas areas para amanhã sofrer o respectivo despejo judicial, e após este localizar-se em outras terras, aos adiante, levando portanto, vida nômade, do que adquirir ao Estado por compra, uma ou mais colonia, com todas vantagens que este lhes oferece<sup>675</sup>.

<sup>672</sup> Ação de Força Nova movida por Wenceslao de Souza Breves, Gasparino Zorzi e suas respectivas esposas contra Francisco Tomás e Sepriano de Mello Cezar e suas esposas, fl. 48.

<sup>673</sup> LOPES, Gentila Porto. *Op. Cit.*, p. 95.

<sup>674</sup> Ação de Força Nova movida por Wenceslao de Souza Breves, Gasparino Zorzi e suas respectivas esposas contra Francisco Tomás e Sepriano de Mello Cezar e suas esposas, fl. 3, 51,54.

<sup>675</sup> SANTA CATARINA (1936). *Op. Cit.*



Em muitos casos a falta de posse oficial ocorria, de acordo com Paulo Pinheiro Machado, por diversos fatores que não eram somente a distância dos dispositivos para regularização das terras pelo Estado na região. A seu ver, estes habitantes “na maior parte das vezes nem sentiam a necessidade de assim proceder”<sup>676</sup>, pois viviam em suas terras de maneira semelhante a que viviam seus pais e avós, onde a posse seria garantida por um direito costumeiro, onde aquelas eram as terras de “tal família, ou de tal sujeito”. De acordo com Nazareno José de Campos, estas populações possuíam a

certeza que aquelas terras lhes pertencem, não como uma propriedade privada nos moldes como é concebida modernamente, mas como um direito de usufruto que o tempo e a tradição lhes proporcionou, constantemente resistindo quando sentem-se ameaçadas<sup>677</sup>.

Caso aparecesse algum usurpador reivindicando tal terra, esta seria defendida na maioria das vezes “à bala, pouco adiantando terem ou não um documento regularizado em cartório”<sup>678</sup>. Atitude relatada pelo Agente Julio Boppré, do 4º Districto do Commissariado Geral do Estado a respeito da atitude dos posseiros:

Julgam que lhes assiste pleno direito de ocupar as terras do Estado sem mais nem menos e não há meio de convencel-os do seu procedimento irregular e criminoso. A resposta d’elles aquem os procura induzir de requerer as terras ocupadas ao Governo e pagal-os – embora em prestações – é – permitta-mea expressão – bala; e realmente, é mais facil encontrar aquella gente sem feijão para comer do que sem a Winchester, companhia inseparavel e infalível<sup>679</sup>.

Se muitos dos posseiros permaneciam nas suas terras habitando-as pelo regime de posse, pois como afirma Maria José Cordeiro, para quem “era quase tudo

---

<sup>676</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 140.

<sup>677</sup> CAMPOS, Nazareno José de (2002). *Op. Cit.*, p. 129.

<sup>678</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). *Op. Cit.*, p. 140.

<sup>679</sup> SANTA CATARINA (1922). *Op. Cit.*

de posse, era muito custoso fazer o negócio de escritura”<sup>680</sup>, defendendo-as – e prolongando o comentário para todo o Planalto e Oeste catarinense – das apropriações de empresas colonizadoras, serrarias, grileiros, etc., outros possuíam uma relação diferente com o regime da posse, adotando um caráter nômade, deslocando-se a medida que aquelas terras era apropriadas ou pela oportunidade de vender suas posses.

Como foi mencionado anteriormente, as famílias Tomás e Mello Cezar residiam na região já há algum tempo, e é possível que tenham vendido suas posses a colonos recém instalados, partindo então a áreas mais distantes do núcleo da colônia, como na localidade da Baía, como indica o relato de Miguel Lara Sobrinho a respeito dos posseiros da localidade: “eles moravam ali, daí eles quiseram vender, alemão chegava e fazia a proposta de compra, mas era bem baratinho, então eles vendiam e iam para outro lugar”<sup>681</sup>. Sepriano Mello Cezar havia inclusive sido mencionado no acordo para a legalização das posses da Baía, Papuã e Butiá Verde no ano de 1926<sup>682</sup>. O fato de posseiros venderem as posses a colonos, que teriam também que pagar mais tarde as terras para a colonizadora, proprietária oficial, também é relatado em outras áreas de colonização no mesmo período, como no rio Itajaí do Oeste, estudado por Victor Peluso Júnior no ano de 1944, onde comenta que os sertanejos que lá viviam

constituíam “posses”, que pretendiam ter o mesmo valor que as propriedades legais [...]. O crescimento da colônia fez os colonos cobiçarem as terras dos sertanejos “posseiros”, como eles mesmos se denominavam. Estes, recebendo pequena indenização pela morada e “benfeitorias” (por essa palavra designavam as derrubadas desorientadas, cercas, etc.), mudavam-se para uns quilômetros acima. Empurrados pelos colonos, os sertanejos foram subindo o rio Itajaí [...] <sup>683</sup>.

<sup>680</sup> CORDEIRO, Maria José. Entrevista citada.

<sup>681</sup> Miguel Lara Sobrinho (2005). Entrevista citada

<sup>682</sup> Escritura Pública de Contrato entre Artur Formighieri, Albano Burger e outros, com moradores da Baía, Papuã e Butiá Verde, no dia 23 de fevereiro de 1926, fl. 9.

<sup>683</sup> PELUSO JÚNIOR, Victor (1991). *Op. Cit.*, p. 168.

Fato semelhante é apontado em relação a colonização do Oeste por Alceu Werlang. As razões, segundo o autor, pela qual muitos dos posseiros se desfaziam das suas terras possivelmente era pelo fato de que

o pleno conhecimento de que sem a escritura a posse da terra era instável e insegura; a lembrança do ocorrido no Contestado, quando os posseiros foram expulsos pela polícia particular da Brazil Railway; a impossibilidade de convivência do sistema de criação de porcos soltos [...] com o tipo de agricultura [...] e a opção de seguir mato adentro onde podiam fazer suas costumeiras derrubadas, facilitava a expropriação. Mesmo assim, havia muita resistência<sup>684</sup>.

Restava ao posseiro, caso não legalizasse suas terras, duas alternativas: a busca por novas terras ou a adaptação na nova lógica econômica, compondo a mão-de-obra de muitas das serrarias que passaram a se instalar na região a partir da década de 1930, assunto que será retomado adiante, ou em alguma fazenda da região, conforme relatou Miguel Lara Sobrinho: “uma parte ficou por aqui mesmo, outros saíram. [...] Uma parte daí ficou nas lavouras, trabalhavam pra fazer alguma coisinha por aí [...]”<sup>685</sup>

Além da ocupação das terras, os colonizadores depararam-se com diferentes formas de uso da terra, então realizada pela população da região. O costume de se criar á solta, com as lavouras cercadas formadas a partir de capoeiras, ou seja, de queimadas, fez com que surgissem os primeiros atritos entre colonizadores e caboclos, como aponta Arlene Renk:

Os conflitos se originariam por duas razões. A primeira, pela desvalorização, no mercado imobiliário, das terras próximas às dos intrusos, com a criação sem cerca [...]. Interessava à companhia o fim desta prática. A segunda razão, em nível de atitudes, seria a utilização das terras, isto é, com a agricultura rotativa. Uma utilização mais “racional” permitiria que diversas famílias, em exploração familiar, se valessem da área com resultados que, do ponto de vista do colonizador, seriam, seguramente, melhores<sup>686</sup>.

---

<sup>684</sup> WERLANG, Alceu Antônio. **A colonização do Oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2002. Oeste Catarinense Paradidáticos, p. 63.

<sup>685</sup> Miguel Lara Sobrinho (2004). Entrevista citada.

<sup>686</sup> RENK, Arlene Anélia (1997). *Op. Cit.*, p. 107-108.

A relação do ponto de vista do colonizador, tanto em relação ao uso da terra pela população que antecedia a colonização, quanto pela existência de posseiros, pode muito bem ser observada em relação a Wenceslao de Souza Breves, proprietário de parte do imóvel Butiá Verde a partir de 1939. Breves atuou durante a década de 1920 como auxiliar da Comissão Técnica Discriminadora de Terras, demarcando as terras concedidas à Empresa Colonizadora Bertaso, Maia & Cia, e mais tarde como Agente de Terras do 8º Distrito, que abrangia os municípios de Cruzeiro e Chapecó, que compreendiam na época praticamente todo o Oeste catarinense. Desta atuação deixou um pequeno artigo, intitulado “O Chapecó que eu conheci”, registrando “alguns dados para julgar os elementos que o povoavam, sua mentalidade, seus hábitos e costumes, certos tipos que ali floresceram, sua primeira resistência a colonização, os defeitos e qualidades da primitiva e brava gente de Chapecó”, durante a sua atuação na região entre 1920 e 1924<sup>687</sup>.

Neste artigo é possível encontrar a sua visão em relação a população posseira que residia na região, dentro daquilo que Arlene Renk menciona como sendo o “olhar etnocêntrico do colonizador”, que “centrou-se na crítica aos ritmos temporais da população local, ao sistema brasileiro”<sup>688</sup>. Segundo a autora “conformar com a ordem social é respeitar os ritmos” o que não ocorreu durante a colonização do Vale do Rio do Peixe e Oeste de Santa Catarina. “Igualmente, o ritmo temporal [incluindo também sua espacialidade] foi visto como um dos grandes entraves à colonização”<sup>689</sup>. Existia por parte do colonizador a visão de que esta população era fatalista, preguiçosa, pobre e resignada a pobreza, cuja relação com a terra, na sua “roça cabocla”, era vista como irracional, anti-econômica ou absurda e atrasada, para utilizar os termos empregados por Wenceslao Breves para desqualificar o uso de terra pela população que antecedia a colonização, que assim se referia ao costumeiro sistema de divisão de terras em terras de plantar e terras de criar:

---

<sup>687</sup> BREVES, Wenceslao de Souza. O Chapecó que eu conheci. In: **Revista do IHGSC**. Florianópolis, 3ª fase, n. 6, p. 7-73, 1985.

<sup>688</sup> RENK, Arlene Anélia (1997). *Op. Cit.*, p. 102.

<sup>689</sup> *Ibidem*, p. 102.

A maior parte destes caboclos tinham seus ranchos em lugares já devastados, transformados em campinas. Mas iam fazer suas roças à beira de uma sanga ou rio à léguas de distância. Isto para não serem obrigados a fazer cercas e poderem ter seu cavalo e vaca (quando a tinham) perto de casa.

Isto fazia com que a moradia do caboclo fosse uma desolação: nem um pé de milho em torno, nem uma árvore frutífera, nem um pé de couve. Às vezes algumas galinhas e alguns porcos soltos, nada mais<sup>690</sup>.

Além da crítica a este uso da terra, para Breves existia entre os antigos ocupantes “uma falsa concepção do que era posse: eles confundiam intrusamento com posse. Para eles, o fato de se estabelecerem com um pobre rancho e uma pequena roça em terras do Estado ou particulares, lhes dava o direito de propriedade”<sup>691</sup>. Ainda segundo Breves, aquela população esperava a doação da área, o que o Estado não poderia fazer, sendo permitida apenas a venda, dando a idéia, como afirma Arlene Renk, de uma posição “neutra” do Estado, “*pairando acima de todos*”, assegurando a “*igualdade’ de possibilidade de compra*”<sup>692</sup>. A compra da terra, no entanto, era dificultada por várias razões, como a pobreza que estes viviam, pois praticavam um regime de subsistência com miúdo comércio com ervateiros, tropeiros e madeireiros, realizados em âmbito local, o que os impedia de acumular o capital necessário para a aquisição da terra. Comércio efetuado, em muitos casos na base da troca, o que fazia com que o dinheiro – estendendo este comentário para o Oeste e Planalto em geral –, fosse muito escasso. Outra razão argumentada por Breves era a que não pensavam em se tornar proprietários, preferindo o intrusamento, por lhes trazerem várias vantagens: “não pagariam impostos, não se sentiriam na obrigação de fazer uma boa casa ou uma boa roça, visto ali estarem provisoriamente, e terem a facilidade de se mudar quando quizessem, coisa muito do gosto de muitos deles”<sup>693</sup>.

Para Breves, denominado por Arlene Renk como um porta-voz da colonização

<sup>690</sup> BREVES, Wenceslao de Souza. *Op. Cit.*, p.21-22.

<sup>691</sup> *Ibidem*, p.25.

<sup>692</sup> RENK, Arlene Anélia (1997). *Op. Cit.*, p. 115.

<sup>693</sup> BREVES, Wenceslao de Souza. *Op. Cit.*, p. 32.

estes posseiros se incompatibilizariam com o projeto colonizador pela mentalidade diferente da do **colono** [...]. Haveria, também, incompatibilidade pela criação do gado solto. A imposição da lei de criar preso, para viabilizar o projeto colonizador, era mal recebida. Diante disso o caboclo falava em ir adiante<sup>694</sup>”

Acrescenta-se a este discurso de desqualificação do “sistema brasileiro” efetuado por Breves, a existência de negócios por sua parte, envolvendo a colonização, como em Butiá Verde, cuja existência de posseiros em suas terras causariam entraves à venda das terras. A própria forma de uso da terra, com suas capoeiras e a criação de animais soltos, era incompatível com a agricultura praticada pelos colonos, uma vez que eventuais incursões destes animais nas lavouras causavam danos à lavoura, gerando desta forma mais tensões entre as populações.

Para a população que antecedia a colonização, o espaço sempre foi amplo, abundante, com a possibilidade de cada pessoa poder estabelecer sua roça, seja como posseira ou como agregada, como expõem Sebastião Pires, a respeito das terras ocupadas por seu sogro, Leopoldino Ribeiro:

[...] naquele tempo era coisa boa. Naquele tempo você dizia lá tem um terreno para descobrir o dono chegava lá e pedia para plantar e morar lá, o proprietário dizia, olha você pode vir aí, só não me corte madeira de lei. Pode fazer roça, pode plantar pode colher. Não é como hoje. E então o povo era muito melhor a situação era muito melhor de se viver. Hoje você vai morar numa casa que ta abandonada, eles querem um dinheirão para alugar a casa. Lá o falecido Leopoldino tinha umas moradias aqui na rolada aqui para trás ele dava para as pessoas que não tinham morar ali, não era dele o terreno. A pessoa que tava ali 15 anos ela tava como dona do terreno, direito de posse. E hoje não tem disso<sup>695</sup>.

Arlene Renk comenta que este período, era visto pelos antigos moradores, no seu caso na região Oeste, como tempo de “fartura”, “folga”, “largueza”, cujo processo de colonização atuou como divisor de “um tempo que não volta mais”<sup>696</sup>, que expressa não apenas a perda da terra pela população posseira, mas a desagregação dos espaços costumeiramente usufruídos em comum.

<sup>694</sup> RENK, Arlene Anélia (1997). *Op. Cit.*, p. 103-104.

<sup>695</sup> PIRES, Sebastião (2005b). Entrevista citada.

<sup>696</sup> RENK, Arlene Anélia (1997). *Op. Cit.*, p. 112.

Cronologicamente a instalação da colonização das terras de Butiá Verde não ocorreu de uma vez só em toda a sua área, haja vista que a empresa vendia, em primeiro lugar, as melhores terras, mais próximas a Perdizes e à ferrovia, no caminho que a ligava por Curitibanos, onde também fora implementado o núcleo urbano, o que também influenciava na questão da redução dos espaços de usufruto comum.

Os colonos de Marechal Hindemburgo, diferente dos antigos moradores, possuíam na agricultura a base do seu sustento. Ao se instalarem nos lotes, tratavam de abrir uma área para o plantio, especialmente de trigo e milho. Estas terras, que iam sendo ocupadas e devastadas para dar espaço as lavouras, paulatinamente iam se expandindo, reduzindo cada vez mais o espaço onde era possível a criação à solta dos animais. Antes existia mais espaço, pois as posses constituídas até então possuíam uma grande extensão se comparada aos lotes coloniais, que possuíam em média 10 alqueires, ou 24,2 hectares, o que possibilitava à adoção, por estes, de uma certa mobilidade, ao menos na feitura das roças, dispendo também de amplos espaços de matos e faxinais onde se alimentava o gado “miúdo” e “graúdo”.

A partir de então cada vez mais lhes era imposta uma imobilidade, uma espécie de confinamento. Possivelmente muitos dos posseiros que conseguiram legalizar, ao menos uma parte de suas posses, ficaram isolados em áreas menos valorizadas, de reduzida dimensão se comparadas a antiga “largueza”, tendo como confrontantes os colonos, que não possuíam a experiência da criação à solta, e cujo uso da terra era incompatível com o antigo sistema.

Caso fossem criados soltos os animais poderiam invadir a plantação dos colonos que não possuíam o costume de cercá-las como faziam os “brasileiros” ou “caboclos”, como eram chamados pelos colonos. Sem as cercas para a criação eram comuns as invasões dos animais soltos, principalmente porcos, nas roças dos colonos, como relembra Sebastião Pires: “era só o tempo de ponhar a semente na terra e os porco [...] iam lá, fuçavam e tiravam a sementeira”. Ocorriam reclamações nestas invasões, como comenta Sebastião Pires: “É... teu porco ta na minha roça arrancou toda a sementeira né, então quer dizer que daí o dono do porco tinha que ir

lá e dar a sementeira novamente”<sup>697</sup>. Miguel Lara Sobrinho também menciona a existência de invasão de roças por porcos:

Tinha, diretamente lá não, era mais para cima dos Hepp, onde tinha as roças de milho a porcada invadia. Tinha porco dos vizinhos na Baía, o Leôncio um homem velho bigodudo, caboclão daqueles que carregava um 38 na cintura e chapéu grande na cabeça. Aí uma vez escapou uma porcada, escapou não, vinham, vieram do mato e bateram numa roça aí avisaram, era do João Maria, [...], então ele tinha a roça de milho esse João Maria e avisaram ele lá tem uma tropa de porco na sua roça. E esse Leôncio tava lá daí eles vieram lá e esse dito Leôncio junto. Estragaram o milho e chegaram lá de quem será essa porcada? Não conheciam, mas uns porco veio dos mais lindo, parece que mataram 8 porco, a tiro, e deixaram na roça para aparecer o dono para pagar os danos e pagar os porco que tinha mais valor. E ele junto dando tiro e ele não disse que aquele porco era dele. E daí foi embora. Aí nós que aproveitamos aqueles porcos, tudo porco gordo e tivemos que pegar, e puxamos lá em casa e tivemos que pelar com grimpa, fizemos sabão uma parte e o resto aproveitava. E ele dono dos porcos não teve coragem de dizer - os porcos são meus, e daí eles não iam matar. Depois que passou descobriram e ficaram com dó dele, o João Maria Margarida era um homem de bom coração e ainda pagou uma parte daqueles porco para ele, praticamente de dó.

Na figura a seguir, Matheus Hepp, pai de Carlos Hepp, que se encontra no canto à direita, alimenta alguns porcos criados soltos pela população da região e que estavam percorrendo sua propriedade. É possível também observar ao fundo da imagem a devastação da mata nativa para dar lugar às lavouras implantadas pelos colonos.

---

<sup>697</sup> PIRES, Sebastião (2005a). Entrevista citada.





**FIGURA 16: Foto de porcos criados soltos.** Observem também ao fundo o início da devastação da mata, reduzindo desta forma os espaços onde era possível realizar a criação de animais soltos.

Fonte: Acervo particular de Carlos Hepp

“Quando os colonos entraram queriam produzir, entrou nova lei né, que cada proprietário que queria ter sua criação tinha que ter fechada”<sup>698</sup>. O cercamento gradual das terras, como relata Sebastião Pires, foi desagregando os espaços de criação, dificultando cada vez mais o acesso dos animais a alimentação, nas florestas onde o pinhão era abundante no inverno. Este cercamento não ocorria apenas entre os colonos. A construção de cercas já existia entre os fazendeiros mais abastados para separar o gado bovino em invernadas. Se nas áreas de planalto de ocupação mais antiga, como Lages, estas poderiam formar taipas de rocha, em

<sup>698</sup> PIRES, Sebastião (2005a). Entrevista citada.

outras áreas, sobretudo próximas as florestas, estas poderiam ser realizadas com madeira.

O cercamento para formação de invernadas para o gado bovino nos campos de pastagens, sem compreender toda a extensão do imóvel, ao que tudo indica, ocorria há muito tempo na região de Butiá Verde, como nas terras que compreendiam a fazenda de Zacharias de Paula Xavier, como é possível inferir em uma passagem do relato do Capitão Vieira da Rosa:

Occupamos o local da antiga casa amplo espaço que outrora fora cercado de mangueirais com grossos palanques de cernes diversos, em que apoíamos as nossas trincheiras e rede de arame, do que achamos nos escombros dez rolos estragados pelo fogo, mas que se prestavam para uma defeza accessoria<sup>699</sup>

Arlene Renk comenta que a existência de cercas, que serviam para separar as propriedades, serviria para corroborar que a criação à solta era praticada por uma população “que na hierarquia social ocuparia a base”<sup>700</sup>. No entanto, a criação de porcos à solta era um costume muito difundido na região. Se existiam cercas nas áreas de campos, eram para separar os bois, uma vez que os campos abertos não eram espaços de criação de porcos. Estes preferiam as áreas florestadas, que encontravam-se dispostas em muitos casos sob a forma de capões isolados, o que não ocorria em áreas como a região de Fraiburgo e o Oeste em geral, onde eram as florestas que apresentavam alguma formação isolada de campo. Nestas áreas circulavam livremente porcos de proprietários e posseiros cujas terras eram das mais variadas dimensões, onde existiam criadores com grandes propriedades, como era o caso, na região de Fraiburgo, de Otávio Moreira de Andrade. A medida que sua propriedade, assim como o rebanho, se expandiam, foram formadas invernadas para o aprisionamento e engorda do gado, como relata Aristiliano Rocha, sobre a fazenda entre o final da década de 1950, início de 1960:

---

<sup>699</sup> VIEIRA DA ROSA, José. Reminiscencias da Campanha do Contestado – subsídios para a História. In: **Jornal Terra Livre**, Florianópolis, nº 78, ano 1, 29 de outubro de 1918, p. 2.

<sup>700</sup> RENK, Arlene Anélia (1997). *Op. Cit.*, p. 104.

Invernada do gado de engorda, duas divisões, a outra do gado que era para passar por 3 anos, a boiada era tudo dividido. Mas o gado de ano ficava junto com a vaca eram 200 e poucas vacas de cria, ficava perto da casa, lá na Baía. Então, tudo aí era tomado de gado. Porco, o velho tinha desde aqui da Água Preta, esse riozinho que sai da Papelose [fábrica de papel e celulose, atual Trombini, ainda chamada desta maneira por antigos moradores do município], fazia divisa com os terrenos dele. Ele criava porcada dali até lá.

O Código Civil de 1916 adotava medidas para a obrigação de cercar as propriedades, como consta no Artigo 588, § 3º, expedido através do Decreto Legislativo nº 3.725, de 15 de janeiro de 1919, determinando “a obrigação de cercar as propriedades para deter nos seus limites aves domésticas e animais, tais como cabritos, porcos e carneiros, que exigem tapumes especiais, cabe exclusivamente aos proprietários e detentores”<sup>701</sup>. Cercamento que ia contra os antigos costumes da população cabocla, sendo este um dos principais motivos de discórdia entre caboclos e colonos.

O fechamento das criações para a formação de lavouras abertas, já despertava o interesse das autoridades da região na primeira década do século XX. Jornais como o Vanguarda, veiculavam reportagens sobre o cercamento das propriedades, “que é de summa importância para as propriedades rurais, e acaba de vez com as dificuldades de fecho das divisas da propriedade”. Em seguida o jornal transcreve o Decreto Federal nº 1.787, de 28 de novembro de 1907, que regula a divisão entre as propriedades<sup>702</sup>. A criação à solta, como foi visto, era incompatível com a colonização que se desejava realizar naquelas terras, ocupando-as principalmente com teutos e ítalo-brasileiros, excluindo a população cabocla e posseira que viviam naquelas terras.

Em relação a não aceitação da criação de animais à solta pela população cabocla, da mesma forma que outros costumes ditos atrasados da população local, Wenceslao Breves vale-se da criação de um personagem fictício, chamado José Marcelino, ao qual o autor julga concentrar “os tipos, o modo de pensar e as opiniões de vários caboclos que comigo viajaram”. Uma passagem desta história é emblemática da diferente visão de mundo que possuíam os caboclos e os colonos,

<sup>701</sup> BRASIL (1916). *Op. Cit.*

<sup>702</sup> Vanguarda. Campos Novos, ano 1, n. 20, 5 de janeiro de 1908, p. 3.

abrangendo também as diferentes formas de uso da terra. Ao tratar mal a família de um italiano, que lhe prometera uma quantia de capim e não cumprira, Breves adverte o caboclo:

- Mas, Marcelino, você não deveria ter dito aquelas palavras perto da mulher e das crianças.

- Quem manda elas tárem fazendo serviço di homi? Serviço di muié é em casa, cuidando da cozinha e das rôpa da famía. Si quizé fazê serviço di homi, então qui escute language di homi. Isso é gente atôa qui num vale nada. O Governo é qui véve passando a mão no lombo deles. Vancê veja, lá no Chapecó, já estão falando em uma lei que vai obrigá a gente a ter as criação presa prá que esses gringo possam plantá perto di casa sem fazê cerca. Essa história de criá preso e plantá sorto num é cumigo. Eu vou-me embora pra Pato Branco.

- Mas, Marcelino, isto está certo. O errado é como vocês fazem. Para ter um cavalo e uma vaca soltos, vocês vão plantar a duas léguas de distância. Perdem um tempo enorme para ir até a roça trazer dois balaios de milho ou feijão.

- Mas, que importa seu Dotô. A gente num comi tudo num dia só. Eu, por mim, si essa lei saí, renego a minha pátria, vou-me embora pro Paranan!

- Mas, Marcelino, acha você que isso adianta? Você tem no Carneiro o seu terreno, sua casa, e se mudar por causa da colonização, amanhã ela chegará lá, e você vira judeu errante. Já que está ali, fique onde está, procure adaptar-se aos processos deles que, parece, são bons. Você não vê como eles progridem e enriquecem?

- Qual nada! O que eles têm é a proteção do Governo e muita sorte! E cada um com seu sistema. Tamos habituado com largueza<sup>703</sup>.

Na região de Fraiburgo, a colonização avançava para áreas mais distantes da agora colônia Dez de Novembro, atingindo outras localidades, pertencentes ao imenso imóvel Butiá Verde, principalmente a partir da década de 1940, como era o caso de Taquaruçu<sup>704</sup>. Segundo Pedro Felisbino, as primeiras famílias de colonos,

<sup>703</sup> BREVES, Wenceslao de Souza. *Op. Cit.*, p. 41-42.

<sup>704</sup> Consultando o Registro de Imóveis de Curitiba é possível constatar, a partir da década de 1940 e 1950, a aquisição de terras, compondo o imóvel Butiá Verde, então pertencentes a Wenceslao Breves, as famílias Bogo e De Lorenzi, dentre outras na região de Taquaruçu e em Frei Rogério.

na maioria ítalo-brasileiros, começaram a se instalar a partir da década de 1940<sup>705</sup>. A legalização das posses, que inicialmente foi tentada por meio de um acordo em 1926<sup>706</sup>, só ocorreu na década de 1940. Muitos que não concordaram com este acordo, permanecendo sob a posse, perderam suas terras, com a criação, mais tarde, do Núcleo Tritícola, localizado atualmente em Frei Rogério<sup>707</sup>.

A atuação de várias serrarias que passaram comprar pinheiros e a se instalar nestas terras teriam, pela sua maior abrangência, colaborado mais do que os colonos, mais dispersos e em menor número, se comparados a colonização Marechal Hindemburgo, para a gradual desagregação dos espaços até então usufruídos em comum.

### 3.3 – A EXPLORAÇÃO MADEIREIRA

Depois de passar a eleição eles passavam no Governo do Estado e diziam: quero um terreno em tal lugar. Legalizavam toda aquela região. E esse povo mais rico queria campo para criar boi. E o caboclo ia para o mato. O caboclo era posse, ficava por lá. [...] Só que daí depois veio o valor do pinheiro, aí complicou<sup>708</sup>.

Esta frase, proferida por Valdomiro Monteiro, antigo morador de Curitiba, ilustra bem o processo de valorização que a madeira passou a sofrer, em relação ao campo, até então de principal interesse, despertando a cobiça de muitos grupos políticos e econômicos durante o período que é comumente chamado na região de “ciclo da madeira”, que se estende, no bojo da expansão colonizatória, com variações no espaço, entre as décadas de 1920 e 1960. Até então, como foi

---

Registros número 9.121, 9.122, 9.123 e 9.124, livro 3h, de 19 de agosto de 1952. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitiba, Santa Catarina.

<sup>705</sup> FELISBINO, Pedro Aleixo, FELISBINO, Eliane. *Op. Cit.*, p. 90-91.

<sup>706</sup> Escritura Pública de Contrato entre Artur Formighieri, Ernesto Formighieri, Ângelo Preto, Aníbal Formighieri e moradores de Taquaruçu, Passa Três e Faxinal dos Carvalhos, no dia 22 de fevereiro de 1926.

<sup>707</sup> FELISBINO, Pedro Aleixo. Entrevista citada.

<sup>708</sup> MONTEIRO, Valdomiro. Entrevista citada.

abordado no Capítulo 1, a floresta era vista como um empecilho e não como fonte de riqueza, pois delimitava as áreas de pastagem. A utilização da madeira era restrita a fabricação de cercas, tábuas lascadas para a construção de casas, confecção de telhados e mesmo cercamento de roças, isso quando não era a própria árvore que servia como cerca para evitar a invasão de animais, como rememora Sebastião Andrade dos Santos:

A minha família, vi eles derrubando pinheiro, mas pinheiro de um metro, um metro e meio de diâmetro, derrubavam um pinheiro com a copa de um no toco do outro, fechavam uma área e faziam roça, roça de milho, de feijão e plantavam também abóbora, aipim, essas coisas. Mas no sistema indígena mesmo, roça de queimada. Para cercar o próprio boi, o próprio porco era feita essa cerca para os animais não entrem.

Se durante o povoamento já existissem pequenos “engenhos de serrar”, que se constituíam, na quase maioria, de pequenos galpões, com serras movidas a roda d’água, com toras serradas manualmente, cuja produção visava o abastecimento local, seria a partir do início do século XX que a exploração madeireira iria adquirir maior vulto com a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, acarretando na colonização e na melhoria da comunicação com os portos e centros consumidores<sup>709</sup>. Em pouco mais de 15 anos, entre 1915 e 1929, vislumbrou-se um aumento de mais de 22 vezes da produção madeireira no Estado<sup>710</sup>. Neste período, o mais importante mercado, como aponta Paulo Fernando Lago, foi a Argentina, cuja madeira era transportada por balsas pelo rio Uruguai na época das cheias. Além da Argentina, os países europeus se incluíam como clientes externos dos produtos florestais do Sul do Brasil<sup>711</sup>. Neste contexto, tem-se também o crescimento do mercado interno, motivado pela urbanização dos grandes centros urbanos, o que, como foi visto, também impeliu a criação de porcos no Vale do Rio do Peixe.

<sup>709</sup> CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu**: uma história de riqueza madeireira e colonizações. 2006, 201 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006, p. 64.

<sup>710</sup> GOULARTI FILHO, Alcides. *Op. Cit.*, p. 82-83.

<sup>711</sup> LAGO, Paulo Fernando. *Op. Cit.*, p. 272. Maiores informações sobre o escoamento da produção madeireira do Oeste via rio Uruguai para a Argentina, e o surgimento de várias serrarias ao longo do rio entre as décadas de 1930 e 1950, podem ser vistas em BELLANI, Eli Maria. *Op. Cit.*; WOLOSZYN, Noeli. Os balseiros do rio Uruguai. In: ZOTTI, Solange Aparecida (org). **História faz história**: contribuições ao estudo da história regional. Concórdia: UnC, 2006.

Também a situação econômica do pós-Primeira Guerra Mundial teria impellido a exploração madeireira na região. Conforme apontam Miguel Mundstock Xavier e Ondina Bossle, o conflito marca a substituição das importações de alguns produtos, como a madeira, até então produto importado pelo país. O próprio crescimento econômico da Argentina, também influenciado pelo conflito deve ser considerado neste contexto da expansão da atividade madeireira no Estado, que não deve ser visto apenas como fruto da abertura da ferrovia e da colonização daquelas terras<sup>712</sup>.

Na exploração da reserva madeireira da região, onde destacam-se as serrarias da *Lumber*, em Calmon e em Três Barras, tem-se a atuação, em todo o Vale do Rio do Peixe e Oeste, de várias outras serrarias, de pequeno e grande porte que se instalavam nos “sertões”. Até a construção da ferrovia, a exploração comercial do Vale do Rio do Peixe e região restringia-se ao comércio local, cujas dificuldades encontradas para o escoamento da produção, impediam que estas fossem transportadas aos centros consumidores, deixando a região “isolada”. Situação que perdurou em algumas áreas do planalto até a introdução dos caminhões e a melhoria das estradas, o que ocorre, sobretudo a partir da década de 1940. O Vale do Rio Uruguai, por outro lado, possuía maiores “facilidades” para o escoamento, em virtude do seu quadro natural, onde as cheias do rio eram aproveitadas para o escoamento da produção a jusante, rumo à Argentina. Portanto, como afirma Susana Cesco, a devastação do Vale do Rio do Peixe passa a se fazer mais intensa a partir da operação da estrada de ferro em virtude da facilidade de escoamento e à introdução de técnicas e máquinas cada vez mais modernas, acelerando a produção, embora o desmatamento já ocorresse antes, tanto pelos engenhos de serrar e pela abertura de roças e ampliação das pastagens pelas grandes fazendas<sup>713</sup>.

Tal aumento na produção de madeira significava também o avanço sobre áreas cada vez mais remotas da floresta de araucária. No Vale do Rio do Peixe, a medida que as árvores próximas a ferrovia eram derrubadas, as serrarias avançavam cada vez mais para o interior. Junto com a devastação efetuada pelas atividades madeireiras, tem-se o desmatamento realizado pelos colonos na abertura

---

<sup>712</sup> BOSSLE, Ondina Pereira. *Op. Cit.*, 54-57; CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *Op. Cit.*, p. 59-62.

<sup>713</sup> CESCO, Susana. *Op. Cit.*, p. 85-86.

das suas roças. Embora a produção madeireira crescesse na região como um todo, muitas das áreas de colonização, em direção ao interior, ainda não possuíam estradas em boas condições para o transporte de madeira, por juntas de bois, como era realizado em muitas das serrarias que operavam inicialmente na região, fazendo que imensos pinheiros viessem ao chão pelo fogo. É o que relata, por exemplo, Carlos Hepp, a respeito da abertura de roça nas terras de sua família em Marechal Hindemburgo:

o pai estragou muito pinheiro. Ele quando começava a plantar milho e caía grimpa. Daí ele juntava nó-de-pinho o dia todo com a mãe e rodeava o pinheiro. Daí colocava fogo e aqueles nós queimavam metade do pinheiro com o calor, ia queimando. Daí eles pegavam aquelas serra de dente e serravam. Ali subindo o morro tinha um pinhal [...] daí tacou fogo nos pinheiros. Naquele tempo não tinha estrada para tirar os pinheiros [...]<sup>714</sup>.

Na região de Fraiburgo tem-se, junto com a devastação para a abertura de roças pelos colonos, a atuação de várias serrarias que iriam reduzir, pelo desmatamento, imensas áreas antes usufruídas em comum pela população local na criação de animais. Dentre as serrarias que atuaram na região, é possível destacar a Serraria René Frey & Irmão como uma das principais protagonistas deste processo, não apenas pela devastação, mas pelo cercamento e introdução de novos empreendimentos econômicos nas suas terras.

### **3.3.1 – A SERRARIA RENÉ FREY & IRMÃO**

A atuação dos irmãos René e Arnaldo Frey no setor madeireiro iniciou-se na década de 1930, como um desdobramento das suas atividades econômicas, até então centradas na produção de carnes e derivados, formando-se com capitais localmente acumulados, o que, como aponta Alcides Goularti Filho, era a origem de

---

<sup>714</sup> HEPP, Carlos. Entrevista citada.



muitos dos estabelecimentos que atuaram na região<sup>715</sup>. Os motivos que levaram os irmãos Frey a investir no setor madeireiro, pode, de certa maneira, ser resumido nesta frase de Gentila Porto Lopes: “nada mais oportuno. Pela riqueza e variedade das árvores - pinho, imbuia, cedro, canela, etc. – excelente e farta matéria-prima, para ser aproveitada convenientemente. Especialmente o pinho”. Como os irmãos Frey não possuíam terras, eles buscaram no início realizar um acordo muito comum à época, o de “serrar às meias”. Neste tipo de acordo o proprietário dos pinheirais e o da serraria ficavam com metade do valor da madeira. A primeira serraria dos irmãos Frey localizava-se em Anta Gorda, uma localidade próxima a Perdizes. Lá os Frey montaram, no ano de 1935, uma serraria na propriedade de Possanski, produzindo madeira serrada. Escasseando os pinheiros naquelas terras, os irmãos Frey procuraram outra floresta, desta vez no Rio das Pedras, atual distrito industrial de Videira, onde realizaram um acordo com Carlos Puttkamer, construindo então uma outra serraria<sup>716</sup>.

Provavelmente a instalação desta serraria não foi tão simples, havendo tensões com moradores locais, como demonstra uma passagem do livro de Gentila Porto Lopes: “isso ocorria com freqüência, pela ignorância de determinados elementos: só sabiam argumentar pela força bruta, de revólver em punho”<sup>717</sup>. Tensões que poderiam envolver a questão das terras ou a inclusão de uma nova atividade econômica naquelas terras, que apesar de possuir um proprietário oficial, poderiam também existir famílias vivendo ou utilizando aqueles pinheirais em atividades relacionadas ao usufruto em comum.

Com a construção da serraria e com a acumulação de capital proporcionada pela madeira (que “teve um desenvolvimento paralelo ou até maior”) que a pequena empresa frigorífica, os irmãos Frey adquiriram dos irmãos Troulla, vinicultores da região, uma velha cantina desativada para a produção de caixas. Estas caixas se destinavam ao transporte de uvas, ameixas e outros produtos cultivados pelos colonos e pequenos produtores da região, que precisavam acondicionar seus

---

<sup>715</sup> GOULARTI FILHO, Alcides. *Op. Cit.*, p. 89.

<sup>716</sup> LOPES, Gentila Porto. *Op. Cit.*, p. 39-40.

<sup>717</sup> *Ibidem*, p. 40.

produtos de maneira adequada para despachar a mercadoria que seria então exportada, via férrea, até São Paulo e outros centros consumidores<sup>718</sup>.

Mais uma vez escasseando os pinheirais daquelas terras, os Frey voltam suas atenções para uma região vizinha a colônia Marechal Hindemburgo, até então conhecida como Campo da Dúvida, em terras que pertenciam a Belizário e Aristiliano Ramos, que adquiriram uma parte do imóvel Butiá Verde da família Burger, em 1933<sup>719</sup>. Foram com os Ramos que os Frey negociaram a exploração dos pinheirais com base no acordo de “serrar às meias”<sup>720</sup>. Em 1937 iniciam-se as obras de instalação da serraria, começando a derrubada das primeiras árvores<sup>721</sup>.

Além da serraria René Frey & Irmão, outras serrarias passaram a atuar na região de Fraiburgo a partir da década de 1930, em localidades como a Liberata, Taquaruçu, Papuã, Taboão, dentre outras. Exploração que seria cada vez mais intensa, fazendo com que existissem, somente na região de Fraiburgo, mais de 36 serrarias destinadas a exploração da floresta nativa entre as décadas de 1950 e 1960<sup>722</sup>. Em 1935 o Relatório da Diretoria de Terras e Colonização aponta que já existiam várias serrarias, somente nas terras da Colônia Marechal Hindemburgo, reduzindo, seja pela devastação ou pelo posterior cercamento, os espaços onde era possível o usufruto em comum dos antigos moradores<sup>723</sup>.

Com valorização da madeira, o que era antes visto como um empecilho que impedia o aumento do rebanho bovino, passava agora a despertar a cobiça de empresários e grandes proprietários de terra, gerando inclusive conflitos.

Vizinha às terras da Fazenda Butiá Verde, de Demosthenes Bornhausen, uma faixa de terras no lugar denominado Taboão, atualmente parte do município de Lebon Régis, foi motivo de uma disputa de terras no ano de 1939 entre dois proprietários confrontantes. Neste mesmo ano entrou no Fórum de Curitiba uma Ação Sumária de Manutenção de Posse, envolvendo, como agravantes Eduardo

---

<sup>718</sup> *Ibidem*, p. 41-42; FREY, Willy (2004). *Op. Cit.*, p. 54.

<sup>719</sup> Registro número 562, livro 3a, de 07 de abril 1933. Registro de Imóveis do município de Curitiba, Santa Catarina.

<sup>720</sup> Neste acordo, o proprietário dos pinheiros recebia a metade da produção ficando a serraria com outra FREY, Willy (2003). *Op. Cit.*, p. 15.

<sup>721</sup> LOPES, Gentila Porto. *Op. Cit.*, p. 63-75.

<sup>722</sup> FREY, Willy (2003). *Op. Cit.*, p. 17.

<sup>723</sup> SANTA CATARINA (1935). *Op. Cit.*, fl. 122.

Anguieviski, sua mulher e outros, e como agravados Francisco Schreiner e sua mulher. Nos referidos autos, Anguieviski e outros alegam que são legítimos proprietários da fazenda Faxinal do Taboão, possuindo uma área de 4.000.000 de m<sup>2</sup>, e que Francisco Schreiner ocupou parte de suas terras, abrindo roças, fazendo estradas e derrubando árvores. Segundo os agravantes, o imóvel Faxinal do Taboão foi adquirido, como consta no traslado da escritura de imóveis, no ano de 1938, possuindo uma área de 4.000.000 de m<sup>2</sup>, sendo que estes ocupavam as referidas terras desde 1924, de forma mansa e pacífica, tendo a posse turbada por Francisco Schreiner<sup>724</sup>. Consta nos autos que Schreiner invadiu parte daquelas terras que compunham o imóvel,

onde mandou roçar regular área de matas, e a seguir, construiu uma casa de madeira onde localizou um preposto seu, invadiu outra que residia um agregado dos AA, e vem, daquela data a esta parte, em abrir estradas e em extrair diariamente, grande quantidade de pinheiros do imóvel, com grave e evidente prejuízo para seus proprietários<sup>725</sup>.

Francisco Schreiner, confrontante ao referido imóvel, obteve suas terras por concessão do estado no ano de 1927. Segundo o registro da concessão, o imóvel, possuía uma área de 31.000.000 m<sup>2</sup>, “no terreno denominado ‘Taboão’, medido e demarcado no lugar denominado ‘Butiá Verde’”<sup>726</sup>. Depois de se desenrolar por mais de dois anos, com discussões sobre a localização exata das terras e da concessão, se estas encontravam-se em Caçador ou Curitibanos, por encontrarem-se na divisa intermunicipal, se estas pertenciam realmente a quem, foi realizado um acordo entre as partes, onde os acusadores acabaram por receber uma parte do imóvel em questão<sup>727</sup>.

A existência de tensões e conflitos advindas da exploração madeireira não envolvia apenas a invasão de propriedades, mas também a expropriação e a

---

<sup>724</sup> Ação de Manutenção de Posse que fazem Eduardo Anguieviski, sua mulher e outros, contra Francisco Schreiner e sua mulher em 1939. Comarca de Curitibanos, caixa 23. Arquivo do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

<sup>725</sup> *Ibidem*, fl. 3.

<sup>726</sup> Registro número 1.353, livro 3, de 16 de dezembro de 1927.

<sup>727</sup> Ação de Manutenção de Posse que fazem Eduardo Anguieviski, sua mulher e outros, contra Francisco Schreiner e sua mulher em 1939, fl. 114.

redução dos espaços até então usufruídos em comum, principalmente no sustento dos porcos, alimentados quase que exclusivamente dos recursos da floresta.

É o que teria ocorrido com a serraria dos irmãos Frey no início da década de 1940. Gentila Porto Lopes comenta que logo após o incêndio que ocorreu na fábrica de caixas em 1941, pouco antes de se transportar a maquinaria para o Campo da Dúvida, os Frey, além da falta de crédito, que os faria vender a sua parte na Sociedade Catarinense de Banha e a casa de Arnaldo Frey, onde se localizava o açougue Frey & Kellermann para a firma Ponzoni, Brandalise & Cia, depararam-se, durante a construção da serraria, com “os primitivos moradores do Campo da Dúvida, sentindo-se despojados de ‘suas’ terras, passaram à represália, ameaçando assaltá-los [...]”<sup>728</sup>.

Esta situação pode ser explicada não só pela expropriação de antigos moradores, que poderiam ter sido agregados dos Ramos, ou mesmo posseiros de áreas próximas, mas pela gradual redução de espaços de uso da terra em comum, o que teria também provocado a existência de momentos de tensões entre os colonos e os antigos moradores. José Ernesto Scholl, natural do Rio Grande do Sul, que se instalou na região de Fraiburgo em 1934 em Marechal Hindemburgo, comenta, em seu depoimento para o Padre Tomás Pieters no ano de 1973, sobre a existência de hostilidades em relação aos imigrantes e teuto-brasileiros de Marechal Hindemburgo e arredores.

Disseram: - Ah, estes alemães que invadam a nossa terra. Tinha uma arma de três canos, fiquei esperando e certo dia eram três, gritaram de novo, dei um tiro. Um deles mais tarde me mostrou o chapéu, que nesta ocasião tinha furado a bala. Portanto era longe de uns duzentos metros<sup>729</sup>.

Esta frase pode ser interpretada não somente pelo sentido da “invasão” das terras ocupadas pelo sistema de posse, o que ocorreu, por exemplo, com o caso já citado das famílias Hepp e Linfôncio, mas também pelas diferentes formas de uso e de regime de propriedade daquelas terras.

<sup>728</sup> LOPES, Gentila Porto. *Op. Cit.*, p. 69-70; BURKE, Thomas J. *Op. Cit.*, p. 18.

<sup>729</sup> SCHOLL, José Ernesto. 68 anos. Depoimento, novembro de 1973, Fraiburgo. Entrevistador: Padre Tomás Pieters.

É possível entender esta situação de alteridade entre estes dois grupos, considerando este encontro como ocorrido em uma região de fronteira, não no sentido político, mas no sentido exposto por José de Souza Martins<sup>730</sup>. Passaram a conviver em um mesmo espaço diferentes grupos sociais, compostos por colonizadores, autoridades públicas, e antigos moradores, que possuíam, nas palavras de José Carlos Radin, “interesses e visões distintas do processo de colonização e do tipo de sociedade que foi sendo construído e reconstruído”<sup>731</sup>. Para Martins, a existência de uma situação de conflito social é o aspecto mais relevante para se caracterizar e definir uma fronteira “e esse é, certamente o aspecto mais negligenciado entre os pesquisadores”. Vista como lugar de encontro “dos que são diferentes entre si” esta, conforme o autor, pode ser compreendida como um lugar onde ocorre, ao mesmo tempo, a descoberta do “outro” e um desencontro, mas

não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro das fronteiras é o desencontro das temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História<sup>732</sup>.

Conforme José de Souza Martins, ao se estudar e examinar a literatura sobre o tema da fronteira no país é possível encontrar duas concepções de referência: a dos geógrafos, que tratam a fronteira como uma “frente pioneira” ou “zona pioneira”, e a dos antropólogos, que definiram as frentes de deslocamento da população civilizada e suas atividades econômicas, de algum modo reguladas pelo mercado, como frentes de expansão. Nestas duas definições o que existe são dois “modos de ver a fronteira, diferentes entre si porque são diferentes nos dois casos, os lugares sociais a partir dos quais a realidade é observada”. Neste caso, os antropólogos estão preocupados com o impacto da expansão branca sobre a população indígena, vendo na frente de expansão não apenas fazendeiros, empresários, comerciantes, mas também populações pobres, não-indígenas ou mestiças, como no caso da

<sup>730</sup> MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 150.

<sup>731</sup> RADIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro: representações sobre a civilização no sertão**. 2006, 210 fl. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006, p. 13.

<sup>732</sup> MARTINS, José de Souza (1997). *Op Cit.*, p. 150.

ocupação das matas do planalto no século XIX, compostos por pequenos e médios sítios.

Quando difundiram a expressão frente pioneira, os geógrafos, como no caso de Léo Waibel, em seu estudo incompleto intitulado “Zonas pioneiras do Brasil”<sup>733</sup>, mal viam as populações indígenas, já marginalizadas e massacradas. Em seus estudos, Waibel procurava enfatizar as mudanças espaciais decorrentes, por exemplo, da construção de ferrovias, da colonização e da instauração de lavouras comerciais, como o café no norte do Paraná.

Nestas concepções diferentes de frente de expansão e frente pioneira, adverte o José de Souza Martins que não existe, a primeira vista a

intenção de supor uma realidade específica e substantiva. Por isso mesmo, não são propriamente conceitos, mas apenas designações os pesquisadores na verdade reconhecem que estão em face dos diferentes modos como os civilizados se expandem territorialmente. Mais do que momentos e modalidades de ocupação do espaço, referem-se a modos de ser e de viver no espaço novo<sup>734</sup>.

A concepção da frente pioneira está, de certa forma, implícita na idéia de que nesta “se cria o novo, nova sociabilidade, fundamentada no mercado e nas contraturalidades das relações sociais”, ou seja, esta é mais do que o simples deslocamento de um determinado grupo social para um novo território. Assim, a frente pioneira, no entender de José de Souza Martins “é também a situação espacial que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas [...]”. Ao tratar de frente pioneira, os geógrafos estavam tratando de uma das faces da reprodução do capital, sua reprodução extensiva e territorial, “essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria”<sup>735</sup>.

<sup>733</sup> Artigo que ficou incompleto devido a morte do autor na década de 1950. WAIBEL, Léo. *Op. Cit.*

<sup>734</sup> MARTINS, José de Souza (1997). *Op. cit.*, p. 153.

<sup>735</sup> *Ibidem*, p. 153-156.

O avanço destas novas relações sociais e econômicas naquele espaço forçaria a população cabocla da região, retornando ao início do item 3.2, a escolher duas opções: adaptar-se ou ficar excluída. A “opção” pela exclusão neste processo obrigava-a a mudar-se constantemente em busca de novas áreas, como no Paraná. Caso, por exemplo, de José Marcelino, o já mencionado personagem criado por Wenceslao Breves, que dizia que quando o cercamento chegasse iria embora para o Paraná, ainda sertão. Este também seria colonizado, anos mais tarde, por migrantes de origem européia, provenientes de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, a partir da década de 1940 e 1950, “desaparecendo o título de ‘sertão’ que até então lhe conferiam”, conforme sugere Roberto Lobato Corrêa<sup>736</sup>.

Arthur Hehl Neiva, contemporâneo à idéia de frente pioneira, já distinguia a existência, no Brasil, de duas fronteiras: a demográfica e a econômica, que nem sempre se coincidem, estando a primeira quase sempre à frente, ou seja, o povoamento avança antes da ocupação econômica do território, o que faz Léo Waibel, por exemplo, evitar denominar como pioneiros os habitantes do sertão<sup>737</sup>, diferente do que ocorre entre os antropólogos, que se referem, como frente de expansão, ao avanço demográfico. Diferença entre fronteiras que demonstra a existência de uma zona de ocupação, que não são ainda o que Martins denomina de “agentes característicos da produção capitalista, do moderno, na inovação, do racional, do urbano, das instituições políticas e jurídicas, etc”<sup>738</sup>.

Paul Little comenta que as transformações espaciais que o Brasil sofreu nos últimos séculos estão imbricadas com a expansão das fronteiras. Comenta o autor que a história da expansão destas fronteiras no país “é, necessariamente, uma história territorial, já que a expansão de um grupo social, com sua própria conduta territorial, entra em choque com as territorialidades dos grupos que residem aí”. Territorialidade que pode ser vista, no entender de Paul Little, “como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma

---

<sup>736</sup> Roberto Lobato Corrêa, em seu estudo sobre o sudoeste paranaense nos anos anteriores a colonização, menciona que a região passou a receber levas de migrantes “expulsos das zonas onde se processava a colonização”. Com o avanço desta a região, a população cabocla partia para novas terras, mais no interior, onde continuavam a criação de porcos à solta. CORREA, Roberto Lobato. *Op. Cit.*, p., 87-88,90.

<sup>737</sup> NEIVA, Arthur Hehl. **A imigração na política brasileira de povoamento**. Revista Brasileira de Municípios, ano II, n. 6, abril-junho de 1949, p. 226. Apud Waibel, Léo. *Op. Cit.*, p. 281.

<sup>738</sup> MARTINS, José de Souza (1997). *Op cit.*, p. 157.

parcela física de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’<sup>739</sup>. Existia entre a população do planalto, como foi visto no Capítulo 2, a formação de laços de sociabilidade e de solidariedade, onde esta mantinha com aquele espaço, ou lugar, para utilizar a terminologia de Yi Fu Tuan<sup>740</sup>, uma noção de pertencimento, coletivamente criada, regulando o acesso dos recursos básicos, assim como o regime de propriedade e uso da terra de maneira costumeira.

A medida que avançavam novas formas de uso do espaço, seja pela colonização, com o desmatamento e abertura de roças, quanto pela devastação madeireira, aquela população passou a resistir, da forma que lhe era possível, ao que eles consideravam invasões em suas terras, como no caso de Marechal Hindemburgo e mesmo da serraria René Frey & Irmão, ante a desagregação de seu antigo modo de vida. Desta maneira encontramos, de um lado, a colonização, trazendo novas formas de uso daquele espaço, amparada pelo poder político e econômico, destruindo e construindo territórios, e do outro, a sociedade já existente, que disputa a preservação de seu território e de formas costumeiras de uso do mesmo. Marcelo José Lopes de Souza propõe que uma das formas de se estudar o território “pressupõe não propriamente um descolamento entre as dimensões política e cultural da sociedade, mas uma flexibilização da visão do que seja o território”. A seu ver, o território deve também ser visto como um “campo de forças”, uma

teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os *insiders*) e os “outros (os de fora, os *outsiders*)”<sup>741</sup>.

Alteridades que não se resumiam apenas aos usos daquele espaço, mas também a diferentes visões “das coisas do mundo”<sup>742</sup>, expressas na visão da natureza, nas espacialidades e temporalidades, ou seja, “a partir de múltiplos e

<sup>739</sup> LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma nova antropologia da territorialidade. Brasília: Unb, 2002. Série Antropologia, n. 322, p. 3-4.

<sup>740</sup> TUAN, Yi Fu. *Op. Cit.*

<sup>741</sup> SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço, autonomia e poder. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 86.

<sup>742</sup> AREND, Silvia Maria Fávero. *Op. Cit.*, p. 31.



variados modos de adaptação ao meio”<sup>743</sup>, onde é possível verificar uma espécie de “necessidade territorial”, que de acordo com Rogério Haesbaert

pode estender-se desde um nível mais físico ou biológico [como no caso da utilização dos recursos naturais (terra, floresta, etc.)], até um nível mais imaterial ou simbólico (enquanto seres dotados de poder de representação e da imaginação e que a todo instante resignificam o seu meio e se expressam através dele), incluindo todas as distinções de classe sócio-econômica, gênero, grupo etário, etnia, religião, língua, etc<sup>744</sup>.

Realidades que possuem suas próprias temporalidades e espacialidades, ainda que sejam contemporâneas. E não são apenas diferenças do ponto de vista econômico. Existem também diferenças em relação às mentalidades, às concepções diferentes de vida e de visões de mundo, que são expressas através do “modo como as pessoas utilizam a terra, [de] como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar<sup>745</sup>”, onde persistiam entre a população antigos hábitos e costumes, como o uso em comum da terra e de recursos naturais, que não podem de modo algum ser (des)qualificadas como atrasadas economicamente ou socialmente, como meros arcaísmos e entraves ao progresso, como no olhar do colonizador. Estas devem ser vistas, como bem aponta José de Souza Martins, como contemporaneidades da diversidade, “diferenças que definem, seja a individualidade das pessoas, seja a identidade dos grupos”<sup>746</sup>.

Se por um lado, conforme aponta Paul Little, existissem múltiplas formas de resistência ante as novas relações sociais e econômicas que se inseriam, no caso na região de Fraiburgo, por outro

<sup>743</sup> CAMPOS, Cynthia Machado. Identidades e diversidades no sul do Brasil: as tentativas de homogeneização do espaço catarinense na era Vargas. In: **Fronteiras: Revista de História**. Florianópolis, n. 7, p. 45-71, 1999, p. 46.

<sup>744</sup> HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (orgs). **Brasil século XXI: por uma nova regionalização**. São Paulo: Max Limonad, 2004, p. 180.

<sup>745</sup> SACK, R. **Humam territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 219. *Apud* HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10. 2005, São Paulo, **Anais eletrônicos...** São Paulo: Usp, 2005 1 CD-ROM.

<sup>746</sup> MARTINS, José de Souza (1997). *Op. Cit.*, p. 158-159.

nem todas as respostas desses grupos não necessariamente devem ser classificadas como de resistência. Existem também processos de acomodação, apropriação, consentimento, influência mútua e mistura entre todas as partes envolvidas<sup>747</sup>.

A floresta, a partir da valorização da madeira, passou, para aqueles antigos moradores proprietários de terra, a ser vista como mais uma fonte de renda. Os pinheiros que se encontravam em suas propriedades passavam a ser comercializados com as serrarias da região. Venda que prejudicava a criação de animais soltos, afetando principalmente agregados, posseiros e pequenos confrontantes que a partir de então passavam a viver sem estes espaços.

No ano de 1957 foi lançado um livro de divulgação das potencialidades econômicas de vários municípios de Santa Catarina, sendo que um volume desta série se referia aos municípios de Curitibanos e Campos Novos. Encontram-se neste volume algumas informações a respeito de diversas empresas destes municípios, como era o caso da serraria René Frey & Irmão. Neste livro também é mencionada a Indústria e Comércio de Madeiras Formighieri Limitada, além de outras serrarias, o que demonstra que a maior renda econômica da região encontrava-se no setor madeireiro, que na época já apresentava seus primeiros sinais de que a reserva de madeiras economicamente viáveis estava se exaurindo<sup>748</sup>.

Em relação as atividades da Indústria e Comércio de Madeiras Formighieri Limitada, o livro comenta o seguinte:

A sua produção de madeira serrada é de 30 mil dúzias de madeira serrada; outrossim, a sua reserva florestal é constituída de 45 mil pinheiros [...] a firma dispõe, ainda, das seguintes organizações industriais que serram o seu pinhal: Indústria Mapile Ltda., Serraria Frey Rogério Ltda., Pinho Cruzeiros Ltda., A. Tozo & Filhos e Bernardi & Cia. Frize-se, finalmente, que tôda a grande produção desta Indústria encontra a melhor aceitação nos mercados de Itajaí e Joinville (Estado de Santa Catarina)<sup>749</sup>.

---

<sup>747</sup> LITTLE, Paul E. *Op. Cit.*, p. 5.

<sup>748</sup> OLIVEIRA, S.C; CAMPOS, M. **Focalizando Curitibanos e Campos Novos**. São Paulo: [s. n.], 1957.

<sup>749</sup> *Ibidem*, p. 44-45.

Em muitos casos, conforme apontam depoimentos de antigos moradores, o preço dos pinheiros era baixo, mas, pela quantidade de árvores envolvidas, parecia a estes se tratar de uma boa soma, haja vista que a exploração poderia durar mais de uma década em suas terras. É o que ocorreu, por exemplo, com uma parte da Fazenda Liberata, de propriedade de Heliodoro Dias de Andrade, que vendeu seus pinheiros, ainda na década de 1950, para a serraria Irmãos Menegatti, provenientes do Rio Grande do Sul, conforme aponta seu neto, Sebastião Andrade dos Santos:

esse pessoal eram gente nova na época e vieram aqui comprar esse material do meu avô. Compraram 50.000 árvores que mediam mais de um metro de diâmetro no pé. E pediram 35 anos de prazo para tirar o material. Aí que aconteceu o acidente. Todo pinheiro que tinha 70, 80 centímetros, dali a 30 anos passaram de um metro e serraram tudo [...] <sup>750</sup>.

Consultando o registro de imóveis constata-se a existência de várias averbações tratando da venda de pinheiros, como era o caso das terras na região da Liberata. A venda de pinheiros foi estimulada, como aponta Sebastião Andrade dos Santos, a partir da subdivisão da Fazenda Liberata por seus herdeiros. Sucessivas partilhas de terras entre herdeiros quase sempre numerosos, acabaram por empobrecer diversas famílias da região, reduzindo cada vez mais o tamanho das suas propriedades. “O filho de fazendeiro fica chacreiro”, disse Sebastião Andrade dos Santos a respeito das sucessivas divisões de terras, onde cada um passou a vender seus pinheiros individualmente. Foi o caso de seu avô, Heliodoro Dias de Andrade, filho de Generoso Ribeiro de Andrade. Venda que pode ser também constatada em terras outrora pertencentes a Porfírio José de Oliveira. Em um imóvel de sua propriedade que localizava-se na região da Barra, foram vendidos, em 1955, à empresa Imada Comercial Madeireira Ltda, todos os pinheiros existentes nas terras <sup>751</sup>.

Acordos de vendas de pinheiros são também encontrados em diversos acordos existentes no Tabelionato em Curitiba, como era o caso das terras da

---

<sup>750</sup> SANTOS, Sebastião Andrade dos. Entrevista citada

<sup>751</sup> Registro número 247, livro 3, de 1º de outubro de 1918. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitiba, Santa Catarina.

Fazenda Butiá Verde, pertencentes a Gasparino Zorzi, adquiridas de Demosthenes Bornhausen em 1937. Compreendendo uma área de 40.000.000 de m<sup>2</sup>, as árvores que existiam nas terras eram regularmente comercializadas com serrarias como a da família Formighieri, ocorrendo vendas ainda nos primeiros anos da década de 1960<sup>752</sup>. A própria concessão do imóvel visava a colonização das terras, porém, da mesma forma que outras colônias era também ressaltada a possibilidade da exploração da madeira, que poderia reverter-se em lucro, dado o interesse pelas madeiras que passavam a atuar na região<sup>753</sup>. Os Formighieri também adquiriam terras pertencentes ao imóvel Butiá Verde, para posterior exploração madeira, conforme é possível constatar em uma transação do ano de 1943, onde são adquiridos, por Raimundo e Aparício Formighieri, mais de 8 milhões de metros quadrados, entre a região do rio Mansinho e do Passa Três, de propriedade de Wenceslau Breves. No documento consta também a venda de pinheiros, no ano de 1955, para a Indústria e Comércio de Madeiras Formighieri Ltda<sup>754</sup>.

Grande parte destas serrarias possuíam caráter nômade, ou seja, a medida que as árvores economicamente viáveis de uma certa área acabava, desmontavam as instalações e partiam em busca de um novo pinheiral. A este respeito comenta Altino Bueno da Silva, antigo morador da região que trabalhou em uma das muitas serrarias que atuaram na região:

Eu trabalhava no Rio Preto, de lá fui para uma firma uma tal de Reichmann, pra lá de Lebon Régis, cortando tora de pinheiro, de lá os gerentes lá vieram para cá daí nós viemos, eu e meus filhos, cinco que trabalhavam comigo. Daí viemos cortar esse pinhal deste a Baía e viemos sair aqui. Pinhalão escuro, depois passamos aqui e fomos lá para Butiá Verde, até o Rio Roberto cortando pinheiro. Mas turma de gente, eu tinha minha turma e fizemos aqui trabalhamos em dois acampamentos. Aqui pra lá, parece que trabalhamos, em um, dois, três, quatro acampamento, ia se mudando conforme o pinhal ia acabando, cortava e se mudava<sup>755</sup>

---

<sup>752</sup> Registro número 1.195, livro 3b, de 5 de maio de 1937. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitibanos, Santa Catarina.

<sup>753</sup> CESCO, Susana. *Op. Cit.*, p. 65.

<sup>754</sup> Registro número 3.495, livro 3d, de 16 de outubro de 1943. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitibanos, Santa Catarina; Registro número 3.496, livro 3d, de 16 de outubro de 1943. Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitibanos, Santa Catarina.

<sup>755</sup> SILVA, Altino Bueno da. Entrevista citada.

Diferente destas serrarias, o empreendimento promovido pelos irmãos Frey permaneceu nas terras onde fora realizado o acordo com a família Ramos para a exploração dos pinheiros. Formou-se ao redor da serraria, uma pequena vila de operários, que passou a ser chamada de Butiá Verde, deixando de lado o antigo nome da localidade, Campo da Dúvida. Ao passo que os pinheiros serrados com base no acordo de serrar as meias eram derrubados, os Frey passaram a adquirir as terras até então pertencentes aos Ramos até possuírem todas as terras da família, que conforme Willy Frey compreendiam 5.000 hectares<sup>756</sup>.

A partir da década de 1950 os Frey procuraram também a adquirir terras vizinhas as suas terras, como uma parte das terras da Fazenda Butiá Verde, de Frederico João Burger. No registro da transação deste imóvel, quando são apresentadas as divisas de parte da fazenda, é mencionada a existência de terras devolutas e posses nulas confrontantes a estas terras de Manoel Alves Ribeiro e a um Joaquim “de tal” Matoso. Posses que poderiam ser criadores de animais à solta e que seriam, a partir do desmatamento das terras e cercamento das mesmas, impedidos de manterem a criação. Nesta compra de terras não estão inclusos os pinheiros com diâmetro maior que 45 centímetros, já adquiridos pelos Frey em um contrato anterior, do ano de 1954, onde os Frey adquiriram 17.000 pinheiros<sup>757</sup>. Outras áreas passam a ser incorporadas ao patrimônio da família, que passaria a compreender uma faixa de terras que se estendia da Liberata ao Dez de Novembro. Tal fato é apontado por Thomas Burke da seguinte maneira:

Ao longo desses anos [décadas de 1940 e 1950], as terras antes pertencentes aos Ramos e a outros antigos proprietários da região, foram sendo adquiridas pelos Frey, tornando-os praticamente senhores de Butiá Verde. Este fato iria ter grande influência sobre o futuro da região<sup>758</sup>.

---

<sup>756</sup> FREY, Willy (2005). *Op. Cit.*, p. 76.

<sup>757</sup> O referido acordo não apresenta as divisas, mas sim a orientação das mesmas a partir de marcos falquejados em árvores, assim como o realizado na venda das terras de Zacharias de Paula Xavier a Albano e Frederico José Burger em 1917. Escritura pública de compra e venda de imóveis que fazem a firma René Frey & Irmão, Frederico José Burger e sua mulher, no dia 19 de agosto de 1954. Livro de Notas n. 103. Cartório Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos Ortigari, Curitiba, Santa Catarina; Escritura pública de compra e venda de imóveis que fazem a firma René Frey & Irmão, Frederico José Burger e sua mulher, no dia 25 de agosto de 1955. Livro de Notas n. 108. Cartório Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos Ortigari, Curitiba, Santa Catarina, fl. 88-91.

<sup>758</sup> BURKE, Thomas Joseph. *Op. Cit.*, p. 19.

“Tinha pinhalão em toda a parte, me lembro tão bem, pinhalão velho, escuro”. É assim que Sebastião Alves dos Santos<sup>759</sup>, antigo morador da região, se recorda da localidade de Butiá Verde quando passou a trabalhar na serraria René Frey & Irmão no início da década de 1940. A medida que suas atividades se desenvolviam, os Frey adquiriam novos implementos técnicos, visando uma maior eficiência e rapidez na derrubada de árvores. Estas novas tecnologias tornaram viáveis as derrubadas de árvores localizadas a maiores distâncias da serraria. Uma das formas pela qual é possível observar, em diferentes momentos, o “progresso” de Butiá Verde, são as muitas imagens registradas pelos Frey desde o início das atividades madeireiras no Campo da Dúvida. O olhar do fotógrafo, como ressaltam Jó Klanovicz e Eunice Nodari, em seu estudo sobre a transformação da paisagem de Fraiburgo a partir da atuação dos irmãos Frey, incidia “sobre a idéia de retratar a atividade de extração como uma atividade de progresso industrial”<sup>760</sup>. São demonstrados os depósitos de madeira, tendo ao fundo a floresta, os meios de transporte, com que eram transportadas as imensas toras de pinheiros, e as modernas máquinas adquiridas pela empresa.



<sup>759</sup> SANTOS, Sebastião Alves dos. 71 anos. Depoimento, setembro 2004, Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

<sup>760</sup> KLANOVICZ, Jó; NODARI, Eunice Sueli. **Das araucárias às macieiras**: transformações da paisagem em Fraiburgo – Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2005, p. 32-33.

**FIGURA 17: Foto de tábuas empilhadas no pátio da serraria (final da década de 1930, início de 1940).**

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Fraiburgo



**FIGURA 18: Foto do pátio da serraria René Frey & Irmão (década de 1940).** Observem no canto direito as toras de araucárias descascadas que eram então roladas e transportadas em trilhos para o beneficiamento, onde seriam transformadas em tábuas ou vigas.

Fonte: Museu Municipal de Fraiburgo.

As imagens a seguir apresentam algumas das máquinas adquiridas pela serraria dos irmãos Frey. Na Figura 19 observa-se uma motosserra que substituiu o trabalho braçal no corte das árvores, adquirida em 1946, e “que veio a fazer sucesso na região”.<sup>761</sup>. O transporte destas árvores, se antes era realizada com o auxílio de bois, arrastando as toras até o local onde eram beneficiadas, seria, a partir de então

<sup>761</sup> FREY, Willy (2003). *Op. Cit.*, p. 18.

realizado cada vez mais com o auxílio de caminhões. Assim, a tecnificação da serraria, acelerando o ritmo da devastação, reduziu gradativamente os espaços onde ocorriam práticas de uso em comum da terra.



**FIGURA 19: Foto da motosserra da serraria René Frey & Irmão.** A tecnificação da serraria, acelerando o processo de extração da madeira, colaborou decisivamente para a redução dos espaços onde se praticava a criação de animais soltos no mato.

Fonte: Museu Municipal de Fraiburgo.





**FIGURA 20: Foto do transporte das toras.** Depois de derrubadas e descascadas, as árvores eram transportadas através de caminhões, como no caso destes três Ford 39, que carregavam uma única araucária serrada em três partes.

Fonte: FREY, Willy (2003). Op. Cit., p. 11.

Esta “aceleração” do ritmo da devastação confere com o que foi exposto por Sonia Barrios em relação às transformações sociais do espaço. A seu ver, “a disponibilidade de instrumentos de trabalho cada vez mais poderosos e eficientes se traduzem numa crescente capacidade de transformação social do espaço circundante”<sup>762</sup>. Este “acréscimo” na capacidade de produção, possibilitado pelo uso de novas técnicas e maquinarias, tornou a extração da madeira mais eficiente, acarretando desta maneira o aumento da velocidade das transformações sócio-espaciais da região, se inserindo dentro do processo que David Harvey denomina de “compressão do tempo-espaço”, que se caracteriza pela aceleração do ritmo de vida e da redução do tempo de giro na produção<sup>763</sup>.

A intensificação da devastação, não apenas em Butiá Verde, mas no planalto catarinense de uma forma geral, a partir do aperfeiçoamento das técnicas de derrubada e beneficiamento da madeira, aliada à colonização, que chegava a

<sup>762</sup> BARRIOS, Sonia. A produção do espaço. In: SOUZA, Maria Adélia A. de; SANTOS, Milton (orgs). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986, p. 06.

<sup>763</sup> HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2003, *passim*.

locais cada vez mais distantes, levou, como aponta Miguel Mundstock Xavier, a índices impressionantes de desmatamento entre as décadas de 1950 a 1970<sup>764</sup>. É a partir destas décadas que passa a se perceber na região do Vale do Rio do Peixe o esgotamento dos recursos florestais.

Se na região de Fraiburgo ainda existiam serrarias operando na década de 1970, exaurindo as florestas de araucárias que restavam no interior, desde fins da década de 1940 e início de 1950, como aponta Susana Cesco, a indústria madeireira do Vale do Rio do Peixe passava a apresentar os primeiros sinais do fim das reservas de madeira<sup>765</sup>. É neste contexto, em virtude do futuro esgotamento das florestas da localidade de Butiá Verde a partir da década de 1950, que os irmãos Frey passaram a investir em novas atividades econômicas que substituíssem a exploração madeireira

Dentre estas atividades encontram-se a produção de pasta mecânica, aproveitando os rejeitos e refugos da madeira serrada. Os Frey passaram também a explorar os vastos butiazais da região, extraindo suas folhas para a produção da crina vegetal<sup>766</sup>. A produção de crina passava a se disseminar na região de Fraiburgo, e não foram poucos os fazendeiros que instalaram uma pequena fábrica ou arrendavam os butiazais para terceiros, que se dedicavam a sua produção. Em relação a venda das folhas, comenta Sebastião Celso Abrão que existiam muitos produtores que percorriam a região extraindo as folhas de butiás das fazendas, que cresciam novamente em um ano e meio a dois anos<sup>767</sup>.

Após beneficiada, a folha do butiá, já transformada em crina vegetal, era comercializada localmente ou enviada para outros centros consumidores, como Curitiba e São Paulo, conforme José Lindolfo Cordeiro Leite, que além de criador de animais à solta, também possuiu durante um tempo uma pequena fábrica de crina vegetal, aproveitando os butiazais de suas terras:

o cara pegava e levava para Curitiba, e às vezes para São Paulo. Nós vendia prum cara de Curitibaanos, um tal de Penteado que tinha

---

<sup>764</sup> CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *Op. Cit.*, p. 70.

<sup>765</sup> CESCO, Susana. *Op. Cit.*, p. 44.

<sup>766</sup> FREY, Willy (2005). *Op. Cit.*, p 76.

<sup>767</sup> ABRÃO, Sebastião Celso. Entrevista citada.

que era o comprador e o Luiz Ferlin que era de Videira e comprava de nós. Então chegava a época a gente vinha a cavalo até na Dez de Novembro e ia em Videira lá tratar para vim pegar e vinha caminhão numa época, estrada ruim barbaridade<sup>768</sup>.

Outros ramos econômicos passaram a se tornar alvo dos Frey, como o plantio de trigo mecanizado em larga escala. Produto que já era cultivado na colônia Dez de Novembro pelos colonos de origem alemã e também, mais tarde, pelos antigos moradores que conseguiram legalizar suas posses ou adquirir um lote de terras<sup>769</sup>. Cultivavam também milho, cuja plantação chegou a atingir uma área de 40 alqueires (96,8 hectares), dedicando-se também a pecuária, criando gado bovino e suíno em larga escala, parte confinada e parte de maneira extensiva<sup>770</sup>.

A devastação das terras e a implementação destas novas atividades econômicas eram incompatíveis com as práticas de criação à solta dos porcos, ainda empreendida por muitos dos seus confrontantes, que poderiam ser inclusive posseiros como os mencionados na compra das terras de Frederico João Burger. Por circularem soltos em busca de alimentos, não era raro ocorrer invasões de animais, principalmente porcos, nas terras dos Frey, que passaram a cercá-las, o que para José Lindolfo Cordeiro Leite fez com que a criação à solta entrasse em decadência:

Depois que os Frey vieram começou a arruinar. Daí eles fecharam tudo os terrenos e não queriam criação nenhuma nos terrenos. Daí Deus o livre. Virou uma breca que não tinha jeito. Daí eles fecharam os terrenos. Mas veja bem, fechavam com arame, mas também o porco, cabrito, ovelha aquele passava, mas eles não queriam<sup>771</sup>.

O trânsito de animais soltos ia contra os empreendimentos agrícolas dos Frey, como as lavouras de milho, onde eventuais invasões de porcos poderiam causar danos, da mesma forma que ocorria nas áreas de colonização, sendo este um motivo de discórdia entre os antigos moradores e os Frey. Fato semelhante é

---

<sup>768</sup> LEITE, José Lindolfo. Entrevista citada.

<sup>769</sup> LARA, SOBRINHO, Miguel (2004). Entrevista citada.

<sup>770</sup> OLIVEIRA, S.C; CAMPOS, M. *Op. Cit.* [não paginado]

<sup>771</sup> LEITE, José Lindolfo. Entrevista citada.

registrado por Sebastião Pires ao explicar que a família de Leopoldino Ribeiro, antes agregada dos Ramos, teve que sair das terras com a compra pelos Frey:

quando veio a serraria foi seguro o tal de porco, meu sogro teve que sair dali, minha mulher teve que sair dali porque o seu René não aceitou mais porco. Teve uma vez onde era a primeira rádio, os porcos vinham ali e fuçavam até que o velho não aceitou mais o seu René. Não aceitou mais. O povo que era mais ou menos bem de vida teve que se desfazer para não ficar sem nada, teve que vender meio a troco de casca grande<sup>772</sup>.

Destino diferente do que teve sua família, que passou a trabalhar na empresa da família Frey<sup>773</sup>. Ao menos nos primeiros anos da serraria, muitos destes porcos, conforme Willy Frey, eram adquiridos por eles mesmos no final do inverno para o açougue e matadouro instalado em Butiá Verde<sup>774</sup>, embora nenhum depoente tenha afirmado a venda de animais ao açougue.

Sebastião Andrade dos Santos também se refere a atuação da serraria na redução dos espaços de criação dos animais soltos, acrescentando à atuação da empresa na localidade, o processo de colonização e cercamento das terras:

Começou os problemas, o primeiro começou a acontecer com os próprios Frey, quando eles venderam as madeiras e começaram a comprar as terras passaram a cercar. A criação que passava da cerca às vezes matavam, mandavam os empregados matar e as vezes os empregados faziam isso por conta, que o patrão não se importaria com isso. E passou a se instalar a colonada, que os herdeiros das fazendas foram vendendo, picotando os terrenos e se instalavam os agricultores. Aí sim o porco, o animal ia lá e faziam um estrago na lavoura do agricultor. Aí começou a fechar o cerco, os fazendeiros passaram a cercar as áreas<sup>775</sup>.

Animais que poderiam ser não apenas porcos, mas bois, cabras ou ovelhas que pastavam nas áreas já devastadas pela ação das indústrias madeireiras. Além

---

<sup>772</sup> PIRES, Sebastião (2005b). Entrevista citada.

<sup>773</sup> *Idem*.

<sup>774</sup> FREY, Willy (2005). *Op. Cit.*, p. 76.

<sup>775</sup> SANTOS, Sebastião Andrade dos. Entrevista citada.

da questão do cercamento das terras pela serraria dos Frey, outro fator que desperta a atenção neste depoimento se refere a venda de terras para colonos pelos herdeiros da antiga Fazenda Liberata, possivelmente passadas adiante após a venda dos pinheiros para as serrarias que atuavam na região.

Em relação a venda das terras desta fazenda, Sebastião Andrade dos Santos comenta a respeito da diferente visão econômica que possuíam os membros de sua família e os madeireiros que passaram a atuar naquele espaço da seguinte maneira:

Minha família não tinha essa visão, se eles soubessem o patrimônio que tinham, que os caras ficaram tão ricos que voltavam comprando as terras. Então o que o fazendeiro pedia os cara compravam porque estavam cheio de dinheiro. Então quem tinha terra os fazendeiros daqui acabaram ficando quase sem nada. Alguns seguraram um pedaço, mas pouco porque a maioria das terras foi parar nas mãos dos grandes, dos Frey, de outros que compraram. [...] Porque na época ele entrou sem gasto, apossaram, legalizaram uma grande área. Como veio fácil, escapou fácil. Eles já tinham a idéia de que o pinheiro incomodava, mas era a fortuna deles. Se eles tivessem um outro conhecimento, quando eles vendessem a madeira eles iam para outro lugar e compravam três vezes mais. Faltava visão, não tinha estudo, conhecimento<sup>776</sup>.

A venda das terras por partilha para os novos moradores, muitas ainda com o pinheiro, foi também relatada por José Lindolfo Cordeiro Leite. A seu ver, da mesma forma que apontou Sebastião Andrade dos Santos, os antigos moradores da região não possuíam conhecimento ou instrução, nem, se é possível dizer, uma “experiência capitalista”, vendendo, em muitos casos, suas terras e pinheiros, a um preço muito baixo, o que também ocorreu com outros fazendeiros da região, como era o caso do sogro de José Lindolfo Cordeiro Leite, que vendeu suas terras e pinheiros “a 50 centavos, 500 réis, no tempo do mil réis o alqueire, terreno com tudo. O material, pinhalão que mico não precisava descer no chão caminhava nas árvores. Pinhalão véio que era escuro”<sup>777</sup>.

---

<sup>776</sup> SANTOS, Sebastião Andrade dos. Entrevista citada.

<sup>777</sup> LEITE, José Lindolfo Cordeiro. Entrevista citada.

No final da década de 1950, Butiá Verde já apresentava as feições de um pequeno núcleo urbano. Em 1958, segundo Willy Frey, a empresa René Frey & Irmão,

Já contava com duas serrarias, fábrica de caixas, um grande moinho, cantina vinífera, fábrica de crina vegetal, fábrica de pasta mecânica (celulose), açougue com matadouro anexo, olaria, granja de suínos, e setor de produção agrícola.

O núcleo populacional compunha-se de uma pequena pensão; bomba de gasolina; dois armazéns de fornecimento; moinho, além de 110 casas de operários, construídas de madeira e cobertas de taboinhas. Tudo propriedade da empresa<sup>778</sup>.



**FIGURA 21: Foto da vista parcial de Butiá Verde, década de 1950.** Nesta imagem, possivelmente obtida do alto da chaminé construída para a serraria em 1952, observa-se o lago, construído em 1941, a partir do represamento do arroio Passo Novo, além do armazém, localizado à direita, com o chiqueiro mais ao fundo.

<sup>778</sup> FREY, Willy (2005). Op. Cit., p. 84.

Fonte: Museu Municipal de Fraiburgo

O complexo da serraria ocupava grande parte do espaço, onde atualmente se encontra o centro urbano de Fraiburgo. Lá se encontravam, além da serraria, a fábrica de pasta mecânica, crina vegetal, a olaria, o moinho de cereais, o açougue e a própria granja de suínos, dentre outros estabelecimentos.

A inserção de novas relações sócio-econômicas levou o uso em comum da terra, sobretudo na criação de porcos soltos nas florestas de araucária, praticamente ao término na região. Como foi visto isto decorria do processo de colonização que se expandia, trazendo consigo a instalação de diversas indústrias madeireiras, que além do desmatamento, em muitos casos também adquiriam as terras, que seriam então revendidas a novos proprietários que nem sempre possuíam a experiência da criação em comum, passando a cercar suas terras.

Porém outros fatores devem também ser levados em consideração ao se analisar o declínio destas práticas, inserindo-as no contexto da época, marcado pelo ideário da modernização agrícola e econômica do Brasil. Entre as décadas de 1930 e 1960, o país passou por um novo padrão de desenvolvimento, baseado nos setores urbanos e industriais, cada vez mais voltados à demanda dos mesmos. É neste período que se passa a observar uma maior integração entre a agricultura e a indústria na economia brasileira. Esta integração, que se fazia sentir desde a colonização na região, se intensificaria nos anos seguintes, ocorrendo, como aponta Tamás Szmrecsányi, “uma crescente especialização do setor agropecuário na produção de determinados bens”<sup>779</sup>.

Conforme Jó Klanovicz e Eunice Nodari, a partir de 1959 o crescimento das atividades agrícolas e industriais da região transformavam os rumos de Butiá Verde. O Oeste e Vale do Rio do Peixe passavam a ser vistos por muitos políticos catarinenses como um espaço aberto para a modernização, “graças às inúmeras possibilidades e oportunidades que ali estavam latentes: terras, clima, ferrovia, posicionamento geográfico, florestas, migrantes teutos e ítalos”. Modernizar significava modificar, racionalizar, ordenar o espaço, criando “dispositivos que

---

<sup>779</sup> SMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990, p. 75.

propiciassem uma adequação ao desejo de modernidade no oeste catarinense como um todo”<sup>780</sup>.

A segunda metade da década de 1950 marcou o início da época dos grandes planos de desenvolvimento, tanto nacionais quanto estaduais, visando a propalada modernização brasileira, cujo maior exemplo é o Plano de Metas (1955-1960) do governo Juscelino Kubitschek. Este Plano partiu da idéia de que o Estado deveria criar condições para o desenvolvimento das empresas privadas e definia dois objetivos em relação à política econômica nacional: a solução das inadequações da infra-estrutura econômica em relação ao grau de desenvolvimento econômico e o desenvolvimento industrial<sup>781</sup>. Passa-se então a verificar uma participação cada vez maior do governo na economia, onde o Estado, conforme Wenceslau Gonçalves Neto, se apresenta “como um dos maiores ‘sócios’ da economia brasileira”<sup>782</sup>.

A idéia de planejamento surge em Santa Catarina no final da década de 1950, com o Plano de Obras e Equipamentos, o Poe, instituído no ano de 1955, durante o mandato do governador Irineu Bornhausen. Programa que foi visto como a primeira tentativa do Estado de se vincular recursos a um programa plurianual, este estabelecia obras pré-definidas, aplicando os recursos em melhorias na infra-estrutura, educação e agricultura<sup>783</sup>. Em relação à agricultura é criada em 1956 a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina, a Acaresc, “com o objetivo de promover no Estado o Serviço de Extensão Rural, que deveria ir até o campo persuadir os agricultores a aderirem à modernização”<sup>784</sup>.

Na década de 1960, sob a administração do governador Celso Ramos, é criado o Plano de Metas do Governo Estadual, o Plameg, para os anos de 1961 a 1965. Resumidamente, o Plameg possuía como objetivo, conforme Sérgio Schmitz, atuar “na execução, aperfeiçoamento e atualização de obras e serviços públicos e promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado”. Estes objetivos foram

<sup>780</sup> KLANOVICZ, Jó; NODARI, Eunice Sueli. *Op. Cit.*, p. 35-36.

<sup>781</sup> CUNHA, Idaulo José. **O salto da indústria catarinense**: um exemplo para o Brasil. Florianópolis: Paralelo 27, 1992. p. 37

<sup>782</sup> GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 27.

<sup>783</sup> SCHMITZ, Sérgio. **Planejamento estadual**: a experiência do Plameg. Florianópolis: UFSC, 1985, p. 20, 49.

<sup>784</sup> LOHN, Reinaldo Lindolfo. A cidade contra o campo. In: BRANCHER, Ana. (org.) **História de Santa Catarina – Estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p. 47.



encaminhados para as seguintes metas básicas: “O Homem”, “O Meio” e a “Expansão Econômica”. Previa-se para a meta “O Homem”, a atuação na educação, cultura, justiça e segurança pública, saúde pública e assistência social e sistema de água e esgoto, enquanto a meta “O Meio”, voltava-se para os setores de energia, rodovia e obras de arte. A meta “Expansão Econômica”, por sua vez previa investimentos no setor agrícola e industrial<sup>785</sup>.

No setor agrícola, dá-se, conforme Eros Mussoi, o “início de uma política de transformação da agricultura (incentivando sua integração às necessidades industriais)”<sup>786</sup>. Apesar da ênfase dada às obras de infra-estrutura, promoveu-se também e de uma maneira articulada, o trabalho de extensão rural, através da Acaresc<sup>787</sup>.

Nestes planejamentos, que expressam uma nova mentalidade voltada ao rural, encontra-se todo um ideário de que o homem do campo deveria praticar uma agricultura moderna, competitiva do ponto de vista econômico, integrada ao sistema industrial, atendendo cada vez mais as suas exigências, substituindo suas atividades até então consideradas tradicionais e arcaicas. Neste processo, que ocorria de forma centralizada, como bem aponta Mussoi, “os trabalhadores agricultores eram (e são) considerados os ‘últimos elos da cadeia’ e a eles reservava-se à função de ‘adoção’ do que ‘melhor’ existia **para** eles”<sup>788</sup>, ou seja, a “superioridade do saber” dos técnicos “desprezava” o conhecimento popular do agricultor.

A modernização da economia, com seus planos e projetos, faziam parte do que Reinaldo Lohn denominou de “modernização conservadora”, sem rupturas, sem mudanças na estrutura agrária e de poder então instaurada, ou na forma da divisão das terras no país. “Para salvar a lavoura bastaria que os agricultores brasileiros entrassem em contato com as novas tecnologias”<sup>789</sup>. Já na década de 1940, as autoridades governamentais tornavam públicas questões que envolviam a necessidade de modernização, eliminando formas consideradas antiquadas de

<sup>785</sup> SCHMITZ, Sérgio. *Op. Cit.*, p. 63-64.

<sup>786</sup> MUSSOI, Eros Marion. Políticas públicas para o rural em Santa Catarina: descontinuidades na continuidade. In: PAULILO, Maria Igenes Silveira; SCHMIDT, Wilson. (orgs) **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2003, p. 221

<sup>787</sup> SANTA CATARINA. Governador Celso Ramos. **Plano de metas do governo**: 1º ano de trabalho. Florianópolis, 1962.

<sup>788</sup> MUSSOI, Eros Marion. *Op. Cit.*, p. 217.

<sup>789</sup> LOHN, Reinaldo Lindolfo. (1999). *Op. Cit.*, p. 41,57.

trabalho para produzir “mais e melhor”. Construiu-se então um discurso onde eram contrapostos o “tradicional” e o “moderno”. O autor aponta como exemplo a crítica que se fazia a respeito da condução do gado bovino em tropas. Atividade outrora importante que passou a ser vista como empecilho no combate as doenças como a febre aftosa. Portanto, nas palavras do autor,

em função de aspectos que, em princípio, soavam como eminentemente econômicos, levantou-se um questionamento que envolvia a própria existência de determinados sujeitos sociais e de práticas culturais que estariam impedindo a modernização. Os modos e hábitos de trabalho costumeiros da população rural catarinense apareciam como problemas que deveriam ser superados<sup>790</sup>.

Esta intervenção cada vez maior do capital na agricultura e na vida dos agricultores teve seus impactos sentidos também nos setores urbanos da sociedade. A introdução e ampliação de cultivos como o trigo e a soja, cuja expansão fazia parte daquilo que foi denominado como “Revolução Verde”, trouxe a difusão de novos hábitos alimentares. Uma dieta de proteína animal com óleos vegetais foi sendo incorporada, substituindo antigos costumes locais na alimentação. Na criação de animais, eram introduzidas novas raças, visando uma maior produtividade, atendendo também as exigências das parcelas urbanas da população. O porco do tipo banha, por exemplo, até então comum na região, criado inclusive pelos colonos, passa a dar lugar a novas raças, que não resistiam às tropeadas nem ao ambiente rústico com os quais eram então criados os porcos soltos, fazendo com que fosse necessário o auxílio de caminhões para o transporte dos animais, agora confinados em pocilgas e chiqueiros<sup>791</sup>.

A partir, sobretudo da década de 1960, com as importantes transformações que passam a ocorrer nas indústrias de carne, principalmente na região do Vale do Rio do Peixe, a agroindústria foi colocada, conforme Vanice Dolores Schmidt, “como um componente importante para o desenvolvimento rural de Santa Catarina. A matéria-prima disponível foi julgada, naquela época, insuficiente em quantidade e

---

<sup>790</sup> *Ibidem*, p. 48.

<sup>791</sup> VALENTINI, Delmir José (2006). *Op. Cit.*, p. 49.

em qualidade”. Foi então considerado como “uma necessidade, fundamental” a expansão da organização e controle da produção<sup>792</sup>. Tem-se na produção agroindustrial a necessidade de se conseguir matéria-prima abundante, constante e de qualidade, o que fez surgir na região o sistema de integração entre os produtores e a agroindústria, iniciada ainda na década de 1950, ganhando impulso na década seguinte. O fornecimento de porcos, muitos até então criados soltos, era considerado irregular. Neste sistema de integração, conforme Carlos Espíndola, iniciado na Sadia, sendo adotado mais tarde por outras agroindústrias no Estado, as famílias eram, de certa maneira, “forçadas” a cumprir as orientações técnicas da empresa, adquirindo rações, vacinas e medicamentos, recebendo também assistência técnica e insumos por parte da empresa. A adoção destas diretrizes possuía como contrapartida, a compra assegurada da produção<sup>793</sup>.

O sistema de integração foi importante na regularização do fornecimento de animais às agroindústrias o que, no entanto, acarretava na exclusão de criadores que não se adequavam as normas exigidas a partir de então pelas empresas, o que fez com que muitos pequenos criadores passassem a deixar de vender seus porcos para empresas por não atender as normas exigidas, passando a criar somente para um reduzido mercado local ou para o próprio sustento.

Não eram apenas as agroindústrias de carne do Vale do Rio do Peixe e Oeste catarinense que estavam inseridas dentro do ideário desenvolvimentista e modernizador que circulava entre os políticos brasileiros da época. O progresso da região centrava-se também nas demais atividades agroindustriais, que passavam a ser favorecidas, sobretudo a partir da década de 1960, por políticas estatais, dando incentivos, subsídios, financiamentos, etc.<sup>794</sup>.

No município de Fraiburgo este processo se fez presente de maneira mais visível através do desenvolvimento da fruticultura de clima temperado, iniciado pelos irmãos Frey ainda no final da década de 1950, com o plantio de um pomar de ameixas e um parreiral de uvas, destinada a produção de vinho em sua cantina.

---

<sup>792</sup> SCHMIDT, Maria Dolores Bazzo. Agroindústria em Santa Catarina: da integração à inclusão social. In: PAULILO, Maria Igenes Silveira; SCHMIDT, Wilson. (orgs) **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2003, p. 266.

<sup>793</sup> ESPÍNDOLA, Carlos José. *Op. Cit.*, p. 102-104.

<sup>794</sup> KLANOVICZ, Jó; NODARI, Eunice Sueli. *Op. Cit.*, p. 41.

No ano de 1962 os Frey constituem sociedade com um grupo viti-vinicultor franco-argelino, das famílias Evrard e Mahler, resultando na criação, no mesmo ano da Sociedade Agrícola Fraiburgo, a Safra. Nesta sociedade, os irmãos Frey entrariam com 1.000 hectares de terra, onde estavam o parreiral, o pomar de ameixas e a cantina onde era fabricado o vinho, enquanto o grupo franco-argelino entraria com o capital necessário para expandir e melhorar a produção de uva e vinho, ficando cada sócio com 33% do capital<sup>795</sup>. No entanto, o grupo franco-argelino, ao conhecer as condições climáticas apresentadas pela região, decidiu também analisar a possibilidade de se plantar outras espécies frutíferas de clima temperado, como a maçã, cujo consumo era muito maior do que a pequena produção nacional, praticamente restrita a comercialização local.

Para analisar o comportamento e a viabilidade econômica de diversas espécies e variedades de fruteiras de clima temperado foi criado um pomar experimental no ano de 1963<sup>796</sup>. Foram necessários cinco anos de pesquisa, para que, em 1968, saíssem os resultados preliminares a respeito da viabilidade das fruteiras de clima temperado. Nestas primeiras conclusões a maçã era a fruta que apresentava melhor comportamento, seguidos da pêra, da ameixa e da uva<sup>797</sup>. Embora, como apontam Jó Klanovicz e Eunice Nodari, as experiências conduzidas pelo pomar não apresentassem uma produtividade significativa, a existência de pomares comerciais de frutas de clima temperado, como a maçã, que até a década de 1970 era o segundo item agrícola mais importado pelo país, perdendo somente para o trigo, serviu como motivo para que políticos brasileiros formassem uma política voltada à fruticultura de clima temperado para combater a dependência da importação<sup>798</sup>.

Na elaboração destas políticas deve também ser considerado, ao analisar o surgimento de uma maior atenção em relação à fruticultura e demais setores agroindustriais de Santa Catarina, a influência deste empresariado em alguns

---

<sup>795</sup> EVRARD, Henri. 74 anos. Depoimento, novembro 2003, Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

<sup>796</sup> BRANDT, Marlon (2004a). *Op. Cit.*, p. 50-81.

<sup>797</sup> FREY, Willy (2004). *Op. Cit.*, p. 29.

<sup>798</sup> RIBEIRO, Sylvio Wanick. **Desempenho do setor agrícola – década 1960/70**. Brasília: IPEA, 1973, p. 56; SEZERINO, Maria Lurdes. **As condições climáticas e o cultivo da maçã em São Joaquim** – Santa Catarina. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP Rio Claro, Rio Claro, São Paulo, 1982, p. 89.

setores do governo, buscando, nas palavras de Patrícia May “aumentar seu poder frente às decisões administrativas do Estado”<sup>799</sup>, notadamente a Secretaria de Agricultura, colocando seus executivos, conforme Eros Mussoi, em “funções-chave do aparelho estatal como forma de exercer pressão e obter ações/recursos públicos mais orientados aos seus interesses diretos”<sup>800</sup>.

A influência dos políticos ligados ao empresariado local, junto com a constatação técnica<sup>801</sup> do plantio de macieiras, reconhecida politicamente, foi consolidada, no âmbito estadual, através do Programa de Fruticultura de Clima Temperado, o Profit, lançado em 1969, garantindo a assistência técnica e extensão rural para o ramo da fruticultura<sup>802</sup>. Porém o maior impulso para o plantio de pomares e produção de maçãs no município surgiu através da criação da Lei Federal nº 5.106/66, conhecida como Lei de Incentivos Fiscais para Reflorestamento, que permitia que até 50% do imposto de renda fosse empregado em atividades de florestamento e reflorestamento. Para poder aplicar tal valor, era necessário apresentar um projeto para ser avaliado e aprovado pelo extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, o IBDF, compreendendo um plantio mínimo de 10.000 árvores<sup>803</sup>.

<sup>799</sup> MAY, Patrícia S. Zumblick. **Redes político–empresariais de Santa Catarina (1961-1970)**. 1998. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998, p. 41.

<sup>800</sup> MUSSOI, Eros Marion. *Op. Cit.*, p. 231. Estes contatos políticos do empresariado da região podem ser vistos dentro do clientelismo político, que se caracteriza de acordo com José de Souza Martins como sendo “preferencialmente uma relação de troca de **favores políticos** por **benefícios econômicos**, não importa em que escala. Portanto, é essencialmente **uma relação entre os poderosos e os ricos** e não preferencialmente uma relação entre ricos e pobres”. No caso de Fraiburgo era possível a estes grupos políticos catarinenses, ao atenderem os interesses da família Frey, na época praticamente “dona” do município, serem beneficiados com a “fidelidade” eleitoral da família e dos munícipes, que se viam em muitos casos, pressionados a apoiarem o candidato escolhido pela família. MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994; BRANDT, Marlon (2004a). *Op. Cit.*, p. 122.

<sup>801</sup> Na década de 1960 foram elaborados relatórios, por parte do governo estadual e federal para estudar a viabilidade da implantação da fruticultura de clima temperado, sendo um deles elaborado pelo viveirista francês Georges Delbard. Delbard, que já havia fornecido as primeiras mudas de fruteiras de clima temperado para a Safra, passa também a atuar em 1968 supervisionando as mudas produzidas pela Safra. Em 1971 foi criada outra empresa, pertencente ao mesmo grupo, a Frutícola Fraiburgo S/A, destinada a produção e comercialização de mudas tendo Delbard como sócio. **O setor macieiro em Santa Catarina: formação e consolidação de um complexo agroindustrial**. 1990. 258f.. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrário) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí, Rio de Janeiro, 1990, p. 49; BALESTRIN, Neusa. **Uma história de qualidade e tradição**. Videira, [200-]. Digitado, passim; BRANDT, Marlon (2004a). *Op. Cit.*, p. 107-118.

<sup>802</sup> SANTA CATARINA. Governador Ivo Silveira. **Projeto de fruticultura de clima temperado**. Florianópolis, 1970.

<sup>803</sup> FREY, Willy (2003). *Op. Cit.*, p. 44-45.

Willy Frey, filho de René Frey, que na época atuava como representante dos negócios da família no Rio de Janeiro, retorna a Fraiburgo no ano de 1967 para criar uma empresa que captasse incentivos fiscais para o reflorestamento, conforme a referida lei. No mesmo ano foi criada a Reflorestamento Fraiburgo Ltda, conhecida como Reflor, empresa que possuía como finalidade

a administração e a execução de serviços próprios ou de terceiros, por empreitada, subempreitada, ou diretamente relacionados com o reflorestamento e todos os tratos florestais; e o comércio de sementes, mudas, embalagens ou afins<sup>804</sup>.

Na época, o reflorestamento era realizado em uma área arrendada da própria família Frey utilizando inicialmente como árvore o *pinus*. Foram então realizados os primeiros projetos de reflorestamento, buscando empresários interessados em aplicar os recursos de impostos nos projetos de reflorestamento de *pinus*. A medida que o aporte de incentivos aumentava, novos projetos de reflorestamento iam sendo elaborados, fazendo com que a empresa reflorestasse com esta árvore uma área total de 2.000 hectares<sup>805</sup>.

Como o parágrafo 3º do Artigo 1º da Lei 5.106 de 1966 previa que o reflorestamento ocorresse também com árvores frutíferas, a empresa buscou incluir a maçã nestes incentivos, o que ocorreu no ano de 1969<sup>806</sup>.

A partir do mesmo ano a Reflor passa a elaborar projetos de reflorestamento com incentivo utilizando macieiras, implantando inicialmente 100 hectares, aumentando significativamente nos anos posteriores a área cultivada<sup>807</sup>. Nas

---

<sup>804</sup> *Ibidem*, p. 46.

<sup>805</sup> *Ibidem*, p. 53.

<sup>806</sup> Para buscar a inclusão da macieira influíram mais uma vez os contatos da família Frey com políticos estaduais e federais, sendo importante a atuação do Secretário da Agricultura, Luiz Gabriel que, como aponta Wilson Schmidt, “mantinha desde o ‘movimento de 64’, excelentes relações com os militares”, como o General Sílvio Pinto da Luz, presidente do IBDF, para incluir a macieira no plantio com incentivos fiscais. SCHIMIDT, Wilson. Op. Cit., p. 76.

<sup>807</sup> A implantação de reflorestamento sem incentivos fiscais no município de Fraiburgo surgiu alguns anos antes da criação da Reflor. No ano de 1962 foi implementada em Fraiburgo uma Escola Prática de Agricultura, a EPA, criada a partir do envolvimento do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos – ETA e da aprovação e apoio de diversos órgãos nacionais, como o Instituto Nacional do Pinho e a aprovação do Ministério da Agricultura. Esta escola foi instalada nas proximidades de Dez de Novembro, em um terreno de 200 hectares oferecidos pela família Frey, onde seriam realizadas atividades escolares e a implementação de viveiros, com mudas de *pinus*,

palavras de Willy Frey, “havia motivo convincente para atrair mais participantes: o retorno do investimento era de curto prazo, com as macieiras produzindo safras de maçãs em menor espaço de tempo”<sup>808</sup>. Entre os anos de 1969 e 1975, Jó Klanovicz e Eunice Nodai mencionam a existência de 15 projetos de plantio com macieiras, totalizando uma área de 1023,5 hectares<sup>809</sup>.



**FIGURA 22: Foto dos primeiros pomares de maçã em Fraiburgo (final da década de 1960, início de 1970).** Ao fundo, apenas trechos remanescentes da floresta de araucária, cercados por lavouras.

Fonte: Frey, Willy (2005). *Op. Cit.*, p. 113.

Estes projetos de fruticultura, contudo, não se aproveitavam somente dos espaços devastados pela atuação da serraria René Frey. O desenvolvimento destas atividades, conforme Willy Frey, fez também com que novas propriedades agrícolas fossem adquiridas, estendendo as áreas utilizadas no plantio também ao município

---

através de sementes importadas dos Estados Unidos. No ano de 1963 chegaram a ser produzidas 150.000 mudas, porém por falta de interesse dos madeireiros da região, as atividades da Escola Florestal Fundação Fraiburgo foram encerradas no dia 19 de maio de 1963. FREY, Willy (2003). *Op. Cit.*, p. 29-33.

<sup>808</sup> *Ibidem*, p. 57.

<sup>809</sup> KLANOVICZ, Jó; NODARI, Eunice Sueli. *Op. Cit.*, p. 71.

vizinho de Lebon Régis<sup>810</sup>. A instalação de pomares também colaborou para a devastação e cercamento de áreas remanescentes, algumas distantes, que poderiam eventualmente ainda servir para a criação de porcos por algum pequeno proprietário, ou outra forma de usufruto. Jô Klanovicz e Eunice Nodari mencionam a derrubada da floresta que ainda se fazia em algumas áreas para o reflorestamento. Para os autores,

o plantio de pomares em regime acelerado, através de projetos de reflorestamento no qual a macieira podia ser inserida como essência florestal, impulsionava o desmatamento de algumas áreas remanescentes de vegetação nativa. [...] Nos projetos executados pela Reflorestamento Fraiburgo, inúmeros “gigantes” da floresta foram derrubados e suas madeiras aproveitadas pela própria empresa para beneficiamento.

Como essas áreas estavam sendo preenchidas com reflorestamentos, as brechas do Código Florestal de 1967 eram suficientes [...] para a atividade de extração perdurar durante o período no qual fossem implantados os pomares<sup>811</sup>.

Warren Dean comenta que o Código Florestal de 1967 não favorecia a preservação das florestas nativas, mas sim a implementação de projetos agrícolas de grande porte, como era o caso da Reflor, isso porque

embora o proprietário fosse obrigado a manter 20% de sua terra florestada, não havia, tal como antes, nenhum dispositivo contra a venda dessa faixa de mata a um comprador, que poderia cortar até 80% da mesma – ad infinitum. O governo também não repudiava a destruição de “florestas de preservação permanente”. [...] O proprietário era autorizado “no intuito de aumentar o retorno econômico”, a cortar sua última faixa de floresta nativa desde que seu objetivo fosse substituí-la pelo plantio de arvoredos homogêneos<sup>812</sup>.

Devastação, seguida do plantio dos pomares de maçã que significavam, para os moradores que residiam em áreas próximas a sua implantação, o término das

---

<sup>810</sup> FREY, Willy (2003). *Op. Cit.*, p. 57.

<sup>811</sup> KLANOVICZ, Jô; NODARI, Eunice Sueli. *Op. Cit.*, p. 76-77.

<sup>812</sup> DEAN, Warren. *Op. Cit.*, p. 304.



atividades relacionadas ao uso comum e a criação à solta. Muito embora este processo tenha ocorrido a partir do início da devastação e do cercamento, é a substituição das florestas e campos pelas macieiras, quando a população passa a se deparar com estas novas árvores, em um espaço produtivo racionalizado, que mais marcou na memória de muitos dos antigos moradores entrevistados. É o caso, por exemplo, de Miguel Lara Sobrinho ao comentar a expropriação da população posseira e o término da criação de porcos à solta: “uma parte ficou por aqui mesmo outros saíram. Com a derrubada acabou, quem criava porco aqui era nativo, se criava aqui depois que eles derrubaram tudo e colocaram macieira”<sup>813</sup>. O mesmo ocorreu em relação a outras áreas, como a Barra, quando a devastação reduziu a oferta de alimentos para os porcos, como indica Sebastião Celso Abrão: “naquela época já tava acabando, daí não tinha mais madeira para dar fruta, foi mudando, daí os criadores foram vendendo por ali e não podia ter porco, daí foi acabando, hoje só fechado”<sup>814</sup>.

Conforme Jó Klanovicz e Eunice Nodari, a presença dos pomares, citando no caso o pomar experimental da Safra, engendrava novas experiências, tanto urbanas quanto rurais. Seguem os autores apresentando uma passagem do depoimento do técnico agrícola Gomercindo Klanovicz, onde comenta que “quase ninguém na cidade conseguia entender a presença daquele pomar experimental grande [...] ninguém entendia o porquê de se cuidar de uma comida que só servia para porcos”<sup>815</sup>.

A atuação destes empreendimentos e a devastação que ainda continuava em áreas mais afastadas do município de Fraiburgo, atuando em conjunto com a modernização da economia brasileira, que também envolvia as agroindústrias de produção de carne na sua “necessidade de eliminar formas antiquadas de trabalho para produzir ‘mais e melhor’”<sup>816</sup>, influenciaram no declínio e extinção da prática da criação de porcos soltos em Fraiburgo. Modernização que, em muitos casos, excluía uma parcela de pequenos e médios sítiantes, muitos antigos posseiros, além dos herdeiros de grandes fazendeiros a quem a sucessiva divisão das terras acabou os empobrecendo. O destino de muitos destes moradores foi o êxodo rural, passando

---

<sup>813</sup> LARA SOBRINHO, Miguel (2004). Entrevista citada.

<sup>814</sup> ABRÃO, Sebastião Celso. Entrevista citada.

<sup>815</sup> KLANOVICZ, Jó; NODARI, Eunice Sueli. *Op. Cit.*, p. 58.

<sup>816</sup> LOHN, Reinaldo Lindolfo (1999). *Op. Cit.*, p. 48.

então a compor o quadro urbano de Fraiburgo, trabalhando como assalariados, tanto nas diversas serrarias que ainda estavam em atividade, quanto nos novos empreendimentos dos irmãos Frey, em muitos casos nas terras que antes eram de sua posse ou propriedade.

“Tinha bastante porco ali, e hoje não se vê um porco aqui na região [...]. A gente vê aí hoje, não pode ter uma galinha, não pode ter um porco, então a gente se sente um pouco desajeitado, o interesse da gente é criar”<sup>817</sup>. Esta frase, proferida por Sebastião Pires expressa bem o sentimento de muitos dos antigos moradores, frente ao processo de inserção de novos empreendimentos econômicos naquele espaço, resultando não apenas na redução e gradual extinção de práticas consideradas costumeiras, sobretudo no que tange a posse e uso comum da terra e recursos naturais, mas também, como no próprio caso de Sebastião Pires, na expropriação de suas terras.

---

<sup>817</sup> PIRES, Sebastião (2005a). Entrevista citada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eles faziam a roça em rachão, era tudo em comum. Para saber quem era o porco, [...] faziam sinal na orelha. Até pouco tempo eles faziam sinal na orelha do porco. O boi eles marcavam. Na roça faziam repolho, milho para canjica. O resto vinha fácil. O porco orelhão, sem marca, não tinha dono poderia pegar. O porco assinalado era de cada um. Pelo sinal da orelha eles sabiam de quem era o porco. Eles diziam: olha, lá tem um porco seu, então eles iam carnear, então eles tinham bastante respeito. O gado era marcado, cada um tinha o seu cincerro, era bem mais natural, tanto que o caboclo não se acostumou com a nossa vivência, acho que nós roubamos a liberdade deles. Hoje eles estão na favela e nós tomamos o espaço deles<sup>818</sup>.

A frase de Pedro Felisbino que dá início a estas considerações finais demonstra bem o “estranhamento” que os antigos moradores que viviam na região experimentaram a partir do aporte e posterior expansão de novas relações sócio-econômicas naquele espaço até então denominado pelas autoridades públicas como “sertão”. População onde se observam heranças das etnias européias, africanas e nativas que as compõe, no que cabe a formas de uso e posse da terra, e que passaram a ocupar, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, as florestas que se situavam às margens das grandes propriedades pastoris, formadas principalmente nas áreas de campo nativo, onde criavam ou invernavam o gado bovino, muar e cavalari, que era então comercializado principalmente na região sudeste do país.

Como foi visto na trajetória desta pesquisa, evidenciou-se nas práticas ligadas ao uso da terra algumas formas de apropriação em comum da mesma, prática que se fez sentir de uma forma geral em todo o planalto, não apenas de Santa Catarina, mas em todo o planalto da região Sul do Brasil. Dentre estas, destacam-se, não apenas pela importância econômica para os moradores e para a região, mas também pela abrangência espacial, a criação de animais e a coleta de erva-mate, cujo uso e acesso as terras e as árvores era garantido pelo costume, pela memória, onde a oralidade exercia uma grande importância. Forma de uso da terra que passa

---

<sup>818</sup> FELISBINO, Pedro Aleixo. Entrevista citada.

a entrar em decadência principalmente a partir do início do século XX, quando a apropriação privada das terras passa a ser sentida de forma mais intensa em toda a região.

A apropriação privada de terras ocorria no planalto desde o século XVIII, com o estabelecimento das primeiras fazendas de criação, tanto pelo apossamento, quanto por sesmarias. Mesmo que estas ocupassem uma imensa área de campos naturais, pela baixa densidade demográfica, raramente um sesmeiro encontrava algum posseiro ocupando suas terras. O crescimento, não somente vegetativo, mas também provocado por frentes de povoamento oriundas do Rio Grande do Sul e dos campos do Paraná promoveu a ocupação de novos espaços, onde as terras com campos naturais disponíveis tornava-se cada vez mais rara. A valorização da erva-mate no século XIX, com o aumento do comércio com a região platina fez com que se voltasse também a atenção as áreas onde se encontravam os ervais nativos, muitos até então usufruídos em comum pelos pequenos e médios sitiantes que viviam nos “sertões”..

A partir da Proclamação da República, quando as terras devolutas passaram ao controle dos Estados a apropriação privada se tornou mais intensa. As terras devolutas, agora de domínio do Estado, passam a ser alvo de concessões de grandes dimensões para grupos políticos e econômicos, onde muitas delas eram ocupadas, em muitos casos há mais de uma geração, por posseiros ou usufruídas em comum pela população local.

A inserção de novos grupos políticos e econômicos, acompanhado do aumento da submissão de algumas áreas ao poder dos “coronéis”, cuja influência aumentava na medida em que incorporava novos territórios, implicaria, a partir de então, em um processo, muitas vezes violento, de apropriação/expropriação da terra, afetando futuramente não apenas a população posseira das terras então consideradas devolutas, mas também pequenos e médios sitiantes próximos, mesmo tendo a propriedade legal de suas terras, em práticas como o uso em comum da terra.

A este processo de apropriação e desestruturação do modo de vida costumeiro da população, cuja intervenção do capital estrangeiro do grupo

empresarial de Percival Farquhar, vai agravar a situação de crise social que se principiava em muitos espaços, principalmente no norte e na região do Vale do Rio do Peixe. A apropriação destas terras, acompanhada da expulsão da população posseira seria mais um, dentre outros motivos, como a questão do coronelismo e a instabilidade política local, a religiosidade e a desestruturação de antigos hábitos e costumes, que levaram a eclosão da Guerra do Contestado.

Dentro dos redutos que surgiam no desenrolar do conflito, os sertanejos advogavam a igualdade e a fraternidade, da mesma forma que o desprezo pela fortuna. Existia também a noção de que os bens e os recursos eram posse de todos, constituindo uma espécie de “igualitarismo caboclo”, que pode ser vista como uma influência de tradicionais hábitos e costumes do povo sertanejo do planalto sul brasileiro. Bens formados tanto pelas terras circunvizinhas ao reduto quanto pelos animais, principalmente bois e porcos, cuja origem poderia ser tanto dos integrantes dos redutos quanto do arrebanhamento, promovido por piquetes, em fazendas de adversários. Tanto a posse quanto o uso da terra e dos recursos naturais eram de uso comunal, onde, ao menos no início do conflito, desempenharam um importante papel na subsistência da população que vivia nos redutos. No entanto, as agressões sofridas por parte das forças militares e locais e as constantes mudanças de redutos teriam impedido um maior desenvolvimento de tais atividades.

Nos anos posteriores ao conflito tem-se a consolidação da colonização do ex-Contestado. Embora a desestruturação do modo de vida, de antigos hábitos e costumes, já se fizesse sentir desde o início do período republicano, tem-se, a partir de então, uma abrangência espacial muito mais ampla desta ruptura. Muitas das terras concedidas a *Brazil Railway* ou a empresas colonizadoras, no entanto ainda permaneciam como sendo de uso comum pela população que vivia em áreas próximas, mesmo que os “intrusos”, como eram então tratados os posseiros, já tivessem desocupado as terras.

A colonização introduziu valores externos àquele espaço, restando aos antigos moradores, sejam eles posseiros ou pequenos e médios sitiantes, duas alternativas: adaptar-se a nova lógica ou ficar excluída deste processo, sendo forçada, em muitos casos, a partir em busca de terras cada vez mais distantes para poder manter antigos costumes, como a criação de animais em comum.

Acompanhando o avanço da colonização, a atividade madeireira, que passou por uma violenta expansão a partir da década de 1920, em virtude da construção da ferrovia, foi um fator decisivo no declínio da criação de animais à solta, sobretudo o porco. A devastação, acompanhada da posterior venda das terras a proprietários, que, em muitos casos não possuíam a experiência desta forma de criação, foi reduzindo gradualmente os espaços onde era possível aos animais encontrar alimento, sobretudo pinhões, cada vez mais escassos na medida em que vastos bosques de pinheirais iam sendo postos ao chão.

Em Fraiburgo, a desagregação dos espaços em comum e o declínio da criação à solta tem como principais marcos deste processo a concessão do imóvel Butiá Verde a Demosthenes Bornhausen, com a posterior colonização e venda das terras e a serraria René Frey & Irmão, pela abrangência da devastação, acompanhada mais tarde pela inserção de novas atividades econômicas na região.

A colônia Marechal Hindemburgo surgiu através de uma concessão de mais de 278 km<sup>2</sup> de terras onde já existiam diversas posses. A colonização destas terras não ocorreu sem momentos de atrito entre posseiros e colonos, situação que ocorreria também com proprietários de terras vizinhas. Antes utilizado de forma extensiva para a criação de animais, estas terras passam, após a devastação para a “limpeza do terreno”, a ser utilizadas na formação de lavouras como o milho, que ocasionalmente era invadido por porcos.

Devastação que passava a ocorrer também em outras áreas, porém com uma abrangência e velocidade maior, movida por diversas serrarias que passaram a atuar na região, como era o caso da empresa René Frey & Irmão. Além da devastação imposta pela serraria, o posterior cercamento das terras, quando estes passam a investir na agricultura e na pecuária, passou a impedir o usufruto da população circundante de áreas de florestas remanescentes.

Projetos de diversificação econômica impostos pelos Frey, como a fruticultura são também responsáveis pela devastação de novas áreas, destinadas a partir de então ao plantio de árvores frutíferas como a macieira, cuja invasão de animais, sobretudo porcos, poderia causar danos as plantas e mudas das árvores. A própria

modernização da agricultura na região, da qual os investimentos em fruticultura dos Frey faziam parte, influenciou no declínio desta forma de criação. As novas exigências impostas pelas agroindústrias, com um porco com cada vez mais carne e menos banha e a introdução de novas raças, menos rústicas e aptas a percorrer as florestas em busca de alimentos, associadas a integração entre a empresa e o produtor, fizeram com que muitos pequenos criadores ficassem alijados deste processo, enquanto outros não viram outra alternativa senão se integrar ao modelo.

Atualmente o uso comum de terras está na maior parte restrito a pequenas faixas em áreas rurais e urbanas, de onde se destaca a chamada “faixa verde”, integrante de um projeto urbanístico elaborado na década de 1960, no qual os terrenos teriam ao fundo uma área de alguns metros, onde seriam plantadas árvores, formando uma área verde entre os terrenos<sup>819</sup>. Porém a forma de apropriação daquele espaço pela população que residia nos terrenos que davam fundos às “faixas verdes” ocorreu de forma diferente da planejada. Originalmente planejados para dar a idéia de um jardim no interior de cada quadra, acabaram servindo para a criação de galinhas soltas, plantação de milho, hortaliças e árvores frutíferas, entre outros usos.

Muito embora seus usuários possuam origens diversas, muitos dos confrontantes a estas faixas possivelmente foram antigos criadores ou descendentes dos mesmos, que passaram, em algumas ocasiões a utilizar destes espaços públicos em comum.

---

<sup>819</sup> No início da década de 1960 os irmãos Frey, tendo em vista a emancipação do município, passam a promover a urbanização das terras que se localizavam ao redor da serraria. No ano de 1959 haviam sido vendidas as residências de propriedade da empresa, onde então viviam seus funcionários e terrenos, totalizando 330 lotes. No ano seguinte, segundo Thomas Burke, os Frey deram início a um novo projeto de loteamento e urbanização. Em uma área de 1.900.000 m<sup>2</sup> foram divididos 1.228 lotes, 113 chácaras e locais destinados ao estabelecimento de escola, hospital, cemitério e a prefeitura. Na disposição das quadras foram estabelecidas, dando fundos aos terrenos, as faixas verdes, que possuíam uma área total de 200.000 m<sup>2</sup>. FREY, Willy (2003). *Op. Cit.*, p.36; BURKE; LOPES, Gentila Porto. *Op. Cit.*, p. 105-110.



**FIGURA 23: Foto da faixa verde.** Nos fundos da Rua Ivan Antunes de Souza com a Avenida Rio das Antas, localizados no centro da cidade, se observam algumas árvores frutíferas, uma pequena plantação de cebola e uma área preparada para o plantio de milho. Mais ao fundo encontram-se cercas, muros e construções irregulares.

Fonte: acervo do autor.

O declínio das formas de uso comum da terra não apenas no planalto, mas no Brasil como um todo, não deve servir como motivo para que novas abordagens sobre estas práticas, muitas vezes qualificadas como primitivas ou atrasadas, sejam deixadas de lado. Pelo contrário, como afirma Alfredo Wagner Berno de Almeida, romper com “a invisibilidade social, que historicamente caracterizou estas formas de apropriação dos recursos baseadas principalmente no uso comum”<sup>820</sup>, implica também em dar voz a esta população, cujas memórias espaciais são, juntamente com suas práticas sociais, desqualificadas, silenciadas pela “memória oficial”, Esta, como bem lembra Marlene de Fáveri, “rouba e sufoca outras versões, porque enseja uma explicação única para os fatos na tentativa de eliminar as diferenças, quase

<sup>820</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (2004). *Op. Cit.*, p. 10.



sempre a versão do vencedor”<sup>821</sup>. Versão que enobrece os empreendedores, os “pioneiros”, na maioria de ascendência européia que, como enfatiza Peter Burke “podem dar-se o luxo de esquecer, enquanto os perdedores não conseguem aceitar o que aconteceu e são condenados a remoê-lo, revivê-lo, refletir como poderia ter sido diferente”<sup>822</sup>, enquanto, nas palavras de E. P. Thompson, “os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos”<sup>823</sup>.

---

<sup>821</sup> FÁVERI, Marlene. *Op. Cit.*, p. 442.

<sup>822</sup> BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 83.

<sup>823</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 13.

## REFERÊNCIAS

### DEPOIMENTOS

ABRÃO, Sebastião Celso. 59 anos Depoimento, 28 de setembro de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

CORDEIRO, Maria José. 91 anos. Depoimento, 2 de outubro de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

DIAS, Aristiliano Dias. 42 anos; RIBEIRO, Amélia Andrade Ribeiro. [8-] anos. Depoimento, novembro de 1973. Fraiburgo. Entrevistador: Padre Tomás Pieters.

EVARD, Henri. 74 anos. Depoimento, novembro 2003, Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

FELISBINO, Pedro Aleixo. 61 anos. Depoimento, 07 de janeiro de 2006. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

HEPP, Carlos. 72 anos. Depoimento, 23 de julho de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

LARA SOBRINHO, Miguel. 77 anos. Depoimento, 27 de setembro de 2004, Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

\_\_\_\_\_. 77 anos. Depoimento, 26 abril 2005, Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

\_\_\_\_\_. 78 anos. Depoimento, 3 de janeiro de 2006, Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

LEITE, José Lindolfo Cordeiro. 64 anos. Depoimento, 2 de outubro de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

MAFRA, Valdir Rodrigues. Depoimento, novembro de 1973, Fraiburgo. Entrevistador: Padre Tomás Pieters.

MONTEIRO, Valdomiro de Souza. 70 anos. Depoimento, abril de 2005, Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do Autor.

MORAES, Aldair Goeten de. Depoimento, 12 de agosto de 2005. Curitiba. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

PEREIRA NETO, Joaquim. 64 anos; PEREIRA NETO, Olidia. Depoimento, 16 dezembro de 1973, Fraiburgo. Entrevistador: Padre Tomás Pieters.

PEROTTO, Celestina. 87 anos. Depoimento, 8 de janeiro de 2006. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

PIRES, Sebastião. 73 anos. Depoimento, 13 agosto 2005a. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

\_\_\_\_\_. 73 anos. Depoimento, 02 de outubro de 2005b. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

PONTES, Firmino Gonçalves. Depoimento, 16 de janeiro de 1974, Fraiburgo. Entrevistador: Padre Tomás Pieters.

PRADO, Nair Ribeiro do. 63 anos. Depoimento, 27 de setembro de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

RIBEIRO, Afonso. 70 anos. Depoimento, dezembro de 1973, Fraiburgo. Entrevistador: Padre Tomás Pieters.

RIBEIRO, Margarida. Depoimento, 11 de novembro de 1973. Fraiburgo. Entrevistador: Padre Tomás Pieters.

ROCHA, Aristiliano de Oliveira. 66 anos; ROCHA, Maria Moreira. 63 anos. Depoimento, 06 de abril de 2006. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

SANTOS, Sebastião Alves dos. 71 anos. Depoimento, setembro 2004, Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

SANTOS, Sebastião Andrade dos. 56 anos. Depoimento, 4 de setembro de 2006. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

SCHOLL, José Ernesto. 68 anos. Depoimento, novembro de 1973, Fraiburgo. Entrevistador: Padre Tomás Pieters.

SILVA, Altino Bueno da. 103 anos. Depoimento. 28 de setembro de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

## **DOCUMENTOS OFICIAIS**

**Arquivo Histórico Municipal Waldemar Rupp**

Ação de Usucapião movida por Bellarmino Ferreira de Oliveira e sua mulher, Rosalina Maria Rodrigues no ano de 1919. Processo número 631.

Ação de Usucapião movida por Benedito Ludgero de Deus, no ano de 1919. Campos Novos. Processo número 677.

Ação de Manutenção de Posse movido por Benedito Ludgero de Deus e outros contra a Empresa Povoadora e Pastoral Theodore Capelle e Irmão, no ano de 1924.

### **Arquivo Público de Santa Catarina**

Concessão de terras do Estado a Demosthenes Bornhausen. Governador Adolpho Konder, em 27 de março de 1929, Livro 786, fl. 14. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

MAPPA do município de Campos Novos. [s.l.], [192-]. 1 mapa. Escala 1:260.000.

Ofício da Câmara Municipal de Lages escrito por Manoel R. de Souza dirigido a João José Coutinho, no dia 11 de abril de 1855. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Ofício da Câmara Municipal de Lages escrito por Antônio Ribeiro dos Santos dirigido a José Lustosa da Cunha Paranaguá, no dia 16 de fevereiro de 1885. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Ofício de João Francisco Duarte d'Oliveira ao Presidente do Estado de Santa Catarina, 1898. Ofícios G. 1898, V. 2. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Registros de Vigários datados de 1850 a 1860. Caixa 12, livros 08, 09, referentes a Lages. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Registros de Legitimações de Posses de 1870 a 1883. Livro 760. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Relatório dos serviços da Agência do 4º Distrito do Comissariado Geral do Estado, no município de Lages referente ao ano de 1917.

SANTA CATARINA. Relatório dos serviços da Agência do 4º Distrito do Comissariado Geral do Estado, no município de Bom Retiro referente ao ano de 1922. Relatório de 1923.

SANTA CATARINA. Relatório apresentado pelo Diretor da Diretoria de Terras e Colonização Caetano Deeke ao Exmº Snr. Dr. Secretário da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura relativo ao ano de 1929.

SANTA CATARINA. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização referente ao ano de 1935.

SANTA CATARINA. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização referente ao ano de 1936.

## Legislação

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. In: Presidência da República. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm)>. Acesso em: 26 de outubro de 2005.

\_\_\_\_\_. Constituição da República de 1891. In: **Palácio do Planalto**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm)>. Acesso em: 25 de outubro de 2005.

\_\_\_\_\_. Código Civil de 1916. In: **Sistema de Informações do Congresso Nacional**. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=102644>>. Acesso em: 11 de julho de 2006.

\_\_\_\_\_. Código Civil de 2002. In: **Palácio do Planalto**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm)>. Acesso em 7 de agosto de 2006.

CURITIBANOS (Município) Lei nº 49, de 6 de janeiro de 1908. In: **O Trabalho**. Curitiba, ano 1, n. 13, 18 de março de 1908 (Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina).

SANTA CATARINA (Estado). Lei nº 700, de 27 de outubro de 1906. **Colecção de Leis do Estado de Santa Catharina**. Florianópolis: Gab. Typographico d'O Dia, 1905 (Acervo do Centro de Memória da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina).

\_\_\_\_\_. Lei de Terras nº 173, de 30 de setembro de 1895. Florianópolis: Oficinas a Vapor do Imprensa Official, 1919 (Acervo da Biblioteca do Tribunal de Justiça de Santa Catarina).

\_\_\_\_\_. Decreto nº 46, de 11 de julho de 1934. **Estado de Santa Catarina. Diretoria de Terras e Colonização. Conjunto de Leis**, Florianópolis, Livraria Moderna, p. 3-56, 1934 (Acervo do Arquivo Público de Santa Catarina).

## Mensagem dos Presidentes da Província/Estado de Santa Catarina

SANTA CATARINA. **Mensagem do Governador Vidal José de Oliveira Ramos ao Congresso Representativo do Estado**, em 23 de julho de 1911. Florianópolis: Gab. Typ. O Dia, 1911.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador Vidal José de Oliveira Ramos ao Congresso Representativo do Estado**, em 24 de julho de 1913. Florianópolis: Gab. Typ. O Dia, 1913.

\_\_\_\_\_. Governador em exercício Antônio Pereira da Silva e Oliveira. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo**, em 22 de julho de 1924. Florianópolis, 1924.

## Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Livros de notas 1a e 3a do Tabelião de Curitibanos. Caixa 17.

Livros de notas 2, 3 e 4 do Tabelião de Campos Novos. Caixa 1.

Inventário amigável dos bens de João Baptista de Deus, no ano de 1895. Comarca de Curitibanos, caixa 15.

Ação de Sobrepartilha Particular dos bens de João Baptista de Deus, no ano de 1897. Comarca de Curitibanos, caixa 18.

Processo de divisão de terras entre Domingos Felipe dos Santos, Balduino Rodrigues França e Israel Pinheiro dos Santos, no ano de 1907. Comarca de Curitibanos, caixa 18.

Inventário de Joaquim Dias de Moraes, 1938. Comarca de Curitibanos, caixa 23.

Inventário de José Antônio Abrão, 1939. Comarca de Curitibanos, caixa 23.

Ação de Força Nova movida por Wenceslao de Souza Breves, Gasparino Zorzi e suas respectivas esposas contra Francisco Tomás e Sepriano de Mello Cezar e suas esposas, em 1º de agosto de 1939. Comarca de Curitibanos, caixa 23.

Ação de Manutenção de Posse que fazem Eduardo Anguieviski, sua mulher e outros, contra Francisco Schreiner e sua mulher em 1939. Comarca de Curitiba, caixa 23.

### **Registro de Imóveis e Tabelionato**

Escritura Pública de Compra e Venda de Bens de Raiz entre Zacharias de Paula Xavier e sua mulher e Albano Burger e Frederico João Burger, no dia 10 de janeiro de 1917. Livro de notas n. 39. Cartório Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos Ortigari, Curitiba, Santa Catarina.

Escritura Pública de Contrato entre Artur Formighieri, Ernesto Formighieri, Ângelo Preto, Aníbal Formighieri e moradores de Taquaruçu, Passa Três e Faxinal dos Carvalhos, no dia 22 de fevereiro de 1926. Livro de notas n. 69. Cartório Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos Ortigari, Curitiba, Santa Catarina.

Escritura Pública de Contrato entre Artur Formighieri, Albano Burger e outros, com moradores da Baía, Papuã e Butiá Verde, no dia 23 de fevereiro de 1926. Livro de notas n. 69. Cartório Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos Ortigari, Curitiba, Santa Catarina.

Escritura pública de compra e venda de imóveis que fazem a firma René Frey & Irmão, Frederico José Burger e sua mulher, no dia 19 de agosto de 1954. Livro de Notas n. 103. Cartório Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos Ortigari, Curitiba, Santa Catarina.

Escritura pública de compra e venda de imóveis que fazem a firma René Frey & Irmão, Frederico José Burger e sua mulher, no dia 25 de agosto de 1955. Livro de Notas n. 108. Cartório Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos Ortigari, Curitiba, Santa Catarina.

Registros de imóveis dos livros 3, 3a, 3b, 3c, 3d, 3e e 3h do Cartório do Registro de Imóveis do Município de Curitiba, Santa Catarina.

### **FONTES ELETRÔNICAS DIVERSAS**

**América Latina Logística.** Disponível em: <<http://www.all-logistica.com/port/malhasunidades/index.asp>>. Acesso em: 18 de julho de 2006.

**CRL – Brazilian Government Documents.** Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=5&l2=24&l3=45>>. Acesso em 25 de maio de 2006.

**Estações Ferroviárias do Brasil.** Disponível em: <[http://www.estacoesferroviarias.com.br/sc\\_troncosul/tronco\\_sul.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/sc_troncosul/tronco_sul.htm)>. Acesso em: 18 de julho de 2006..

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa de biomas do Brasil.** Brasília, 2004a. 1 Mapa. Escala: 1:500.000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2 maio 2006.

\_\_\_\_\_. **Mapa físico do Estado de Santa Catarina.** Brasília, 2004b. 1 Mapa. Escala: 1:750.000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2 maio 2006.

\_\_\_\_\_. **Mapa físico do Sul do Brasil.** Brasília, 2005. 1 Mapa. Escala: 1:500.000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2 maio 2006.

**Queixada e Cateto Simpátricos – Ecologia e Natureza do Brasil.** Disponível em: <<http://www.ecologia.info/cateto-queixada.htm>>. Acesso em: 29 junho 2006.

**Rede Ferroviária Federal S. A.** Disponível em: <<http://www.rffsa.gov.br>>. Acesso em: 18 de julho de 2006.

**Santa Catarina – Mapa Interativo.** Disponível em: <<http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/>>. Acesso em: 8 de dezembro de 2006.

## JORNAIS

### Acervo Particular de Aldani Frey

**O Eco.** Fraiburgo n. 2, 27 julho 1963.

### Biblioteca Pública de Santa Catarina



**A Notícia.** Lages, ano 1, n. 32, 14 de setembro de 1914.

**O Cruzeiro.** Cruzeiro do Sul (Joaçaba), ano 1, n. 8, 7 de janeiro de 1934.

\_\_\_\_\_. Cruzeiro do Sul (Joaçaba), ano 1, n. 9, 14 de janeiro de 1934.

**O Dia.** Florianópolis, ano 14, n. 7.414, 14 de janeiro de 1914.

\_\_\_\_\_. Florianópolis, ano 14, n. 7.416, 16 de janeiro de 1914.

**O Libertador.** Campos Novos, ano 2, n. 19, 9 de agosto de 1911.

**O Planalto.** Curitibaanos, ano 1, n. 5, 1º de março de 1909.

**O Trabalho.** Curitibaanos, ano 1, n. 8, 3 de março de 1908.

\_\_\_\_\_. Curitibaanos, ano 3, n. 77, 13 de maio de 1910.

\_\_\_\_\_. Curitibaanos, ano 6, n. 174, 23 de março de 1913.

\_\_\_\_\_. Curitibaanos, ano 6, n. 175, 6 de abril de 1913.

\_\_\_\_\_. Curitibaanos, ano 6, n. [ilegível], 23 de maio de 1913.

\_\_\_\_\_. Curitibaanos, ano 6, n. 185, 23 de julho de 1913.

**Vanguarda.** Campos Novos, ano 1, n. 20, 5 de janeiro de 1908.

\_\_\_\_\_. Campos Novos, ano 2 n. 2, 1º de maio de 1908.

\_\_\_\_\_. Campos Novos, ano 4, n. 4, 1º de junho de 1910.

VIEIRA DA ROSA, José. Reminiscências da Campanha do Contestado – subsídios para a História. In: **Jornal Terra Livre**, Florianópolis, nº 2, 2 de agosto de 1918 a nº 91, 20 novembro de 1918.

## ARTIGOS EM ANAIS DE EVENTOS

ALCÂNTARA, Denílson Moreira de; GERMANI, Guiomar Inês. Fundos de pasto: espaços comunais em terras baianas. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10. 2005, São Paulo, **Anais...** São Paulo: Usp, 2005 1 CD-ROM.

BRANDT, Marlon. Memórias de tensões e conflitos entre “alemães” e “caboclos” na colônia de Marechal Hindemburgo durante a Segunda Guerra Mundial. In: MUITAS FACES DE UMA GUERRA: 60 ANOS DO TÉRMINO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E O PROCESSO DE NACIONALIZAÇÃO NO SUL DO BRASIL. 2005, Florianópolis, **Anais eletrônicos...** Florianópolis, Udesc, 2005. Disponível em: <<http://www.cce.udesc.br/cem/simposioudesc/anais/st2/st2marlon.doc>>. Acesso em: 3 setembro 2005.

ESPIG, Márcia Janete. Os trabalhadores da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande: análise das memórias militares sobre o Contestado. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11. 2006, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: Ufsc, 2006. 1 CD ROM.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10. 2005, São Paulo, **Anais eletrônicos...** São Paulo: Usp, 2005 1 CD-ROM.

SAHR, Cicilian Luiza Löwen; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Sistema Faxinal: caboclos entre a Idade Média e a Pós-modernidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10. 2005, São Paulo, **Anais...** São Paulo: Usp, 2005 1 CD-ROM.

SAHR, Cicilian Luiza Löwen. Povos tradicionais e territórios sociais: reflexões acerca dos povos e das terras de faxinal do bioma da mata com araucária. In: In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, III; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA II; JORNADA ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA. 2005, Presidente Prudente, **Anais eletrônicos...** Presidente Prudente, 2005. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/agraria>>. Acesso em 9 de setembro de 2006.

SOUZA, Almir Antônio. Bugres e Bugreiros: vida e morte em Santa Catarina (1870-1940) In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11. 2006, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: Ufsc, 2006. 1 CD ROM.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. Serra fita – serra vida: os trabalhadores da Lumber e a classe operária no Planalto Norte de Santa Catarina, 1910-1940. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 10; REUNIÃO NACIONAL DO GT ESTUDOS DE GÊNERO, 3; JORNADA NACIONAL DE HISTÓRIA DO TRABALHO, 2. 2004, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: Ufsc p. 308-311.

WITTMANN, Luísa Tombini. A história indígena e o povo Xoclog: em busca de uma nova perspectiva. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11. 2006, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: Ufsc, 2006. 1 CD ROM.

## ARTIGOS EM PERIÓDICOS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito. **Cadernos Naea**. Belém, n. 10, p. 163-195, 1989.

\_\_\_\_\_. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 6, n. 1, p. 9-32, maio 2004.

AREND, Silvia Maria Favero. A família açoriana na América Portuguesa: novos olhares. **Fronteiras: Revista de História**. Florianópolis, n. 7, p. 167-183, 1999.

BREVES, Wenceslao de Souza. O Chapecó que eu conheci. In: **Revista do IHGSC**. Florianópolis, 3ª fase, n. 6, p. 7-73, 1985.

CADERNO DE ARQUEOLOGIA. Florianópolis: Ufsc, Unisul, março 2006.

CAMPOS, Cynthia Machado. Identidades e diversidades no sul do Brasil: as tentativas de homogeneização do espaço catarinense na era Vargas. In: **Fronteiras: Revista de História**. Florianópolis, n. 7, p. 45-71, 1999.

CAMPOS, Nazareno José de. Usos e formas de apropriação da terra na Ilha de Santa Catarina. **Geosul**, Florianópolis, n.34, p. 113-135, jul/dez. 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. O sudoeste paranaense antes da colonização. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 1, ano 32, p. 87-98, jan/mar. 1970.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. **Projeto História**, São Paulo, n. 17, p. 223-258, novembro 1998.

GEVAERD Filho, Jair Lima. Perfil histórico-jurídico dos faxinais ou compáscuos: análise de uma forma comunal de exploração da terra. **Revista de Direito Agrário e Meio-Ambiente**. Curitiba, n. 1, p. 45-69. 1986.

GUBERT Filho. Francisco Adyr. O Faxinal: estudo preliminar. In: **Revista de Direito Agrário e Meio-Ambiente**. Curitiba, n. 2, p. 32-40. 1987.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de Gusmão. A questão política das chamadas “terras de preto”. **Textos e Debates**. Florianópolis, ano 1, n. 2, p. 25-37, 1991.

LANGER, Johnni. Mistério do Peabiru. **Nossa História**, São Paulo, ano 2, n. 22, p. 20-24, ago. 2005.

LAZARIN, Katiúscia Maria. Lendo o Contestado: discursos e construção de sujeitos na bibliografia sobre a Guerra do Contestado – 1915 a 1960. **Esboços**: revista do programa de pós-graduação em história da Ufsc, Florianópolis, v. 12, p.151-164, 2004.

LEITE, Miriam Lifchiz Moreira. Leitura da fotografia. **Revista estudos feministas**, ano 2, p. 130-141, 2 semestre, 1994.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma nova antropologia da territorialidade. Brasília: Unb, 2002. Série Antropologia, n. 322.

MAGNOLI, Demétrio. A cara do país. **Nossa História**, São Paulo, ano 3, n. 25, p. 14-19, nov. 2005.

MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre o processo de industrialização no Brasil. **Boletim do departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente**: Presidente Prudente, 1969.

\_\_\_\_\_. O processo de industrialização em São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 50, p. 83-101, março de 1976.

MOMBELLI, Raquel; BENTO, José. Invernada dos Negros. Quilombos no Sul do Brasil: perícias antropológicas. **Boletim do Nuer**, Florianópolis, v. 3, n. 3, p. 17-129, 2006.

“MUTIRÃO” ou “adjunto”. **Boletim do Conselho Nacional de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 38-39, maio de 1943.

NEVES, Frederico de Castro. Economia moral versus moral econômica (ou: o que é economicamente correto para os pobres?). **Projeto História**, São Paulo, n. 16, p. 39-57, fevereiro 1998.

NODARI, Eunice Sueli. Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras. **Esboços**. Chapecó, v. 10, n. 10, p. 29-51, 2002.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “Guerra Santa” no Brasil – o movimento messiânico do Contestado. Resumo. **Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Boletim n. 187**. São Paulo, Sociologia I, n. 5, p. 261-281, 1957.

RAMOS, Artur. O espírito associativo do negro brasileiro. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, n. XLVII, p. 105-126, 1938.

SAMUEL, Raphael. Documentação história local e história oral. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9, n. 19, p. 219-243. set. 1989/fev.1990.

SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da natureza. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v. 6, n. 14, p. 95-106, jan./abr. 1992.

SCHIMIDT, Maria Luísa S. O passado, o mundo do outro e o outro mundo: tradição oral e memória coletiva. **Imaginário**. São Paulo, n. 2, p. 89-100, jan. 1995.

SILVA, M. Graça; CASTRO, M. Manuela, FIGUEIREDO, Olga M. Algumas notas sobre associativismo comunitário. **Estudos Contemporâneos**. Porto, n. 6, p. 241-252, 1983.

SILVA, Marcos Aurélio da. O processo de industrialização no Sul do Brasil. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, n. 15, 64p., maio 2006.

SILVEIRA, Márcio Rogério. Transporte e logística: as ferrovias do Brasil. **Geosul**, Florianópolis, n.34, p. 63-86, jul/dez. 2002.

VENDRAMINI, Célia Regina. Experiência humana e coletividade em Thompson. **Esboços**: revista do programa de pós-graduação em história da Ufsc, Florianópolis, v. 12, p. 25-36, 2004.

ZENDRON, Rute Coelho. O fotógrafo. **Esboços**. Chapecó, v. 10, n. 10, p. 84-95, 2002.

## TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO, DISSERTAÇÕES E TESES

BRANDT, Marlon. **“Frey”burgo**: acumulação de capital no setor madeireiro e continuidade política no município de Fraiburgo na década de 1960. 2004. 142f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Centro de Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2004a.

\_\_\_\_\_. **A instalação da serraria René Frey & Irmão na localidade do Campo da Dúvida, atual município de Fraiburgo – SC (1937-1961)**. 2004. 116f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004b.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras de uso comum no Brasil**: um estudo de suas diferentes formas. 2000. 258f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu**: uma história de riqueza madeireira e colonizações. 2006, 201 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CESCO, Susana. **Desmatamento e Migração no Alto Vale do Rio o Peixe**: discussões sobre o “progresso” e transformação ambiental. 2004, 126 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

FERRARI, Maristela. **Conflitos e povoamento na zona de fronteira internacional Brasil-Argentina**: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (MNES. ARG). 2003. 290 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916**. 2001b. 498 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2001b.

MANFRIN, Adilson. **Loreto (1610-1631): Guyrapoty do Pirapó**. 2003. 143 fl. Dissertação (Mestrado em História Indígena) – Programa de Pós-Graduação em História, Campus de Dourados, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Dourados, 2003.

MAY, Patrícia S. Zumblick. **Redes político–empresariais de Santa Catarina (1961-1970)**. 1998. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

NERONE, Maria Magdalena. **Terras de plantar, terras de criar – Sistema Faxinal: Rebouças – 1950-1997**. 2000. 286 fl. Tese (Doutorado em História e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras, Campos de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2000.

PACHECO NETO, Manuel. **Palmilhando o Brasil Colonial: a motricidade dos bandeirantes, índios e jesuítas no século XVII**. 2002. 150 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Campus de Dourados, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Dourados, 2002.

RADIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro: representações sobre a civilização no sertão**. 2006, 210 fl. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SCHIMIDT, Wilson. **O setor maceiro em Santa Catarina: formação e consolidação de um complexo agroindustrial**. 1990. 258f.. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrário) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí, Rio de Janeiro, 1990.

SEZERINO, Maria Lurdes. **As condições climáticas e o cultivo da maçã em São Joaquim – Santa Catarina**. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP Rio Claro, Rio Claro, São Paulo, 1982.

## LIVROS

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial & caminhos antigos e povoamento do Brasil**. 2. ed. Brasília: UnB, 1998.

ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Explorações geográficas: percursos no fim do Século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

AIRES DE CASAL, Manuel. **Corografia Brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil**. Tomo 1. 2. ed. São Paulo: Edições Cultura, 1945.

AREND, Sílvia Maria Fávero. Relações interétnicas na província de Santa Catarina (1850-1890). In: BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia M. F (orgs). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Ufsc, 2001.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. 4. ed. Florianópolis: Ufsc, 2001.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

BALESTRIN, Neusa. **Uma história de qualidade e tradição**. Videira, [200-]. Digitado.

BARRIOS, Sonia. A produção do espaço. In: SOUZA, Maria Adélia A. de; SANTOS, Milton (orgs). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

BELLANI, Eli Maria. Balsas e Balseiros no rio Uruguai (1930-1950). In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do Oeste catarinense: 10 anos do Ceom**. Chapecó: Unoesc, 1995.

BLASI, Paulo. **Campos Novos: um pouco de sua história**. Florianópolis: Edeme, 1994, p. 178-179.

BLOEMER, Neusa Maria Sens. **Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

BOPPRÉ, Maria Regina. **Eleições diretas e primórdios do coronelismo catarinense (1881-1889)**. Florianópolis: Secretaria do Estado da Administração, 1989.

BOSSLE, Ondina Pereira. **História da industrialização catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro**. 2. ed. Florianópolis: CNI/Fiesc, 1988.

BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia: a Escola dos *Annales* (1929-1989)**. São Paulo: Unesp, 1991.

\_\_\_\_\_. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BURKE, Thomas Joseph. **Fraiburgo do machado ao computador**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1994.

CABEZA DE VACA, Álvaro Nuñez. **Naufrações e comentários**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **A campanha do Contestado**. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

\_\_\_\_\_. **História de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

CALDEIRA, Clovis. **Mutirão**: formas de ajuda mútua no meio rural. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ufsc/FCC, 1991.

\_\_\_\_\_. Terras de uso comum junto aos caminhos de tropas. In: **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: Edições EST, 2004.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 2. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.

CASTORIADIS, Cornelius; *et al.* **A criação histórica**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1992.

CAVALCANTI, Walter Tenório. **Guerra do Contestado**: verdade histórica. 2. ed. Florianópolis: Ufsc, 2006.

CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. **Contestado**: tempo do camponês, espaço da propriedade privada. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003.

CHANG, Man Yu. **Sistema faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná. Londrina, IAPAR, 1988. 123p. (IAPAR, Boletim técnico, 22).

CORREA, Carlos Humberto Pederneiras. **Um Estado entre duas Repúblicas**: a revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35. Florianópolis: Ufsc/Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

COSTA, Emília Viotti da. Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos. In: **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 7. ed. São Paulo: Unesp, 1999.

COSTA, Licurgo. **O Continente das Lagens**: sua história e influência no Sertão da Terra Firme. Vol. 1. Florianópolis: Federação Catarinense de Cultura, 1982.

\_\_\_\_\_. **Um cambalacho político**: a verdade sobre o “acordo” de limites Paraná-Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

CROSBY, Alfred. **Imperialismo ecológico**: a expansão biológica da Europa, 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CUNHA, Idaulo José. **O salto da indústria catarinense**: um exemplo para o Brasil. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.



D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios no Oeste catarinense. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do Oeste catarinense: 10 anos do Ceom**. Chapecó: Unoesc, 1995.

D'ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. **A campanha do Contestado (as operações da Columna do Sul)**. V. 1. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1917.

DANTAS, José Ibarê Costa. **Coronelismo e dominação**. Aracaju: Ufs, 1986.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIEGUES, Antônio Carlos. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro (orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Nupaub/Usp, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro. Apresentação. In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro (orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Nupaub/Usp, 2001.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica, para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 19. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. Estudos, 85.

EHLKE, Cyro. **A conquista do Planalto Catarinense (bandeirantes e tropeiros do "Sertão de Curitiba")**. Rio de Janeiro: Laudes, 1973.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. XXXII vol. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 5. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979, p. 158-159.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias do Brasil: o caso Sadia**. Chapecó: Grifos, 1999.

FACHEL, José Fraga. **João Maria: recusa dos excluídos**. Florianópolis: Ufsc/Porto Alegre, UFRGS, 1995.

FALCÃO, Felipe. Dos corretos enganos e de outros desacertos: a presença portuguesa no Sul da América. In: BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia Maria Fávero (orgs). **História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX**. Florianópolis: Ufsc, 2004.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro, v. 2. 4. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1977.

FÁVERI, Marlene. **Memórias de uma (outra) guerra**: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Itajaí: Univali; Florianópolis: Ufsc, 2004.

FELIPPE, Euclides. **O último jagunço**: folclore na história da Guerra do Contestado. Curitiba: Unc, 1995.

\_\_\_\_\_. O caminho das tropas em Curitiba. In: **Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: Edições EST, 2000.

FELISBINO, Pedro Aleixo; FELISBINO, Eliane. **Voz de caboclo**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002.

FILIPAK, Francisco. **Curitiba e suas variantes toponímicas**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1999. Coleção Estante Paranista, n. 42.

FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAVEAU, Agnes; THÉTARD, Philippe (Orgs.) **Questões para a história do presente**. Bauru: Edusc, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 20. ed. São Paulo: Graal, 2004.

FRANCO, Francisco Soares. **Dicionário de Agricultura**. V. 1. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1804.

FREY, Willy. **Reflorestar é a solução**. Curitiba: Sépia Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. **Fraiburgo**: berço da maçã brasileira. 4. ed. Curitiba: Sépia Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. **Lá nos Frai**. Curitiba: Sépia Editora, 2005.

FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. **A cidade antiga**: estudos sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma. 3. ed. Bauru: Edipro, 2001.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997.

GOULARTI Filho, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (orgs.) **Brasil século XXI**: por uma nova regionalização. São Paulo: Max Limonad, 2004.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

HASS, Monica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense**: um estudo de poder local – 1945 a 1965. Chapecó: Grifos, 1997.

HEINSFELD, Adelar. O sentido geopolítico-estratégico da colonização germânica no Vale do Rio do Peixe. In: \_\_\_\_\_. (org). **A região em perspectiva**: diferentes faces da história catarinense. Joaçaba: Unoesc, 2001.

\_\_\_\_\_. **A geopolítica de Rio Branco**: as fronteiras nacionais e o isolamento argentino. Joaçaba: Unoesc, 2003.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

IANNI, Octávio. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da amazônia. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981. Coleção Sociologia Brasileira, V. 3.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. **O coronelismo**: uma política de compromissos. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KLANOVICZ, Jó; NODARI, Eunice Sueli. **Das araucárias às macieiras**: transformações da paisagem em Fraiburgo – Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2005.

KLEIN, Roberto. **Mapa fitogeográfico do Estado de Santa Catarina**. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 1978.

LAGO, Paulo Fernando. **Gente da terra catarinense – desenvolvimento e educação ambiental**. Florianópolis: Ufsc/FCC/Lunardelli/Udesc, 1988.

LAVINA, Rodrigo. Indígenas de Santa Catarina: História de Povos Invisíveis. In: BRANCHER, Ana (org). **História de Santa Catarina**: estudos contemporâneos. 2. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 4. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.) **Negros no Sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LEMOS, Zélia de Andrade. **Curitibanos na história do Contestado**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1977.

LIMA, Ruy Cirne. **Sesmarias e terras devolutas (parecer)**. Porto Alegre. Oficinas Gráficas Thurmann, 1931.

\_\_\_\_\_. **Pequena história territorial do Brasil**: sesmarias e terras devolutas. 2. ed. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1954.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. A cidade contra o campo. In: BRANCHER, Ana. (org.) **História de Santa Catarina – Estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

\_\_\_\_\_. O naufrago e o sonho: Aleixo Garcia e o imaginário da conquista. In: BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia Maria Fávero (orgs). **História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX**. Florianópolis: Ufsc, 2004.

LOPES, Gentila Porto. **Glória de pioneiros – vale do Rio do Peixe- SC**. 2. ed. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1989.

LOZANO, Jorge E. A. Prática e estilos de pesquisa na História Oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org). **Usos e abusos da História Oral**. 4 ed. Rio de Janeiro, FGV, 2001.

LUZ, Aujor Ávila da. **Os fanáticos**: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos. 2. ed. Florianópolis: Ufsc, 1999.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do império**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_. Bugres, Tropeiros e Birivas: Aspectos do Povoamento do Planalto Serrano. In: BRANCHER, Ana AREND, Sílvia M.F. (orgs). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis, Ufsc, 2001a.

\_\_\_\_\_. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Unicamp, 2004.

MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre a geografia urbana brasileira. In: SANTOS, Milton (org). **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. Indústria. In: **Atlas de Santa Catarina**. Florianópolis: Gaplan, 1986.

MARCON, Frank. A escravidão em Lages: negros livres, libertos e escravos. In: HEINSFELD, Adelar (org). **A região em perspectiva**: Diferentes faces da história catarinense. Joaçaba: Unoesc, 2001.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Editora Pioneira, 1975. Coleção Pioneira de Ciências Sociais.

\_\_\_\_\_. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

\_\_\_\_\_. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** 9. ed. São Paulo: Difel, 1984.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel/Editora da Universidade de São Paulo, 1991. Coleção Cidade Aberta.

McKEAN, Margaret A.; OSTROM, Elinor. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro (orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo: Nupaub/Usp, 2001.

MELLO, João Baptista Ferreira de. A humanização da natureza – uma odisséia para a (re)conquista do paraíso. In: MESQUITA, Olindina Vianna; Silva, Solange Tietzmann (org). **Geografia e questão ambiental.** Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

MICELI, Sérgio. Introdução: a força do sentido. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2003. Coleção Estudos, n. 20.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado.** São Paulo: Duas Cidades, 1974. Série Universidade, n. 2.

\_\_\_\_\_. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. FAUSTO, Boris (org). **História geral da civilização brasileira.** Tomo III – O Brasil Republicano. Vol. 2 – Sociedade e instituições. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

MONTEIRO, John Manuel. Os Guarani e a história do Brasil Meridional – séculos XVI-XVII. In: CUNHA, Manoela Carneiro da. (org). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MOTTA, J. A. Faria. **Condomínio e vizinhança: direito e ações.** São Paulo: Saraiva, 1942.

MUSSOI, Eros Marion. Políticas públicas para o rural em Santa Catarina: descontinuidades na continuidade. In: PAULILO, Maria Ignes Silveira; SCHMIDT, Wilson. (orgs) **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC, 2003.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **Nosso vizinho Kaingáng.** Florianópolis: Ufsc, 2003.

**O Contestado.** Florianópolis: IOESC, 2002.

OLIVEIRA, Ancelmo Pereira. Sinais da presença negra no espaço agrário do Meio-Oeste de Santa Catarina. In: HEINSFELD, Adelar. (org). **A região em perspectiva: diferentes faces da história catarinense.** Joaçaba: Unoesc, 2001.

OLIVEIRA, Dennison. **Urbanização e industrialização no Paraná.** Curitiba: SEED, 2001. Coleção história do Paraná: textos introdutórios.

OLIVEIRA, S.C; CAMPOS, M. **Focalizando Curitibanos e Campos Novos**. São Paulo: [s. n.], 1957.

OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. Edições do Senado Federal, v. 27. In: **Domínio Público**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000067.pdf>>. Acesso em: 3 de julho de 2006.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Horge Zahar Editor, 2002.

PAIS LEME, Pedro Taques de Almeida. **História da Capitania de São Vicente**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. Edições do Senado Federal, v. 25. In: **Domínio Público**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000043.pdf>>. Acesso em: 3 de julho de 2006.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. Aspectos da população e da imigração no Estado de Santa Catarina. In: SILVA, Jaldyr B. Faustino da; PIAZZA, Walter Fernando; LAGO, Paulo Fernando; SACHET, Celestino; PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. **Fundamentos da cultura catarinense**. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

\_\_\_\_\_. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: Ufsc/Fcc, 1991.

PEREIRA, Raquel M. Fontes do A. Pereira. Gênese da formação social brasileira. In: ANDRADE, Manuel Correia; FERNANDES, Eliane Moury; CAVALCANTI, Sandra Melo (orgs). **O mundo que o português criou**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. Série Revisão, n. 1.

PHILO, Chris. História, geografia e o “mistério ainda maior” da geografia histórica. In: GREGORY, Derek, MARTIN, Ron, SMITH, Graham (orgs). **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Ufsc/Lunardelli, 1983.

\_\_\_\_\_. **A colonização de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

PIAZZA, Walter Fernando; HÜBENER, Laura Machado. **Santa Catarina: história da gente**. 6. ed. Florianópolis: Lunardelli, 2003.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do Oeste catarinense: 10 anos do Ceom**. Chapecó: Unoesc, 1995.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de direito privado**. Tomo XII. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1955.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 31. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PRÉ-HISTÓRIA do Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas – Unisinos, 1991.

PRINS, Gwyn. História oral. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org). **História geral da civilização brasileira**. Tomo III – O Brasil Republicano. Vol. 1 – Estrutura de poder e economia (1889-1930). 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916)**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1981. Coleção Ensaio, n. 23.

RADIN, José Carlos. Italianos e comunidades rurais no Oeste catarinense. In: RADIN, José Carlos; BENEDET, José Higino; MILANI, Maria Luíza (orgs). **Facetas da colonização italiana: Planalto e Oeste catarinense**. Joaçaba: Unoesc, 2003.

RENK, Arlene Anélia. **A luta da erva: um ofício étnico no Oeste catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.

\_\_\_\_\_. **Narrativas da diferença**. Chapecó: Argos, 2004.

RIBEIRO, Sylvio Wanick. **Desempenho do setor agrícola – década 1960/70**. Brasília: IPEA, 1973.

RODERJAN, Roselys Vellozo. **Os cutitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil meridional (séculos XVI a XIX)**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1992. Coleção Estante Paranista, n. 36.

RUCHEL, Ruy Rubem. Tropeirismo nos séculos XVII, XVIII, XIX e XX. In: **Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: Edições EST, 2000.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

SANTA CATARINA. Governador Celso Ramos. **Plano de metas do governo: 1º ano de trabalho**. Florianópolis, 1962.

\_\_\_\_\_. Governador Ivo Silveira. **Projeto de fruticultura de clima temperado**. Florianópolis, 1970.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1980

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: EdUsp, 2004.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

SANTOS, Silvio Coelho. **Índios e brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xoclog.** Florianópolis: Edeme, 1973.

\_\_\_\_\_. **Educação e sociedade tribais.** Porto Alegre: Movimento, 1975.

\_\_\_\_\_. O homem do Sul. In: MONTEIRO, Salvador; KAZ, Leonel (orgs). **Fronteira: o Brasil Meridional.** Rio de Janeiro: Edições Alumbramento/Livroarte, 1995.

\_\_\_\_\_. A modernidade chega pelo trem. In: SANTOS, Silvio Coelho (org). **Santa Catarina no século XX.** Florianópolis: Ufsc/FCC Edições, 2000.

\_\_\_\_\_. **Nova história de Santa Catarina.** 5. ed. Florianópolis: Ufsc, 2004.

SCHÜLLER SOBRINHO, Otacílio. **Taipas: origem do homem do Contestado.** Florianópolis: Insular, 2000.

SCHMIDT, Maria Dolores Bazzo. Agroindústria em Santa Catarina: da integração à inclusão social. In: PAULILO, Maria Ignes Silveira; SCHMIDT, Wilson. (orgs) **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC, 2003.

SCHMITZ, Sérgio. **Planejamento estadual: a experiência do Plameg.** Florianópolis: UFSC, 1985.

SERPA, Élio Cantalício. **A Guerra do Contestado (1912-1916).** Florianópolis: Ufsc, 1999. Coleção Rebento.

SERRÃO, Joel. **Dicionário de história de Portugal.** Porto: Iniciativas Editoriais, 1965.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Unesp, 1992.

SILVA, Lígia Maria Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850.** Campinas: Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_. A apropriação territorial na Primeira República. In: SILVA, Sérgio; SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs). **História econômica da Primeira República.** São Paulo: Hucitec/Associação Nacional de Pesquisadores em História Econômica/Edusp/Imprensa Oficial, 2002.

SILVA, Márcia da. Os grupos conservadores e as estratégias de reprodução do poder local: o caso de Presidente Prudente - SP. In: SILVA, João Márcio Palheta da; SILVEIRA, Mário Rogério (Orgs.). **Geografia Econômica do Brasil: temas regionais.** Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930. In: FAUSTO, Boris (org). **História geral da civilização brasileira.** Tomo III – O Brasil Republicano. Vol. 1 – Estrutura de poder e economia (1889-1930). 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.



SMITH, Roberto. **Propriedade da terra e transição**: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço, autonomia e poder. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

STRAFORINI, Rafael. **No caminho das tropas**. Sorocaba: TCM, 2001.

SMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.

THOMÉ, Nilson. **Família Corrêa de Mello**: raízes da história de Caçador. 2. ed. Caçador: Fearpe, 1982.

\_\_\_\_\_. **Trem de ferro**: a ferrovia do Contestado. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

\_\_\_\_\_. **Sangue suor e lágrimas no chão do Contestado**. Caçador: Instituto Histórico e Cultural da Região do Contestado/Universidade do Contestado, 1992.

THOMPSON, Edward Palmer. **Miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Senhores e caçadores**: a origem da Lei Negra. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. **As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios**. Campinas: Unicamp, 2002a.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDEAZZA, Maria Luiza. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001. Coleção história do Paraná: textos introdutórios.

TUAN, Yi Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VALENTINI, Delmir José. Tropeirismo regional: o singular tropeiro de suínos pelos caminhos históricos de Curitiba. In: **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: Edições EST, 2004

\_\_\_\_\_. O tropeirismo de suínos na região do Contestado e sua influência no incipiente processo agroindustrial. In: ZOTTI, Solange Aparecida (org). **História faz história**: contribuições ao estudo da história regional. Concórdia: UnC, 2006.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org). **Usos e abusos da História Oral**. 6 ed. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

WEBER, Max. **História agrária romana**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

\_\_\_\_\_. **Historia económica general**. México: Fondo de Cultura Económica, 1997. Clásicos de Economía.

WAIBEL, Léo. **Capítulos de Geografia tropical do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WERLANG, Alceu Antônio. **A colonização do Oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2002. Oeste Catarinense Paradidáticos.

WOLOSZYN, Noeli. Os balseiros do rio Uruguai. In: ZOTTI, Solange Aparecida (org). **História faz história**: contribuições ao estudo da história regional. Concórdia: UnC, 2006.

## **ANEXOS**

## Anexo 1 – Título de concessão de terras do Estado a Demósthene Bornhausen.

714

Estado de Santa Catharina  
TITULO DE CONCESSÃO DE TERRAS

O Sr. Adolpho Londer  
Presidente  
GOVERNADOR DO ESTADO

ARQUIVADO  
2.320.927A  
6.677.

FAÇO saber que tendo Demósthene Bornhausen

comprado ao Estado uma area de terra com 278 303 520 m<sup>2</sup> (duzentos setenta e oito mil trezentos e trinta e três mil quinhentos e vinte metros quadrados) medida no lugar denominado "Búfia Verde" distrito de S. Sebastião da Boa Vista, Município de Curitiba, confrontando

ao Norte Com terras de Francisco Sabá inestacinal dos Ribes e terras de Comp. C. F. S. Paço - Rio Grande

ao Sul Com terras do Estado pelo lagoado do Jaguassuçu legado do Búfia em 1873, Comp. S. Reis e H. Almeida

ao Este Com terras do Sr. Henrique Almeida, inestacinal do Rio dos Fachinaes dos Domingos e Varzea da Barra

ao Oeste Com terras do Estado pelo rio Jaguassuçu terras de Clemente Jones, Fazenda dos Burgues e Fazenda Liberata

conforme memorial e planta da medição ora archivada na Directoria de Terras, Colonização e Agricultura e achando-se paga a respectiva importancia de 232 e 233 de 1929

como consta do talão apresentado sob N.º 232 e 233 fica o mencionado Demósthene Bornhausen investido do direito de propriedade das supraditas terras, sujeito, porém, ás leis e regulamentos que regem as concessões d'esta natureza.

Para firmeza mandei passar o presente titulo que vai subscripto pelo Secretario da Fazenda, Viação, Obras Publicas e Agricultura e por mim assignado.


Palacio do Governo de Santa Catharina, 27  
de Março de 1929

O GOVERNADOR Adolpho Londer

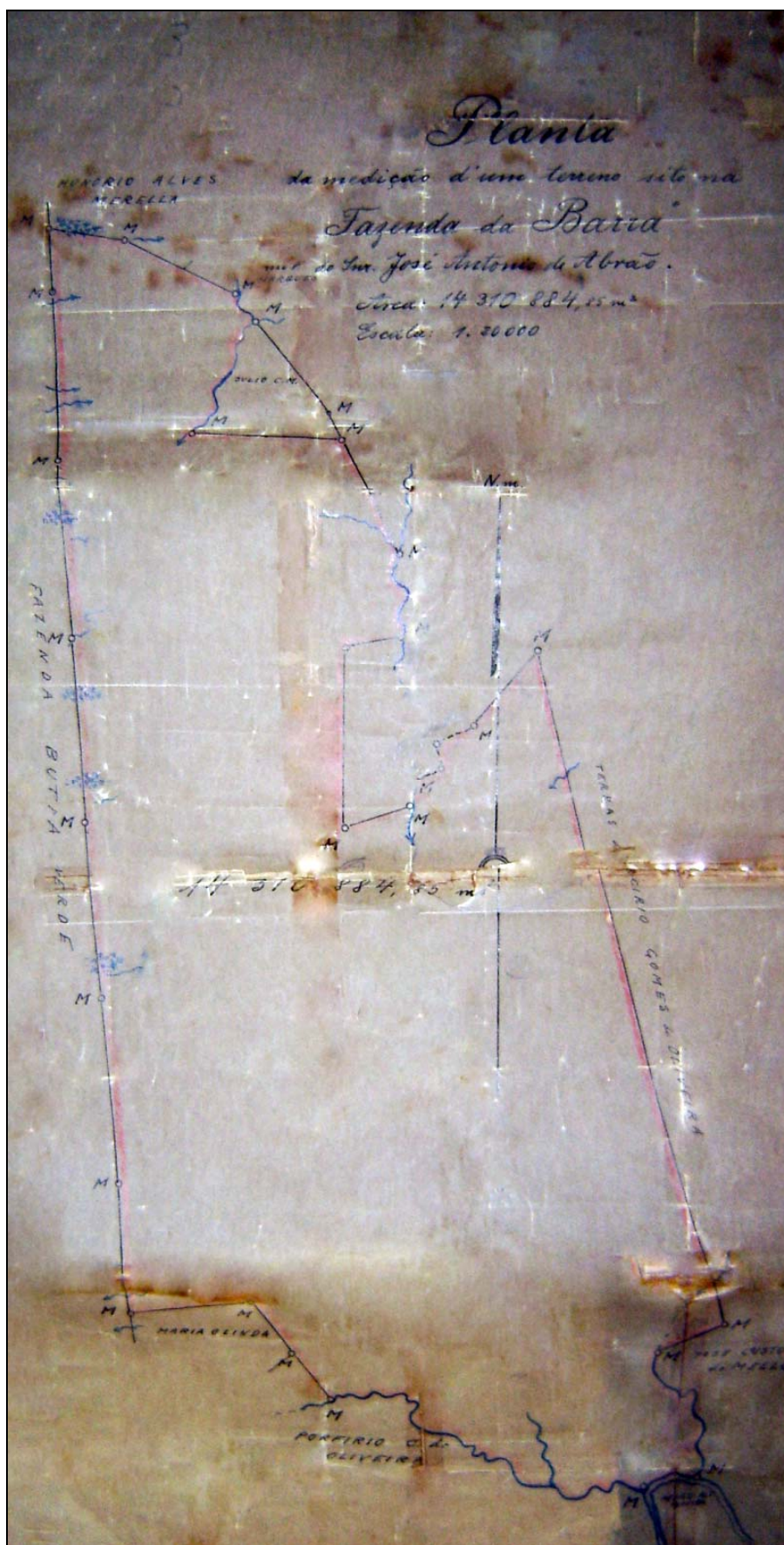
O SECRETARIO Leo Campos

Por Despacho de 15 de Março de 1929

O Director Caetano Pascho

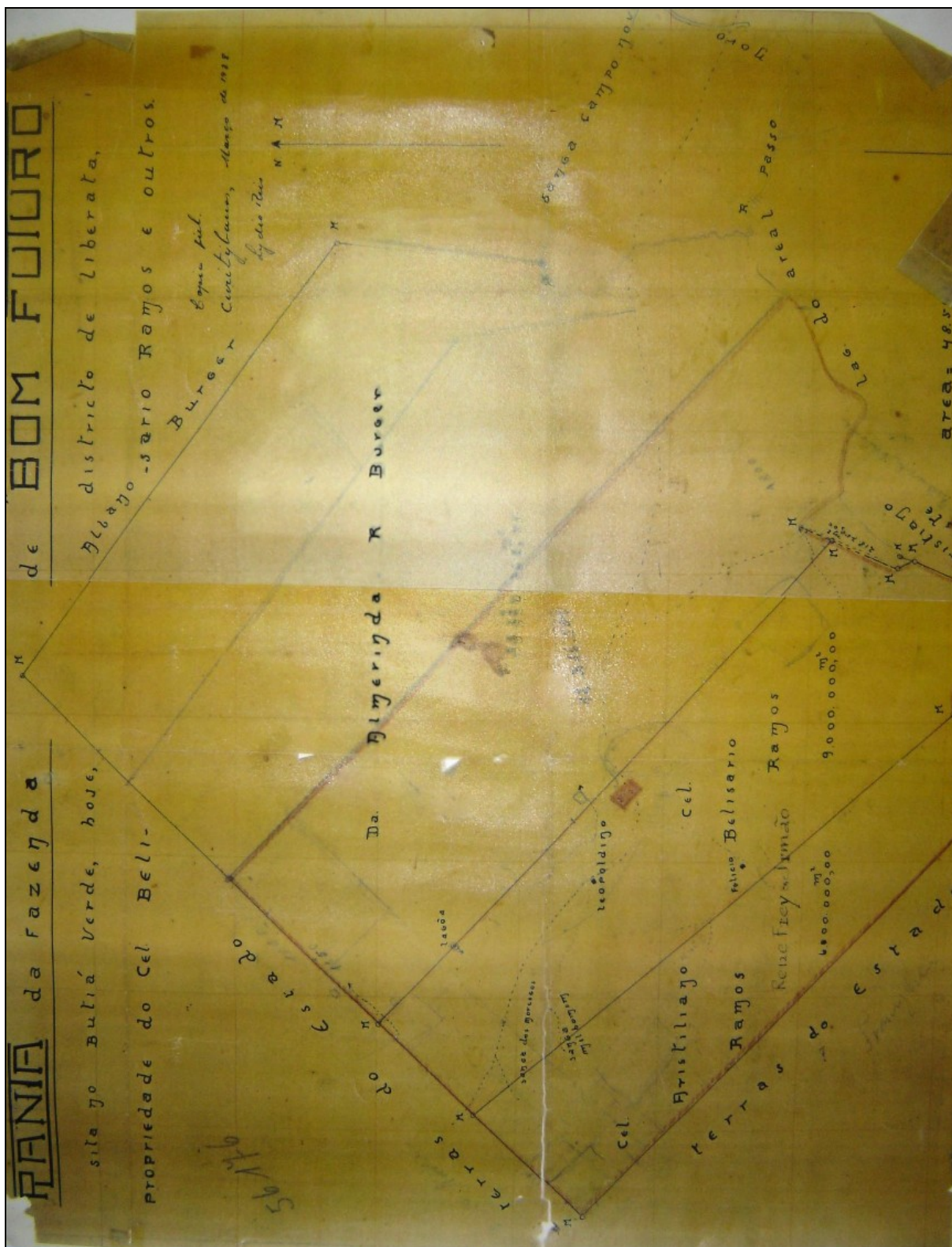


## Anexo 2 – Planta da Fazenda da Barra.



Fonte: Acervo de Sebastião Celso Abrão.

Anexo 3 – Planta da fazenda Bom Futuro.



Fonte: Museu Municipal de Fraiburgo